

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

A TECNOLOGIA SOCIAL EM GESTÃO,
NAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS
DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP (COOAAT) COM A
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
“JOSÉ GOMES DA SILVA” (FUNDAÇÃO ITESP)

OTHONIEL FRANCISCO GODOY MOLLIKA

Itajubá-MG, Maio de 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

OTHONIEL FRANCISCO GODOY MOLLICA

**A TECNOLOGIA SOCIAL EM GESTÃO,
NAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS
DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP (COOAAT) COM A
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
“JOSÉ GOMES DA SILVA” (FUNDAÇÃO ITESP)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em **Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade** como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade

Área de Concentração: **Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade**

Orientador: **Prof. Dr. Adilson da Silva Mello**

**Maio de 2014
Itajubá-MG**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

OTHONIEL FRANCISCO GODOY MOLLICA

**A TECNOLOGIA SOCIAL EM GESTÃO,
NAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS
DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP (COOAAT) COM A
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
“JOSÉ GOMES DA SILVA” (FUNDAÇÃO ITESP)**

Dissertação aprovada por banca examinadora em 6 de maio de 2014, conferindo ao autor o título de **Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adilson da Silva Mello - (Orientador)

Prof. Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin - UNIFEI

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta - UNIFEI

Prof. Dr. Moacir José do Santos - UNITAU

Itajubá-MG, 2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mauá
Bibliotecária Jacqueline Rodrigues de Oliveira Balducci- CRB_6/1698

M726t

Mollica, Othoniel Francisco Godoy

A Tecnologia Social em Gestão, nas Relações Institucionais da
Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de
Tremembé óSP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras
do Estado de São Paulo óJosé Gomes da Silvaö(Fundação Itesp).
/ Othoniel Francisco Godoy Mollica.óItajubá, (MG) : [s.n.], 2014.
222 p. : il.

Orientador: Prof. Dr. Adilson da Silva Mello.

Dissertação (Mestrado) ó Universidade Federal de Itajubá.

1. Cooperativismo. 2.Relações Institucionais. 3.História Oral.
4. Tecnologia Social. I. Mello, Adilson da Silva, orient. II.
Universidade Federal de Itajubá. III. Título.

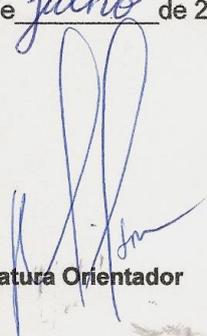


Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei 10436, de 24 de Abril de 2002

TERMO DE ACEITE
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO/TESE
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Eu, Prof. Dr. Adilson da Silva Mello, declaro que aceito a versão final da Dissertação de meu orientando Othoniel Francisco Godoy Mollica, matrícula: 25.939 do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade e que a mesma contém as indicações e correções sugeridas pela Banca Examinadora e que poderá ser realizada sua Homologação.

Em 3 de julho de 2014


Assinatura Orientador

DEDICO ESTE TRABALHO

À minha esposa, Selma Regina Hidalgo, pelo companheirismo e pela paciência,
Aos familiares e amigos, que entenderam as minhas ausências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus, pela realização deste sonho.

À minha mãe que sempre me incentiva, e me encoraja para a vida.

Ao meu orientador, Professor Dr. Adilson da Silva Mello, os meus sinceros agradecimentos, por me orientar nesses dois anos de muito aprendizado e de ampla evolução acadêmica.

Aos membros da banca, pelas críticas e pelas sugestões que valorizaram este trabalho.

À Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT), pois acreditaram e sempre apoiaram este trabalho. Os meus agradecimentos ao senhor Luiz Batista Bustos, presidente da COOAAT, uma pessoa séria, comprometida com a verdade e um excelente agricultor; ao senhor Sinval Pereira de Oliveira, ex-presidente da COOAAT, uma pessoa otimista, que sempre acreditou em um novo paradigma de gestão. Os conhecimentos desses homens vão muito além, das quatro paredes de uma escola. A todos os cooperados por me receberem com muita simpatia e com o respeito. É fato, que a inteligência e a eloquência do homem, ambas, só existem, porque são os alimentos que saciam a nossa fome, nos mantêm com a nossa energia vital pulsante e nos permitem estarmos de pé, por isso muito obrigado por encontrá-los na minha vida.

À Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - “José Gomes da Silva”- (Fundação Itesp), pelo apoio e pelo fornecimento de dados. Os meus agradecimentos ao senhor Benedito Antonio Gomes, Engenheiro Agrônomo, Analista de Desenvolvimento Agrário da Fundação Itesp e supervisor de equipe, pessoa sensata com longa caminhada de experiência profissional, grande conhecedor dos “causos” do homem do campo, verdadeiro agente transformador.

À Universidade Federal de Itajubá, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), pelo suporte e pelo fornecimento de esclarecimentos acadêmicos, em especial às Senhoras Maria Magda Sales Abranches, Maria Auta de Oliveira e Nathália Alves Naliatti Dambros. Aos digníssimos professores e pesquisadores que me incentivaram, neste trabalho acadêmico.

À Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ao Centro de Memória da UNICAMP (CMU), pelo uso do Laboratório de História Oral, em especial à Professora Dra. Maria Elena Bernardes e ao Professor Mestre Carlos Roberto Pereira de Souza, Mestre Carlão, pelo suporte e pelas informações sobre a História Oral, no Brasil.

Aos meus amigos de mestrado, pelas horas bem passadas, pelo apoio e pela partilha de experiências. Agradeço ao Otávio Cândido da Silva Junior pela amizade, pelas conversas, por todo o apoio, sendo o grande incentivador deste trabalho acadêmico. O Otávio, além de ser Filósofo, Professor, Funcionário da Fundação Itesp, é Político também, será Mestre em “Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade” pela UNIFEI-MG, no ano de 2014. Esse meu amigo é, extremamente, comprometido com a causa.

Às minhas amigas de mestrado, pessoas maravilhosas, estar com vocês me engrandece, pois consigo caminhar no movimento saudável da vida.

Aos meus amigos queridos, que não me abandonaram e me apoiaram sempre que precisei, respeitaram meu distanciamento com muita paciência. A todos que, de uma maneira ou outra, com palavras ou atos, contribuíram para a realização deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo e apoio financeiro.

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. (PAULO FREIRE, 1996, p.127)

RESUMO

MOLLICA, Othoniel F. G. **A Tecnologia Social em Gestão, nas Relações Institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Fundação Itesp)**. 2014. 222p. : il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá-MG, 2014.

A presente dissertação demonstra que as Relações Institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Fundação Itesp), no contexto de seu processo administrativo, promoveram a emergência de Tecnologia Social em Gestão e contribuíram também para a transformação socioeconômica dessa cooperativa. A COOAAT constitui-se como Organização Socioprodutiva, composta integralmente por Agricultores Familiares assentados da Reforma Agrária, desenvolvendo, como principal atividade, a produção agropecuária, e atualmente conta com 40 cooperados. Essa Instituição situa-se, no Assentamento Horto Tremembé-SP (Assentamento Conquista) na Estância Turística de Tremembé-SP, Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo-SP. O esforço do governo paulista e de seus pesquisadores em torno da discussão entre a interação das políticas públicas agrárias e a consolidação da Agricultura Familiar faz-se presente, na implementação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desenvolvida por essa instituição pública. A Fundação Itesp atua participativamente, na gestão de cooperativas de assentados da Reforma Agrária, para fortalecer a comercialização nessas cooperativas frente ao mercado. Os dados coletados referem-se ao período de 2010 a 2013 e foram tratados, do ponto de vista metodológico por critérios qualitativos, no qual se levam em considerações a História Oral como técnica de trabalho e procedimentos de análise documental. Da análise dos materiais estudados, entende-se que a emergência da Tecnologia Social, na gestão da COOAAT, diante da atuação de movimentos sociais e da qualidade socioeconômica promovida, nessa cooperativa, resultaram em dois caminhos: no papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na constituição de Organizações Socioprodutivas (cooperativas agropecuárias) e na reconstituição institucional entre a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a gestão de cooperativas agropecuárias de Assentamentos da Reforma Agrária.

Palavras-chave: Cooperativismo, Relações Institucionais, História Oral, Tecnologia Social.

ABSTRACT

MOLLICA, Othoniel F. G. **The Social Technology in management, in the institutional relations between the Farming Cooperative of the Tremembé City Settlers and the Institute of São Paulo State Lands Foundation “José Gomes da Silva”**. 2014. 220p. : il. Thesis (Master's degree in Development, Technologies and Society) - Federal University of Itajubá, 2014.

This dissertation demonstrates that the institutional relations between the Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) [Farming Cooperative of the Tremembé City Settlers] and the Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Fundação Itesp) [Institute of São Paulo State Lands Foundation], in the context of their administrative process, promoted the emergence of the Social Management Technology and also contributed to the social-economic transformation of this cooperative. The COOAAT became a Socio-Productive Organization, fully composed by Family Farmers settled by the Agrarian Reform. Its key activity is to develop the farming production and it currently has 40 cooperative members. It's located at the Horto Tremembé Settlement (Conquista Settlement) in the tourist town of Tremembé, in the Metropolitan area of Vale do Paraíba, North Coast of São Paulo State. The efforts from São Paulo government and its researchers around the discussions between the interaction of the agricultural public policies and the consolidation of Family Farming is present in the implementation of the Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) [Technical Assistance and Rural Extension], developed by that public institution. The Itesp foundation acts in a participative way in the management of cooperatives from the Agrarian Reform settlers to strengthen the marketing in these cooperatives concerning the market. The collected data refer to the period between 2010 and 2013 and were treated with qualitative criteria from the methodological point of view, in which one considers the Oral History as a work technique and documental analysis procedures. From the studied material analysis it is understood that the emergence of the Social Technology in the management of COOAAT, by the action of social movements and the socioeconomic quality promoted in this cooperation, resulted in two ways: in the role of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) [Movement of the Landless Rural Workers] in the formation of socio-productive organizations (farming cooperatives) and in the institutional reconstitution between the Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) [Technical Assistance and Rural Extension], and the management of farming cooperatives in the Agrarian Reform Settlements.

Key-words: Cooperativeness, Institutional Relations, Oral History, Social Technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) aplicado na COOAAT.....	43
Figura 2 - A Ata de reunião da COOAAT com a Fundação Itesp.....	84
Figura 3 - As relações institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp.....	85
Figura 4 - A entrevista com o Presidente da COOAAT Luiz Batista Bustos	88
Figura 5 - A filmagem com o Agrônomo da Fundação Itesp Benedito Antonio Gomes	88
Figura 6 – O Termo de Parceria entre a Fundação Itesp e a COOAAT	89
Figura 7 - O Contrato da COOAAT para fornecimento de gêneros alimentícios	90
Figura 8 - O Laboratório de História Oral e a transcrição de entrevista.....	91
Figura 9 - A participação da COOAAT no programa Mesa Brasil.....	222
Figura 10 - A participação da COOAAT e da Fundação Itesp na Universidade	222

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As categorizações a partir dos dados levantados pela pesquisa	98
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - As tipificações de Tecnologias Sociais no Brasil.....	103
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	(Assistência Técnica e Extensão Rural)
BTS	(Banco de Tecnologia Social)
CMU	(Centro de Memória da UNICAMP)
CONAB	(Companhia Nacional de Abastecimento)
CONAES	(Conferência Nacional de Economia Solidária)
CPA	(Cooperativa de Produção Agropecuária)
CPT	(Comissão Pastoral da Terra)
DRP	(Diagnóstico Rápido Participativo)
EES	(Empreendimentos Econômicos Solidários)
ES	(Economia Solidária)
FBES	(Fórum Brasileiro de Economia Solidária)
FNE	(Fundo Nacional de Educação)
INCRA	(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)
ITCP	(Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Brasil)
MDA	(Ministério do Desenvolvimento Agrário)
MDS	(Ministério do Desenvolvimento Social)
MST	(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)
ONU	(Organização das Nações Unidas)
PAA	(Programa de Aquisição de Alimentos)
PNAE	(Programa Nacional de Alimentação Escolar)
PPAIS	(Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social)
PROCERA	(Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária)
PRONAF	(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)
PRONINC	(Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares)
RTS	(Rede de Tecnologia Social)
SENAES	(Secretaria Nacional de Economia Solidária)
TA	(Tecnologia Alternativa)
TC	(Tecnologia Convencional)
TCLE	(Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento)
TS	(Tecnologia Social)
UNB	(Universidade de Brasília)
UNICAMP	(Universidade Estadual de Campinas)

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACTii
LISTA DE FIGURAS	iii
LISTA DE QUADROS	iv
LISTA DE TABELASv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vi
SUMÁRIOvii
INTRODUÇÃO	16
PARTE I: FUNDAMENTAÇÃO DA PESQUISA	28
CAPÍTULO I – CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES	28
1.1 A processualidade e o desenvolvimento da pesquisa	28
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA PESQUISA	37
2.1 O percurso metodológico sob a perspectiva da História Oral.....	37
2.2 O objeto de estudo, as suas implicações e a amostra da pesquisa.....	51
PARTE II: REFERENCIAL TEÓRICO	55
CAPÍTULO III – REVISÃO DE LITERATURA	55
3.1 O Cooperativismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (o MST)	55
3.2 As Propriedades Coletivas e a Economia Solidária no Brasil.....	63
3.3 As tipificações de Tecnologia Social identificadas no Brasil	72
3.4 As Relações Institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp	76
PARTE III: PESQUISA EM CAMPO	87
CAPÍTULO IV - ANÁLISES E RESULTADOS	87
4.1 O Levantamento, o Tratamento e a Análise dos Dados.....	87
4.2 Os Resultados da Pesquisa e a Tecnologia Social em Gestão, na COOAAT	99
CONCLUSÃO	106
As recomendações de Tecnologia Social em Gestão às Cooperativas Agropecuárias	106
APÊNDICES	112
APÊNDICE A – O Registro e a Guarda dos Termos de Consentimento	113
APÊNDICE B – O Mapa Mental da localização da Tecnologia Social em Gestão	114
APÊNDICE C – O Mapa Mental da Análise do Objeto de Estudo	115
APÊNDICE D – O Mapa Mental, o Estado Democrático, segundo Therborn.....	116

APÊNDICE E – O Mapa Mental do Resultado da Pesquisa, via História Oral	117
APÊNDICE F - O Termo de Consentimento de Luiz Batista Bustos	118
APÊNDICE G - A Transcrição da Entrevista de Luiz Batista Bustos	122
APÊNDICE H - O 1º Termo de Consentimento de Benedito Antonio Gomes	132
APÊNDICE I - A Autorização do Uso da Imagem de Benedito A. Gomes.....	136
APÊNDICE J - A Transcrição da Filmagem de Benedito Antonio Gomes	140
APÊNDICE K - O 2º Termo de Consentimento de Benedito Antonio Gomes	174
APÊNDICE L - A Transcrição da Entrevista de Benedito Antonio Gomes	179
APÊNDICE M - O Termo de Consentimento de Silmara dos S. A. de Souza.....	195
APÊNDICE N - A Transcrição da Entrevista de Silmara dos S. A. de Souza	199
REFERÊNCIAS	210
ANEXOS	217
ANEXO A - A Autorização para a aplicação desta Pesquisa Acadêmica.....	218
ANEXO B - O Registro e a Guarda do Vídeo Documentário	220
ANEXO C - A repercussão desta pesquisa no ambiente científico	221
ANEXO D - A repercussão desta pesquisa no ambiente social.....	222

INTRODUÇÃO

"Ler é pensar com a cabeça dos outros."
Arthur Schopenhauer

Percepções iniciais

Ouvimos os pássaros, eles nos regozijam com os seus cantos, nas novas árvores, que foram plantadas, no ano de 1994. Após muitas idas e vindas à antiga fazenda da Petrobrás, localizada, no município da Estância Turística de Tremembé-SP, não só durante a realização dos trabalhos de campo desta pesquisa, mas desde a tenra juventude deste pesquisador, verificamos, a partir de uma percepção inicialmente externa, uma mudança substancial do foco empresarial para o cumprimento constitucional, devido à função social da terra, para fins de Reforma Agrária. Nesse local, além de um imenso bosque de árvores frutíferas, principalmente de jabuticabas, concomitantemente existia um horto de eucalipto, eram muitas dessas árvores, que florestavam os 1.200ha dessa terra, algo a se perder de vista.

A história dessa fazenda remonta às décadas de 1950 e 1960, a Petrobrás tinha a proposta de explorar o xisto betuminoso, que se apresentava como um empreendimento muito interessante, em função da transformação dessa matéria-prima. Ao ser submetido a temperaturas elevadas, o xisto libera além de um óleo semelhante ao petróleo, a água e o gás, deixando um resíduo sólido contendo o carbono. Outro fator importante era a localização da fazenda, pela facilidade do escoamento dessa possível produção rumo à Rodovia Presidente Dutra BR-116, que liga o Estado de São Paulo-SP ao do Rio de Janeiro-RJ. Mas, após algumas escavações, na propriedade, e em virtude de custos operacionais, os esforços empresariais foram todos transferidos para a região Sul do país. Muita coisa mudou ao longo da história do Vale do Paraíba-SP desde aqueles tempos, principalmente pela instalação da industrialização nessa região. Enquanto isso, a Petrobrás mantinha as milhares de árvores de eucalipto em sua fazenda. Daí, então, que, em meados de 1994, o entorno dessa propriedade foi ocupado por um grupo de pessoas, e devido às tensões entre a sociedade civil e o governo federal, logo em 1995, a fazenda foi transformada em assentamento da Reforma Agrária.

As imagens de uma atividade que para mim era de visita rotineira, durante a juventude, refletiram-se nas escolhas posteriores, que me tornaram servidor da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-SP “José Gomes da Silva”, entre os anos de 2001 a 2012, e contribuíram para delimitar o tema de minha pesquisa de Mestrado.

Apresentação do tema e da justificativa

A dissertação é fruto dos estudos realizados, nas relações institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT). Essa cooperativa é composta atualmente por quarenta cooperados, todos assentados da Reforma Agrária que residem, na antiga fazenda da Petrobrás, no município da Estância Turística de Tremembé-SP, titulação reconhecida por Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993.

A trajetória percorrida pela pesquisa teve o seu início do exame crítico sobre a teoria das tecnologias, também investigadas as condições e as possibilidades de essas tecnologias contribuírem para qualificar a gestão da COOAAT, como Tecnologia Social. Uma das propostas do trabalho é identificar caminhos para compreender a manifestação do caráter social da tecnologia, de tal forma que as tipificações de Tecnologias Sociais, no Brasil, também são contextualizadas. Para constatação desse fato, o arcabouço teórico está concentrado nos estudos, que relacionam entre si o Cooperativismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as Tecnologias e as relações institucionais da COOAAT com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-SP “José Gomes da Silva” (Fundação Itesp).

Pelas circunstâncias do *locus*, no qual essas relações são estabelecidas, é ressaltada a importância do Engenheiro Agrônomo, José Gomes da Silva, patrono dessa fundação pública por sua atuação nas questões agrárias brasileiras. Na entrevista concedida à professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Regina Bruno, e ao funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Abdias Vilar de Carvalho, em setembro de 1994, é perceptível, cronologicamente, o quanto Gomes da Silva estava incansável na luta pela melhor distribuição de terras, no Brasil, sendo que a sua posição e as suas análises são conhecidas por todos, que atuam nesta conjuntura social e política, na qual o tema é a Reforma Agrária. Com essa entrevista, (BRUNO e CARVALHO, 1996) corrobora que, dentre as suas principais atividades, ele era o idealizador e o fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), em 1967, e também autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário. Como Secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro, na gestão de 1983 a 1987, criou, em 1983, o Instituto de Assuntos Fundiários, depois o ITESP e hoje a Fundação Instituto de Terras “José Gomes da Silva” (Fundação Itesp), em sua homenagem. Gomes da Silva era o presidente do INCRA, na Nova República, e coordenador da área de agricultura e Reforma Agrária do governo paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT). O início da Nova República começa, em 1985, e se prorroga

neste século, é o período imediatamente posterior ao Regime Militar, época de exceção das liberdades fundamentais e de perseguição aos opositores do poder (BRASIL, 2009). Na continuidade dessa entrevista, Gomes da Silva narra que além de ser o fundador da ABRA esteve presente na formulação do Estatuto da Terra, em 1964. A Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, consolidava esse Estatuto, sendo, portanto, uma obra do Regime Militar que acabava de ser instalado, no país, através do golpe militar de 31 de março de 1964. A criação desse Estatuto e a promessa de uma Reforma Agrária representava a estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar os camponeses e para tranquilizar os grandes proprietários de terra. As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra eram basicamente duas: a execução de uma Reforma Agrária e o desenvolvimento da agricultura.

A expressão Fundação Itesp está citada ao longo da dissertação, como abreviatura de *Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-SP “José Gomes da Silva” (Fundação Itesp)*, respeitado sempre o reconhecimento honroso ao ilustre patrono dessa fundação pública, diante das inúmeras vezes em que essa expressão é anunciada.

Desde o início, a pesquisa busca compreender de que maneira, e em que medida a emergência de Tecnologia Social (TS) influenciou a rotina administrativa da COOAAT, de tal forma a promover apropriação do gerenciamento e o controle de seus negócios, no setor da produção e da comercialização agropecuária. A intenção é colaborar com a geração de uma base de consulta a partir da qual é possível localizar, caracterizar e multiplicar ações de desenvolvimento de Tecnologias Sociais em escalas para cooperativas agropecuárias dos assentamentos da Reforma Agrária. As possibilidades de expandir o entendimento sobre Tecnologias Sociais, compreender processos que se relacionam ao seu desenvolvimento e ampliar espaços para debater as múltiplas relações entre desenvolvimento, tecnologias e sociedade caracterizam a relevância dessa iniciativa. O tema trabalhado, na dissertação, está inserido na linha de pesquisa *Organizações, Trabalho e Tecnologias Sociais* do Programa de Pós-Graduação em “Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade” da UNIFEI-MG. Além disso, estão autorizadas pela Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) as consultas e as permanências diretas tanto na sua rotina administrativa, quanto nas suas atividades políticas frente à sociedade brasileira, no teor das discussões sobre o cooperativismo, *vide* (Anexo A).

Na pesquisa, a questão de Tecnologia Social em Gestão é tratada no que se refere ao modo como as organizações socioprodutivas, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podem se apropriar de conhecimento técnico e científico. A partir desse primórdio, vivenciar novos paradigmas de gerir seus negócios, no princípio das redes de

relacionamento, atuando como protagonistas diante de decisões compartilhadas com gestores públicos e privados, e do resultado nessas relações, a obtenção de ganho institucional, político e socioeconômico.

Com o avanço dos trabalhos nessa proposta de demonstrar a manifestação de Tecnologia Social, na rotina da COOAAT, são analisadas várias formas de apresentações para anunciar cientificamente esse fenômeno. O resultado está representado pela dissertação, estruturada em três partes fundamentais, nas quais são elencados os principais temas que localizam a existência das relações institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp, sendo esses discutidos em quatro capítulos distribuídos ao longo dessas partes. Dessa forma, os elementos pré-textuais são encartados nessa obra, observadas as especificidades exigidas pelas normas brasileiras para a apresentação de dissertação, assim também, são para os elementos textuais e pós-textuais, nos quais estão a introdução, a fundamentação teórica, o método de pesquisa, a análise dos dados, as conclusões, as recomendações, os apêndices, as respectivas referências e, por fim, os anexos. Em especial, está ressaltado que a epígrafe lança um olhar, ou melhor, nos provoca para o exercício do ouvir, voltado para com quem se dialoga. É proposital que tenhamos que nos atentar, ao longo da leitura da dissertação, para o fato de ouvir o que se manifesta, na ânsia do querer dialogar, do querer falar e do querer se fazer existir dessa cooperativa de assentados da Reforma Agrária. Dentro desse contexto, o educador, (PAULO FREIRE, 1996) ocupa esse espaço de destaque.

A primeira parte da dissertação intitulada *Fundamentação da Pesquisa*, objetiva anunciar quais são as características históricas e políticas vividas, no Brasil, nos anos de 2012 a 2013, e diante dos fatos ocorridos nesse contexto, é questionada a relevância científica e social da pesquisa. Nesse ínterim, as experiências do pesquisador são explicitadas, como condições importantes nas relações institucionais existentes entre a sociedade civil e as atribuições do Estado, esse como prestador de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sob a responsabilidade da Fundação Itesp. Da convivência do pesquisador junto aos cooperados da COOAAT, é estabelecido o vínculo de proximidade, e a partir dessa condição, os debates, as discussões e os apontamentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa acontecem com maior frequência.

No primeiro capítulo da dissertação constam as contribuições e as limitações da pesquisa. Está ressaltado nesse capítulo a importância da metodologia, entendida como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico (DEMO, 1989). Para a localização do tema da pesquisa, a Tecnologia Social em Gestão, são estabelecidos os diálogos principalmente, com (GIL, 2002), quando da formalização da problematização, com

(GONZÁLES REY, 2005), quando da definição pela pesquisa qualitativa e com (BALTAR, 2000), quando da formulação da pergunta de pesquisa, e, na sequência, são anunciados os objetivos e as justificativas. Quanto aos limites da pesquisa, esses são verificados à luz da História Oral, segundo (ALBERTI, 2005). Uma vez que a pesquisa é considerada um processo, o propósito desse capítulo busca estabelecer uma dinâmica operacional de trabalho, assim, são dadas as devidas atenções para a aplicação dos critérios de coerência, de consistência, de originalidade e de objetivação, elucidados por (GOLDENBERG, 1999). A processualidade da pesquisa é constituída por essas condições e pormenorizado no capítulo subsequente.

No segundo capítulo, são abordadas as discussões sobre a metodologia da pesquisa, diante da perspectiva da História Oral, a definição do objeto de estudo, as suas implicações e a amostra da pesquisa. Nessa seção, em relação aos desafios apresentados por (BORDIEU, 1999) é fato a reflexão sobre as possibilidades de construção da Tecnologia Social em Gestão, como objeto de pesquisa. No propósito de recuperar fatos históricos, orais e escritos, que demonstram a emergência dessa tecnologia, surgem os diálogos com (ALBERTI, 2005) e (MEIHY e RIBEIRO, 2011), sobre o uso da História Oral como técnica de abordagem. Mesmo porque as relações interpessoais do pesquisador-pesquisado são construídas por meio de entrevistas semiestruturadas, filmagem e análise documental. Também são exploradas as questões ligadas à teoria, à história e à técnica da História Oral. O percurso metodológico da pesquisa é construído diante desses aspectos, e também são levadas em consideração, as percepções do pesquisador, pela sua vivência na arena de conflito entre os assentados da Reforma Agrária, representados pela COOAT e a Fundação Itesp. Daí, então, que para a estruturação dessa metodologia, três momentos são primordiais, sendo eles, a aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), a elaboração de Mapa Mental e o Planejamento da Pesquisa. O DRP é um instrumento que adota princípios da andragogia, muito usual nas atividades rurais, aplicado para estimular a interação entre as pessoas adultas. Essa abordagem, além de propiciar que essas pessoas manifestem os seus interesses, as suas responsabilidades e as suas competências, frente a uma situação específica a ser analisada, é também utilizado para o levantamento de informações necessárias para o aprimoramento de um trabalho de cunho participativo. Por esse instrumento, a referência para os estudos sobre o anúncio da pesquisa é uníssono com (GONZÁLES REY, 2005), em virtude da construção do *cenário de pesquisa*, que tem por objetivo apresentar os trabalhos para os sujeitos que dela participam. Os Mapas Metais são os diagramas voltados para a gestão de informações, de conhecimento e de capital intelectual, representados sob a forma de figuras e desenhos, e para

o desenvolvimento desses mapas, tanto (TONY BUZAN, 1993), quanto (DAGNINO *et al.*, 2002) são referências de estudo.

Pela evolução dos trabalhos da pesquisa, muitos registros dos dados de campo são organizados nesses mapas mentais, ou seja, esses diagramas servem como banco de informações que possibilitam uma visão sistêmica da pesquisa em si, exemplos desses estão inseridos, nos apêndices da dissertação, com o intuito de projetar o porquê, como e em que momentos são imprescindíveis. O planejamento do trabalho acadêmico, por sua vez, apresenta a processualidade e a sequencialidade de todas as ações que são desenvolvidas no início, no meio e no fim da pesquisa. O aspecto fundamental do segundo capítulo está por conta da construção do procedimento metodológico, utilizado para a delimitação do objeto de pesquisa, quando da idealização e da constituição da tríade concepção, de iniciativa do pesquisador. A intenção de relacionar os três conceitos, que são os pilares da pesquisa, sendo eles, o cooperativismo da COOAAAT, diante das influências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as Tecnologias e as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da Fundação Itesp, em uma relação de simbiose institucional, está bem clara pela proposta dessa tríade. Obviamente que quando se fala da integração institucional, na característica citada acima, está entendido também a celebração de cooperação e de parceria entre os entes envolvidos. A tríade concepção localiza o objeto de estudo, na interseção, resultante das sobreposições dos conceitos nucleares da pesquisa, *vide* (Apêndice E).

A segunda parte da dissertação, denominada *Referencial Teórico*, visa propiciar um diálogo entre os pensadores e propor uma reflexão acerca dos conceitos nucleares da pesquisa, principalmente àqueles que envolvem as cooperativas dos assentamentos da Reforma Agrária, pré conceituadamente, observadas como instituições periféricas e tradicionalmente marginalizadas nos estudos sociais. Os textos que recuperam a memória dessas localidades e que discutem tanto o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quanto a prestação de ATER dos governos federal e estadual são privilegiados.

No terceiro capítulo, consta a revisão de literatura. Esse capítulo está propositalmente inserido, na segunda parte da dissertação, com o objetivo de proporcionar destaque às discussões e às abordagens sobre a teoria de apoio da pesquisa. Em seu corpo textual, são encontradas as seguintes literaturas: (a) o cooperativismo do MST, em que estão destacadas as origens desse movimento social e as suas ações sócio-políticas que fomentaram a formação de cooperativas de produção agropecuárias e de serviços, nos assentamentos da Reforma Agrária, localizadas de norte a sul do país, e a publicação da Secretaria Nacional do MST é o referencial teórico (MST, 2010); (b) a Economia Solidária, inicialmente, na

pesquisa, ela é identificada como um movimento de caráter utópico e solidário ao mesmo tempo. Os aspectos estudados sobre essa economia apresentam a sua origem, as suas práticas e as suas discussões teóricas, e o seu recorte está circunscrito no bojo das atividades do cooperativismo existentes, no Brasil, as referências são (SINGER, 1998, 2002) e (GAIGER, 2000, 2003); (c) as tipificações das Tecnologias Sociais, no Brasil. Primeiramente, é apresentado um rápido olhar para o senso etimológico do conceito sobre a tecnologia, os estudos partem de uma ampla análise dessa concepção para um recorte local, político, social e econômico, quando das análises de Tecnologias Sociais neste século, apontadas por (DAGNINO, 2000, 2011) e (NEDER, 2009). Para esses autores, essas tecnologias são caracterizadas como aquelas voltadas para a produção de artefatos ou para o processo e gerenciamento da produção, ambas com foco para soluções de problemas que atingem as populações em estado de vulnerabilidade socioeconômica. Ao encontro desses pensadores, está alinhado o trabalho de (CORRÊA, 2010), também pelas reflexões sobre essas Tecnologias Sociais desenvolvidas, no Brasil contemporâneo, e como resultado de sua pesquisa, surgem as tipificações dessas práticas sociais identificadas como as Materiais e as Imateriais, sendo que, no tipo de Tecnologia Social Imaterial, são encontrados os subgrupos de serviço, de processo e de gestão. Para (CORRÊA, 2010) são exemplos de Tecnologias Sociais do tipo Materiais a fabricação de tijolos a partir de reciclagem de isopor e garrafas plásticas e a captação de água da chuva para armazenamento em cisternas, as do tipo Imateriais de Gestão, especificamente, são observadas as atividades de cooperativas de produtores rurais que se encontram em ambientes, nos quais são praticadas a Economia Solidária e (d) as relações institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp. Aqui, os estudos teóricos revelam as origens tanto da COOAAT, quanto da Fundação Itesp, e confirmam a existência da intercambialidade entre a sociedade civil e o Estado, no tempo, e no espaço. São referências os registros públicos da Fundação Itesp e os documentos institucionais da COOAAT.

É nesse contexto que os esforços do pesquisador estão concentrados para demonstrar o *locus* fundamental dos estudos da pesquisa. O Objeto de pesquisa está restringido tanto espacial, como temporalmente, pois os trabalhos são conduzidos para esse nível de detalhamento. Uma vez que a pesquisa social é eminentemente empírica, está definido o local, no qual o fenômeno ocorre, nas relações institucionais, e diante da circunstância temporal, a pesquisa acontece, no interstício dos anos de 2010 a 2013. As fontes de consulta são aquelas que retratam o lastro histórico da Reforma Agrária, no Brasil, advindas do (MST, 2010), da Fundação Itesp e da COOAAT, principalmente. Os registros

que recuperam esse fato histórico estão alinhados com as referências teóricas de (DOMINGO NETO, 2002) sobre a Reforma Agrária do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Os estudos sobre a revisão de literatura do terceiro capítulo agregam valores críticos e aprofundam a reflexão teórica sobre a proposta da pesquisa, intitulada *A Tecnologia Social em Gestão, nas Relações Institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentamentos do Município de Tremembé-SP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-SP (Fundação Itesp)*.

A terceira parte da dissertação, identificada *Pesquisa em Campo*, apresenta gradativamente o levantamento, o tratamento e a análise dos dados e também objetiva mostrar os resultados alcançados pelo cumprimento da processualidade das ações, definidas pelo planejamento da pesquisa. O conteúdo dessa parte registra a fase final do trabalho acadêmico.

No quarto e último capítulo, que está inserido, na terceira parte da dissertação, são mencionados que os trabalhos de campo da pesquisa estão tanto detalhados, quanto desenvolvidos à luz do momento histórico da COOAAT. O que significa dizer que as relações entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa acontecem, na existência das relações institucionais da COOAAT, com os diversos atores sociais do seu entorno, e constantemente com a presença da Fundação Itesp, em função da prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) dessa Fundação, na rotina de trabalho dessa organização socioprodutiva. Segundo (ITESP, 2012), a ATER é feita de modo a preservar os princípios da participação e da sustentabilidade, com foco, na pessoa humana, nas relações sociais e históricas e no meio ambiente. As ações sociais são marcadas por atuações conjuntas, em parceria com os governos estadual e federal e com as organizações da sociedade civil, proporcionando a educação para jovens e adultos, e acesso à leitura, à inclusão digital, à formação técnica, à melhoria nas condições de atendimento à saúde e ao alcance efetivo aos direitos previdenciários. Os programas de apoio à produção estimulam as atividades diretamente ligadas à exploração do potencial agropecuário do lote rural.

Nesse contexto, as anotações do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) são seguidas com muita atenção para o levantamento dos dados em campo, esse é o instrumento de interação aplicado, no início das ações, quando na interação com os sujeitos e com o ambiente da pesquisa. Dessa forma, são identificados os perfis dos entrevistados que mais se ajustam ao tema do trabalho, pressupostos que se alinham com (ALBERTI, 2005). Com isso, são entrevistados oito cooperados da COOAAT, em um universo de 40 componentes do quadro institucional dessa cooperativa, via entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários temáticos. São ressaltados que depois de observado o ponto de saturação das

entrevistas, duas dessas são arquivadas na dissertação, a do Sr. Luiz Batista Bustos - Presidente da COOAAT e a da Srta. Silmara dos Santos Amaro de Souza - Secretária da cooperativa. Pela Fundação Itesp, são duas ações, primeiro a entrevista e depois a filmagem, ambas com o Engenheiro Agrônomo, Benedito Antonio Gomes, funcionário com ampla experiência nos temas sobre o cooperativismo e a Reforma Agrária, no Estado de São Paulo-SP. Em suma, do resultado dessas abordagens, são produzidas nove entrevistas e uma filmagem que, por isso, diante do ponto de saturação são registradas, na dissertação, somente três entrevistas e uma filmagem. Todos os entrevistados assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) - Cessão de direitos sobre depoimento oral e escrito e, além desses, especificamente para o Agrônomo, Benedito Antonio Gomes, é submetido o Termo de Autorização de uso geral de imagem, som da voz e ou nome, *vide* (Apêndices A, F, H, I e M). Somadas a essas entrevistas, estão as pesquisas e as identificações de documentos provenientes de acervos de instituições públicas da esfera estadual e municipal, que são fontes de consulta. Dessa forma, também constam nos registros da dissertação: a Divulgação da relação institucional da COOAAT com a Fundação Itesp (Figura 3), datada em 13/03/2010; o Termo de Anuência de parcerias para elaboração de projetos socioeconômicos e captação de recursos, via Fundação Itesp (Figura 6); o Contrato celebrado por licitação, para entrega de alimentos ao Departamento de Assistência Social da Prefeitura da Estância Turística de Tremembé-SP (Figura 7); o Contrato para fornecimento de alimentos a programas assistenciais, via CONAB/SESC; o Termo de Anuência de Órgãos Públicas (Prefeituras) para apoio a projetos sociais e o Vídeo Documentário da entrevista do Sr. Benedito Antonio Gomes, Agrônomo da Fundação Itesp, *vide* (Anexo B). Ainda, são pesquisados outros documentos oficiais do vasto acervo técnico da Fundação Itesp, da COOAAT e das anotações pessoais do pesquisador, ao longo dos anos de 2010 a 2013.

De posse desse volume de material, que são produzidos e também levantados por consultas, o objetivo, agora, é organizar todas essas informações, em relação ao cumprimento da próxima ação, o tratamento dos dados. É considerado que a subjetividade do pesquisador está sempre presente nas ações da pesquisa qualitativa, e que mesmo nas quantitativas, isso também é notório, então, os procedimentos adotados são para a priorização do cruzamento de dados, com o objetivo de obter melhor compreensão do problema estudado. A História Oral Híbrida é empregada como técnica, para transcender os limites impostos pela característica da pesquisa. As análises das entrevistas são cruzadas com a filmagem, com os documentos oficiais, com as memórias escritas, com os dados estatísticos, com a revisão de literatura, ou seja, é realizado um trabalho de maior abrangência (MEIHY e RIBEIRO, 2011). Essa

alternativa corresponde a uma dimensão analítica muito mais ampla. De acordo com esses autores, a História Oral híbrida acontece quando as entrevistas dialogam com outros documentos escritos. Na continuidade dos trabalhos da pesquisa em campo, a ação precedente é o tratamento dos dados, esse composto pela identificação, pela transcrição e pela organização de todo o material apurado. Um banco de dados é elaborado do resultado proveniente da reorganização total dessas informações a partir do qual esses são trabalhados para subsidiar a ação seguinte, referente à análise dos dados. Nesse momento, é constituída a categorização dos dados, por afinidade temática a partir dos códigos identificados, no tratamento de todas as informações coletadas. Um quadro informativo é elaborado, no qual constam os temas principais e secundários, com objetivo de permitir maior detalhamento da categorização (Quadro 1).

Nesse capítulo, os resultados da pesquisa são apresentados de modo a desvelar relações, influências e contradições estabelecidas entre o campo empírico e a base conceitual. Em conformidade a (CORRÊA, 2010), a intenção é a de que, a partir dos dados concretos, esses sejam submetidos à medição de uma instância abstrata (a teoria de apoio), para chegar novamente aos dados, agora examinados com estranhamento e desnaturalização. É constatado que a partir da categorização emergente dos assuntos que se sobressaem, na análise dos dados, muitos aspectos são convergentes. Uma vez que o ambiente da COOAAT é marcado por complexidade, é priorizada, na pesquisa, a descrição interpretativa. As informações que subsidiam a resposta do problema de pesquisa são construídas dessas análises dos dados. Outra característica relevante para os resultados da pesquisa são as possibilidades de combinações e de aglutinações de categorias, o que expande, com qualidade, as análises críticas sobre o tema da pesquisa (Quadro 1). Assim, diversas combinações e aglutinações de categorias são realizadas para que os resultados encontrados apresentem respostas à pergunta do problema de pesquisa: *As Relações Institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-SP (Fundação Itesp) são pautadas no viés das Tecnologias Sociais?*

Os resultados, que são obtidos dessas análises, evidenciam que a pesquisa “*A Tecnologia Social em Gestão, nas Relações Institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Fundação Itesp)*” é a continuidade dos trabalhos de (CORRÊA, 2010), principalmente, no campo das tipificações das TS, no Brasil, haja vista a resposta para o problema de a pesquisa demonstrar a TS da COOAAT como

Tecnologia Social em Gestão. Por conta da amplitude conceitual das análises, o resultado da pesquisa apresenta evidências de validade e de fidedignidade, no que tange às caracterizações encontradas, na análise de dados que, de tal maneira, são responsáveis pela constituição das categorias (Quadro 1). A favor disso, estão as convergências dos conceitos de Tecnologia Social (TS) que caminham para um senso de unanimidade entre os autores; a homogeneidade da amostra (baseada em uma série de critérios participativos) e o tamanho amostral adequado para as análises. É evidente que poderão existir opiniões divergentes, com relação às narrativas coletadas dos sujeitos da pesquisa, muito embora, sempre que há necessidade de definições que afetam a rotina da COOAAT, os cooperados se mantêm, no princípio das decisões participativas, diante dos resultados definidos, nas suas assembleias gerais e extraordinárias. No fim dos trabalhos da pesquisa, as análises de comparação de conceitos sobre Tecnologia Social (TS) de (NEDER, 2009), (CORRÊA, 2010) e (DAGNINO, 2011) são submetidas à triangulação entre si, e, como resultado final, são ratificadas evidências convergentes de fidedignidade e validade de construto, isso representa dizer que a resposta para o problema de pesquisa é afirmativa, ou seja, a COOAAT está apropriada de Tecnologia Social em Gestão.

Por fim, as *Conclusões* elucidam as observações fundamentais do pesquisador com relação à relevância da pesquisa, no contexto da existência de Tecnologias Sociais, sendo essas diagnosticadas em uma cooperativa agropecuária do assentamento da Reforma Agrária. Os desafios estão no esforço do caminhar da periferia para o centro, da marginalidade para a visibilidade quando da necessidade do senso de pertencimento dessas cooperativas, nas participações de processos democráticos e de desenvolvimento do país.

É fato que a cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) é uma organização socioproductiva muito atuante, no cenário das políticas públicas agrárias, nas três esferas de governo federal, estadual e municipal, de tal forma que a ela é conferida uma posição de destaque nas discussões sociais, políticas e econômicas, quando da necessidade ao exercício da cidadania. Nessa perspectiva, as atividades desenvolvidas por essa cooperativa, em um fluxo contínuo de aprendizado, ao longo dos seus 18 anos de existência, promovem, em sua gestão, vários mecanismos de resistência contra essa marginalidade imposta pelo sistema sócio-capitalista. Estão em tensões as manobras de flanco, em relação à manutenção de uma identidade pessoal e territorial, ao passo que são fatos consumados, na sociedade brasileira, os assentados da Reforma Agrária (agricultores familiares) e os seus respectivos locais de existência (seus lotes agrícolas). Diante dessa dinâmica de relações com os diversos atores sociais do seu entorno, a maneira

operacional de gerir de seus negócios é pesquisada à luz da Tecnologia Social em Gestão. Nessa seção, as conclusões são apresentadas na compreensão da existência dessa tecnologia, nas relações institucionais da COOOAAT com a Fundação Itesp, instituição pública atuante na prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no Estado de São Paulo-SP. Nessas, a Tecnologia Social (TS), é observada como o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho, segundo (DAGNINO, 2011). É evidenciada por (CELSO FURTADO, 1984) a importância da autogestão ao ressaltar a coletivização dos meios de produção com uma das experiências mais significativas de endogeneização do desenvolvimento, ou seja, um controle coletivo das atividades econômicas.

Nesse contexto de apropriação da gestão, do controle da produção, da comercialização e da influência do coletivo, nas tomadas de decisão dos negócios celebrados pela COOAAT, são apresentados resultados qualitativos de impactos socioeconômicos, oriundos dos contratos com o mercado institucional, principalmente. São evidenciadas, nas conclusões da pesquisa, que esse modo de gerir da COOAAT é possível de ser multiplicado para outras cooperativas agropecuárias, e que o tema não se encerra na perspectiva do estudo apresentado, é fomentada a continuidade da pesquisa em nível de pós-graduação. São possíveis as replicações de Tecnologias Sociais, na sociedade, brasileira, principalmente, nas recônditas e longínquas regiões, nas quais, muitas vezes, a solução está na solidariedade e na união coletiva de esforços para sanar os problemas socioeconômicos. No final da dissertação, são apresentados os *Apêndices*, as *Referências* e os *Anexos* em alusão a um espectro de luz a representar a amplitude e a intensidade do volume de atividades desenvolvidas na pesquisa.

PARTE I: FUNDAMENTAÇÃO DA PESQUISA

CAPÍTULO I - CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES

1.1 A processualidade e o desenvolvimento da pesquisa

As considerações apresentadas nesta dissertação partem, em larga medida, da condição do pesquisador, enquanto Analista de Desenvolvimento Agrário, cargo público, que ocupou na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Fundação Itesp) e de suas experiências com políticas públicas agrárias, com articulações nos movimentos sociais e na difusão do cooperativismo, ambas vivenciadas entre os anos de 2001 a 2012.

Posicionou-se pela neutralidade diante dos fatos e acontecimentos narrados, e que o pesquisador ausenta-se de privilegiar um interesse partidário, ou outro, que seja. Em algumas condições, manifestar-se-á convergência ou divergência, diante de posicionamentos de autores que participam nesta pesquisa. Movimento esse sempre sob a vigilância epistemológica.

Nessa conjuntura, definido o lugar do pesquisador, cabe esclarecer que esta dissertação ressalta a importância da metodologia, entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, conforme (DEMO, 1989), indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades. Não se trata, portanto, de uma discussão sobre técnicas qualitativas de pesquisa, mas sobre maneiras de se fazer ciência. O tema desta pesquisa é a Tecnologia Social, doravante (TS). Foram retomados alguns conceitos abordados sobre a manifestação de Tecnologias Sociais (TS) nas atividades de Cooperativas Agropecuárias dos Assentamentos da Reforma Agrária. São referências de TS as produções acadêmicas de (DAGNINO, 2000, 2002, 2004, 2009, 2011) e (NEDER, 2009).

A partir da localização do tema desta dissertação é notório que a formalização da problematização constitui-se parte intrínseca à pesquisa. Segundo (GIL, 2002), são apontadas cinco regras para a adequada formulação do problema: (a) o problema deve ser formulado como uma pergunta; (b) o problema deve ser delimitado a uma dimensão viável; (c) o problema deve ter clareza; (d) o problema deve ser preciso e (e) o problema deve apresentar referências empíricas. As regras não podem ser rígidas, sendo, então, moldadas à especificidade do problema. Sob a ótica de (GONZÁLEZ REY, 2005), a formulação desse problema não é um momento formal, senão o desenvolvimento progressivo de uma

representação que não será, nem deverá ser perfeita, mas que vai orientar o processo de organização inicial da pesquisa, o qual será suscetível de modificação no transcorrer de sua aplicação. Nessa observação, uma vez constituída a problematização, e que essa orientará processos organizativos da pesquisa, para (JURAN, 1995), tais processos são definidos como uma série sistemática de ações direcionadas para a consecução de uma meta, enquanto (CAMPOS, 1999) salienta a ideia de operações sucessivas e ou paralelas que proporcionam um resultado, geralmente como parte de um ciclo global de produção, de um produto ou de um serviço. Já (LAURINDO e ROTONDARO, 2006) discorrem que processo é somente a forma como é desenvolvida uma atividade.

Nesse contexto, com o propósito de estabelecer uma dinâmica operacional de trabalho, considera-se que a pesquisa é um processo e contribui para o conhecimento científico, caracterizada como:

A construção de conhecimento original de acordo com certas exigências científicas. Para que o estudo seja considerado científico deve-se obedecer aos critérios de coerência, consistência, originalidade e objetividade. É desejável que uma pesquisa científica preencha os seguintes requisitos: (a) a existência de uma pergunta que se deseja responder; (b) a elaboração de um conjunto de passos que permitam chegar à resposta e (c) a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida. (GOLDENBERG, 1999, p.106)

Ao encontro das afirmações de (BALTAR, 2000), tem-se que a inquietação proveniente da experiência cotidiana do pesquisador deve atender a alguns requisitos, para então, tornar-se um problema de investigação sociológica. Embora a questão que se formula é proveniente de uma afinidade do pesquisador com o tema, mesmo assim, em primeiro lugar, deve-se satisfazer ao objeto básico da sociologia - o que a sociologia estuda, ou seja, o seu objeto. Esse definido por *relações sociais* ou *atos sociais* ou *ações sociais*, dependendo da matriz teórica clássica que se queira. Logo, a pergunta formulada tem que ser feita sobre um conjunto de *relações sociais*. Bem assim, reitera-se pelos estudos de (BALTAR, 2000), que qualquer pergunta que não envolva um conjunto de relações sociais, não poderá ser respondida pela sociologia. Para cada ciência em particular, o problema de pesquisa deve estar dentro do limite explicativo do seu objeto de estudo básico, aquele que a define como uma ciência específica em relação às demais.

Portanto, para tal desiderato, a pergunta que se semeou foi a seguinte: ***As relações institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-SP (Fundação Itesp) são pautadas no viés das Tecnologias Sociais?***

Constituída a problematização, o objetivo geral dessa pesquisa teve o ímpeto de demonstrar que as relações institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Fundação Itesp), no contexto do seu processo administrativo, promoveram a emergência da Tecnologia Social em Gestão, repercutindo para a transformação socioeconômica dessa cooperativa. Os objetivos específicos foram alicerçados em três ações distintas, como condição inicial, observar, nas relações institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp o processo constituinte de Tecnologia Social (TS). Como passo seguinte, identificar, documentalmente, as formas de gerir dos negócios praticados pela COOAAT, para que se possa constatar nesse processo administrativo a manifestação da Tecnologia Social (TS) e, por fim, apontar de que forma as relações institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp contribuem para a qualidade socioeconômica dessa cooperativa e como se interagem a produção, o controle e a comercialização de seus produtos agropecuários.

Com o cumprimento dos objetivos supracitados, almeja-se que esta pesquisa contribua para ampliar a discussão sobre tipos de gestões nas Cooperativas Agropecuárias, situadas especificamente nos Assentamentos da Reforma Agrária, levando-se em considerações sua importância como organizações socioprodutivas e o desenvolvimento de Tecnologias Sociais (TS) nos seus cotidianos. Mas, principalmente, fomentar ações multiplicadoras de visitas técnicas à gestão da COOAAT, com a finalidade de interagir conhecimento popular com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Esta dissertação está fundamentada na pesquisa qualitativa não se concentrando, a priori, com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão das ações de um grupo social com as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), prestados por instituição pública, intercambialidade entre Estado e Organizações Socioprodutivas, como anunciado pela problematização. Segundo (GOLDENBERG, 1999), os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. Nessa propositura, os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. Para a coleta de dados, utilizou-se da História Oral como técnica, como método de trabalho. Nos trabalhos de campo, foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas e

levantamento de documentos, de tal forma a recuperar momentos de memórias e destacar os fatos que comprovam os objetivos desta pesquisa. Pela investigação descritiva, os dados foram recolhidos em situação natural e complementados por informações obtidas através do contato direto; transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros oficiais. Levou-se em considerações a familiaridade com o ambiente e com as pessoas, e outras fontes de dados, adquiridos principalmente através da observação direta, a COOAAT como ambiente de pesquisa e os Agricultores Familiares, assentados da Reforma Agrária como pessoas.

Os limites de uma pesquisa qualitativa são observados, na reflexão exaustiva acerca das notas de campo, que pode representar uma forma de tentar atingir o objeto estudado, além de controlar o efeito do observador, também pela falta de detalhes sobre os processos através dos quais as conclusões são alcançadas, impulsionando a determinações prévias de resultados. Considerando-se que a subjetividade do pesquisador sempre está presente, mesmo nas pesquisas quantitativas, o procedimento tomado nesta pesquisa, priorizou o cruzamento de dados, podendo, assim, obter uma melhor compreensão do problema estudado. Para transcender os limites impostos pela característica desta pesquisa empregou-se, como já frisado, a História Oral como técnica. Para as análises das entrevistas supõe-se o cruzamento documental (documentos oficiais, memórias escritas, dados estatísticos, literatura, reportagens, dentre outros), ou seja, um trabalho de maior abrangência (MEIHY e RIBEIRO, 2011). Essa alternativa corresponde a uma dimensão analítica muito mais ampla. De acordo com esses autores, a História Oral híbrida acontece quando as entrevistas dialogam com outros documentos escritos.

No que se refere à estruturação ideal de uma pesquisa científica, embora (LAKATOS e MARCONI, 1992) posicionem-se a apresentarem as justificativas antes dos objetivos, nesta dissertação, considerou-se a ordem objetivos, primeiro, e justificativas, depois, pois parece ser a melhor do ponto de vista lógico. A inversão não faz muito sentido, pois como justificar o que ainda não foi apresentado?

Superada a discussão sobre o posicionamento desses tópicos, oportuna-se esclarecer por que esta pesquisa foi realizada. Eclode pela relevante aplicabilidade! Pois, lá está, no momento em que há amplo incentivo às alternativas propícias a garantir a sobrevivência das camadas mais atingidas da população, diante do suplício inenarrável pela falta de alimentos, e ou pelo desperdício desses. Dentre elas, cabe destacar a ampliação e o desenvolvimento de organizações populares, fundadas nos princípios da solidariedade, constituindo, assim, alternativas de trabalho e geração de renda para trabalhadores excluídos

do mercado de trabalho formal ou informal. Por falta de poder econômico, as populações excluídas não geram demanda capaz de estimular a oferta de soluções mercadológicas, de ciência e tecnologia. A COOAAT é uma dessas organizações, além de estar engajada em ações coletivas de cunho social e político, busca, constantemente, alternativa de trabalho e geração de renda para seus cooperados - Agricultores Familiares. Caracteriza-se como cooperativa agropecuária, cuja constituição acontece no momento em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), instala a proposta de formação de Cooperativas Agropecuárias de Produção (as CPAs) nos Assentamentos da Reforma Agrária, isso em 1996. Para fins de localização histórica, esta pesquisa figura-se entre os anos de 2010 a 2013.

O ano de 2010 é marcado pelo final do governo do ex-presidente, Luis Inácio Lula da Silva, um governo de esquerda que atendeu, de certa forma, as classes menos favorecidas economicamente, implantando vários programas de assistência socioeconômica, dentre eles, o “Fome Zero”. Nesse governo de oito anos (2003 a 2010), constata-se como fato relevante para esta pesquisa a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) constituída, no ano de 2003, e secretariada, desde então, por Paul Singer. Instalada, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, é fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do ex-presidente Lula. Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, tem o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária (ES) em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário¹. (SINGER, 2002, p.9) afirma que “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”. A Economia Solidária (ES) caracteriza-se por ser um conjunto de práticas de geração de trabalho e renda, organizadas como experiências coletivas nas quais os membros comungam a expectativa de melhoria, na qualidade de vida, na autonomia, no reconhecimento como ser humano e ser social, bem como na satisfação de necessidades evitando, no entanto, se submeter à lógica capitalista vigente. Essas práticas primam pela colaboração e pela vivência de princípios solidários, e podem aparecer sob a forma de grupos de produção, cooperativas e associações, clubes de trocas, banco dos pobres, empresas autogestionárias, organizações populares rurais e urbanas. Tais práticas exigem também que o consumo seja repensado: estimulando-se que seja realizado de forma crítica e

¹ Sobre o assunto, consultar (SENAES, 2003), a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao-1.htm>. Acesso em: 09 jul. 2012.

critérioriosa, no intuito de tornar o consumidor também responsável por *patrocinar e favorecer* organizações que pratiquem ações de responsabilidade social e ambiental. O ano de 2010 também revelou-se fundamental para o fortalecimento institucional da ES, no Brasil, com a realização da II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), com o tema “O direito às formas de organização econômica baseadas, no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão”, reafirmando a ES como estratégia e política de desenvolvimento. Além disso, nesse ano, foram assinados dois Decretos do poder executivo, contribuindo para a institucionalização da política pública de ES: o Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, instituindo o Sistema de Comércio Justo e Solidário (SCJS) e o Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010, que institucionalizou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC).

Na continuidade, o ano de 2011 representa um marco, na história da política nacional, com a primeira mulher eleita presidente do Brasil, Dilma Rousseff (2011 a 2014). Observa-se, neste governo, a ampliação e consolidação do Bolsa Família - Integração de todas as políticas sociais implementadas pelo governo Lula. No contexto desta pesquisa, verifica-se a importância do fortalecimento de Políticas Públicas da Agricultura Familiar, com a expansão de recursos disponibilizados para as ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Conhecido como Merenda Escolar, o PNAE consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, de responsabilidade administrativa do Fundo Nacional de Educação (FNE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, que é o responsável pela normatização, pela assistência financeira, pela coordenação, pelo acompanhamento, pelo monitoramento, pela cooperação técnica e pela fiscalização da execução desse programa. O objetivo é oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas do Brasil e, simultaneamente, estimular a Agricultura Familiar nacional. Os assentados da Reforma Agrária têm prioridade no PNAE². Os empreendimentos coletivos rurais e suas organizações podem participar do programa por meio de chamadas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ampliar os recursos para fortalecer as cooperativas e ampliar os volumes de aquisição são ações para a safra (2013/2014)³ com um volume na ordem de 39 bilhões para o fortalecimento da

²Sobre o assunto, consultar a Transferência de Recursos Financeiros do Governo Federal. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf. Acesso em: 11 jul. 2012.

³Sobre o assunto, consultar o Plano Safra (2013/2014). Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/ao-vivo-plano-safra-da-agricultura-familiar-20132014-tera-r-39-bilhoes/>. Acesso em: 11 jul. 2012.

Agricultura Familiar. Destes, o PNAE conta com R\$ 1,1 bilhão via FNE. Nessa seara de disponibilidade de recursos, há também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado, em 2003, é uma ação do governo federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza, no Brasil, e, ao mesmo tempo, fortalecer a Agricultura Familiar, conta com R\$ 1,2 bilhões, incumbidos estão o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento agrário (MDA), para a operação desse programa. Para isso, utilizam-se de mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações. Para a safra (2013/2014), o governo federal ampliou o limite de aquisição anual por agricultor, via PAA, que saltou de R\$ 4,5 mil para R\$ 5, 5 mil. Para o produtor ligado à cooperativa, passou de R\$ 4,8 mil, na última safra, para R\$ R\$ 6,5 mil, anualmente.

Pela importante atuação, nas áreas de segurança alimentar e na redução da pobreza, a Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu o ano de 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas, em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA).⁴ Com o *slogan* “Cooperativas constroem um mundo melhor”, fomentaram programas, primeiramente para auxiliar a formação de redes que permitissem aos agricultores reunir ativos e competências para superar barreiras de mercado e outras limitações, e também incentivaram o diálogo com os governos e com a sociedade civil para a implementação de políticas que levassem em consideração as necessidades de homens e mulheres, que vivem, no campo. O apoio da ONU se deve ao grande destaque das cooperativas no seu trabalho social e no cenário econômico mundial. De acordo com essa Organização, as cooperativas beneficiam diretamente o pequeno agricultor, ao aumentar seu poder de negociação e sua capacidade de compartilhar recursos. Mas, nessa linha de ações diplomáticas e de incentivos para constituições de arranjos institucionais e de redes de trabalho em conjunto, o Brasil já se posicionava, desde 2003, com a criação da Rede de Tecnologia Social (RTS).⁵ Independentemente das propostas da ONU, o Brasil sempre demonstrou devida atenção às atividades agropecuárias, ora por possuir enorme extensão territorial, ora por ainda se manter no aspecto de país com grandes áreas agricultáveis. A ideia de se criar uma rede com essa perspectiva tecnológica surgiu do entendimento comum a

⁴ Fonte de consulta: Ações da (ONU, 2012), o Ano Internacional das Cooperativas. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/giro-sustentavel/cooperativas-serao-destaque-em-2012/>. Acesso em: 12 jul. 2012.

⁵ Sobre o assunto, consultar a Rede de Tecnologia Social, no Brasil. Disponível em: <http://sites.Petrobras.com.br/minisite/desenvolvimento-e-cidadania/projetos/>. Acesso em: 12 jul. 2012.

várias pessoas e instituições que trabalham com a interação entre projetos sociais, geração de trabalho e renda e fomento tecnológico. Para elas, as soluções dos principais problemas do país e as consequentes experiências de sucesso ainda ficavam restritas a algumas localidades e eram marcadas por ações que possuíam poucas conexões entre si, resultando na pulverização de recursos. Segundo a RTS, o primeiro encontro que discutiu a ideia de articulação em torno da Tecnologia Social (TS) aconteceu, em julho de 2004, em Brasília.

A partir desse momento, passaram a participar do processo de discussão e construção, várias organizações da sociedade civil, instituições governamentais, empresas, universidades e institutos de pesquisa. O principal momento, nesse início de mobilização, foi a realização da 1ª Conferência Internacional e Mostra de Tecnologia Social (São Paulo, novembro de 2004). Nesse evento, estiveram reunidas cerca de 400 pessoas, discutindo conceitos e apresentando propostas de operacionalização da rede que viria a se formar. A Rede de Tecnologia Social (RTS) é uma iniciativa que reúne órgãos governamentais, empresas estatais, órgãos privados de fim público, universidades, ONGs e movimentos sociais, que trabalham com reaplicação, difusão, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de Tecnologias Sociais. No ano de 2008, havia 600 instituições cadastradas, atualmente a RTS possui 896 dessas.⁶

Nesse contexto, articulando-se com pensadores e teóricos disseminadores das Tecnologias Sociais, observa-se, nos apontamentos de (FONSECA e SERAFIM, 2009), que uma das características mais importantes da Tecnologia Social (TS) é o seu potencial de consolidação de processos de aprofundamento da democracia como aqueles que estão em curso na América Latina. Por ter como fundamento a geração coletiva e a participação dos seus usuários no seu desenvolvimento, a TS aponta como objetivo, ao mesmo tempo imediato e estratégico, a construção de um novo estilo de desenvolvimento, mais inclusivo e participativo. O imperativo de gerar conhecimento de forma coletiva implica a participação ativa de uma série de atores, dentre os quais, o Estado, a comunidade de pesquisa e os movimentos sociais são os mais importantes. (NEDER, 2009) discorre que existem duas vertentes que proporcionam reflexões e ações de TS, no Brasil, às que dizem respeito ao Processo Tecnológico e ao Produto em si, e àquela que diz respeito ao Processo Tecnológico, atores sociais diversos se unem para, em um processo de emancipação, construir soluções para as demandas postas. Enquanto a outra diz respeito à confecção de artefatos (artesanatos, por exemplo), que viabilizam contribuições socioeconômicas às comunidades.

⁶ Fonte de consulta: As instituições inscritas na RTS. Disponível em: <http://sites.Petrobras.com.br/minisite/desenvolvimento-e-cidadania/projetos/>. Acesso em: 12 jul. 2012.

Diante dessas reflexões apresentadas por (NEDER, 2009), os trabalhos de (CORRÊA, 2010) ampliam a análise de significações, ao demonstrar que as Tecnologias Sociais estão tipificadas nas categorias “materiais” (produto, mercadoria e crédito) e “imateriais” (serviços, processo e gestão), são tipificações identificadas por meio de pesquisa realizada junto ao Banco de Tecnologia Social (BTS) da Fundação Banco do Brasil (FBB), no ano de 2010. Segundo a definição mais frequente, no Brasil, difundida pela RTS, que é onde o conceito foi gerado, entende a Tecnologia Social (TS) como compreendendo produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. Dos renomados pesquisadores, nesse campo de tecnologia, os estudos e conceitos postulados por Renato Dagnino são de imensa contribuição tanto para o conhecimento popular, quanto à geração de pesquisas acadêmicas. Sua coletânea de trabalho consolida-se através dos tempos, remonta o ano de 2000, de tal forma que;

Tecnologia Social (TS) é o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção, e de um acordo social que legitima o associativismo, o qual enseja, no ambiente produtivo um controle autogestionário e uma cooperação de tipo voluntário e participativo, é capaz de alterar este processo no sentido de reduzir o tempo necessário à fabricação de um dado produto e de fazer com que a produção resultante seja dividida de forma estabelecida pelo coletivo. (DAGNINO, 2011, p.01)

No que pese a importância desses fatos tanto do momento histórico da política brasileira, vivenciado, entre os anos de 2010 a 2013, quanto dos relatos e dados estatísticos divulgados, nesse período sobre incentivos, recursos e tecnologias sociais disponibilizados para cooperativas, questiona-se, qual a relevância científica e social desta pesquisa? Ao pesquisar as nuances de gestão socioeconômica, desenvolvidas especificamente nas cooperativas agropecuárias, caminha-se para o encontro de contribuições, que visam soluções de problemas estruturais de organizações socioprodutivas; o modo eficaz de administrar, diante de um contexto territorial, que exprime tensões de ordem política, social e econômica, quando o lugar representa os Assentamentos da Reforma Agrária.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA PESQUISA⁷

2.1 O percurso metodológico sob a perspectiva da História Oral

Primeiramente, antes das argumentações sobre o percurso metodológico, destaca-se que esta dissertação está alinhada, favoravelmente, com a concepção apresentada por (RICHARDSON, 1999), pois o autor elucida que a metodologia compreende os procedimentos e as técnicas empregados para se chegar a um objetivo e que devem ser claramente estabelecidos ao se realizar uma produção científica. Assim sendo, ela é descrita, neste capítulo, na condição de propiciar a coesão entre os dados coletados e o problema a ser investigado, este definido pelos seus objetivos, geral e específicos. Nesse ensejo, esclarece-se também sobre os procedimentos adotados para a coleta e tratamento dos dados, além das limitações do método selecionado. Sendo que para toda a produção científica há um caminho a ser percorrido, entende-se que, “Caminhante, são teus passos o caminho e nada mais; caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar. Ao andar se faz caminho, e ao voltar a vista atrás se vê a senda que nunca se voltará a pisar.” (ANTÔNIO MACHADO, 1983).

Avistou-se o indicativo por qual caminho a metodologia desta pesquisa percorreria, rumo à sua consolidação teórica, sendo que todo o preparo inicial partiu dessa motivação poética. Ao adentrar na trilha que conduziu os trabalhos à estruturação desse percurso metodológico, encontrou-se de imediato com (MARTINS, Heloisa Helena, 2004), apontou que um rápido olhar pela história da sociologia permite perceber que essa área do conhecimento foi sempre marcada pela necessidade de definir o objeto com clareza e precisão, bem como de compreender como se aplicam os fundamentos da ciência e os princípios do método científico no campo sociológico. A partir dessas considerações preliminares, tem-se que:

Em todo o caso observam-se as características de uma unidade individual, como por exemplo, um sujeito, uma classe, uma escola, uma comunidade. O objetivo consiste em estudar profundamente e analisar intensivamente os fenômenos que constituem o ciclo vital da unidade, em vista a estabelecer generalizações sobre a população à qual pertence. (BISQUERA, 1989, p.35)

⁷ Esse capítulo estabelece reflexões críticas com a Dissertação de Mestrado “O uso do Mapa Mental como um facilitador para a criação de conhecimento.” Marina Ferreira de Castro Wille. Curitiba, 2010. 154f. Mestrado Multidisciplinar em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação (UFPR), Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/23512?show=full>. Acesso em: 20 dez. 2012.

Desse prefácio, sem mais delongas, definiu-se pela aplicação da pesquisa qualitativa. A caminhada seguiu, e da aparição de (LISBOA e GONÇALVES, 2007), observou-se que essa especificidade metodológica estende-se desde as fronteiras da antropologia e da etnografia, passando pela etnometodologia, a hermenêutica e diversas modalidades de estruturalismo, até as análises históricas comparadas, relatos orais, método biográfico e outras técnicas da História Oral. Mantido o diálogo com (LISBOA e GONÇALVES, 2007), verificou-se, também, que a pesquisa qualitativa tem sido difundida nas ciências sociais por se considerar que ela abarca uma relação inseparável entre o pensamento e a base material, entre a ação de homens e mulheres enquanto sujeitos históricos e as determinações que os condicionam, entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos pesquisados. Essa forma de abordagem tem sido valorizada, uma vez que trabalha com o universo de significados, representações, crenças, valores, atitudes, aprofundando um lado não perceptível das relações sociais e permitindo a compreensão da realidade humana vivida socialmente. De acordo com os argumentos de (LISBOA e GONÇALVES, 2007), a metodologia qualitativa traz uma contribuição significativa para as ciências sociais, pois se revelam particularmente eficazes em áreas exploratórias, especialmente em campos temáticos, em que inexistem fontes de informações acessíveis e organizadas. Outro contato foi com (MARTINELLI, 1999), o qual apresentou três pontos fundamentais que conferem importância à pesquisa qualitativa: o seu caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais; a sua dimensão política que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa; e, por ser um exercício político, uma construção coletiva, a sua realização pela via da complementaridade, não da exclusão.

Além disso, ao contemplar a abordagem qualitativa para o objeto de investigação social, o pesquisador deve considerar que as pessoas envolvidas, no processo de pesquisa, são “[...] sujeitos de estudo, pessoas em determinadas condições sociais, pertencentes a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados”, contribuições essas absorvidas após encontro com (MINAYO, 1993, p.22), o fato é que esse objeto apresenta-se em permanente estado de transformação. Compreendeu-se, então, que a metodologia de uma pesquisa é o instrumento pelo qual se viabiliza a investigação do problema proposto, a fim de que os objetivos definidos nessa sejam atingidos.

Neste momento na caminhada, verificou-se de antemão a necessidade de um amplo planejamento e uma organização do percurso, de tal maneira, a apropriar-se de informações, estratégias e instrumentos, com vistas à estruturação da metodologia. Para o

aprimoramento dessas questões, o encontro com (GOLDENBERG, 1999) foi de suma importância, constatou-se que o planejamento da pesquisa contempla categoricamente três fases, sendo elas; (a) - Fase decisória: referente à escolha do tema, à definição e à delimitação do problema de pesquisa; (b) - Fase construtiva: referente à construção de um plano de pesquisa e à execução da pesquisa propriamente dita e, (c) - Fase redacional: referente à análise dos dados e informações obtidas na fase construtiva. É a organização das ideias de forma sistematizada visando à elaboração do relatório final. Essas fases serviram para dar visibilidade da dimensão de uma pesquisa acadêmica - início, meio e fim. Esta dissertação aderiu à concepção de planejamento dessa autora, principalmente pela lógica estrutural.

No caminho percorrido até então, refletiu-se sobre a seguinte situação: Como a metodologia apresentar-se-ia na prática? Como resolução ao questionamento, predispôs-se ao aprofundamento analítico, de como desenvolver embasamentos teóricos, para que a metodologia se sustentasse à exposição e à crítica acadêmica. Desse momento, vários posicionamentos foram enaltecidos e confrontados entre teóricos do meio acadêmico, reservou-se, também, um espaço de discussão para a apresentação da forma em que a metodologia se implementou nos trabalhos de campo. A partir de então, restabeleceu-se a caminhada com essa nova dinâmica de abordagem, com isso, assumiu-se que, segundo (GONZÁLEZ REY, 2005, p.84) o “*Cenário de Pesquisa* é a apresentação da pesquisa por meio da criação de um clima de comunicação e de participação que facilita o envolvimento por parte das pessoas”

A constituição desse cenário objetivou estimular o envolvimento dos participantes, os sujeitos da pesquisa, e sua função principal fora incluir o sentido subjetivo desses. É nesse processo de criação de espaço que as pessoas tomam a decisão de participar, e o pesquisador adquire confiança e se familiariza com os participantes e com o contexto, (*lócus*) em que a pesquisa é aplicada. Caracterizou-se numa iniciativa do pesquisador que, em função da população e do problema a ser estudado, organizou o primeiro encontro com um grupo de pessoas - os Agricultores Familiares, membros da COOAAT, que, posteriormente, constituíram-se num grupo de pesquisa.

Estabelecido o contato com esse grupo, o próximo passo definiu a forma de investigação do problema proposto, para isso, utilizou-se da História Oral como técnica. Consciente de que o método da História Oral, como se referem (LISBOA e GONÇALVES, 2007), em suas vertentes histórias de vida e narrativas, requer o uso de fundamentos epistemológicos, é confirmar que o pesquisador deve orientar-se através de pressupostos que delimitam o entendimento sobre o uso dos procedimentos metodológicos em questão, que, por

sua vez definirão o caráter de investigação social. Contexto este no qual (FERREIRA e AMADO, 2006) esclarecem que “é possível reduzir a três as principais posturas a respeito do *status* da História Oral. A primeira advoga ser a História Oral uma técnica; a segunda, uma disciplina; e a terceira, uma metodologia.” Em síntese, os que a empregam como disciplina baseiam-se em argumentos complexos, por vezes contraditórios entre si. Os defensores da História Oral como metodologia entendem-a como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho. Esta pesquisa assume a História Oral como técnica, segundo (FERREIRA e AMADO, 2006), interessam as experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca: tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição, modelos de organização de acervo e registros formais. Ainda por (FERREIRA e AMADO, 2006), tem-se que os defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição de acervos orais; muitos são cientistas sociais cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral, escritas) e que utilizam as entrevistas sempre como fontes de informação complementar. No entendimento de como esse conhecimento se manifesta, por intermédio da História Oral, tem-se que:

A filosofia nas suas diferentes etapas históricas tem pretendido “tomar consciência do método”. [...] Hoje, a reflexão filosófica, por intermédio da epistemologia, vem dando importante contribuição ao estudo sobre os métodos científicos e, sem dúvida, essa contribuição é ainda mais necessária na atual fase de aprimoramento da pesquisa educacional em face dos riscos de tecnicismos. (GAMBOA, 2002, p.65).

A epistemologia possui uma função importante, na pesquisa, pois estabelece as condições de objetividade dos conhecimentos científicos, dos modos de observação e experimentação. (BOURDIEU *et al.*, 1987) advertem que é necessário submeter a prática científica a uma reflexão sobre a ciência que está sendo construída. Tal tarefa, propriamente epistemológica, consiste em descobrir, na prática científica, ameaçada sem cessar pelo erro, as condições pelas quais se podem discernir o verdadeiro do falso, na passagem de um conhecimento menos verdadeiro para um mais verdadeiro, afirmam, ainda, que a epistemologia fornece os instrumentos de questionamento dos princípios, nas ciências, ou seja, indica regras às ciências sociais particulares, e ao adotá-las todo pesquisador debruça-se sobre três situações: a natureza dos fatos pesquisados, a natureza da explicação e a validade dos procedimentos científicos. Esses autores sugerem que a concepção e o desenvolvimento das ciências não adotem uma epistemologia fixista, que pretenda reger as ciências a partir de fora; propõem, ao contrário, uma epistemologia como reflexão, como vigilância interna da

ciência sobre os seus procedimentos e resultados. Seria, de certa maneira, dizer que “[...] uma ciência das ciências é possível, ou seja, afirmar que certo saber ligado à produção científica torna-se possível a partir da reflexão epistemológica [...]” (BRUYNE *et al.*, 1977, p.41). Observou-se então que, é necessário romper com o real, desmontar as totalidades concretas e evidentes que se apresentam para a intuição do pesquisador para em seguida substituí-las pelo conjunto de critérios abstratos que as definem sociologicamente. Estabelecer a necessária distância científica com o objeto pesquisado, no sentido de exercer o maior controle possível sobre os fatores que se contrapõem à busca da objetividade, trata-se de uma particularidade relevante do pesquisador (BRUYNE *et al.*, 1977).

Nesse movimento, a vigilância epistemológica apresenta-se, na condição de ruptura que se impõe entre o senso comum e o discurso científico. Em conformidade com (BOURDIEU *et al.*, 1999), o senso comum é um obstáculo epistemológico a ser superado no transcorrer de uma produção científica. Como descreve (LISBOA e GONÇALVES, 2007), durante a prática profissional, ou no decorrer do processo de observação em campo, o pesquisador tende a estabelecer uma relação com o seu objeto e, em se tratando de uma relação social, os dados geralmente se apresentam como configurações vivas, singulares, e demasiado humanas.

Caminhou-se, avançou-se no entendimento para a elaboração do percurso metodológico, de tal forma que se reiterou o investimento na epistemológica qualitativa. Apresentaram-se, nessa perspectiva para construção do conhecimento científico, reflexões sobre referenciais teóricos, nos quais se evidenciaram o aporte conceitual que conduz a leitura desta dissertação numa tríade concepção, sendo eles: (a) os conceitos de tecnologias, (b) o cooperativismo via COOAAT, fomentado pelo MST, ressaltando sua inserção, no bojo da luta de classes no Brasil, e (c) a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) promovida pela Fundação Itesp. As argumentações e a processualidade, desta pesquisa, estão alicerçadas e fundamentadas na triangulação dessas três concepções.

Lançadas como premissas primárias, dialogaram entre si, e propiciaram a constituição de um novo entendimento, decorrente dos fenômenos investigados. Nesse aspecto, essas três concepções foram analisadas criticamente, numa relação não trivial, mas a partir do resultado apurado, na intersecção obtida, quando sobrepostas. Da intersecção gerada, das conceituações e interações dessas concepções, demonstrou via pesquisa, que a COOAAT desenvolve Tecnologia Social (TS) em Gestão, vide (Apêndice B). Ao adotar uma

metodologia que se apropria de observações subjetivas, no processo da pesquisa, no momento em que fatos extremamente relevantes foram detectados, submeteu-se a autoavaliação⁸,

Dessa forma, três momentos foram fundamentais para estruturação da metodologia desta pesquisa, sendo eles, a aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)⁹, a elaboração de Mapa Mental¹⁰ e o Planejamento da Pesquisa¹¹.

O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como atividade de abordagem é o primeiro momento de contato com os sujeitos da pesquisa, observando também o território no qual se situa o objeto de estudo. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), trata-se de uma abordagem dialogal a permitir que as comunidades rurais façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu desenvolvimento. Maneira pela qual os participantes podem compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Elaborou-se um diagnóstico amplo, investigativo e com riqueza de detalhes, explorando a percepção para detectar subjetividades, a ponto de propiciar momentos favoráveis tanto para comunicação, quanto para a relação interpessoal entre pesquisador e pesquisado. O DRP fora imprescindível para a construção do

⁸ Retomo, aqui, parte das demonstrações contidas na palestra de abertura, “A Interdisciplinaridade e a Produção de Conhecimento” - Fundamentação de Estratégia para o desenvolvimento de pesquisa, tanto para elaboração do conteúdo teórico, quanto para o desenvolvimento da prática. Estratégias de Pensamento, objetivando a constatação de um fato novo, contribuição ao III Simpósio de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS), realizado na UNIFEI-MG, nos dias 29, 30, 31 de outubro e 1 de novembro de 2012. Claude Raynaud, professor da Universidade de Bordeaux na França, Diretor de Pesquisa do Centro Nacional da Pesquisa Científica da França e Antropólogo sugere que essa estratégia seja assumida pelo pesquisador, como construção de conhecimento. Claude Raynaud, o convidado de honra para abertura desse simpósio, associa concepções para constituição de metodologia de trabalho, com vistas à produção de um conceito inédito, esse, oriundo de três concepções básicas, no mínimo.

⁹ Sobre o assunto, consultar as Técnicas e as Ferramentas de Diagnóstico aplicadas nas comunidades rurais. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Guia_DRP_Parte_1.pdf. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Governo Federal. Acesso em 11 out. 2012.

¹⁰ O Mapa mental ou mapa da mente (do inglês Mind Map) é o nome dado para um tipo de diagrama, sistematizado pelo inglês (TONY BUZAN, 1993), voltado para a gestão de informações de conhecimento e de capital intelectual com o objetivo de compreender e de solucionar problemas. (TONY BUZAN, 1993) desenvolveu o conceito de “pensamento radiante” com a forma de uma teia de aranha (permite a visualização instantânea dos encadeamentos), como método de anotação não linear, no qual todos os pontos estão interligados ao tema central do mapa. Baseia-se na lógica da associação de agrupamentos de ideias, não na lógica sequencial de anotação delas. Fonte: Buzan, Tony e Buzan, B. The Mind Map Book. How to use Radiante Thinking to Maximize your Brain’s Untapped Potential. New york, Penguin Books, 1993. ISBN 0-452-27322-6.

¹¹ Sobre o assunto, (BETHLEM, 2002, p.116) enfatiza que: É importante lembrar que o planejamento visa orientar ações futuras. Como até hoje o futuro tem sido impossível de prever, o planejamento deve ser entendido como um exercício intelectual permanente em que se espera que, pela repetição e pelo registro dos desvios e hiatos observados e das razões que os explicam, desenvolva nas pessoas a habilidade de cada vez melhor se lidar com a incerteza, com a imprevisibilidade dos fenômenos humanos e com a permanente ignorância parcial, e que auxilie a manter um alto grau de flexibilidade e de adaptabilidade nas ações de cada um. Fonte: BETHLEM, Agrícola. Estratégia Empresarial: conceitos, processo e administração estratégica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

cenário de pesquisa, a propiciar observações e detalhes necessários para o avanço da pesquisa qualitativa, e principalmente por ir ao encontro da visão de (GONZÁLEZ REY, 2005, p.84) “a construção do cenário de pesquisa tem por objetivo apresentar a pesquisa para os sujeitos que dela vão participar, e sua função principal é envolver o sentido subjetivo dos que participam da pesquisa”. A (Figura 1) demonstra de que maneira, o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) foi aplicado junto à Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT), registra-se também, na dinâmica desse diagnóstico, a presença do Engenheiro Agrônomo, Benedito Antonio Gomes, representante da Fundação Itesp.



Figura 1: O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) aplicado na COOAAT

Fonte: Sede social da COOAAT. **Foto:** Othoniel Mollica, 2012.

Levantadas as informações dos sujeitos da pesquisa, o passo seguinte tratou da sistematização do DRP, ordenando-o para uma análise mais pormenorizado. Compenetrou-se, na territorialidade da COOAAT, a discernir complexidades. Para (DAGNINO *et al.*, 2002), a definição de complexidade não é trivial. Existem diferentes concepções de complexidade, mas o que interessa enfatizar é que ela não é um resultado automático do aumento do número de elementos ou de relações de um sistema. Aprofunda sua análise ao citar que sistemas complexos geralmente exibem atributos, que os fazem mais difíceis de entender e tratar do que sistemas simples e complicados. Por essa visão, (DAGNINO *et al.*, 2002) ressaltam que o atributo característico do cenário de uma pesquisa é a multiplicidade de perspectiva de abordagem. Esse atributo indaga que é difícil entender um sistema adaptativo sem considerar

o seu contexto. Tem-se como exemplo pragmático o conflito, cuja resolução não pode ser alcançada sem levar em conta as perspectivas e interesses de diferentes atores (nenhuma delas devendo ser considerada correta ou verdadeira). A partir dessa contextualização de estruturação da metodologia, a pesquisa assumiu o paradigma sistêmico¹² para abordagem de fenômenos¹³, além de envolver a triangulação das três concepções alinhavadas; os conceitos de tecnologias, o cooperativismo via COOAAT, fomentado pelo MST e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) promovida pela Fundação Itesp, vide (Apêndices B e C).

Nesse ínterim, caminhou-se para a elaboração de um Mapa Mental, com caráter organizativo e consultivo, ou seja, da ampla análise oferecida pelo Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), promover uma visão sistêmica da pesquisa e a gestão das informações. O Mapa Mental mantém o objetivo de ilustrar todas as fases necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, em formas de indicativos de caminho, desenhos e fluxogramas. Esse aspecto sistêmico organizativo integra-se, por proporcionar o recorte da complexidade, no contexto geográfico em que se encontra a COOAAT; registram-se, fotografam-se as particularidades sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas, vividas pelos membros dessa cooperativa. A elaboração do Mapa Mental vai ao encontro do que (DAGNINO *et al.*, 2002) definem como mapas cognitivos, sendo que:

Uma das características importantes dos mapas cognitivos é revelar o conhecimento e as formas culturais incorporadas em pessoas e organizações, originando inovações, faz com que a sua próxima seção trate do processo inovativo, mostrando como este deve ser construído numa instituição a partir das diferenças de visões dos indivíduos que a compõem, e não pela imposição de normas predefinidas. (DAGNINO *et al.*, 2002, p.56)

¹² Sobre o assunto, ver (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2003). A epistemologia do pensamento sistêmico oferece pressupostos ao pesquisador que possibilitam o estudo de fenômenos considerando a complexidade dos mesmos e a intersubjetividade implicada no estudo. O pensamento sistêmico, proposto por (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2003) como a *ciência novo-paradigmática*, apresenta mudanças em relação aos três pressupostos epistemológicos da ciência tradicional: do pressuposto da simplicidade para o pressuposto da complexidade, buscando a contextualização dos fenômenos e reconhecendo a causalidade recursiva; do pressuposto da estabilidade para o da instabilidade, entendendo que o mundo está em processo dinâmico de constantes transformações e a conseqüente imprevisibilidade de alguns fenômenos, e do pressuposto da objetividade para o pressuposto da intersubjetividade, reconhecendo que não há uma realidade independente do observador, que o conhecimento científico é construção social, em espaços consensuais, por diferentes sujeitos/observadores. Fonte: Esteves de Vasconcellos, M. J. Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Papirus, 2003.

¹³ Sobre o assunto, ver (MERLEAU-PONTY, 1999). Dentro do processo fenomenológico deve-se analisar a essência dos fatos e não a aparência, a partir desse contexto a abordagem da percepção fenomenológica é muito mais importante, pois de acordo com (Merleau-Ponty, 1999, p.64), a percepção que os outros têm do mundo nos deixa sempre a impressão de uma palpitação cega, de forma que a percepção do mundo pelos outros não pode entrar em competição com a de quem está de fora do contexto. Fonte: MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. 2 ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

É verificado um amplo aspecto do mapa cognitivo, quando (DAGNINO *et al.*, 2002) apresentam que esses mapas têm como objetivo obter informações dos indivíduos acerca de conceitos e relações, apresentando-as graficamente de modo a determinar, estruturar e valorar as variáveis e relações de causalidade características de um dado problema ou situação. Eles são resultados de uma visão interativa do funcionamento de uma organização e de sua relação com seu entorno. Aponta, por fim, que o procedimento genérico utilizado para a elaboração do mapa cognitivo é a obtenção de afirmações acerca de conceitos e relações e o arranjo dessas de forma visual-espacial, embora (SEEMANN, 2003) contraponha-se em alguns aspectos, ao relatar que certos pesquisadores nem sempre distinguem entre mapas cognitivos e mapas mentais, quando se discute sobre os *mapas da mente*. Indaga que os mapas cognitivos são vistos como informações dentro da mente, sem serem desenroladas sobre um plano. (NIEMEYER, 1994) salienta que os Mapas Mentais são produtos de mapeamentos cognitivos, tendo diversas formas como: desenhos e esboços de mapas ou listas mentais de lugares de referência, elaborado antes de se fazer um percurso.

Para (TONY BUZAN, 2005, p.22), “os Mapas Mentais são ferramentas de ordenamento do pensamento, que ajudam na introdução e extração de informações do cérebro”. Esse sendo o criador dessa técnica, compara Mapas Mentais a mapas geográficos, em que são usados cores, linhas, símbolos, imagens e palavras, partindo de uma ideia central, como o centro da cidade, que, através de suas ruas e ramificações, formam a periferia do mapa, ou ideias secundárias. Sob a ótica de (ONTORIA *et al.*, 2003), o elemento principal e inicial de qualquer Mapa Mental é a imagem ou palavra-chave central. (WILLIS e MIERTSCHIN, 2006) entendem que os Mapas Mentais são os melhores organizadores semânticos conhecidos até então, já que conseguem representar graficamente as conexões entre conceitos e ideias relacionados a um assunto central. Esses autores discorrem que técnicas visuais de aprendizagem ajudam os indivíduos a: tornar ideias abstratas em ideias concretas e visíveis; conectar o conhecimento já adquirido a novos conceitos; estruturar melhor o pensamento à escrita, debates e planejamento; e a focar nas ideias e pensamentos que levarão à melhor interpretação e entendimento sobre determinado assunto estudado.

Para (EPPLER, 2006), identificaram-se vantagens e desvantagens no uso do Mapa Mental, no ensino para a graduação e pós-graduação, segundo sua pesquisa, as vantagens para a aprendizagem são: (a) a facilidade em se aprender e aplicar a técnica; (b) o incentivo à criatividade e expressão pessoal; (c) o provimento de uma visão hierárquica concisa; e (d) a facilidade em adicionar ou aumentar o conteúdo do Mapa. O autor aponta como desvantagem: (a) o Mapa Mental pode ser de difícil compreensão para leigos; (b) no geral, podem se limitar

a relações de hierarquia; (c) pode ser inconsistente; e (d) apresentar ilustração complexa demais. Com base nas características do Mapa Mental, diante da sua forma de elaboração, vantagens e desvantagens apresentadas e demais aspectos abordados, nesse referencial teórico, a pesquisa de campo analisou e tratou sobre o uso desse recurso, como apoio complementar ao emprego da História Oral.

De posse das informações sistematizadas e organizadas num fluxograma ilustrativo via Mapa Mental, avançou-se para execução de procedimentos sequencias, definidos por um cronograma de atividade. O Planejamento da Pesquisa teve a incumbência de descrever as atividades a serem aplicadas em campo, e, nesse, constou a sequencialidade de ações que deram consistência para observação não só do objeto, mas também da maneira de observá-lo. A importância de se gerar o Planejamento de Pesquisa vai ao encontro da proposta de (GOLDENBERG, 1999) quanto ao caráter do planejamento de forma geral, ao descrevê-lo em três fases, (a) - Fase decisória, (b) - Fase construtiva e (c) - Fase redacional, como abordado inicialmente neste capítulo. Por isso, tornou-se imprescindível o Planejamento da Pesquisa, que ora contempla, substancialmente, a fase construtiva enunciada por (GOLDENBERG, 1999). Dessa forma, estabeleceu-se, neste capítulo, uma abordagem propositiva para anunciar a metodologia desta pesquisa. Concluiu-se um ciclo de análise, no intuito de caracterizá-la como a melhor maneira de se investigar um determinado problema, num dado contexto delimitado territorialmente. Constituiu-se, assim, um processo formal para a execução da pesquisa de campo, em virtude do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que tratou do diálogo da pesquisa com o objeto de estudo, da elaboração do Mapa Mental e do Planejamento da Pesquisa. Surge, então, a metodologia propriamente dita, oriunda da integração desses três momentos.

Isso ressaltado, para sinalizar que a pesquisa não se utilizou de instrumentos preconcebidos, que poderiam ser aplicados antes de obedecida a essa processualidade, que é algo ímpar desse trabalho, reafirmam-se as considerações de (MOTA, 2004), quando descreve que a epistemologia qualitativa enfatiza o caráter processual da pesquisa e a importância de espaços dialógicos como via de produção de conhecimento. A autora aponta, ainda, que a comunicação representa um momento de informação, coexistindo em um diálogo permanente que toma diferentes formas durante o desenvolvimento da investigação. Enfatiza, por fim, que a pessoa não é uma máquina que tem uma expressão única, pronta para se posicionar frente ao estímulo. É necessário que o sujeito esteja envolvido com o contexto e com o pesquisador, bem como com os objetivos pelos quais o pesquisador se aproxima dele.

É de suma importância salientar que, na constituição desse percurso metodológico o método¹⁴ da pesquisa, foi assumido como o caminho a ser atravessado, para se chegar a um lugar ou a um objetivo previamente determinado, enquanto a metodologia como o procedimento, a melhor maneira de se investigar um determinado problema, num contexto delimitado no tempo e espaço. Isso posto, destaca-se o papel fundamental da História Oral, para que, assim, torne perceptível sua presença, no processo desta pesquisa, como uma técnica de trabalho para a investigação de campo.

Os fatos foram observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interferisse neles, portanto de forma descritiva. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são elementos básicos no processo desta pesquisa, para tanto:

O significado de fenômeno vem da expressão grega *phainomenon* e deriva-se do verbo *phainestai* que quer dizer mostrar-se a si mesmo. [...] Em outros termos, significa aquilo onde pode tornar-se manifesto, visível em si mesmo. (MARTINS, Joel. e BICUDO, 1989, p.21).

O fenômeno torna-se visível, na adoção da abordagem caracterizada como interdisciplinar, por permitir o diálogo entre áreas distintas como Psicologia, Sociologia, Antropologia, Administração e outras. Faz parte da pesquisa qualitativa uma grande variedade de materiais empíricos como indica (DENZIN e LINCOLN, 2006), sendo assim, o caminho escolhido para a interpretação dos fenômenos desta pesquisa está circunscrito na História Oral. Cabe ressaltar, também, que a fundamentação da História Oral empregada, nesta pesquisa, teve como referências o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)¹⁵, que é a Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas (FGV)- Rio de Janeiro-RJ, fundada, em 1973, e o Pesquisador José

¹⁴ Sobre o assunto, consultar (CASTRO, 2010). Cabe, aqui, começar pela etimologia da palavra método (*methodos*). Feita a devida escansão, *metá* significa através e *hodós* denota caminho. Portanto, no geral, todo e qualquer método nos traz a significação de *caminho a ser atravessado* para se chegar a um lugar/objetivo previamente determinado. O método, por esse viés quase que literal, nos fornece ainda, de antemão, uma orientação no campo a ser atravessado, uma concepção do objeto a ser pesquisado e até mesmo o uso de instrumentos para fazê-lo. Essa é a estrutura mínima do conceito que aqui nos interessa: método. Cabe ainda destacar nele um quê, subentendido, de metáfora do movimento, de deslocamento de um lugar para outro. Esse deslocamento nos é aí dado pela presença do prefixo grego *metá*, que traz a idéia de atravessamento de um espaço com dificuldades, porque se elas não existissem, não se justificaria a existência do método. O método então é uma invenção da razão, invenção sustentada em um corpo que se locomove e, por isso, metaforiza o campo/espaço. Fonte: CASTRO, Júlio Eduardo de. O método psicanalítico e o estudo de caso. Revista Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade. Org. Fuad Kyrillos Neto, Jacqueline Oliveira Moreira. Barbacena-MG: Ed/UEMG, 2010. 179p. ISBN 978-85-62578-05-2.

¹⁵ O CPDOC/FGV Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso em: 20 out. 2012.

Carlos Sabe Bom Meihy¹⁶ - Departamento de História da Universidade de São Paulo - USP. O CPDOC apresenta que a História Oral aplicada, na pesquisa de campo, consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. Além disso, faz parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando o entendimento do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros.

O trabalho com a História Oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exige o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas, conforme o CPDOC¹⁷, “as entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro”.

Quanto à escolha do método por (ALBERTI, 2005), é preciso compreender que a opção pela História Oral depende intrinsecamente do tipo de questão colocada ao objeto de estudo. Também depende de haver condições de se desenvolver a pesquisa, não é apenas necessário que estejam vivos aqueles que podem falar sobre o tema, mas que estejam disponíveis e em condições (físicas e mentais) de empreender a tarefa que lhes será solicitada. Diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, estudar as versões que os entrevistados fornecem acerca do objeto de análise, mais precisamente, tais versões devem ser elas mesmas objeto de análise.

Destaca, também, que uma pesquisa de História Oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta de como os entrevistados viam e veem o tema em questão? Ou, o que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado?

Outra possibilidade, segundo a autora, consiste em empregar a História Oral, no sentido de dirigir o foco de interesse não para aquilo que os documentos escritos podem dizer

¹⁶ Sobre o currículo do autor, consultar o Departamento de História da USP. Disponível em: <http://www.historia.fflch.usp.br/docentes/jcarlosbm>. Acesso em 17 set. 2012.

¹⁷ Sobre o assunto, consultar o que é História Oral. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em: 17 set. 2012.

sobre a trajetória da empresa, e, sim, para as versões que aqueles que participam de, ou testemunharam tal trajetória podem fornecer sobre o assunto. Isso pressupõe que o estudo de tais versões seja relevante para a implicação com objetivo da pesquisa. Quando (ALBERTI, 2005) anuncia a palavra, trajetória da empresa, entende-se, nesta pesquisa, a trajetória da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT), sem que haja perda do teor do método empregado, uma vez caracterizada como organização socioprodutiva, grosso modo, empresa. Para (SAMPAIO *et al.*, 2008), entende-se que cooperativas agropecuárias de movimentos sociais constituem-se como organizações socioprodutivas ao representarem sistemas mais desburocratizados, menos centrados, no lucro e mais focados, na geração de emprego e renda, e, muitas dessas, portadoras de objetivos mais amplos, em que prevalecem a emancipação social e a condução de sua gestão de forma autônoma. A preservação de valores histórico-culturais e ecológicos são pontos altos. Em síntese, tais fenômenos ganham notoriedade e importância ao se consolidarem como potenciais geradores e gestores de seu próprio desenvolvimento.

Pelas contribuições de (MEIHY e RIBEIRO, 2011), a História Oral é evidentemente relacionada à prática de entrevistas. Constata-se, pois, essas entrevistas como: encontros planejados, gravados por diferentes mídias, decorrentes de projeto, exercitado de maneira dialógica, ou seja, com perguntas e ou estímulos e respostas. Os autores enfatizam que as entrevistas devem permitir, mais do que dados informativos, mas entender situações propostas como problemáticas, com versões diferentes ou desconhecidas de fatos, ocorrências ou visões de mundo. A definição de História Oral para (MEIHY e RIBEIRO, 2011), é vista como um conjunto de procedimentos, que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. Não se pode, portanto, confundir História Oral com entrevistas simples, isoladas, únicas e não gravadas, assim sendo:

O que caracteriza a entrevista em História Oral é a sistematização dos processos organizados pela lógica proposta no projeto inicial. Entendem que o projeto é o plano capaz de articular argumentos operacionais de ações desdobradas de planejamento de pesquisas prévias sobre algum grupo social, que tem algo a dizer. (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p.13)

Observa-se, que a fundamentação teórica de (MEIHY e RIBEIRO, 2011), mantém sincronicidade, conexões acausais, quando inseridas, nesta pesquisa, diante da justificativa do método selecionado (História Oral), que de posse das informações sistematizadas e

organizadas num fluxograma ilustrativo via Mapa Mental, adentrou-se para execução de procedimentos sequencias, definidos pelo Planejamento da Pesquisa.

Como particularidade específica, tem-se como gênero narrativo a História Oral temática. Segundo (MEIHY e RIBEIRO, 2011), por essa, equipara-se o uso da documentação oral ao das fontes escritas. Os autores manifestam suas convicções ao relatar que, por partir de um assunto específico e previamente estabelecido, a História Oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. Ainda pela abordagem de (MEIHY e RIBEIRO, 2011), mesmo considerando que a História Oral temática seja narrativa de uma variante do fato, pretende-se que ela busque a versão de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha alguma variável que seja discutível ou contestatória. Esse gênero não só admite o uso de roteiros ou questionário, mas, mais do que isso, estes se tornam peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados. Nesse contexto, (MEIHY e RIBEIRO, 2011) reiteram que a especificidade dessa História Oral é uma racionalização do trabalho a ser desempenhado levando-se em conta a formulação de documentos, que passam do oral para o escrito e que traduzem tensões sociais.

Por fim, constam, no Planejamento da Pesquisa, os direcionamentos e as ações que subsidiaram a aplicação da História Oral em campo. Dentre eles, *O Roteiro de Perguntas* fora elaborado de acordo com o contexto político e socioeconômico dos sujeitos da pesquisa; *O Diário de Campo*, desde o início da pesquisa, empregado diuturnamente, registrando impressões, dicas, orientações e informações que foram passadas das mais diferentes formas, por vias de contatos profissionais e informais. Cabe ressaltar que muitas informações foram extraídas dos registros de anotações pessoais do pesquisador, durante suas atividades ainda como Analista de Desenvolvimento Agrário da Fundação Itesp, nos anos de 2010 a 2012, e de muitas outras até o término da pesquisa; *A Ficha de Informante*, na qual constam as informações pessoais, tais como nome do informante e apelido, data de nascimento, escolaridade, profissão, no presente e no passado, e observações complementares; *A Coleta de material*, realizada por gravador digital, câmara digital, filmagem e levantamento documental; *A Organização dos Dados Coletados*, os dados constantes das entrevistas ou depoimentos foram categorizados por temas, principais e secundários (Quadro 1). Esses temas são aqueles constantes do Roteiro de Perguntas, acrescidos de outros, muitas vezes inesperados e originais, introduzidos pelos próprios informantes e incorporados ao roteiro; *A Cessão de Direitos autorais*, elaborados documentos que autorizam a realização das entrevistas e o uso dos materiais para fins acadêmicos, vide (Apêndices A, F, H, I, K e M); *A aplicação do Ponto de saturação*, diante da diversidade de informações a serem investigadas,

há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em seu conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa; O retorno dos *Resultados da pesquisa* aos sujeitos, os resultados obtidos foram posteriormente encaminhados às pessoas participantes das entrevistas e o *Local de aplicação das entrevistas*, as entrevistas aconteceram, nas residências e nos sítios dos sujeitos da pesquisa, e também, na sede institucional da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do município de Tremembé-SP (COOAAT), localizada, na Estância Turística de Tremembé-SP, Região Metropolitana do Vale do Paraíba-SP, que dista aproximadamente de 150 km tanto da capital paulista, quanto do município de Itajubá-MG.

2.2 O objeto de estudo, as suas implicações e a amostra da pesquisa

Onde se encontra o objeto de pesquisa? A busca por algo, de certa maneira, deve impulsionar-nos ou estimular-nos a movimentar-se para o ato de encontrá-lo. Sendo assim, pelas perspectivas de (BOURDIEU *et al.*, 1999), analisam-se algumas características do objeto sociológico. Embora a verdade não seja dada como óbvia, o sociólogo francês demonstra comprometimento com o espírito científico de buscá-la incessantemente, mesmo que contra a realidade do senso comum. Realidade essa que não representa a verdade, mas, ao contrário, apresenta-se impregnada pela ideologia dominante, na sociedade, materializada em boa parte da vida comum, das relações humanas e sociais, nos gostos, gestos, hábitos, convenções, dentre outros comportamentos do dia-a-dia. Nessa propositura, o autor anuncia, como característica fundamental, a diferença entre o objeto sociológico e os objetos das ciências físicas e naturais. Enquanto nessas há uma clara fronteira entre o pesquisador e o objeto, nas ciências sociais, dentre elas, encontra-se a Tecnologia Social em Gestão, este se confunde, por serem ambas partes da sociedade e por nela ocuparem determinadas posições. Para que esse fato não influencie nas análises e nos resultados das pesquisas sociais, (BOURDIEU *et al.*, 1999) propõe a vigilância epistemológica, assim:

A vigilância epistemológica impõe-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre a opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa do que alhures [...] a familiaridade do universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência [...] O sociólogo nunca conseguirá acabar com a sociologia espontânea e deve se impor uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão do saber imediato e de sua riqueza insuperável. (BOURDIEU *et al.*, 1999, p.23).

Para o entendimento dessa vigilância epistemológica, o autor permite olhares para o fato de que o objeto sociológico não existe apenas e tão somente, no universo dos problemas sociais, que, como tais, são resultados das relações sociais, políticas e econômicas da sociedade, mas não são em si objetos de pesquisa. Não basta, somente, aplicar técnicas científicas aos objetos da sociologia espontânea, para a construção científica do objeto de pesquisa. Conforme (BOURDIEU *et al.*, 1999, p.48), “é preciso inserir o objeto de pesquisa em uma problemática teórica”. Por mais parcial que seja esse objeto, somente a manifestação efetiva dessa problemática teórica poderá, além de construí-lo, permitir submetê-lo a uma interrogação sistemática aos aspectos da realidade colocados em relação entre si, pela questão que lhes é formulada.

Os desafios apresentados por Pierre Bourdieu serão, aqui, aplicados à reflexão sobre as possibilidades de construção da Tecnologia Social em Gestão, como objeto de pesquisa. Dessa forma, para tratá-lo como uma construção, parte-se do pressuposto de que o estudo da Tecnologia Social em Gestão, assim como todos os objetos das ciências humanas, não são dados prontos pela realidade, mas é imperativo que o pesquisador construa sua própria perspectiva. Construir essa perspectiva significa dizer que a realidade não se sustenta cientificamente por si mesma, mas que se pauta, na dependência de uma interpretação, a qual será formulada pela composição entre teoria e prática social do pesquisador.

Assim, ao manter-se no exercício da vigilância epistemológica, discutida por Bourdieu, a problematização posta: *As Relações Institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-SP (Fundação Itesp) são pautadas no viés das Tecnologias Sociais?* Conduziu os estudos para que se restringisse o objeto de pesquisa tanto espacial, como temporalmente.

O primeiro critério é o *espacial* (GIL, 2002, p.162), que delimita o *lócus* da observação, uma vez que a pesquisa social é eminentemente empírica, define-se o local onde o fenômeno em estudo ocorre. Outro critério de delimitação é o *temporal* (GIL, 2002, p.162), isto é, o período em que o fenômeno a ser estudado será circunscrito. Atentando-se às delimitações desses critérios, que definem e, propositalmente, constroem o objeto de pesquisa, utiliza-se a terminologia de Franz Victor Rudio, à definição do *campo de observação* (RUDIO, 1985, p.72-75). Esse comporta além do local (recorte espacial) e circunstâncias (recorte temporal), a população a ser estudada - os Agricultores Familiares membros da COOAAT. Estabelece-se a tríade que subsidia a constituição do objeto de pesquisa - lugar, tempo e pessoas. Nesse ensejo, reafirma-se que é o problema que define o recorte da pesquisa.

O *locus* da observação situa-se, nas relações institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT), domiciliada, no Assentamento Horto Tremembé-SP (Assentamento Conquista, nome de fantasia), com a Fundação Itesp, instituição pública que presta Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), nos assentamentos da Reforma Agrária. O objeto de pesquisa, a Tecnologia Social em Gestão está nessas relações institucionais; sendo esse o lugar - o novo paradigma administrativo, a maneira de gestão dessa cooperativa com os fatos políticos, sociais e econômicos, que tencionam constantemente suas tomadas de decisões.

Diante da circunstância temporal, a pesquisa acontece, no interstício dos anos de 2010 a 2013¹⁸. Primeiramente, o ano de 2010, que marca o final do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Era Lula (2003–2010). Os oito anos do governo Lula tiveram duas principais características: crescimento econômico com redução da pobreza e escândalos políticos que abalaram o Partido dos Trabalhadores (PT). Elegeu-se um governo de esquerda para controle da nação brasileira, após promulgação da Constituição de 1988. Entre as primeiras medidas tomadas, o governo Lula anunciou um projeto social destinado à melhoria da alimentação das populações menos favorecidas. Estava lançada a campanha “Fome Zero”, sendo essa um dos diversos programas sociais que marcaram o seu governo. A ação assistencialista do governo se justificava pela necessidade em sanar o problema da concentração de renda que assolava o país. Críticos do governo Lula afirmam que tal medida inovadora foi possível graças à continuidade dada às políticas econômicas, traçadas durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, conhecida como Era FHC (1994 - 2002), implantação do Plano Real, estabilização da economia e controle rigoroso da inflação são marcas desse governo.

O segundo fato, a posse da presidente Dilma Rousseff, para o Governo de 2011 a 2014, sucessora direta de Lula, a primeira mulher a assumir o posto de presidente do Brasil, prossegue com as Políticas Públicas de Reforma Agrária, mas em ritmo lento. Fortalece programas de incentivos agrícolas, são exemplos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de

¹⁸ Retomo, aqui, trechos das discussões contidas na Parte I desta dissertação (Fundamentação da Pesquisa), p.33. Torna-se imprescindível ressaltá-las, pois fatos marcantes, na história da política brasileira, promoveram destaque internacional nesse período.

inadimplência entre os sistemas de crédito do País¹⁹. No governo Dilma, priorizam e fortalecem, sobremaneira, os programas de compra institucional de alimentos, no Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), juntos o PAA e o PNAE contribuíram para aumentar as compras feitas por Municípios e Estados diretamente da Agricultura Familiar. Segundo as Organizações das Nações Unidas (ONU)²⁰, dados do relatório do ano de 2012 afirmam que os dois programas combinados representam uma demanda potencial de R\$ 2 bilhões anuais destinados a compras de produtos de agricultores familiares, o que tem grande impacto sobre a produção e a renda desses agricultores. O PAA e o PNAE, juntos, constituem uma das maiores iniciativas de compra institucional de alimentos do mundo que prioriza a aquisição de alimentos produzidos por Agricultores Familiares. Além de garantir renda para os agricultores, esses programas funcionam como redes de proteção social que melhoram a segurança alimentar e nutricional e garantem o acesso a alimentos saudáveis por grupos sociais vulneráveis, como crianças em idade escolar.

Essas circunstâncias esclarecem que o objeto de pesquisa está circunscrito nesse espaço-temporal, no lugar e no momento em que a COOAAT reafirma-se, na condição de cooperativa composta por Agricultores Familiares, e também por observar a existência de incentivos promovidos pelas políticas públicas agrárias desses governos. Nessa postura administrativa, supera paradigmas das maneiras até, então, de conduzir e controlar seus interesses socioeconômicos. Portanto, a partir da problematização posta, o espaço, o tempo e as pessoas estão situados, contextualiza-se o recorte da pesquisa. Após essa abordagem que identificou o objeto de estudo, definiu-se a amostra da pesquisa. Por (ALBERTI, 2007), assumiu-se a escolha da seleção de entrevistados, composta por determinadas características de pessoas. Levaram-se em considerações os requisitos elencadas pela autora, quanto à função dessas com relação ao tema estudado, seu papel estratégico e sua posição no grupo. Para esclarecimento, (ALBERTI, 2007) define esse grupo de pessoas selecionadas para entrevista como uma *unidade qualitativa*. Nesta pesquisa está composta por três pessoas, sendo elas, pela COOAAT, o Sr. Luiz Batista Bustos - Presidente da Cooperativa e Silmara dos Santos Amaro de Souza - Secretária e pela Fundação Itesp, o Agrônomo Benedito Antonio Gomes.

¹⁹ Sobre o assunto, consultar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Condi%C3%A7%C3%B5es%20do%20Cr%C3%A9dito%202014-2015.pdf. Acesso em: 22 maio 2012.

²⁰ Fonte de consulta (ONU, 2012). O relatório da avaliação dos programas de compra institucional de alimentos, no Brasil. Disponível em: <http://www.onu.org.br/estudo-da-onu-avalia-impacto-de-programas-sociais-na-agricultura-familiar/>. Acesso em: 22 maio 2012.

PARTE II: REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO III – REVISÃO DE LITERATURA

3.1 O Cooperativismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (o MST)²¹

Este subcapítulo tem como objetivo abordar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (o MST), de modo a tratar de sua história, de seus princípios, de sua forma de organização e de sua prática de cooperativismo. Ressalta-se a importância de que a inserção desse Movimento, no contexto brasileiro, expõe as condições históricas de exclusão a que estiveram submetidos aqueles que dependiam diretamente da terra para tirar seu sustento. Ora, foram sempre subjugados pelos governos, assistidos precariamente ou negados pelas políticas, e vistos como invasores pelo imaginário social.

A luta pela terra não é tema novo no cenário político-social do Brasil. Fortemente reprimida durante grande parte do regime militar, ela é gradualmente retomada quando do rompimento desse regime. Das ocupações de terras de latifúndios, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Pela abordagem do (MST, 2010), no final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra. Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade convergem em um encontro nacional, em Cascavel, no Paraná. Os movimentos sociais, no Brasil, ocupam papel preponderante, na marcha pelo exercício da cidadania, e, principalmente, pelo acesso aos direitos previstos, na Carta Magna do País, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB).

Face à visibilidade de seus atos, as reivindicações do MST são perceptíveis por meio da mobilização da população rural sem terra, pelas articulações políticas e pelo uso das mídias. Diversas fontes midiáticas disponibilizam de forma livre e espontânea a cronologia da origem do maior movimento social consolidado, no Brasil, o MST.

Nos documentos oficiais do (MST, 2010), constam que centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso País. Eram

²¹ Esse subcapítulo, também estabelece reflexões, análises críticas e considerações, diante da Publicação da Secretaria Nacional desse Movimento Social, intitulada “MST: Lutas e Conquistas”, 2. ed. Janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>. Acesso em: 23 maio 2012.

posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem terras, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos. Esses, expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, capitaneado pela ditadura militar, que, então, cerceava direitos e liberdades de toda a sociedade. Um projeto que anunciava a modernização do campo quando, na verdade, estimulava o uso massivo de agrotóxicos e a mecanização, baseados em fartos (e exclusivos ao latifúndio) créditos rurais; ao mesmo tempo em que ampliavam o controle da agricultura nas mãos de grandes conglomerados agroindustriais.

O raio de ação do MST é ampliado, nos anos 80, em função das lutas do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já, em 1984, quando, no I Congresso Brasileiro desse Movimento Social, afirmava-se que “*Sem Reforma Agrária não há Democracia*”. Com este ímpeto, aprovado, em 1988, entre outras vitórias, os artigos 184 e 186 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB)²² que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social. Os lemas dos Congressos Nacionais do MST - realizados de cinco em cinco anos - refletem as elaborações coletivas, as lutas e projetos do Movimento, como consta nas publicações do (MST, 2010). Nesse contexto, têm-se como amparo legal, as seguintes prerrogativas:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (CRFB de 1988)

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (CRFB de 1988)

Por essas perspectivas legais de avanço desse Movimento Social em prol do acesso a terra e conforme o (MST, 2010), torna-se fato que a União Democrática Ruralista (UDR) apropriou-se em demasia da mídia brasileira, a estimular com certa violência os defensores da Reforma Agrária e a todos aqueles que lutam por ela. A UDR foi criada durante o governo Sarney, com o objetivo de vetar a aprovação do Plano Nacional de Reforma

²²A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 23 maio 2012.

Agrária (PNRA), que consistia em uma ampliação do Estatuto da Terra. O Plano previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias até o final do mandato desse governo²³. Para (MEDEIROS, 1989, p.176; RUA, 1990, p. 286), a União Democrática Ruralista (UDR) é uma entidade para-corporativa voltada para mobilizar, os proprietários rurais, por fora de suas entidades tradicionais. Surgia em reação ao PNRA, e aos dados oferecidos principalmente, por entidades como, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)²⁴ e a Comissão Pastoral da Terra (CPT)²⁵. A entidade orientava seus associados a não permitirem a invasão de suas terras, pois isto criaria o conflito social e a possibilidade de desapropriação, o que significava um estímulo ao confronto. A UDR estabeleceu, desde então, seus interesses, no Congresso Nacional Brasileiro, com a instalação da bancada ruralista. Os latifundiários, nesse contexto histórico, encontravam, nos aparatos do Estado, suas melhores ferramentas de repressão ou omissão. O MST, mesmo diante desta tensão de interesses, ressalta que no I Plano Nacional de Reforma Agrária, no Governo Sarney, em que apenas 6% da meta de assentamentos foi cumprida - cerca de 90 mil famílias - ainda assim, a Reforma Agrária constituía-se como um marco histórico, no Brasil, graças à pressão das ocupações da terra.

Pelos relatos do (MST, 2010), quando não recorria à burocracia e à falta de vontade política para inviabilizar a Reforma Agrária, o Estado omitia-se ou estimulava a violência. Assim foram os anos de Fernando Collor, na Presidência da República, com despejos violentos, assassinatos e prisões arbitrárias. A resposta estava, na organização, na expansão do Movimento nacionalmente, no avanço na área de produção. Como dizia o lema do II Congresso, em 1990, “*Ocupar, Resistir e Produzir*”. O ex-presidente Fernando Collor

²³O governo José Sarney (15/03/1985 a 15/03/1990). A Nova República, no Brasil, do fim do regime militar aos dias atuais. Esse governo trabalhou para a melhor distribuição de renda e para a defesa da Reforma Agrária, dentre outras ações. Sobre o assunto, consultar (MACIEL, David. 2008). De Sarney a Collor reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)- Tese (Doutorado em História), 387f., Universidade Federal de Goiás (UFG), 2008. Na mídia, verificar, em <http://youtu.be/VWQQC5DPV18>. Acesso em: 23 maio 2012.

²⁴ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) completou 50 anos de fundação, em 22 de dezembro de 2013. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>. Acesso em: 25 maio 2012.

²⁵ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu, em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e os homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista. Disponível em: http://www.cptsp.com.br/historico_cpt.html. Acesso em 25 maio 2012.

de Mello tomou posse em 15 de março de 1990, e encerrado em 2 de outubro de 1992, com seu afastamento do governo (após aprovação do impeachment em 29 de setembro). Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito pelo povo, desde 1960, quando Jânio Quadros venceu a última eleição direta para presidente antes do início do Regime Militar. Com a vitória de Fernando Collor, o Movimento sofreu muitas repressões, “a Polícia Federal invadiu as secretarias estaduais do MST e levou documentos, foram instalados processos judiciais e encaminhados pedidos de prisão [...]” (STEDILE *et al.*, 2005, p.54). Nessa conjuntura de tensões políticas o (MST, 2010) observa, que nesses piores momentos de repressão, desde os primeiros acampamentos é que se conhece o valor da solidariedade, expresso de forma organizada por meio das ações de sindicatos, partidos, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou, muitas vezes, anônima, nos gestos de milhares de apoiadores e simpatizantes da luta. Fato marcante quando cem mil pessoas caminharam para Brasília, na chegada da Marcha Nacional por Reforma Agrária, em 1997.

Para (STEDILE *et al.*, 2005), a maior contribuição que o MST pode oferecer aos movimentos de massa é a ideia do princípio organizativo. Os autores apontam que o Movimento não pode prescindir de sua organização se quiser continuar existindo. A organicidade interna foi construída ao longo do tempo, graças às experiências vividas por seus militantes em outras organizações. Chamam a atenção para o fato de que a organização não causa a perda da feição de movimento social; cria-se, assim, uma nova racionalidade sobre o fenômeno. O mais importante, nesse caso, não é definir a natureza do MST, mas manter o vínculo com o povo de modo a ser organizado com características populares, sindicais e políticas. De toda forma, os autores afirmam que o Movimento caracteriza-se como uma organização política e social, rompendo com definições que poderiam limitar suas ações.

Nessa direção, parte-se das perspectivas apontada por (TOURAINÉ, 1999) para denominar o conceito de movimento social quando se fala do MST, ou seja, deve-se levar em conta que os próprios sujeitos que compõem o Movimento os reconhecem. Assim sendo,

O MST possui a especificidade de ultrapassar os limites do tradicional conceito de movimento social. Possui condutas de movimento reivindicatório, político e antagonista. Compreendemos, portanto, o MST como um movimento social, sem esquecer que ele carrega características de sujeitos coletivos que estão na esfera do Terceiro Setor, pois é um movimento que possui uma rede de relações que gera formação escolar, técnica, que gera parcerias e assessorias; que luta por poder nas relações sociais que constrói e naquelas que participa como parceiro. Possui uma rede de relações internacionais formando oposição a políticas de cunho neoliberal. (SOUZA, Maria Antônia de, 2006, p.21).

Nesse senso de organização, através do que discorre o (MST, 2010), compreende-se que a Reforma Agrária não é uma luta por benefícios apenas para os camponeses, mas uma forma de melhorar a vida dos que vivem, nas cidades, com a redução do inchaço urbano e, principalmente, com a produção de alimentos saudáveis e acessíveis aos trabalhadores. Expressou-se essa ideia, no III Congresso, em 1995, com a palavra de ordem “*Reforma Agrária. Uma luta de todos*”.

Seja como for, deve-se refletir também sobre a natureza dos processos reivindicantes dos movimentos sociais do Brasil. Observa-se, que aspirações e contradições múltiplas estão englobadas, nesses movimentos, em um contexto histórico, no qual as resistências e as identidades se constroem em torno de diversos eixos de lutas, frente à dominação do sistema capitalista global. Com efeito, para (SANTOS, Boaventura, 1999) seria inaceitável anular singularidades de atores sociais empenhados, na democratização da vida social; o que se deve ter em mente são formas dialógicas de tecer solidariedades que reconheçam as posições dos sujeitos envolvidos, a partir da recusa da realidade de exploração e opressão. Assim, a advertência de (DAVID HARVEY, 2005, p.316), deve ser considerada na medida em que o desafio é “transcender as particularidades e chegar a alguma concepção de uma alternativa universal do sistema social”, isto é, uma universalidade que, dialeticamente, incorpore, e não separe ou segregue as particularidades, tomando-as como momentos constitutivos das práticas sociais e das formas específicas de engajamento.

Nesse contexto, os registros apresentados pela Secretaria Nacional do MST demonstram inúmeras conquistas. Essa palavra de ordem lançada, no III Congresso Nacional do MST “*Reforma Agrária. Uma luta de todos*”, estava materializada, no outro Brasil, que se buscava construir no cotidiano. Está, nas mais de 400 associações e cooperativas, que trabalham de forma coletiva para produzir alimentos sem transgênicos e sem agrotóxicos. Estão, nas 96 agroindústrias, que melhoram a renda e as condições do trabalho, no campo, mas também oferecem alimentos de qualidade e baixo preço nas cidades. Na história do MST²⁶, a agricultura sofreu mudanças drásticas com os oito anos de neoliberalismo do governo Fernando Henrique Cardoso e pouco dessa lógica foi alterada com o governo Lula. Os mecanismos do Estado para a agricultura foram sendo desmantelados um a um: o controle dos preços, o abastecimento, a pesquisa, a assistência técnica. O neoliberalismo, na agricultura, foi abrindo caminho para que poucas empresas estrangeiras - todas pertencentes aos bancos estrangeiros -, passassem a controlar a agricultura nacional. Desde as sementes à

²⁶ Sobre o assunto, ver o desenvolvimento da Agricultura Nacional, segundo o (MST, 2010). Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7702>. Acesso em 22 maio 2012.

comercialização. Incorporaram terras, agroindústrias, supermercados. Definem preços de alimentos, nas bolsas de valores, e transformam, novamente, o país em uma grande colônia.

Na ótica da geopolítica do (MST, 2010), no lugar de alimentos, as terras passam a ser ocupadas pela cana-de-açúcar - para combustível, destinados aos Estados Unidos, por soja, para ração de animais, na Europa, e pela celulose, para papel em todo o mundo. As monoculturas tomam e redividem o território brasileiro, inflam o preço da terra, reduzem a produção de alimentos e geram uma grande crise mundial de alimentação. Um cenário que se repete - sem mudarem as empresas, apenas as monoculturas - nos cinco continentes, expulsando camponeses e afetando o abastecimento de alimentos para os trabalhadores nas cidades. Observa-se que, assim, a luta por Reforma Agrária foi se tornando cada vez mais internacional, porque os empecilhos para a democratização do acesso a terra não estavam apenas, no Brasil - no Estado ou nas ações dos latifundiários - mas eram também parte dos movimentos do capital financeiro internacional. E a resposta à globalização da miséria veio na forma da globalização da luta, por meio da Via Campesina, que congrega os movimentos camponeses de todo o mundo em torno da Reforma Agrária e da soberania alimentar, ou seja, do direito de que os povos - e não os mercados - decidam o que produzir e possam garantir a alimentação de todos. Nessa conjuntura histórica, o (MST, 2010) aponta que, para finalmente realizarmos uma Reforma Agrária verdadeira, no Brasil, é preciso agora enfrentar o agronegócio e os interesses do capital internacional. Realizar a Reforma Agrária que o MST defende é libertar essas terras para produzir alimentos, é criar condições dignas de vida, no campo e na cidade, é construir uma sociedade em que o povo brasileiro tome seu destino pelas mãos e decida o seu caminho. Dessa forma, no V Congresso desse Movimento Social, afirmam que a luta é *“Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”*.

Referentes, às políticas públicas de Estado, é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2012)²⁷ que implementa a Reforma Agrária, no Brasil, definida como o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações, no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64). Na prática, a Reforma Agrária deve proporcionar: a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária; a produção de alimentos básicos; a geração de ocupação e renda; o combate à fome e à miséria; a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; a interiorização dos serviços públicos básicos; a redução da

²⁷ Sobre o assunto, ver o contexto das políticas públicas de Estado, o INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/relacao-de-beneficiarios-rb>. Acesso em 22 mai. 2012

migração campo-cidade; a democratização das estruturas de poder; a promoção da cidadania e da justiça social.

A política do MST em relação aos seus assentamentos consolida-se, entre 1991 e 1992, com a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados, formado em cada assentamento por Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), Cooperativas de Comercialização Regionais, Grupos Coletivos e Associações; em nível estadual, estabeleceram-se as Cooperativas Centrais de Reforma Agrária e, em nível nacional, “criou-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB), no dia 15 de Maio de 1992, em Curitiba” (CARDOSO, 1994, p.140).

Nesse ínterim, para (PINHO, 1966), embora etimologicamente cooperação, cooperativa e cooperativismo derivem do verbo cooperar, de origem latina cooperari (cum e operari) que significa trabalhar com alguém, trata-se de conceitos distintos. Enquanto a cooperação significa ação conjunta com vista ao mesmo objetivo, o cooperativismo, por sua vez, significa sistema, doutrina ou ideologia, que visa à renovação social através da cooperação. Finalmente, a cooperativa seria uma entidade ou instituição na qual as pessoas cooperam, objetivando o mesmo fim. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos, as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas. Entretanto, o termo cooperação tem sido geralmente usado como equivalente de cooperativismo.

O que importa é que todos os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo, assim, com o isolamento, (MST, 2010). Pois a cooperação tem como objetivo principal o desenvolvimento da produção. Ela visa contribuir com o avanço da organização da produção em vista da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Uns podem apenas trocar dias de serviço. Outros podem comercializar em conjunto. Outros podem ter uma associação de máquinas. Outros podem ter alguma linha de produção em comum. Outros podem estar em grupos coletivos. Outros podem estar ligados a uma cooperativa. Outros estão em uma cooperativa totalmente coletiva (CONCRAB, 1999).

Segundo o (MST, 2010), as CPAs unificam os lotes de terra dos membros e trabalham o conjunto deles de acordo com um plano de produção. Sendo essa coletiva, a

repartição do produto em natura e em dinheiro tinha de se orientar pela contribuição de cada um, avaliada de alguma maneira. Passou-se de um modelo bastante individualista, em que o pequeno agricultor tem toda a autonomia e se expõe a todos os riscos, para um modelo totalmente coletivista, em que cada cooperador participa num trabalho socializado, de acordo com uma divisão de trabalho previamente planejada.

A CPA foi inspirada, no modelo de Cuba, em que a cooperativa tinha pouca autonomia face ao Partido-Estado e se enquadrava no planejamento nacional. Em poucos anos, ficou claro que, no Brasil, este tipo de cooperativa não era compatível com as aspirações da grande maioria dos assentados. Somente uma minoria politicamente convicta aderiu com entusiasmo às CPAs. Em 1993, observou-se o declínio das CPAs. Contudo, o MST continua empenhado em desenvolver uma agricultura moderna, nos assentamentos que conquistou, e sabe que essa meta exige um grau avançado de cooperação entre os agricultores. Reconhecendo que a CPA não é desejada pela maioria dos assentados, o movimento fez um recuo tático: em vez de priorizar a CPA unicamente, ele passou a desenvolver outras formas de cooperação, como as cooperativas de comercialização, que preservam a individualidade do camponês, mas permitem organizar compras e vendas em comum, com palpáveis vantagens para todos em termos de preços. Além disso, essas cooperativas (apeladas de CPSs: Cooperativas de Prestação de Serviços) ajudam a mecanizar a agricultura mediante a compra em comum de equipamentos caros como tratores, colheitadeiras e permitem o desenvolvimento de agroindústrias. Embora a dinâmica dessas cooperativas exija a mediação de conflitos por serem ambientes de múltiplas tensões, mesmo assim são organizações socioprodutivas que oferecem o melhor ambiente para o desenvolvimento da Economia Solidária sob o ponto de vista de (SINGER, 1998, p.16), pois “possuem sua administração pautada na autogestão”.

O MST fomenta educação voltada para o trabalho e para a Cooperação. Implementar a forma de trabalho cooperado é um dos grandes desafios do Movimento, principalmente após a conquista da terra por parte dos recém-assentados. Ressalta-se que mesmo existindo, no Movimento, um setor específico para pensar a produção – nesse caso, o setor de produção –, a cooperação é pensada de forma intersetorial, visto que envolve outros setores como o de educação e de formação, a propiciar a autogestão.

Tratando-se de trabalho, segundo (ANTUNES, 2007), é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios. Mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o

motor decisivo do processo de humanização do homem. Conforme descrita por (ARROYO, 1998, p.143), “a experiência do trabalho como princípio educativo não tem a finalidade da reprodução da força de trabalho, objetivando a acumulação do capital por parte dos proprietários dos meios de produção”. Para esse autor, isso se estabelece, ao contrário: Quando se volta a reflexão para o trabalho como princípio educativo, aproxima-se de uma teoria social sobre como se forma o ser humano, como se produz o conhecimento, os valores, as identidades. Como se dá o processo de individuação, de constituírem-se sujeitos sociais e culturais, livres e autônomos.

Para o (MST, 2010), a importância, na relação entre trabalho e educação, pode ser visualizada a partir de diversas publicações institucionais do Movimento, nos meios midiáticos, destacando a cooperação como a forma produtiva a ser potencializada para engendrar novas relações sociais. O princípio mais importante é o compromisso com a comunidade, baseado nele, as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas por seus próprios membros. Sobre toda a iniciativa, prevalece o interesse da Comunidade.

Nesse contexto, para o (MST, 2010), a inestimável importância é o legado que as cooperativas têm deixado em todos os rincões do Brasil, onde estradas, hospitais, escolas, vilas, e cidades, costumes e estilos de vida marcados pela nobreza, sementes de prosperidade foram plantados em consórcios com o cooperativismo. Na continuidade da visão desse Movimento, mais grandioso, porém, é o desafio que tal princípio impõe aos cooperativistas para o futuro: promover a humanização das relações econômicas entre os homens e fazer nascer uma sociedade baseada, não na competição, mas na competência e na solidariedade. Utópico, sonhador? Um alento de esperança às comunidades que se encontram em um estado de vulnerabilidade socioeconômica, àquelas marginalizadas pelo sistema capitalista de larga escala; essa, a predisposição do acreditar de (SINGER, 2002, p.9) como já frisado, ou seja, “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”, esse, o espírito de vontade, também presente, nos demais militantes da Economia Solidária.

3.2. As Propriedades Coletivas e a Economia Solidária no Brasil

Este subcapítulo tem por finalidade explicitar os referenciais teórico-conceituais, que conduzem olhares para o objeto de estudo e suas implicações. O exercício do referencial

conceitual pretende, nesse sentido, reviver as origens da Economia Solidária e de seus conceitos. Apresenta, também, como o tema surge, na literatura brasileira, por intelectuais que, na maioria das vezes, não tinham conhecimento do que acontecia em outros lugares, como citado por (LECHAT, 2002). Objetiva estabelecer as bases, as fundamentações de origens, para a compreensão sobre: gestão participativa; relações socioeconômicas; economia de solidariedade; cooperativismo, face ao enfrentamento do sistema capitalista imposto, na sociedade contemporânea, e sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Assim sendo, (GAIGER, 2000) enaltece que o fenômeno da Economia Solidária guarda semelhanças com a economia camponesa. Em primeiro lugar, porque as relações sociais de produção desenvolvidas, nos empreendimentos econômicos solidários, compreendidas, nesta dissertação, como propriedades coletivas, são distintas da forma assalariada. Muito embora, também aqui, os formatos jurídicos e os graus de inovação, no conteúdo das relações, sejam variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Assim, naquelas práticas camponesas; predomina a propriedade social dos meios de produção, vedada a sua apropriação individual ou sua alienação particular; o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores em regime de paridade de direitos e a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (VERANO, 2001). Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

Importante conceituar essa economia para que o leitor possa se apropriar do enredo proposto por esta dissertação, dado ao fato de o contexto territorial da pesquisa privilegiar atividades de cooperativismo, no âmbito da Reforma Agrária.

Dessa forma, evidencia-se que o marco conceitual da Economia Solidária²⁸, no Brasil, é originário das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas. Ou seja, segundo (ROCHA, 2009), o contexto político e social brasileiro, desde as últimas décadas do século passado, tem sido marcado pelo processo de redefinição do papel do Estado, a partir da

²⁸ Sobre o assunto, a palavra Economia é derivada do grego - *dikos* (casa, bens) e *nomos* (norma, regime) - logo Economia significa, *gestão da casa*; Solidária vem do latim - *Solidum* - que significa a responsabilidade de cada um com o grupo. A autora (LECHAT, 2005) nos apresenta que o termo servia para designar a obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo, de forma que a solidariedade é um fato antes de ser um valor e designa uma dependência recíproca. Na perspectiva da Economia Solidária, introduz a idéia de solidariedade como união de pessoas que as tornam fortes (PAUL SINGER *et al.*, 2000). A importância da *solidariedade* pode ser observada na seguinte citação: “*Lo que sostenemos es [...] que la solidaridad se introduzca en la economía misma, y que opere y actue en las diversas fases del ciclo económico, o sea, en la producción, circulación, consumo y acumulación*” (Razeto, 1997, p. 14).

universalização dos direitos de cidadania, descentralização e gestão democrática das políticas públicas. Trata-se, assim, de um novo formato institucional, legitimado pela Constituição Federal de 1988, integrante do processo de implementação da gestão descentralizada e participativa, que ocorreu, no Brasil, nos anos de 1990, nas esferas municipal, estadual e federal.

Foi conveniente levantar os seguintes questionamentos: Como consolidar o formato de uma economia que tenha como eixo basilar a democratização e a participação social na implementação das políticas públicas? Em que medida o cenário atual possibilita de fato a consolidação da Economia Solidária? A participação da sociedade civil está mesmo delineando novas tendências na Economia Solidária? Tais questões indicam a necessidade da discussão sobre a Economia Solidária, na sociedade brasileira, o que significa compreender até onde se pode falar em constituição de novas formas de autogestão nos empreendimentos econômicos do Brasil, como resultados dos encontros e desencontros na relação entre Estado e Sociedade Civil.

Nesse contexto, para (LAVILLE *et al.*, 1999), o conceito de Economia Solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação dessas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. Conforme (LECHAT, 2002), podem-se retratar os embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural do terreno nos quais vão brotar as experiências de Economia Solidária. No âmbito da história social desses problemas, recupera-se o processo de surgimento de experiências autogestionárias e solidárias, a atuação de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, Igrejas, prefeituras e governos que lhes deram e dão suporte e promovem sua organização em fóruns, feiras, redes e tantas outras iniciativas, mas também fazer a história da ação dos intelectuais para nomear e pesquisar este campo. O prefácio da história da Economia Solidária, no Brasil, está explicitado nesta pesquisa, diante das considerações dessa autora.

Na República Federativa do Brasil, para a Economia Solidária adquirir visibilidade, tivera que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico, figurando-se como uma decisão de ordem teórica, política e ideológica. O que hoje é denominado de Economia Solidária ficou por décadas imersas, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular, conforme apontamentos de (LECHAT, 2002). Uma prova disso é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à Economia Solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo

popular. O conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez, no Brasil, em 1993, no livro *Economia de Solidariedade e Organização Popular*, no qual o autor chileno, Luis Razeto, define o conceito de economia de solidariedade como:

Uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas [...], que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO, 1993, p.40).

A Economia Solidária abordada nesta dissertação tem seu caminho teórico constituído a partir da genealogia traçada por (LECHAT, 2002), evoluindo com a contribuição de outros autores, cujas discussões têm início, na década de 90, e adentram no século XXI.

Daí, então, que a efetivação de alguns encontros vai constituir um marco para a construção de um pensamento e ou movimento social em prol da Economia Solidária, no Brasil. Destaca-se a mesa redonda sobre o tema, *Formas de Combate e de Resistência à Pobreza*, realizada, em setembro de 1995, durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia e o segundo ocorreu, no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que teve lugar em São Paulo, nos dias 30 e 31 de maio de 1996. Luiz Inácio Gaiger organizou uma coletânea dos trabalhos apresentados, na mesa redonda do 7º Congresso, e publicados em 1996. Escreveu que a comparação entre diversas experiências permite identificar, como tipo promissor e como alternativa viável para a economia popular, os empreendimentos solidários que reúnem, de forma inovadora, características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiada, na vivência comunitária, as experiências avaliadas eram projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira. Ainda pelos apontamentos de (LECHAT, 2002), no III Encontro da ANTEAG, não se usou o termo Economia Solidária, e ressalta que Paul Singer publicou, em julho de 1996, na Folha de São Paulo, a proposta da Economia Solidária sob o título *“Economia Solidária contra o desemprego”* e, em 1998, escreveu que:

No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e, sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a Economia Solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva. (SINGER, 1998, p.30).

A partir dos registros de Paul Singer de 1998, a conceituação de Economia Solidária desenvolve-se, no tempo, passando pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)²⁹ - entre 2003/2004, e mantendo-se em análise, nesta última década, de tal forma que, por (ALCÂNTARA, 2005), a discussão sobre o respectivo tema, tem sua continuidade.

Em 1995, foi criada a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Brasil (ITCP) pela COPPE-UFRJ. Com essa iniciativa, as universidades tornaram-se entidades de apoio à formação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no intuito de gerar trabalho e renda para os excluídos do mercado de trabalho. Segundo (GAIGER, 2003), os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são fundamentais para o fortalecimento da Economia Solidária, já que as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital, o que reforça, o caráter da propriedade coletiva. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) entende que sua missão é difundir e fomentar a Economia Solidária em todo o Brasil, promovendo apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse fórum inclui as principais agências de fomento da Economia Solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de Economia Solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-Crédito (ABCRED) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)³⁰ - em 2009, existiam, no Brasil, 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários registrados, sendo que a maior parte se encontra na região Nordeste (43,45%). Os demais estão distribuídos pelas demais regiões (Norte, 12,15%; Sudeste, 17,90%; Sul, 16,39% e Centro-Oeste, 10,11%). O SIES, com o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da Economia Solidária e oferecer subsídios, nos processos de formulação de políticas públicas, realiza mapeamentos da Economia Solidária no Brasil.

²⁹ Segundo dados do Governo Federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), foi criada, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 com o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da Economia Solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas, assim sendo, realizar o mapeamento da Economia Solidária, no Brasil. Para isso, foi desenvolvido, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Disponível em: http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp. Acesso em: 30 ago. 2012.

³⁰ Sobre o assunto, ver o portal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em <http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acesso em: 30 ago. 2012.

Diante das produções teóricas advindas das discussões que evidenciam especificamente essa economia, destacam-se três livros que legitimam um corpo teórico para a mesma, tem-se: (SINGER *et al.*, 2000), (SINGER, 2002) e (CATTANI, 2003). Segundo (MOTA, 2004), essas três obras constituem o marco teórico da Economia Solidária no país.

A partir desse traçado histórico, o cenário da Economia Solidária emerge, no Brasil, propondo um novo debate, uma nova aprendizagem, uma reconstrução das formas e maneiras de se pensar uma economia de cunho solidário. Em concordância com (PITAGUARI *et al.*, 2010, p.43), observa-se que, para as empresas capitalistas e seus empregados, as dificuldades para o aprendizado e para inovação são grandes, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, com baixo nível educacional, “certamente tais dificuldades serão ainda maiores para os trabalhadores envolvidos em empreendimentos solidários”. Principalmente, porque a maioria deles não conseguiu nem ser incluída, no mercado de trabalho assalariado, apesar de poucos optarem por essa condição. Outro ponto polêmico está, na relação da Economia Solidária com os principais instrumentos do capitalismo, o mercado e o Estado, de tal forma a gerar divergências entre os defensores dessa economia.

(SINGER, 1998) defende a necessidade de algum tipo de mercado, portanto de competição mercadológica, mesmo dentro de um modelo dominado pelos princípios solidários de organização. Segundo o autor: “Será importante que haja várias empresas competindo pelos consumidores em cada ramo de produção, dentro do setor, para que cada uma delas seja estimulada a melhorar a qualidade e baixar os custos”, (SINGER, 1998, p.123). Dessa forma, o autor defende a possível necessidade de um mercado protegido inicialmente da competição externa (capitalista), até poder garantir ganhos de eficiência e aprendizado necessários ao enfrentamento do mercado externo. No aprofundamento dessa discussão entre Estado e Sociedade Civil, (SINGER, 2002) observa e defende a necessidade do Estado como incentivador dos diferentes modelos de Economia Solidária. Argumenta, portanto, que haja disponibilização de linhas de crédito especiais e de medidas de desenvolvimento tecnológico, assim como a prioridade de compra dos produtos e serviços das redes de Economia Solidária de acordo com as necessidades de abastecimento do Estado. Todavia ressalta a importância dessas estratégias privilegiadas, mas que não devem permanecer infinitamente, a ponto de gerar dependência excessiva e acomodação, mas escalonadas, no tempo, de forma a garantir um processo de desenvolvimento.

Entretanto, segundo (BARBOSA, 2007), uma contradição está colocada, de um lado o Estado em sua fase neoliberal (segundo a autora essa fase não fora abandonada pelo governo Lula) se descompromete com a universalização de direitos ou com programas de

desenvolvimento econômico, que sejam capazes de inserir os trabalhadores, no emprego formal, e de outro, estende a mão com programas de inclusão como o de Economia Solidária, baseados no autoemprego e no empreendedorismo de um conjunto de trabalhadores, que terá muita dificuldade em manter seus empreendimentos sem o permanente apoio do Estado.

Conforme (ALCÂNTARA, 2005), em termos de políticas públicas, experiências como o programa de Economia Solidária desenvolvido, no Rio Grande do Sul, no Governo de Olívio Dutra, demonstra o processo de institucionalização pelo qual passa a Economia Solidária no país. (ALCÂNTARA, 2005) discorre que, nesse aspecto, o governo Lula desempenhou papel decisivo ao enfatizar o papel das cooperativas e das associações na constituição de alternativas ao modelo de produção capitalista, marcado pelo desemprego e a pobreza. Tal perspectiva pode ser comprovada através de inúmeros decretos, medidas provisórias, projetos de leis e leis instituídas por esse governo no que tange a empreendimentos e a demais aspectos relacionados à Economia Solidária. Dentro desse contexto, foi criada, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de acordo com o Decreto LEI N°10.683, de 28 de maio de 2003.

(SINGER, 2002) salienta que Economia Solidária pode ser definida como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles, essa é a característica central, consolidar a igualdade de direitos para todos os envolvidos nesse meio de produção. A questão da operacionalidade desses meios de produção deve ser observada, para que a dimensão da igualdade possa se estabelecer de fato. Para esse autor, a autogestão é uma das principais características da Economia Solidária, a forma como as empresas são geridas, as quais se administram democraticamente. A autogestão pode ser vista como forma de desenvolvimento na medida em que gera a possibilidade de gerir a reprodução.

De acordo com (MOTTA, 1991), a autogestão é o plano em que se dá o exercício coletivo do poder para decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho na aquisição e na distribuição de renda.

A (ANTEAG, 2000) define a autogestão como o controle dos meios de produção e da gestão pelos trabalhadores. Dado o grau de instrução formal geralmente baixo dos operários, a gestão democrática do negócio está, no centro das preocupações, pois estes têm, via de regra, habilidade para produzir, mas encontram fortes dificuldades em gerir seus negócios. Já o aspecto controle dos meios de produção também apresenta dificuldades significativas de ordem legal e financeira. Nesse caso, os trabalhadores enfrentam uma imensa

dificuldade, a falta de recursos próprios. Para (MATARAZZO, 1998) é recomendável, portanto, que uma parte do capital de giro seja financiada por recursos de longo prazo, próprios ou de terceiros.

(CELSO FURTADO, 1984, p. 118-119) releva a importância da autogestão ao ressaltar a coletivização dos meios de produção com uma das experiências mais significativas de endogeneização do desenvolvimento, ou seja, um controle coletivo das atividades econômicas cujos objetivos visariam à destruição das bases estruturais de poder e a substituição da lógica reducionista dos mercados por uma racionalidade mais ampla, voltada para a consecução do desenvolvimento. Esse conceito é explanado por (SINGER, 2007) como Empreendimentos de Economia Solidária (EES) geridos pelos próprios trabalhadores de forma coletiva e inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto - autogestão - no âmbito, de uma propriedade coletiva.

Essa contextualização descrita por (SINGER, 2007) é pragmatizada, observada e consolidada por organizações socioprodutivas. Para (SAMPAIO *et al.*, 2008, p. 93), entende-se que cooperativas agropecuárias de movimentos sociais constituem-se como organizações socioprodutivas, ao representarem sistemas mais desburocratizados, menos centrados, no lucro, e mais focados, na geração de emprego e renda e, muitas dessas, portadoras de objetivos mais amplos, em que prevalecem a emancipação social e a condução de sua gestão de forma autônoma. A preservação de valores histórico-culturais e ecológicos são pontos altos. Em síntese, tais fenômenos ganham notoriedade e importância ao se consolidarem como potenciais geradores e gestores de seu próprio desenvolvimento. Tem-se, então, que as organizações socioprodutivas legalmente constituídas que visam suprir às necessidades de ordem social e principalmente econômica de seus membros, estabeleçam-se em regime de cooperação.

Conforme (PINHO, 1996), avança-se na discussão de cooperativismo, no sentido de doutrina, que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômicos sociais.

O processo de constituição do cooperativismo implica a tese de que o cooperativismo é um movimento tão antigo que remonta aos primórdios da história humana. Pelas definições de (KLAES, 2005), o cooperativismo pode ser encontrado em sociedades

bastante remotas, como, na sociedade feudal, ou ainda, nas sociedades grega e romana, querendo, com isso, dizer que o cooperativismo é algo tão antigo como natural.

Assim, para (KLAES, 2005), o cooperativismo é tão natural que até mesmo os animais compartilham de sentimentos de ajuda mútua, de solidariedade e de cooperação.

Manifestações do instinto de ajuda mútua têm-se observado em toda a natureza e até nos últimos degraus da vasta escala dos seres vivos. Subindo paulatinamente, até atingir os animais superiores, encontram-se provas inconcussas de instinto, de hábitos de solidariedade e de apoio recíproco. São clássicos os exemplos da formiga precavida e laboriosa e da abelha ativa, símbolos do espírito de associação, de tenacidade, de trabalho incessante e de inteligência ao serviço de uma causa comum. Também entre os pássaros são freqüentes, como frisam os naturalistas e ecólogos, esse espírito de coesão, de cooperação na luta em comum pela sobrevivência. As próprias aves de rapina, antipáticas em seu instinto cruento, têm também pendores acentuados para a vida coletiva. São hoje por demais conhecidos e pesquisados seus hábitos de longos vôos para se reunirem a outras, em pontos distantes. Assim, muitos animais, em suas migrações, colocam os mais débeis no centro dos grupos, destacando sentinelas avançadas para a sua defesa nas longas jornadas e iniciam a caminhada para regiões onde esperam melhores condições de vida. Este princípio e esta solidariedade que existem na ordem da natureza têm por instrumento específico a cooperação na ordem social, econômica e moral, bem como na órbita da inteligência e na esfera profissional. O homem, como ocupante do mais elevado grau da escala, dos seres vivos também prescinde de auxílio e cooperação mútua (assim tem sido desde seus primórdios), para a consecução de seus objetivos mais imediatos. O Cooperativismo é um fenômeno que tem acompanhado a evolução do homem desde seus primórdios. (KLAES, 2005, p.32-34).

Na continuidade dessa discussão, para a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) a Economia Solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Nesse sentido, compreende-se por Economia Solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, de distribuição, de consumo, de poupança e de crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui as seguintes características, segundo (SENAES, 2013)³¹: *Cooperação*: existência de interesses e

³¹ Sobre o assunto, ver o portal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O que é Economia Solidária? Disponível em: http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acesso em: 30 ago. 2012.

objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares; *Autogestão*: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. *Dimensão Econômica*: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais. *Solidariedade*: O caráter de solidariedade, nos empreendimentos, é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa, nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores(as).

3.3 As tipificações de Tecnologia Social identificadas no Brasil

O tema tecnologia é pauta permanente, nos meios de comunicação e nas agendas de governos, empresas, agências de fomento a pesquisas e diversas organizações sociais, com forte influência no setor agrícola. A atual sociedade é reconhecida como uma sociedade do conhecimento e da tecnologia, pois se vive uma época histórica de desenvolvimento tecnológico sem precedentes. Para (LORENZETTI *et al.*, 2012), tornou-se comum que organizações, instituições e empresas coloquem a aprendizagem permanente e a produção de

novos conhecimentos e tecnologias como centro estratégico de suas sobrevivências e crescimento. Na busca por um futuro promissor para seus filhos, as famílias veem, na escolaridade superior e no domínio de conhecimentos e tecnologias atuais, uma exigência inquestionável em acessá-la. Há de se observar que, para muitos, tecnologia é entendida como máquinas, equipamentos e aparelhos. Para outros, é sinônimo de técnica. Há ainda os que a consideram como ferramenta, como instrumento. Tecnologia também é entendida como processo, compreendendo certos saberes constituídos para a geração e utilização de produtos e para organizar as relações humanas, como ressalta (LORENZETTI *et al.*, 2012)³².

Para as Tecnologias focadas, neste trabalho, são apontadas duas características para amplitude de suas concepções, sendo elas, a Tecnologia Convencional (TC) e a Tecnologia Alternativa (TA). No transcorrer da dissertação, serão correlacionadas à Tecnologia Social (TS) dois propósitos; de Contrariedade, a TS como ação contrária à TC e Continuidade, a TS, surgindo a partir da releitura da TA. Relacionando-se ambos os propósitos à Tecnologia Social, de tal forma que se entenda contrariedade como negação e continuidade como construção.

A Tecnologia Convencional é aquela aplicada, nos processos de produção capitalista, por vezes, geradora de exclusões. Para que se possa descrever sobre Tecnologia Social, indaga-se, primeiramente, sobre sua significação, sua origem e sua real possibilidade de existência. Tecnologia Social é uma expressão que designa, que pressupõe tecnologias voltadas para inclusão social, contemporaneamente dá significado a uma proposta que vai além dessa mera inclusão. Segundo (GASPAR, 2012), essa Tecnologia avança na direção de construir um novo paradigma tecnológico com um modelo de desenvolvimento que não gere exclusões. Para (NEDER, 2009), existem duas vertentes que proporcionam reflexões e ações de TS, no Brasil, às que dizem respeito ao Processo Tecnológico e ao Produto em si. Pelas observações de (SOUZA, 1991), àquela que diz respeito ao processo tecnológico, atores sociais diversos³³ se unem para, em um processo de emancipação, construir soluções para as

³² Sobre o assunto, consultar (LORENZETTI, 2012). Na abordagem sociológica do termo, tecnologia envolve todas as formas de técnica produtiva, incluindo o trabalho manual e intelectual. As técnicas produtivas e a organização da produção são produtos sociais, consequências de decisões humanas, portanto tecnologia pode ser analisada como resultado de processos sociais. Fonte: LORENZETTI, Jorge, *et al.* Tecnologia, inovação tecnológica e saúde. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000200023&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 21 out. 2012.

³³ A respeito da expressão, *Atores Sociais*, consultar (SOUZA, 1991). O ator é alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser atores sociais. Mas a idéia de *ator* não se limita somente a pessoas ou grupos sociais, instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas etc. Fonte: SOUZA, Herbert José de. Como se faz análise de conjuntura. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

demandas postas, dentre esses atores se encontram os pesquisadores de TS e os próprios usuários da tecnologia (que são considerados a peça chave nesse processo, para que se consiga desenvolver tecnologias verdadeiramente adequadas às demandas dos produtores/usuários). A outra, ligada ao produto, ou seja, ao artefato tecnológico, que será produzido e trará algum benefício social. Essa segunda vertente frequentemente adota os procedimentos: identificar (ou supor) demandas de tecnologias em processos que desejam contribuir, desenvolver possíveis soluções tecnológicas para esses processos, e levar tais soluções aos seus futuros usuários.

Reitera-se ênfase e importância à vertente que aponta, à que define os processos de TS como práticas fundamentais de reflexões sobre os Processos Tecnológicos.

Consoante (GASPAR, 2012), observa-se que o mais rico, nas discussões sobre Tecnologia Social, são as reflexões sobre um processo de desenvolvimento tecnológico que leve à emancipação social. Para (SANTOS, Boaventura, 1996), a emancipação passa pelo alargamento e aprofundamento da democracia, apresenta como referência a ação dos movimentos sociais, na Europa, que tentaram combater os excessos de regulação social, nos anos sessenta, e, depois, nos anos oitenta. Embora as ações desses movimentos sociais não conseguissem lograr todo o sucesso, estabeleceu um marco histórico-social, a necessidade de continuar a luta pela democracia; que não se limita a compensar lacunas do Estado, pela benevolência, nem dispensa o Estado das suas obrigações sociais à cidadania, mas sim implica o cultivo de um campo imenso de revalorização da comunidade, da história, da experiência, da cultura, que constituem, por excelência, a pedagogia da emancipação.

Diante do contexto deste trabalho, a revisão bibliográfica sobre TS está centrada nos autores que trabalham com a concepção de TS voltada ao processo tecnológico. Essa por (GASPAR, 2012), ao ser descrita pela negação da TC, parte-se de uma reflexão sobre como os espaços e modelos solidários (cooperativas, fábricas recuperadas, e outros processos produtivos que se identificam com a Economia Solidária) organizam suas produções, a produção deve ser orientada pela satisfação das necessidades básicas dos produtores e não pelo lucro individual de um proprietário do meio de produção. Argumenta-se que a Tecnologia Convencional (TC) seja: (a) adequada aos processos de produção capitalistas, que tem como principal objetivo maximizar os lucros do proprietário da fábrica ou empreendimento produtivo, e (b) inadequada para processos solidários cujos objetivos são produzir e suprir as necessidades dos usuários com a divisão equitativa dos *frutos* produzidos. No aspecto de negar a TC devido à sua característica elementar, a Tecnologia Social surge como proposta de modelo tecnológico adequado para processos solidários de produção,

construída com seus próprios usuários, incorporando os valores necessários para a produção solidária e propiciando processos de emancipação social. Pela descrição e construção da TS, a partir da releitura sobre Tecnologia Apropriada (TA), cabe salientar que o reconhecimento da TA pelo Ocidente tem como berço histórico a Índia do final do século XIX. Conforme (DAGNINO, 2004), o pensamento dos reformadores daquela sociedade estava voltado para reabilitação e para o desenvolvimento das tecnologias tradicionais, praticadas em suas aldeias, como estratégias de luta contra o domínio britânico. Entre 1924 e 1927, Gandhi, como forma de lutar contra a injustiça social e o sistema de castas que a perpetuava na Índia, dedicou-se a constituir programas, visando à popularização da fiação manual realizada em uma roca de fiar reconhecida como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado, a Charkha. Despertou-se a consciência política de milhões de pessoas habitantes das vilas daquele país sobre a necessidade da autodeterminação do povo e da renovação da indústria da Índia, o que pode ser avaliado pela significativa frase por ele cunhada: *Produção pelas massas, não produção em massa*.

Para (GASPAR, 2012), nas décadas de 1960 e 1970, essa proposta é retomada, evoluindo por diversas denominações, até se destacar com o nome de Tecnologia Apropriada, sendo descrita como a tecnologia que visava reduzir as desigualdades sociais causadas pelo desenvolvimento do modelo capitalista. Historicamente, com a ascensão do neoliberalismo, o mercado impõe exigências para a produtividade, sendo que objetivos diferentes dos visados por ele são deixadas de lado, marginalizando, dessa forma, propostas de tecnologias alternativas. (GASPAR, 2012) aponta que, na década de 1990, as discussões em torno de tecnologias para produção com valores diferentes daqueles empregados, na produção capitalista, são retomadas; as discussões sobre o que não deu certo, na TA, são ponto de partida para a construção de uma nova proposta.

Que nova proposta seria essa, que se demonstrava pela necessidade de sanar desigualdades sociais devido ao modelo capitalista voraz? Tal proposta já embrionada da ideia de que o desenvolvimento da tecnologia em processos solidários não deve seguir os ditames do modelo de desenvolvimento da Tecnologia Convencional, ao contrário, deve desconstruir os pressupostos que a sociedade carrega em relação à tecnologia.

3.4 As Relações Institucionais da COOAT com a Fundação Itesp

Domingo, 20 de fevereiro de 1994, cerca de 500 integrantes do Movimento Sem-Terra, ocuparam ontem pela manhã uma fazenda da Petrobrás, na estrada Tremembé-Pindamonhangaba (SP). A área já foi usada pela empresa para extração de xisto, mas agora é ocupada por plantações de eucalipto. A maioria dos invasores é da região de Sorocaba. Segundo o líder do movimento, Antonio Werneck, o grupo fez parte da invasão de uma fazenda no município de Getulina, que resultou na morte de uma pessoa. Cerca de 7.000 pessoas haviam ocupado a fazenda. Os trabalhadores rurais, segundo Werneck, querem um movimento pacífico, sem intervenção da Polícia Militar. Ele disse que o grupo resolveu vir para o Vale do Paraíba após ter "descoberto" que 93,5% das áreas da região é formada por pastagens e reflorestamento. "São terras improdutivas", disse. Nenhum responsável pela área invadida foi localizado ontem pela Folha para comentar a ocupação. (FOLHA DE SÃO PAULO, Seção da FOLHA VALE, em 20/02/1994)³⁴

Assim, mantiveram-se acirradas as ocupações de espaços, no Brasil, com Fernando Collor na Presidência da República. A resposta estava, na organização, na expansão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (o MST), no avanço na área de produção; "*Ocupar, Resistir e Produzir*", como dizia o lema do II Congresso Nacional desse Movimento, em 1990. O ex-presidente Fernando Collor de Mello tomou posse, em 15 de março de 1990, e encerrado em 2 de outubro de 1992, com seu afastamento do governo (após aprovação do *impeachment* em 29 de setembro).³⁵ Entre os meses de outubro e dezembro de 1992, Itamar Franco assumiu a presidência interinamente, e, em caráter definitivo, em 29 de dezembro de 1992. O país vivia um período conturbado, portanto, o novo presidente procurou realizar uma gestão transparente, buscando apoio dos setores de esquerda e procurando atender aos anseios da sociedade brasileira. O principal legado colhido desse curto mandato de Governo (1992 - 1994) está ligado ao Plano Real, um pacote de medidas econômicas, com o intuito de controlar a inflação e estabilizar a economia. Diferentemente dos demais, o Plano Real entrou em vigor, em março de 1994, respaldado por Medida Provisória. O ex-presidente Itamar Franco delegou a constituição de equipe que elaborou o Plano Real, formada por economistas oriundos da PUC do Rio de Janeiro, sendo alguns formados nos Estados Unidos, e tinha como coordenador, Fernando Henrique Cardoso (FHC), sociólogo nomeado Ministro da Fazenda, em maio de 1993. Por fim, apesar de ter sido gestado sob o comando de Itamar Franco, foi FHC quem colheu os louros dessa vitória, apresentando-se como pai do Real, o

³⁴ Sobre o assunto, as ocupações do MST, no ano de 1994, consultar as notícias do FOLHA VALE, 1994. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/2/20/brasil/15.html>. Acesso em: 21 out. 2012.

³⁵ A respeito do mandato do Ex-Presidente Collor, consultar nesta dissertação, a Revisão de Literatura, p.57.

que lhe garantiu a vitória, nas eleições presidenciais de 1994, sobre Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso (FHC), governou o Brasil de 1994 até 2002, dois mandatos consecutivos. No contexto desta pesquisa, registra-se que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado, no governo de FHC, este responsável pela Reforma Agrária e, posteriormente, também pela Agricultura Familiar. Surge após o massacre de Corumbiara - RO em agosto de 1995, e de Eldorado dos Carajás - PA em abril de 1996. A necessidade de deslocar atenção às questões agrárias culminou na constituição desse Ministério. As tensões estavam postas, de um lado a sociedade civil, municiada pela pressão dos movimentos sociais e pela opinião pública, do outro, o Estado neoliberal, com efeito, diversas iniciativas fomentaram a efetivação de Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil. Dentre esses incentivos, destacaram-se o aumento do número de desapropriações e a atuação do Estado, através de linhas de crédito específicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).

Nessa conjuntura histórica da política brasileira, constatados os fatos; a democracia restabelecida pelas eleições diretas (1989 / 1990), o *impeachment* presidencial ocorrido, em 1992, e o advento do “Plano Real” (1994), frisa-se que as atenções devem ser direcionadas para o movimento de interesse que surge à época, com vistas a implantar concepções sobre o Rural no Brasil. Considerados que esses acontecimentos foram de extrema importância para o acervo histórico nacional, a abordagem prefacial deste subcapítulo - *As Relações Institucionais da COOAAAT com a Fundação Itesp* - estabelece um breve diálogo com (DOMINGO NETO, 2002, 2004), pela abordagem feita à Reforma Agrária de FHC.

Ainda nesse olhar direcionado às questões rurais do Brasil, no governo FHC, eis que aparece a expressão o *Novo Mundo Rural*, utilizada para designar tanto as transformações em curso, na realidade agrária brasileira, quanto um paradigma a ser perseguido (DOMINGO NETO, 2004, p.29). As mudanças teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades, no meio rural, e o surgimento de novas configurações sociais. Ainda segundo esse autor, o progresso técnico, acarretando ganhos de produtividade, na agricultura, haveria ensejado a formação de um excedente de trabalho. Assim, as famílias de produtores estariam empregando o tempo disponível em atividades não-agrícolas, com o objetivo de complementar suas rendas. O autor salienta, ainda, que o progresso técnico verificado, na agricultura brasileira, foi bastante centralizado nos grandes empreendimentos. A absorção de tecnologia, na verdade, aprofundou a dicotomia entre a agricultura moderna e a

agricultura tradicional, nas quais predomina a atividade de subsistência. Em 1995, os estabelecimentos com menos de 20 hectares, representando cerca de 70% do total desses, detinham apenas 18,9% dos tratores utilizados na agricultura brasileira. Esse panorama se agrava sobremaneira na região Nordeste, que abriga grande parte do contingente de pobres e apresenta um percentual mais elevado de pessoas ocupadas no trabalho agrícola. Verificou-se, nos relatos de (DOMINGO NETO, 2002), que, até então, a diversidade de atividades, na zona rural, concentrava-se em áreas restritas e não tinha sido de porte a ensejar sólidas oportunidades de emprego para a grande massa de trabalhadores do campo, onde se constatou índices expressivos de pobreza. Entre 1990 e 1997, a proporção de pobres, no meio rural, aumentou de 39,2% para 58,3% da população total.

Segundo o autor, o Novo Mundo Rural estava em curso, no Brasil, quando em 1996, o governo formula o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), voltado, em tese, para os produtores tidos como mais eficientes e aptos para sobreviver numa agricultura crescentemente dedicada à competição mercantil. O PRONAF logo incorporou o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (o PROCERA). Numa postura muito criticada, o governo considerou como praticantes da Agricultura Familiar tanto os trabalhadores assentados, quanto os empresários agrícolas modernos. Os assentados diferenciar-se-iam dos últimos apenas pela maior capitalização e conhecimento técnico. A consolidação dos Assentamentos da Reforma Agrária aconteceria com a superação dessas diferenças. Em consequência, pequenos produtores e agricultores patronais passaram a disputar os mesmos recursos. A adoção do PRONAF baseou-se na ideia segundo a qual o enfrentamento da tendência universal de redução das margens de lucros da agricultura e a emergência do *agribusiness* deveriam ocorrer através de uma combinação, entre a eficiência produtiva e a produção em escala. No caso da produção de grãos, dada a concorrência internacional, somente as grandes e médias empresas teriam chances de sobreviver.

Quanto aos pequenos produtores, (DOMINGO NETO, 2002) enfatiza que suas perspectivas estariam condicionadas à integração a empresas especializadas no atendimento a mercados consumidores cada vez mais sofisticados. Em outras palavras, o pequeno empreendimento deveria voltar-se para a chamada agricultura de *grife*. Nesse domínio, a competitividade dos pequenos produtores dependeria de sua capacidade de absorver tecnologias produtivas e organizacionais. O PRONAF, voltando-se para o estímulo à produção, ignorou os graves problemas de comercialização, em um contexto de depressão econômica. Com os custos de produção em movimento ascendente e os preços de comercialização em movimento inverso, esse programa findou, levando numerosas famílias a

abandonar o campo. Apesar de duramente contestado, persiste como instrumento privilegiado do governo brasileiro na construção do “Novo Mundo Rural”.

Avançou-se, então, para a Reforma Agrária de mercado, conforme demonstrado por (DOMINGO NETO, 2002), a ótica que orientou a criação do PRONAF passou a dirigir a intervenção do Estado no quadro fundiário brasileiro. Essa intervenção apresentou como novidade a chamada Reforma Agrária de mercado, ou seja, o estímulo a transações de compra e venda da terra, em detrimento da desapropriação dos latifúndios por interesse social, prevista pela Constituição Federal. Para justificar a Reforma Agrária de mercado, o governo arguiu formalmente a lentidão dos processos de desapropriação, os frequentes casos de superestimação das indenizações de imóveis desapropriados e os custos elevados dos assentamentos.

Correlacionados os fatos ocorridos, nos primeiros anos de governo de FHC, com aquele domingo de 20 de fevereiro de 1994, quando 500 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam de manhã a fazenda da Petrobrás, localizada na Estância Turística de Tremembé-SP, sutilmente percebe-se a palavra de ordem - Resistir. A Petrobrás abandonou um projeto piloto para exploração do xisto betuminoso, para fins de extração de óleo combustível, pois devido ao alto custo operação, transferiu suas atividades para o Sul do país, restando, no local, um Horto Florestal de Eucalipto.

Nessa arena de conflitos, o governo FHC cede, e logo despacha as providências cabíveis e constitucionais para, então, implantar o primeiro Assentamento Federal de seu governo, o Assentamento Horto Tremembé-SP. Essa é a denominação legal que consta para o governo, enquanto diante do suplício da luta dos trabalhadores sem terras, incorporou-se, nas suas identidades, como Assentamento Conquista, cujo pseudônimo mantém-se até hoje. Adquirida a posse da terra, os trabalhadores sem terra agora passam à categoria de Agricultores Familiares, cadastrados pelo governo federal como beneficiários da Reforma Agrária. A Previdência Social reconhece-nos como Segurados Especiais, justamente por desenvolverem atividades em regime de economia familiar conforme a Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Então, pelo fato da existência de um movimento de pessoas militantes, com formação de base política e social providas pelo MST, salienta-se que, na luta pela terra, o espaço de luta e a resistência são construídos quando esse movimento social traz a público a sua situação ao ocupar uma propriedade - um latifúndio. [...] a prática de ocupação de terra foi à única forma encontrada pelos trabalhadores rurais sem terra para resistir ao processo de expropriação e exploração e lutar pela libertação (FERNANDES, 1996, p.238).

O espaço conquistado por esse movimento social foi essa fazenda da Petrobrás de aproximadamente 1.200ha, e pela necessidade da distribuição dessa área às famílias de trabalhadores rurais sem terra, o assentamento é parcelado, ou seja, redimensionado em área social, reserva legal e lotes agrícolas, esses caracterizados como unidades de produção familiar, hoje, num total de 103 dessas unidades, em média 8ha por família assentada. Em 1995, o Estado reconhece em definitivo o Assentamento Horto Tremembé-SP (Assentamento Conquista) através de Decreto Federal.

Dado ao fato do Assentamento Conquista possuir a monocultura do eucalipto, e ainda no momento que o Estado se mantinha lento, nas providências de infraestrutura, para instalações dignas às famílias assentadas, um pequeno grupo desses foram incentivados a constituírem uma cooperativa de produção agropecuária. O objetivo era, além da limpeza do terreno, poderem comercializar os eucaliptos de forma legal, e na continuidade das atividades executar a última palavra de ordem do MST - Produzir. A ideologia do MST quanto à formação de Cooperativas Agropecuárias de Produção (as CPAs) ainda pairava, no ar, em função de uma proposta de conduta socialista para além da vida rural. Porém, dados oriundos das manifestações das famílias assentadas são de que conflitos com as lideranças do MST eram frequentes, mesmo assim, o entendimento que prevaleceu fora para a comercialização da produção agropecuária, com isso, buscou-se a participação no mercado.

Em 14 de junho de 1996, nasce a **Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (a COOAAT)**, nos termos da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971³⁶, formada dentro da legislação do cooperativismo do Brasil, com 21 cooperados, quadro mínimo. Em 1997, com 38 associados recebeu R\$ 170 mil, do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), linha de investimento, para aquisição de 23 estufas, 1 caminhão e 1 trator.

Vários eventos de ordem política e social marcaram esse momento a comprometerem o avanço econômico da COOAAT. A necessidade de se estabelecerem enquanto pessoas, numa região ríspida, marcada por segregação social, diante da população da Estância Turística de Tremembé-SP, a falta de experiência em gestão de negócios, os conflitos de relacionamentos, as discussões que se acirravam cada vez mais com o MST, e o despreparo para o mercado, levaram em pouco tempo ao viés do declínio. Embora houvesse o corte do eucalipto e a distribuição de rendas, muitos cooperados amarguraram-se em

³⁶ Sobre o assunto, ver a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 21 out. 2012.

atividades isoladas e descompassadas da Diretoria da COOAAT, por não concordarem com as diretrizes administrativas na época. Isso em 1997, enquanto ainda o Estado, pela atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mantinha-se moroso, nas obras de infraestrutura social para o Assentamento, é fato que disponibilizaram estradas, energia elétrica, casas e pequenos incentivos para o plantio. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do INCRA eram incipientes, de tal forma que o Assentamento manteve-se com tocos de eucaliptos por cinco anos, após a sua constituição legal, e cabia, ainda, a destoca para o preparo da terra. A administração, no âmbito de políticas públicas de Estado, para o trato da Reforma Agrária, no Brasil, é de competência do INCRA. Cabe ressaltar que o Brasil guarda, reserva-se também, nos princípios da tri-partição de poder, quando o assunto é terra. Assim sendo, existem terras públicas federais, estaduais e municipais, podendo ocorrer que uma Unidade Federativa (UF) possua até as três condições. O Assentamento Horto Tremembé-SP é de competência da esfera federal. Os Assentamentos Federais são intitulados, legalmente como Projeto de Assentamento (PA), ou seja, PA Horto Tremembé-SP, cuja denominação oficial mantém-se até os dias atuais.

Como a COOAAT tinha assumido compromisso com o PROCERA, tiveram que saldar os R\$ 170 mil, financiados desse programa. Ao renegociarem a dívida e com a venda do caminhão, puderam atualizar o nome na praça. Um longo período de inatividade se registra, na história da COOAAT, que ora se confunde com a própria história do PA Horto Tremembé, que foi de 1998 até 2008. Preferiram manter o cadastro de suas atividades econômicas nos órgãos competentes, Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual e Junta Comercial, mas em muitos anos não recolheram as contribuições anuais, junto a esses órgãos. Embora, com a dificuldade de senso de pertencimento e às poucas atividades agropecuárias, praticamente em uma década de história de Assentamento, seus cooperados de maneiras individuais, apropriaram-se de muitas informações, capacitações, cursos, campanhas e convívio com o entorno, possibilitando que emergissem o esclarecimento e a conduta por uma nova postura rumo a uma qualidade de vida, até então, não vivida. Ao encontro desse movimento, (SCHNEIDER, 1991) enfatiza que os associados devem ser estimulados, permanentemente através da educação, da comunicação e de oportunidades em participar. Cabe acrescentar a esses conceitos a condição da participação por meio do diálogo. Esse elemento potencializa a capacidade criativa da organização, possibilitando ao grupo chegar à identificação de soluções de problemas que venham a promover a participação efetiva e, conseqüentemente, o desenvolvimento organizacional. A COOAAT, enquanto Pessoa Jurídica, manteve-se com pouquíssimas atividades econômicas de 1998 até 2009. Durante

esse período de estagnação das atividades, surge, no seu espaço existencial, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - “José Gomes da Silva” (Fundação Itesp).³⁷ Sendo essa, a Instituição responsável por planejar e executar as políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo e pelo reconhecimento das Comunidades Remanescentes de Quilombos. É vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. Seu trabalho ocorre no âmbito estadual, promovendo a democratização do acesso a terra, em benefício de posseiros, quilombolas, trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, além de implementar políticas de desenvolvimento sustentável para as comunidades com as quais atua, numa perspectiva de resgate da cidadania, com vistas ao desenvolvimento humano, social e econômico. A Fundação Itesp presta assistência técnica a mais de 10,2 mil famílias em 172 assentamentos rurais, atuando tanto, na implantação de projetos de assentamentos, com a abertura de estradas, perfuração de poços, como, no desenvolvimento dessas comunidades, por meio do fornecimento de calcário, mudas, sementes, pequenos animais, reflorestamento, educação ambiental e construção de equipamentos para o apoio à organização das famílias. Está presente em 54 municípios que possuem assentamentos rurais. A maior parte dos assentamentos está na região do Pontal do Paranapanema: 106, somando mais de 5,7 mil famílias. Observa-se, nas ações da Fundação Itesp, enquanto prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o interesse em desenvolver suas relações institucionais, pautadas no diálogo e na busca por soluções participativas. Em seu escopo institucional, reafirmam que o acesso a conhecimentos especializados é um importante instrumento para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Manifestam, também, que ao compreenderem as características, as fragilidades e os potenciais das unidades de produção familiar, então, o gerenciamento adequado dessas unidades produtivas e de empreendimentos cooperativos, conhecimentos sobre as cadeias produtivas e os sistemas de produção e comercialização podem contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais com quem atuam. A promoção da cidadania e o fortalecimento da Agricultura Familiar são o pano de fundo dessas ações, com vistas ao desenvolvimento e à inclusão social das famílias assentadas e quilombolas.

A Fundação Itesp é sucessora natural e legal de toda uma sequência de órgãos estaduais ligados às questões agrárias e fundiárias, cujas atividades iniciaram, em 1961, com a criação da Assessoria de Revisão Agrária (ARA), e avançaram, em 1978, com Assessoria Técnica de Revisão Agrária (ATRA); em 1983, é criada a Coordenadoria Socioeconômica

³⁷ Sobre o assunto, consultar a evolução histórica e política da Fundação Itesp. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br>. Acesso em: 21 out. 2012.

para, junto com a Secretaria da Agricultura, organizar os pequenos produtores, apoiar o sindicalismo e o uso social da terra. Passou a administrar as funções da ATRA e alterou seu nome para Instituto de Assuntos Fundiários (IAF); em 1985 - Promulgadas duas leis estaduais de grande importância para a política agrária: 4.925 e 4.957, que dispõem sobre o aproveitamento e valorização dos recursos fundiários do Estado e sua destinação para a Reforma Agrária, para o assentamento de trabalhadores rurais; em 1986 - É criada a Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (SEAF), incorporando o IAF e o Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (Masterplan); em 1987 - É criado o Grupo Executivo de Ação Fundiária (GEAF) para coordenar as atuações das Secretarias de Estado, nas áreas de conflito e legitimação de posses, envolvendo as Secretarias de Planejamento, de Meio Ambiente, da Justiça e a Procuradoria Geral do Estado. Na mesma época, a SEAF passou à condição de Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários (SAF), criando os Departamentos de Assentamento e de Regularização Fundiária (DAF e DRF), que se tornaram sucessores do IAF e GEAF; em 1988 - É extinta a SAF. O DAF é transferido para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e o DRF para a Secretaria da Justiça, que, posteriormente, passou a integrar a estrutura da Procuradoria Geral do Estado; em 1991 - é criado o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), assumindo as atribuições do DAF e DRF e unificando as atividades de assentamento e regularização fundiária num mesmo órgão, entretanto, com a proteção da cidadania, e consolidou-se com a Lei 10.207, de 8 de janeiro de 1999, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - "José Gomes da Silva" (Fundação Itesp), regulamentada pelo Decreto 44.294, de 4 de outubro de 1999.

As atividades de ATER da Fundação Itesp abrangem todo o território paulista, através de vários escritórios regionais. Para o contexto desta pesquisa, destaca-se o Escritório da Regional Sudeste, com sede em Taubaté-SP, que atende assentamentos da Reforma Agrária Paulista da Região Metropolitana do Vale do Paraíba (RMVALE) e Comunidades Remanescentes de Quilombolas do Litoral Norte de São Paulo.

O fato é que mesmo o Assentamento PA Horto Tremembé-SP, sendo de competência do INCRA, em meados do ano de 2001, a Fundação Itesp estabelece entendimento com o governo federal para a atuação de ATER em terras federais. Muitos convênios foram celebrados antes mesmo dessa data com o próprio INCRA, no interesse por trabalhos de perícias e laudos técnicos para serviços fundiários, inclusive para dar procedimentos aos trâmites legais, que objetivavam o reconhecimento do PA Horto Tremembé-SP. O INCRA, por deter legalmente a coordenação nacional das questões agrárias, tem a prerrogativa para delegar, licitar e estabelecer parcerias com Estados e Municípios.

Na continuidade dos acontecimentos, em 18 de fevereiro de 2009, um pequeno grupo de cooperados da estagnada COOAT, liderado pelo senhor Sinval Pereira de Oliveira, constituíram uma diretoria provisória para dialogar com a Fundação Itesp, no intuito de buscar parcerias institucionais, com vistas a retomarem suas atividades agropecuárias.

A (Figura 2) apresenta que a principal reivindicação dos representantes da COOAT era pela assinatura de um convênio ou parceria com a Fundação Itesp para terem suporte técnico, com propósito de revitalização da cooperativa, que ora estava inativa. Estamos reativando a cooperativa e necessitamos do apoio dos técnicos da Fundação Itesp, disse o presidente da COOAT, o senhor Sinval Pereira de Oliveira³⁸.



Figura 2: A Ata de reunião da COOAT com a Fundação Itesp

Fonte: Fundação Itesp (2010)

Com parecer favorável da Coordenação Regional da Fundação Itesp, sediada em Taubaté-SP, priorizou-se o atendimento às reivindicações dessa cooperativa. Surgiu, então, o seguinte dilema, reativar a COOAT ou constituir uma nova razão social com novo CNPJ? Foram realizadas muitas oficinas para realinhamento de foco, na propositura de desatar o imbróglgio encontrado na administração dessa cooperativa. Por fim, optou-se pela permanência do antigo CNPJ, uma vez, de bom senso, ser a permanência de um registro histórico que consolida a luta pela terra e a demarcação territorial no cenário das ações de cooperativismo no Brasil. O entendimento que prevaleceu foi o de que quanto mais antiga a instituição, mais a tornaria apta a celebrar contratos e convênio, justamente pela permanência e pela experiência nas atividades agropecuárias ao longo dos anos. O estatuto social da COOAT

³⁸ Trata-se de fonte de consulta sobre as relações institucionais da COOAT com a Fundação Itesp, oficializada, pela celebração de parceria tanto para o suporte administrativo, quanto para as atividades de ATER, em 2010. Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/noticias/ntc_816.aspx. Acesso em: 01 dez. 2012.

registra sua constituição em 14/12/1996. Devido à inércia de suas atividades, e pela não observância da obrigatoriedade em declarar anualmente aos fiscos federais e estaduais, acumulavam um montante de R\$ 10.000,00 em multas e juros. Registrou-se um ano de suporte técnico, para mediação junto a Receita Federal e à Secretaria da Fazenda do Estado, com objetivo de reativação do CNPJ e ICMS, respectivamente. Por terem deferidos os inúmeros requerimentos, as dívidas foram amortizadas em aproximadamente R\$ 2.000,00 para custos de ativação de documentação somente. Essa ação contou com o auxílio e parceria de escritório de contabilidade da iniciativa privada, localizado em Taubaté-SP. “Reativada cooperativa em assentamento federal atendido pelo Itesp”, esta foi a mensagem veiculada no boletim itesp *on line* (Figura 3), na edição de 13 de março de 2010³⁹.



Figura 3: As relações institucionais da COOAT com a Fundação Itesp

Fonte: Fundação Itesp (2011)

Na ocasião, o pesquisador atuava como Analista de Desenvolvimento Agrário da Fundação Itesp, e explicou que foram concluídos todos os trâmites burocráticos, inclusive a reativação da Inscrição Estadual e a abertura de conta no Banco do Brasil, tornando a COOAT apta a celebrar contratos e convênios com instituições públicas e a participar de processo licitatório para fornecimento de merenda escolar. Além dessas possibilidades de atuação, com a documentação em dia, a comercialização da COOAT atingiu um mercado mais amplo, fato esse que, nesse mesmo período, celebraram contrato de R\$ 109.000,00 com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para fornecimento de alimentos ao Fundo de Solidariedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé-SP. Em

³⁹ Trata-se de fonte de consulta sobre as relações institucionais da COOAT com a Fundação Itesp, em 2011. Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/noticias/ntc_961.aspx. Acesso em: 01 dez. 2012.

sintonia com as declarações de Milton Santos⁴⁰, diante da entrevista concedida a Maurício Silva Junior da UFMG, quando perguntado: Como viver no mundo da pressa e criticá-lo ao mesmo tempo? O que se pode fazer é viver apressado, para garantir a subsistência, mas sem perder de vista a construção de um sonho. É o sonho que obriga o homem a pensar. Assim, essa cooperativa rompe com a estagnação daquele momento de inoperações.

Nesse contexto, as relações institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp consolidaram-se. A atuação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) dessa fundação pública ampliou-se, fortalecendo o processo administrativo dessa cooperativa. Essa assistência técnica pôde ser vista nas relações recíprocas de ações conjuntas - Organização Socioprodutiva e Estado, de tal forma, que foram realizadas várias atividades, desde a atualização de dados dos cooperados junto à Previdência Social, orientações *in loco* para o plantio até a capacitação em modelos administrativos rurais, com o controle e gerenciamento de documentos contábeis e financeiros com apropriação, por parte da cooperativa. Essa convergência para um centro comum de diálogo de instituições protagonizou um fato considerável, o salto surpreendente da comercialização da COOAAT junto aos mercados institucionais, isso em 2011, 2012 e 2013. Dados do Instituto BioSistêmico (IBS)⁴¹ demonstram que foram celebrados contratos de R\$ 130.000,00, R\$ 175.000,00 e R\$ 600.000,00, respectivamente nesses anos. Cabe esclarecer que esses dados são parte integrante da Chamada Pública designada pela sigla (SAF/ATER n° 06/2012),⁴² da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

⁴⁰ O geógrafo Milton de Almeida Santos é Doutor *Honoris Causa* em 14 universidades do Brasil e do mundo, ganhador do Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, tido como o Nobel da área. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1229/pag6.html>. Acesso em: 03 dez. 2012.

⁴¹ O Instituto BioSistêmico é uma organização fundada, em 2006, por profissionais das Ciências Agrárias, com sede administrativa em Piracicaba-SP. No escopo de atendimento, estão as organizações de produtores, comunidades rurais, cooperativas, e outras do gênero. O IBS é contratado para aplicar a metodologia do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural “Mais Gestão” em 20 cooperativas nos estados de SP e MG até 2015. Disponível em: <http://www.biosistemico.com.br/eventos/ibs-cumpre-agenda-em-oficina-do-programa-mais-gestao-do-mda/>. Acesso em: 20 dez. 2013.

⁴² Sobre o assunto, a Chamada Pública do MDA, trata-se de seleção de executores de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) - Mais Gestão - para qualificação da gestão de empreendimentos coletivos da agricultura familiar visando seu fortalecimento e sua inserção nos mercados institucionais e privados. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/chamadas/Chamada%20P%C3%BAblica%20n%C2%B0%2006-2012.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013

PARTE III: PESQUISA EM CAMPO

CAPÍTULO IV: ANÁLISES E RESULTADOS

4.1 O Levantamento, o Tratamento e a Análise dos dados

A primeira etapa da pesquisa teve a função de levantar informações, que consiste no processo de coleta de dados necessários à resolução do problema, e na indicação de meios de atingir os objetivos propostos por uma pesquisa científica. Dessa forma, para o levantamento de dados, seguiram-se as anotações do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), assim pôde-se identificar o perfil dos entrevistados que mais se adequariam com o tema da pesquisa⁴³. O convite a essas pessoas aconteceu por circunstâncias dos constantes diálogos com o pesquisador, durante os anos de 2010 a 2013. Reafirma-se o que (ALBERTI, 2007, p.85) definiu como uma *unidade qualitativa*, sendo o grupo de pessoas selecionadas para entrevistas. Foram entrevistados pela COOAAT, o Sr. Luiz Batista Bustos - Presidente da Cooperativa (Figura 4) e Silmara dos Santos Amaro de Souza - Secretária, e pela Fundação Itesp o Agrônomo Benedito Antonio Gomes (Figura 5). São esses os sujeitos da pesquisa, que segundo (ALBERTI, 2007), forma a unidade qualitativa a ser entrevistada.

Após o aceite para participarem da pesquisa, foram encaminhados os respectivos Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) - Cessão de direitos sobre depoimento oral e escrito e, além desses, especificamente para o Agrônomo Benedito Gomes, foi submetido o Termo de Autorização de uso geral de imagem, som da voz e/ou nome. As informações que constam nesses termos de cessão estão de acordo com o manual indicado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)⁴⁴. Esses documentos tiveram ambas as assinaturas (pesquisado e pesquisador) reconhecidas em Cartório Civil, para fins de cumprimentos formais, vide (Apêndices F, H, I, K e M). No total, foram geradas três entrevistas por intermédio da História Oral e um vídeo documentário com o Agrônomo da Fundação Itesp. Essas entrevistas e também os documentos públicos impressos e os que circulam, na internet, caracterizam a fonte de coleta de dados, que constituem o que se denomina de fontes primárias, de forma específica, os que identificaram a presença das relações institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp.

⁴³ A respeito do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), consultar nesta dissertação a (figura 1), p.43.

⁴⁴ Sobre o assunto, ver a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) - 196/96, toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa. Disponível em: <http://jararaca.ufsm.br/websites/cep/a3c6d03662ec6802fe8f4d30627a7b85.htm>. Acesso em: 10 mai. 2012.

A entrevista, como fonte de coleta de dados, é um dos principais instrumentos usados nas pesquisas das Ciências Sociais, desempenhando papel importante nos estudos científicos. Segundo (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.34), a grande vantagem dessa fonte em relação às outras “é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.



Figura 4: A entrevista com o Presidente da COOAAT Luiz Batista Bustos

Fonte: A residência do entrevistado, em Tremembé-SP. **Foto:** Luis Carlos Bustos, 2013.



Figura 5: A filmagem com o Agrônomo da Fundação Itesp Benedito Antonio Gomes

Fonte: O escritório da Fundação Itesp, em Taubaté-SP. **Foto:** Clayton Câmara, 2013.

Foi realizada a pesquisa documental de dados provenientes de acervos de instituições públicas da esfera estadual e municipal, analisaram-se as seguintes fontes: a Divulgação da relação institucional da COOAAT com a Fundação Itesp (Figura 3), datada em

13/03/2010⁴⁵; o Termo de Anuência de parcerias para elaboração de projetos socioeconômicos e captação de recursos, via Fundação Itesp (Figura 6); o Contrato celebrado por licitação, para entrega de alimentos ao Departamento de Assistência Social da Prefeitura da Estância Turística de Tremembé-SP (Figura 7); o Contrato para fornecimento de alimentos a programas assistenciais, via CONAB/SESC; o Termo de Anuência de Órgãos Públicas (Prefeituras) para apoio a projetos sociais e o Vídeo Documentário da entrevista do Sr. Benedito Antonio Gomes, Agrônomo da Fundação Itesp, vide (Anexo B). Constam, também, seleções de documentos oficiais do vasto acervo técnico da Fundação Itesp, da COOAAAT e das anotações pessoais do pesquisador, ao longo dos anos de 2010 a 2013.

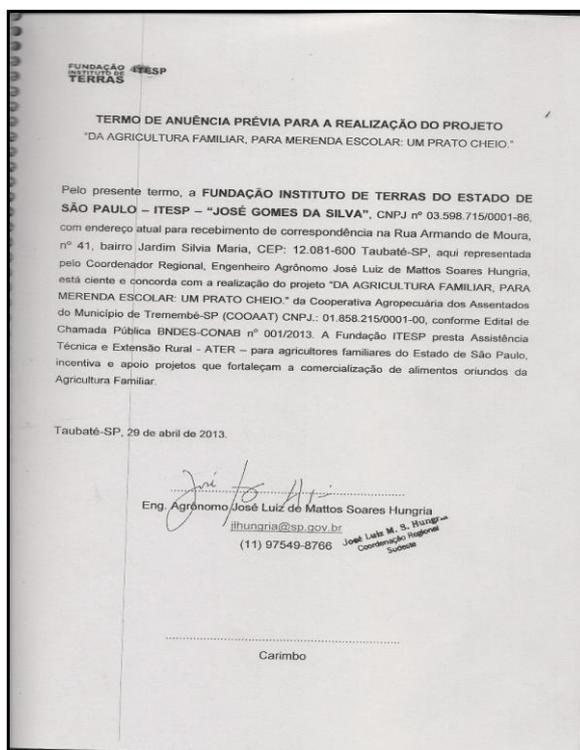


Figura 6: O Termo de Parceria entre a Fundação Itesp e a COOAAAT

Fonte: Fundação Itesp (2013)

⁴⁵ Trata-se de fonte de consulta sobre as relações institucionais da COOAAAT com a Fundação Itesp, oficializada, pela celebração de parceria tanto para o suporte administrativo, quanto para as atividades de ATER, em 2010. Nesta dissertação, vide (Figura 3), p.85. Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/noticias/ntc_816.aspx. Acesso em: 01 dez. 2012.

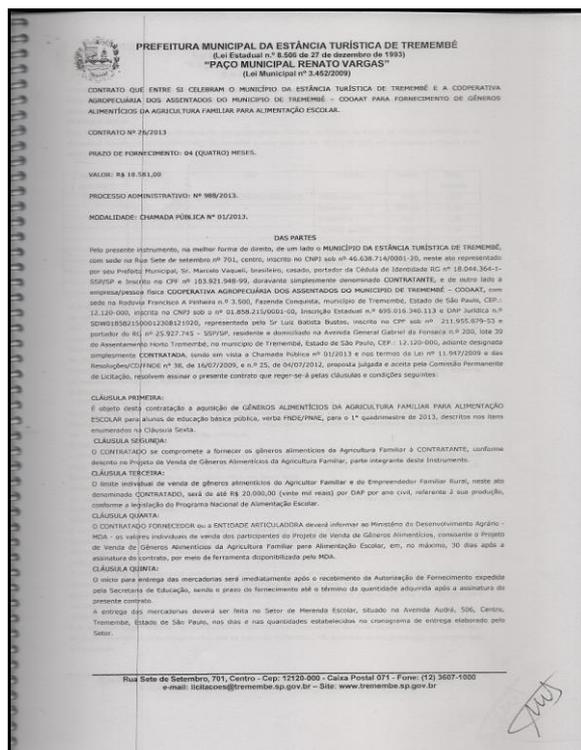


Figura 7: O Contrato da COOAT para fornecimento de gêneros alimentícios

Fonte: COOAT (2013)

Na continuidade dos trabalhos desta pesquisa em campo, seguiu-se para o Tratamento dos Dados, sendo que essa fase é observada pela identificação, pela transcrição e pela organização de todos os dados coletados.

O processo de identificação compôs-se, no registro feito durante ou imediatamente após a recolha dos dados, da data, hora e local, e dos sujeitos a que se reportavam os dados. Na transcrição, incluíram-se as tarefas de conversão em texto, no formato digital, das gravações de áudio das entrevistas e das percepções absorvidas na filmagem. Da organização dessas informações, obteve-se uma base de dados a partir da qual foram trabalhadas para subsidiar a fase seguinte, referente à Análise dos Dados.

A partir dessa abordagem sobre os aspectos que compõem o Tratamento dos Dados, é fundamental entender que “a transcrição é outro momento de interação das subjetividades dos sujeitos envolvidos na pesquisa” (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p.54). Comumente, é o nome dado ao ato de converter o conteúdo gravado na mídia digital em um texto escrito. Para esses autores, a transcrição vista com olhos, no receptor, destina-se, na moderna História Oral, a dar visibilidade ao caso ou à história narrada. De toda forma, o que deve vir a público é um texto trabalhado em que a interferência do autor seja clara, dirigida para melhoria do texto. Cabe relatar que após visita técnica realizada, no Centro de Memória

da UNICAMP (CMU), em 25 de julho de 2012, possibilitou-se o norteamento para que decisão fosse tomada, com vistas às transcrições. O CMU⁴⁶ é apropriado de recursos tecnológicos específicos, para atender pesquisadores que fazem uso da História Oral em suas pesquisas e aberto a essa comunidade de forma geral (Figura 8). Tem como objetivo promover e integrar estudos e pesquisas interdisciplinares voltados à reconstrução da memória histórica e sócio-cultural de Campinas-SP e região. O Centro conta com acervos documentais e bibliográficos, cuidando, ainda, de sua restauração, organização, conservação e divulgação.

O registro fotográfico que segue tem por objetivo mostrar a maneira de se realizar uma transcrição, com o uso de tecnologia, específica e apropriada, para esse fim.



Figura 8: O Laboratório de História Oral e a transcrição de entrevista

Fonte: O Centro de Memória da UNICAMP (CMU). **Foto:** Regiane Flauzino, 2012.

Pelos apontamentos de (MEIHY e RIBEIRO, 2011), identificaram-se algumas questões relevantes, dentre elas: Quem transcreve deve ser o autor das entrevistas ou pode ser outra pessoa? As transcrições das entrevistas desta pesquisa foram realizadas por terceiros, empresa prestadora de serviço em degravação. Cabe salientar que essas também foram verificadas cuidadosamente, uma vez que a responsabilidade pela transcrição é sempre do pesquisador, diante da decisão para condução dessas. Assim sendo, (MEIHY e RIBEIRO, 2011) indicam que uma das características originais de entrevistas via História Oral é sua capacidade de gerar documentos novos. O caminho para produção de documento - gravação - passagem do oral para o escrito, cuidado arquivístico e uso, completa o ciclo do sentido do experimento em História Oral.

⁴⁶ O Centro de Memória da Unicamp (CMU) foi criado, em 01 de julho de 1985, órgão vinculado à Reitoria dessa Universidade. A Prof^a. Dra. Maria Elena Bernardes é Diretora do CMU, sendo também, a atual Diretora da Região Sudeste da Associação Brasileira de História Oral. Fonte: Centro de Memória da Unicamp (CMU). Disponível em: <http://www.cmu.unicamp.br/>. Acesso em: 25 jun. 2012.

Na continuidade, a Validação foi destacada com elevada importância, trata-se de uma etapa de finalização de todo o processo de interação com o entrevistador. O diálogo ou a ação dialógica da conversa fica submetido ao pressuposto da vontade soberana do entrevistado, (MEIHY e RIBEIRO, 2011). Validar uma narrativa é ato de respeito e atitude de maturidade de oralistas. Daí, então, confere-se o texto produzido por meio do diálogo, desde o primeiro contato, verificam-se e corrigem-se possíveis erros e enganos, legitima-se esse trabalho de interação de forma não hierarquizada e valida-se a possibilidade de produção de conhecimento, a partir do documento gerado.

Por fim, esta pesquisa adotou, para Análise dos Dados, a História Oral híbrida como meio, como documento criado para determinada função, tornando essencial dar-lhe sentido analítico. Caso fosse tratada como fim, limitar-se-ia na constituição de arquivo ou coleção de entrevistas somente, conforme diferenciação apontada por (MEIHY e RIBEIRO, 2011). Ainda pelas considerações desses autores, em História Oral híbrida, além das análises das entrevistas, supõe-se o cruzamento documental. Nesse caso, somaram-se às entrevistas documentos públicos, memórias escritas, dados estatísticos, literatura, reportagens, produtos histográficos. Essa alternativa corresponde a uma dimensão analítica muito mais ampla, vide (Apêndice E). Ou seja, na História Oral híbrida, as entrevistas dialogam com outros documentos escritos.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, e aplicados questionários temáticos, vide (Apêndices J, L e N), constituíram-se em elementos que contribuíram à Análise dos Dados coletados⁴⁷. Compararam-se, também, as informações e abordagens existentes anteriormente, resultantes da bibliografia, das leituras e dos contatos realizados com a versão fornecida pelos diferentes entrevistados. Imagens fotográficas e análise de documentos foram incorporadas como dados, depois de analisadas, fizeram parte dessa comparação de dados empíricos. Nessa comparação, apareceram confirmações, negações, novos dados e novas maneiras de focar a realidade, que foram interpretados, tendo como pano de fundo o contexto social mais amplo, no qual os fatos aconteceram, contexto esse fornecido pela bibliografia de apoio utilizada nesta pesquisa, vide (Apêndices C e E).

Nessa conjuntura analítica, posiciona-se que os resultados apresentados nesta dissertação foram elaborados de maneira pragmática, seguindo a ordem temática organizada dos dados coletados e também aplicado o método comparativo, que é o método fundamental das Ciências Sociais.

⁴⁷ Sobre o assunto, os questionários temáticos, consultá-los nesta dissertação, nas páginas 140, 180 e 200.

Na análise proposta, entende-se que:

Comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro. Quando podem ser produzidos artificialmente à vontade do observador, o método de verificação é a experimentação propriamente dita. Quando, pelo contrário, a produção dos fatos não está ao nosso alcance e não obtemos senão tais quais se produziram espontaneamente, o método a empregar é o da experimentação indireta - método comparativo. (Durkheim, 1987, p.109).

Como previsto, no Planejamento da Pesquisa, elaborou-se um Mapa Mental para organização e comparação de todos os dados coletados. Assim, as três entrevistas e a filmagem do Sr. Benedito Antonio Gomes, Engenheiro Agrônomo da Fundação Itesp, foram dispostas de tal maneira, a permitir o cruzamento dos depoimentos dos entrevistados com as informações dos documentos levantados, vide (Apêndice E). Trabalhou-se com o material coletado, na percepção de tendências, padrões, relações e inferências, à busca de abstração. Embora esteja presente em todas as etapas desta pesquisa, a Análise dos Dados passou por um processo de sistematização após o encerramento da coleta de dados (Quadro 1). Assim sendo, manifestaram-se os seguintes acontecimentos:

- **Na Entrevista do Sr. Luiz Batista Bustos - Presidente da COOAAT**

Para o entrevistado, o MST tem um papel importante, na mobilização de pessoas, com o propósito de estabelecer pressões sociais contra o Estado, objetivando a Reforma Agrária no Brasil. Ressalta que ocupam uma área do governo federal, antiga fazenda da Petrobrás e permanecem nessa, desde o dia 19 de fevereiro de 1994. Com relação à rotina da cooperativa, descreveu que as atividades são intensas, pois além de cuidar da sua própria produção, acompanha reuniões e assembleias, administra documentos contábeis e fiscais. A gestão da cooperativa demanda muito tempo, pois além dos expedientes de rotina, responsabiliza-se, também, pelos contatos de comercialização e pela captação de novos clientes. O entrevistado admite que existe uma interlocução (um diálogo, uma interação) entre os atores sociais do entorno da COOAAT. Sendo Instituições públicas e privadas, fornecedores, ONG, Universidades, contando com a presença de várias autoridades políticas, dentre eles, assessores parlamentares e políticos, como Vereadores e Deputados Estaduais e Federais, sempre no interesse de estreitar relações políticas e socioeconômicas. Para o entrevistado, esta prática de gestão aperfeiçoa os esforços e estabelece as parcerias, com

ganhos nas relações interinstitucionais. Relata que a COOAAT tem realizado vários contratos para fornecimento de produtos agropecuários, com foco nos mercados institucionais. Frisa que essa prática de comercialização tem proporcionado um interesse maior dos cooperados em participar de assuntos que envolvem a cooperativa, principalmente por ter agregado mais valor aos produtos comercializados. A entrevista foi realizada, na residência do Sr. Luiz Batista Bustos, no seu sítio, no assentamento Horto Tremembé (Assentamento Conquista), vide (Apêndices F e G).

- **Na Entrevista do Sr. Benedito Antonio Gomes - Agrônomo da Fundação Itesp**

O entrevistado considera como evidente a participação do MST, na formação social e política da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT), pois, segundo ele, os assentados ingressam previamente nesse Movimento Social, para conquistarem espaços territoriais. Relata que a COOAAT está localizada, no assentamento federal, na Estância Turística de Tremembé-SP, sendo constituída em 1996. Destaca que a cooperativa busca constantemente a assistência técnica da Fundação Itesp, diante da necessidade de elaboração de projetos agropecuários e de consulta das inscrições dos cooperados, junto aos órgãos dos governos federal e estadual, para fins de obtenções de créditos rurais. Segundo o entrevistado, a COOAAT demonstra interesse por uma relação institucional participativa, no intuito de aprofundar a discussão técnica, de tal maneira que possibilita a realização de visitas técnicas em suas dependências, capacitações, cursos livres e acesso às mais diversas informações no campo da agricultura. Em relação aos aspectos administrativos, ressalta que o processo de gestão dessa cooperativa é baseada numa metodologia participativa, buscam sempre as tomadas de decisão por meio de assembleias e reuniões, considerando sempre a vontade da maioria. Com relação às práticas comerciais, frisou que a COOAAT está inserida e participa dos mercados institucionais, àqueles nos quais a produção agropecuária é comprada, adquirida por instituições públicas. Citou o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), como sendo, uma ação do Governo do Estado de São Paulo que visa estimular a produção e garantir a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar. O Programa faz com que o Estado se torne o principal comprador dos produtos da Agricultura Familiar, permitindo a melhora da qualidade de vida dos que trabalham no campo. O Agrônomo apresenta, na sua entrevista, que a Fundação Itesp desenvolve o PPAIS junto à COOAAT, alinhando desta forma, as políticas públicas de ATER com a necessidade de escoamento da produção dessa cooperativa. No processo da pesquisa,

tanto a filmagem, quanto a entrevista com o Agrônomo da Fundação Itesp possibilitaram o aprofundamento das percepções subjetivas, quando da atividade direta com o entrevistado. Entrevista e Filmagem realizadas no escritório regional da Fundação Itesp, no município de Taubaté-SP, vide (Apêndices H, I, J, K e L).

- **Na Entrevista da Srta. Silmara dos Santos Amaro de Souza - Secretaria da COOAAT**

A entrevistada é uma jovem, enquanto agricultora, possui sonhos e ideais que se projetam para além das restrições da vida rural, quando da necessidade de formação profissional e da obtenção de novos conhecimentos. Na dinâmica de seu dia-a-dia, demonstra habilidade, no manuseio das ferramentas tecnológicas, *smartfone*, celular, *notebook*, e além de participar, nas redes sociais, possui conhecimentos de aplicativos de informática, como editor de texto (*Word*) e planilha eletrônica de cálculos (*Excell*). A jovem agricultora foi convidada pelo Sr. Luiz Batista Bustos, presidente da COOAAT, para secretariar e gerenciar demandas provenientes de todos os assuntos que envolvem a comercialização, os fornecedores, os clientes e, principalmente, o controle individualmente da produção dos cooperados, ou seja, todos os produtos agropecuários que são entregues na cooperativa. Segundo ela, o controle é uma atividade fundamental para a sobrevivência da cooperativa, permite estabelecer relações dos cooperados com os compromissos estabelecidos com o mercado, além de tudo, esses podem acompanhar a evolução de suas vendas, diretamente proporcional às entregas feitas na cooperativa. Um amplo trabalho que exige dedicação, atenção e rotineiras prestações de contas. Realiza, sobretudo, o acompanhamento dos trâmites fiscais e contábeis, relativos à comercialização, tais como, arquivamento de notas fiscais, talões de entrada e saída da produção agropecuária e registros das notas de produtores rurais dos cooperados. Para a entrevistada, a COOAAT tem um papel importante nesse assentamento, pois motiva a participação dos cooperados entorno da produção de alimentos, além de sempre divulgar assuntos que visam proporcionar ganhos reais, diante das atividades agropecuárias desenvolvidas. Ressalta, ainda, a importância das relações institucionais da COOAAT com seu entorno, pois a inserção, no mercado, exige muito trabalho de articulações políticas, comerciais e muitas reuniões. Apresentou várias planilhas que demonstraram as ações dos cooperados, no acompanhamento de suas produções agropecuárias, uma vez que o mercado para efeitos de comercialização, sempre exige quantidade e variedade de alimentos, como bem frisou, na sua apresentação, vide (Apêndices M e N). A entrevistada preferiu não ser fotografada.

- **As observações das entrevistas e dos documentos selecionados**

Das análises, das narrativas desses entrevistados, pode-se constatar que há um forte vínculo, nas relações institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp, principalmente, porque essa cooperativa exercita o seu direito aos benefícios definidos, nas políticas públicas agrárias conjuntamente com o desenvolvimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ambas prestadas por essa instituição pública. As atividades de ATER são observadas pelas ações do quadro profissional multidisciplinar da Fundação Itesp, no preenchimento de formulários e cadastros aos programas de governo, nas visitas aos lotes agrícolas, nas assistências técnicas de caráter socioeconômico, nas capacitações, nos cursos de curta duração e na difusão de informações e esclarecimentos gerais sobre produção e comercialização. Essa situação foi verificada, pois um dos entrevistados relata que a gestão da cooperativa demanda muito tempo, pois além dos expedientes de rotina (plantio, colheita e comercialização), outras responsabilidades, também, são exigidas para a manutenção administrativa, fiscal e contábil dessa organização socioprodutiva. Diante disso, observou-se que a COOAAT mantém-se em uma ampla rede de articulação, cujos interesses são sociais, econômicos e políticos. Além das relações institucionais com a Fundação Itesp, constam também, na sua gestão, os diversos atores sociais do seu entorno, dentre eles as Prefeituras, outras Instituições de Assistência Técnica, os Parlamentares, os Prestadores de Serviços, os Fornecedores e a exigência, cada vez maior, da participação de seus próprios cooperados. Esse tipo de arranjo, no caráter de relação interinstitucional, fortalece a imagem da COOAAT, na sociedade local, de tal forma que permite o fluxo de suas atividades com vários setores da economia, fato notório, quando os entrevistados apresentaram os documentos que celebraram com esses atores sociais. Nesse contexto, analisaram-se os termos de anuências de instituições públicas para a parceria em projetos sociais; os contratos celebrados para a comercialização de seus produtos agropecuários; as planilhas de controle da produção e comercialização individualizada por cooperado; os contratos estabelecidos com os programas de mercados institucionais, sendo eles o Mesa Brasil, o PNAE, o PAA e o PPAIS. Diante dessa rotina de atividades administrativa, técnica e política, na condição de maior participação dos cooperados, é que se percebe o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho. Os relatos dos entrevistados ratificam a definição de Tecnologia Social divulgada por (DAGNINO, 2009). Para esse autor, essa tecnologia é o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico, concebe a esses a propriedade coletiva dos meios de produção, e de um acordo social, que

legítima o senso de solidariedade, os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permitem uma modificação, na produção gerada, passível de ser apropriada e adequada, segundo a decisão desse coletivo, frente às exigências de mercado. Esses relatos evidenciaram a existência de um movimento de convergência de ações para um centro comum, em uma arena de tensões entre o Estado e a Sociedade Civil, que se observa pela reconstituição institucional de políticas públicas, com as práticas inclusivas, para a defesa da cidadania e para a inserção no mercado. Nesse contexto, para (THERBORN, 1999, p.130), o “Estado democrático é aquele que trabalha como seu alvo central, a socialização da política e do poder, como formas gerais da emancipação humana”, vide (Apêndice D). Nessa arena, em que as condições de força entre o Estado e a Sociedade Civil são evidentemente diferenciadas, existe um movimento para baixo, com objetivo de integração social, com o redimensionamento econômico em função do mercado interno, um processo de redistribuição de renda que implica a aquisição de certa produção nacional por parte do governo, pelas práticas de programas de mercados institucionais, esses voltados para o interesse dos agricultores familiares, no Brasil. Observou-se, então, que essas ações se estabelecem, na propositura de parcerias focadas com o objetivo de gerar trabalho e renda, de possibilitar qualidade de vida e da participação desses agricultores, nas políticas públicas agrárias praticadas pela Fundação Itesp.

Dos documentos analisados, registra-se que da filmagem, sobressaem os assuntos sobre Economia Solidária, Gestão Participativa, Políticas Públicas, Relações Institucionais. Do contrato firmado com a Prefeitura da Estância Turística de Tremembé-SP, destacam-se as tecnologias empregadas para a produção de alimentos e os conceitos de Economia Solidária. Dos Contratos com a CONAB/SESC, observam-se os temas Gestão Participativa, Tecnologia Social e Economia Solidária. Dos Termos de Anuência, aponta-se a questão da autonomia administrativa da COOAT, diante das ações de gestão participativa com instituições públicas locais. Resultou que o tema fundamental desta pesquisa, a (Tecnologia Social),⁴⁸ apresenta-se tanto nas narrativas dos entrevistados, quanto no teor dos documentos levantados das instituições públicas. Assim, da organização e comparação das informações coletadas, produziu-se uma ampla base de dados. Ressalta-se que, além desses códigos, somaram-se outros, advindos de uma exploração maior das gravações, do vídeo e das transcrições, ou seja, os Mapas Mentais, vide (Apêndices C, e E), tornaram-se um centro de atenção, nos quais, concentraram-se as informações relevantes da pesquisa de campo, com o intuito de promover

⁴⁸ Sobre o assunto, ver a identificação do tema desta pesquisa, p.28.

visibilidade a essa base de dados. Somadas a esses registros, também foram consideradas manifestações subjetivas, que pela decisão do pesquisador converteram-se também em códigos. Por fim, na sequencialidade dos trabalhos, constituiu-se a categorização dos dados, por afinidade temática a partir dos códigos identificados no tratamento de todas as informações coletadas (Quadro 1). Elaborou-se um quadro informativo no qual constam os temas principais e secundários, com objetivo de permitir maior detalhamento da categorização.

Quadro 1: As categorizações a partir dos dados levantados pela pesquisa

TEMA PRINCIPAL (Categorias)	TEMA SECUNDÁRIO (Caracterização)
Movimento Social - (MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Adesão voluntária à proposta política e ideológica do MST, oposição ao Poder de Estado; - Formação de base nas concepções de organização, solidariedade e produtividade; - Resistência às tensões culturais impostas pela sociedade local.
Cooperativismo – (COP)	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação pelo MST nos princípios de cooperativismo de base comunitária; - Autonomia na gestão e controle da preparação, produção e comercialização dos produtos agropecuários; - Solução para promover trabalho e geração de renda aos Agricultores Familiares.
Economia – (ECON)	<ul style="list-style-type: none"> - Permanência no senso de utopia, por uma Economia Solidária; - Celebração de contratos públicos e privados que promovem a inserção da COOAAT, no mercado; - Promoção socioeconômica dos cooperados.
Tecnologias – (TEC)	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de novos paradigmas de gerir os negócios, no princípio das redes de relacionamento; - Apropriação e controle do processo de produção, - Resistência às imposições capitalistas impostas pelo mercado.
Relações Institucionais -(RI)	<ul style="list-style-type: none"> - Superação dos antigos modelos de relacionamento político, moldados somente no interesse partidário, com ganho democrático; - Participação nas políticas públicas municipais, estaduais e federais, com ganho socioeconômico; - Protagonismo diante de decisões compartilhadas com gestores públicos e privados, com ganho institucional.

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

O movimento foi das unidades (códigos) para as categorias (categorização). Como condição para o aprofundamento das análises, o problema de pesquisa sempre esteve submetido às constantes validações, principalmente ao longo de todo o processo da Análise de Dados, ou seja, *As relações institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-SP (Fundação Itesp) são pautadas no viés das Tecnologias Sociais?* Constituem-se, assim, com cada dado analisado, amplas reflexões sobre a intencionalidade do pesquisador.

4.2 Os Resultados da Pesquisa e a Tecnologia Social em Gestão, na COOAAT

Os resultados da pesquisa apresentam-se de modo a desvelar relações, influências e contradições estabelecidas entre o campo empírico e a base conceitual. Segundo (CORRÊA, 2010), a intenção é a de que, partindo-se dos dados concretos, esses passassem pela medição de uma instância abstrata (a teoria de apoio), para chegar novamente aos dados, agora examinados com estranhamento e desnaturalização. Essa tarefa envolveu a investigação de questões relativas ao processo de gestão adotada pela COOAAT, segundo as perspectivas teóricas do campo de estudos da Tecnologia Social. Para (CORRÊA, 2010), os aspectos que motivam o exame dessas tecnologias em escala nacional devem levar em considerações percepções acerca do desconhecimento e da incompreensão do que são Tecnologias Sociais, quem as desenvolve, que valores elas carregam e quem decide o que será desenvolvido - como, onde, para quem e por quê.

Os resultados apresentados estão dispostos de modo que a apreciação qualitativa dos dados, expressa principalmente pelas entrevistas, ocorra conjuntamente com o exame criterioso dos documentos que envolveram a relação da COOAAT com a Fundação Itesp, entre os anos de 2010 a 2013. Constatou-se que a partir da categorização construída pelos assuntos que se sobressaíram, na análise dos dados, muitos aspectos se convergem, e, em dados momentos, situações e concepções são divergentes.

Dado ao fato da territorialidade da COOAAT ser circunscrita em assentamentos da Reforma Agrária, a manifestação de conflitos é característica peculiar. Esse fato é comumente observado quando se encontrou caracterizada, após as primeiras análises de dados, que a

Adesão voluntária à proposta política e ideológica do MST, oposição ao Poder de Estado, foi tema principal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na conjuntura histórica de implantação do Assentamento em que a COOAAT está localizada, em meado de 1996, o enfrentamento entre o MST e o Estado era marcado por grandes conflitos de ordem ideológica e política. Isso posto, para identificar o aspecto divergente observado, na época, pois, no período da realização desta pesquisa, o cenário que se encontrou foi de parcerias, quando não de participação em políticas públicas agrárias. No período da pesquisa, entre 2010 a 2013, a COOAAT movimentou-se para o fortalecimento, no âmbito das Relações Institucionais, como aponta uma das categorias, *Superação dos antigos modelos de relacionamento político, moldados somente no interesse partidário, com ganho democrático*. Correlacionadas essas situações aos apontamentos de (DAL RI, 2007), há uma constatação clara de que a Tecnologia Social, nas organizações de trabalho associado, é a de autogestão, ou gestão democrática, das empresas pelos próprios trabalhadores. Esse tipo de arranjo das organizações de trabalho associado apresenta diferenças em relação às empresas tradicionais - tais como, estabilidade, no posto de trabalho, ritmo de trabalho, igualdade de poder, igualdade de etnia e gênero, educação, entre outras. Verifica-se que os resultados desta pesquisa, de forma geral, rompem com tendências de se indicar fatos que apresentassem somente aspectos de convergências.

Sendo o ambiente da COOAAT marcado por complexidade, priorizou-se, nesta pesquisa, a descrição interpretativa, as informações foram construídas das Análises dos Dados de forma a não tendenciar para um olhar de solução extensionista. Outra característica relevante para os resultados desta pesquisa são as possibilidades de combinações e aglutinações de categorias, o que expande com qualidade, as análises críticas sobre o tema desta pesquisa (Quadro 1).

Nesse ímpeto de criticidade, constatou-se uma sólida convergência, quando as caracterizações, *Celebração de contratos públicos e privados que promovem a inserção da COOAAT, no mercado* e a *Promoção socioeconômica dos cooperados*, ambas relacionadas à categoria Economia (ECON) consolidaram-se à caracterização *Apropriação e controle do processo de produção*, da categoria Tecnologias (TEC). Isso posto, compõem-se em sintonia com as definições de (NEDER, 2009) apresentadas, na Revisão de Literatura desta dissertação, quando aponta que existem duas vertentes que proporcionam reflexões e ações de TS, no Brasil, às que dizem respeito ao Processo Tecnológico e ao Produto em si e àquela que diz respeito ao Processo Tecnológico, atores sociais diversos se unem para, em um processo de emancipação, construir soluções para as demandas postas, dentre estes atores se encontram

os pesquisadores de TS e os próprios usuários da tecnologia (que são considerados a peça chave nesse processo para que se consiga desenvolver tecnologias verdadeiramente adequadas às demandas dos produtores/usuários). A outra, ligada ao produto, ou seja, ao artefato tecnológico que será produzido e trará algum benefício social. Em (NEDER, 2009), é perceptível uma Tecnologia Social de Processos de produção. Somam-se a essa abordagem de convergência os conceitos de (DAGNINO, 2009) sobre Tecnologia Social (TS), difundindo-a como o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permitem uma modificação, no produto gerado, passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo. Nesse aspecto de intersecção de convergências, as contribuições de (DAGNINO, 2009) aglutinam-se também à *Formação de base nas concepções de organização, solidariedade e produtividade*, conforme a caracterização que define a categoria do Movimento Social (MS), (Quadro 1). Portanto, em (DAGNINO, 2009), constatou-se que a COOAAT considera a propriedade coletiva dos meios de produção, nas concepções de organização e produtividade, de tal forma, que demonstra o controle autogestionário do processo.

Essa constatação leva-nos à seguinte análise: é certo que a situação socioeconômica dos cooperados tiveram um salto tanto quantitativo, pela captação de mais recursos financeiros para o orçamento doméstico, quanto qualitativo, pelo início de uma qualidade de vida, que até então não foi presenciada. O que ora era uma situação meramente de subsistência, realidade vivida desde a implantação do Assentamento Horto Tremembé, que perdurou praticamente de 1998 até 2009, agora pela conjuntura de interação nas relações institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp de 2010 até 2012, pode-se destacar que a postura gerencial assumida pela COOAAT provocou momentos de avanços socioeconômicos. Tal situação é evidente pela evolução das celebrações de contratos firmados, nos mercados institucionais, durante esse período de permanência nessas relações institucionais, e que, gradativamente, partiram de uma situação de saldo negativo, em 2009, para R\$ 109.000,00, R\$ 130.000,00, R\$ 175.000,00 e R\$ 600.000,00, nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, respectivamente. O salto para os valores do ano de 2013 foi possível, graças às articulações estabelecidas da COOAAT com outras cooperativas agropecuárias de agricultores familiares. Ocorreu que uma cooperativa do Assentamento Horto Tremembé-SP e outra do Assentamento Nova Esperança I, do município de São José dos Campos-SP uniram-se à COOAAT,

justamente pela consistência apresentada em sua gestão, no tocante ao ordenamento de documentos fiscais e contábeis, principalmente. Em suma, a COOAAT, com sua inicial presença, no mercado institucional, agregou mais duas cooperativas, com o objetivo de atingir um montante maior de captação de recursos financeiros. Essa atitude agregadora vai ao encontro da caracterização *Implantação de novos paradigmas de gerir os negócios, no princípio das redes de relacionamento* da categoria Tecnologias (TEC). Nessa composição promovida pela COOAAT, participam, na comercialização, aproximadamente 80 agricultores familiares, o dobro de seu quadro atual. Os grandes compradores são as instituições públicas, prefeituras de forma geral, para abastecer a merenda escolar e os programas de assistência social.

Torna-se oportuno, nesse movimento em que se assentam as manifestações de pontos de vistas convergentes, estabelecer uma abordagem crítica à obra intitulada, “Tecnologia e Sociedade: análise de tecnologias sociais no Brasil contemporâneo”, de Raquel Folmer Corrêa pela UFRGS, no ano de 2010. A autora apresenta uma ampla pesquisa sobre o tema da Tecnologia Social (TS), no Brasil contemporâneo, e a partir disso, corrobora que essas tecnologias estão tipificadas nas categorias “materiais” (produto, mercadoria e crédito) e “imateriais” (serviços, processo e gestão). Essa discussão sobre tipificações da TS, na conjuntura em que essa pesquisa foi aplicada, entre os anos de 2010 e 2013, tornou-se muito atrativa, para que os resultados encontrados pudessem apresentar respostas afirmativas à pergunta do problema de pesquisa: *As relações institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-SP (Fundação Itesp) são pautadas no viés das Tecnologias Sociais?* Evidencia-se, então, que esta pesquisa “*A Tecnologia Social em Gestão, nas Relações Institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Fundação Itesp)*” é uma continuidade dos trabalhos de (CORRÊA, 2010), principalmente no campo das tipificações das TS, no Brasil, haja vista a resposta para o problema de esta pesquisa demonstrar a TS da COOAAT como Tecnologia Social em Gestão.

Assim sendo, a autora salienta que a definição dos tipos de tecnologias não foram feitas em relação apenas à finalidade da Tecnologia Social. Analisou-se a Tecnologia Social produzida, tendo em vista o contexto no qual esse processo ocorre, considerou-se a coletividade em situação de vulnerabilidade com a qual essa tecnologia se relaciona e o problema a ser resolvido. Segundo (CORRÊA, 2010), com relação às Tecnologias Sociais classificadas como “materiais”, os exemplo vão desde a fabricação de tijolos a partir de

reciclagem de isopor e garrafas plásticas, aquecedor solar de baixo custo, sabão feito com óleo de cozinha, até crédito de dinheiro em banco comunitário.

As tecnologias classificadas como “imateriais” corresponderam a 86,8% do total, com 388 casos. Tecnologias sociais caracterizadas como “serviços” podem ser vistas em serviços gratuitos de auxílio em questões jurídicas, coleta de lixo por prefeituras, distribuição de alimentos, entre outros. Como exemplo de Tecnologia Social classificada como “processo” há cursos de educação popular, capacitação de professores, capacitação de lideranças comunitárias, curso de informática para coletividades em situação de vulnerabilidade social. A autora difundiu sua pesquisa, após levantamento de exemplos de TS, no Brasil, e sintetizou esse trabalho de forma ilustrativa, que concentra os tipos de tecnologias (Tabela 1) e suas respectivas ocorrências, como visto na sequência.

Tabela 1: As tipificações de Tecnologias Sociais no Brasil

TIPO DE TECNOLOGIA	QUANTIDADE
1. Materiais	59
2. Imateriais	
2.1 Serviços	216
2.2 Processo	166
2.3 Gestão	06
(2.1 + 2.2 + 2.3)	388
TOTAL	447

Fonte: Adaptado de Corrêa (2010)

Um exemplo de Tecnologia Social em Gestão é a gerência de atividades de Economia Solidária. Nesse contexto, (CORRÊA, 2010) faz um recorte baseado em dossiê disponível no Banco de Tecnologia Social (BTS) da Fundação Banco do Brasil (FBB). Elucida que a maior parte dos grupos de Economia Solidária estão integrados por pessoas que habitam um mesmo espaço geográfico e que se organizam a partir de sua participação em redes diversas, que incluem a família, a vizinhança, as comunidades religiosas, escolares ou espaços de lazer. Essas iniciativas são fundamentais como geradoras de novas dinâmicas socioeconômicas nos territórios onde se instalam, mas funcionam com inúmeras fragilidades: baixo nível de escolaridade e de qualificação, nenhum recurso financeiro, falta de equipamento e espaço adequado para produzir, problemas de gestão, de logística e de comercialização. As propostas de soluções aos problemas dos empreendimentos partem dos

próprios grupos envolvidos, em um processo de troca, cuja metodologia pode resumir-se em trabalhar com os grupos, potencializando a sua iniciativa e a sua capacidade de organização.

Nessas circunstâncias, no movimento de comparar as caracterizações e as categorias geradas, especificamente das Análises de Dados, é que segundo (CARVALHO, Vilma, 2003), podem-se trazer evidências importantes sobre os padrões de variância apresentados pela amostra, permitindo inferências quanto à especificidade dos construtos⁴⁹ avaliados.

Daí, então, que dos aspectos apresentados por (CORRÊA, 2010), sobre o exemplo de Tecnologia Social em Gestão, esses convergem para as caracterizações, *Autonomia na gestão e controle da preparação, produção e comercialização dos produtos agropecuários*, e *Solução para promover trabalho e geração de renda aos Agricultores Familiares*, ambas da categoria Cooperativismo (COP) e pelo contexto da categoria Economia (ECON), movimentam-se ao encontro da *Permanência no senso de utopia, por uma Economia Solidária* e da *Promoção socioeconômica dos cooperados*, (Quadro 1). Essas categorias constituídas das Análises dos Dados desta pesquisa projetam com muita particularidade o lugar e a identificação da COOAAT, com os grupos de Economia Solidária que habitam um mesmo espaço geográfico e que se organizam a partir de sua participação em redes diversas, que incluem a família, a vizinhança, apresentados pela pesquisa de (CORRÊA, 2010).

Ao término da análise do dossiê, a autora reitera que a metodologia geral de trabalho com os empreendimentos prevê a integração de múltiplas dimensões: econômico-financeira, técnico-gerencial, relacional-organizacional, comunitária e associativa. Dessa forma, as modalidades de propriedade e gestão variam de um lugar a outro, mas pressupõem exercício de articulação com outros grupos, com diferentes entidades e eventualmente com o poder público municipal. Portanto, encontram-se similaridades com as categorias Relações Institucionais (RI), quando se constata, na COOAAT, a *Superação dos antigos modelos de relacionamento político, moldados somente no interesse partidário, com ganho democrático*; a *Participação nas políticas públicas municipais, estaduais e federais, com ganho*

⁴⁹ Sobre o assunto, consultar (CARVALHO, 2003). Segundo o autor, o significado de construtos são as ideias e os termos categoriais, os princípios condutores, as opiniões influentes ou os conceitos essenciais adotados, em uma teoria ou em uma área de estudo. A seu ver, os construtos são palavras ou expressões brilhantemente inventadas no plano de uma investigação, de um programa de pesquisa, de uma teoria ou de um discurso de efeito teorizante. A função deles é mediar a distinção do objeto como percebido, além de facilitar a conceituação das relações dos sujeitos envolvidos na pesquisa, favorecendo a delimitação do espaço de alcance da verdade ou do campo de compreensão epistemológica dos resultados da investigação. (CARVALHO, 2003). Sobre construtos epistemológicos nas ciências - uma contribuição para a enfermagem. Rev. Latino-am Enfermagem. jul./ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n4/v11n4a03>. Acesso em: 20 dez. 2013

socioeconômico e o Protagonismo diante de decisões compartilhadas com gestores públicos e privados, com ganho institucional e também na Implantação de novos paradigmas de gerir os negócios, no princípio das redes de relacionamento, pela categoria Tecnologias (TEC).

Por conta da amplitude conceitual das análises, cabe ressaltar que o resultado desta pesquisa apresenta evidências de validade e fidedignidade, no que tange às especificidades das caracterizações encontradas, na Análise de Dados, que, de tal maneira, foram responsáveis pela constituição das categorias (Quadro 1). A favor disso, encontram-se as convergências dos conceitos de Tecnologia Social (TS) movimentando-se para um senso de unanimidade entre os autores; a homogeneidade da amostra (baseada em uma série de critérios participativos) e o tamanho amostral adequado para as análises. Com relação ao tamanho amostral, é importante salientar que o pesquisador registrou oito entrevistas ao longo das atividades de campo, dado ao fato de sua vivência na COOAAT. Daí, então, que se observou uma frequência muito comum das falas a ponto de estabelecer o ponto de saturação a partir da unidade qualitativa definida para essa pesquisa, que foram de três entrevistados. É evidente que existem opiniões divergentes, no que tange aos apontamentos coletados dos sujeitos desta pesquisa, muito embora, sempre que há necessidade de definições que afetam a rotina da COOAAT, mantêm-se, no princípio das decisões a serem realizadas, frente aos resultados definidos, nas assembleias gerais e extraordinárias. Diante desse enfoque da Tecnológica Social, a decisão representa o foco central do processo diretivo nas cooperativas. “Decisão é uma escolha entre vários caminhos alternativos que levam a determinado resultado” (OLIVEIRA, 2009, p.253). O processo de tomada de decisões também implica no conhecimento prévio das condições básicas na cooperativa e de seu ambiente, bem como uma avaliação das conseqüências futuras advindas das decisões tomadas. Conforme (OLIVEIRA, 2009, p.255) “esse conhecimento é propiciado pelas informações de que *os tomadores* dispõem sobre as operações da cooperativa, de seus cooperados, de seus concorrentes, do mercado financeiro, do mercado de mão de obra, das decisões governamentais, dentre outras”.

Por fim, uma vez que as análises de comparação de conceitos sobre Tecnologia Social (TS) de (NEDER, 2009), (CORRÊA, 2010) e (DAGNINO, 2011) foram submetidas à triangulação entre si, ratificam-se, então, evidências convergentes de fidedignidade e validade de construto, concluindo que a resposta para o problema de pesquisa é afirmativa, ou seja, a COOAAT apropria-se de Tecnologia Social em Gestão. Os resultados, aqui encontrados, podem ser generalizados para todas as cooperativas de produção agropecuária, sediadas em assentamentos da Reforma Agrária. Sendo necessários compatibilizar estudos mais aprofundados sobre a influência de fatores sociais, políticos e econômicos de seus entornos.

CONCLUSÕES

As recomendações de Tecnologia Social em Gestão às Cooperativas Agropecuárias

As questões apresentadas nesta dissertação foram fundamentadas em conceitos que se encontram em constante processo de amadurecimento, como o que se refere às práticas de Tecnologias Sociais, haja vista, como um dos exemplos, o banco de dados da Fundação Banco do Brasil (FBB), em vigor, no Brasil, desde o ano de 2001, no qual são laureados os vários tipos dessas tecnologias⁵⁰. Do estudo da Tecnologia Social em Gestão apresentada, neste trabalho, revelam-se como importantes os seguintes aspectos na promoção da gestão apropriada, por um coletivo de agricultores familiares: aprender a ouvir os anseios da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) e proporcionar a divulgação de suas atividades administrativas, diante de sua condição marginalizada no sistema capitalista; o fortalecimento dessa cooperativa como responsável pela tomada de decisões, de forma autônoma, diante das relações institucionais celebradas para parcerias, na gestão de seus negócios e a geração de renda sem destruição ambiental.

Esta pesquisa surge no momento em que um conjunto de políticas públicas priorizou o desenvolvimento das cadeias produtivas do setor agropecuário de base familiar. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) da safra de 2013/2014 revelam que, nos últimos dez anos, a renda da Agricultura Familiar cresceu 52%, o que permitiu que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem de classe social. O segmento é responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas - o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do país - 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e emprega 74% da mão-de-obra no campo. As medidas dessas políticas públicas foram elaboradas com objetivos de aumentar a renda, estimular inovação e tecnologias com estímulos ao gerenciamento e controle, voltados à produção de alimentos. Os investimentos para vários programas somam em torno de R\$ 2 (dois) bilhões destinados à Agricultura Familiar, em assistência técnica, inclusão produtiva, crédito rural, seguro safra, garantias, infraestrutura, dentre outros. Para garantir proteção da renda a essas unidades produtivas, o governo federal, nestes dois últimos mandatos (2007 a 2014), fortaleceu os mercados institucionais por força de lei, para acomodar a comercialização dos produtos agropecuários junto aos órgãos e instituições públicas.

⁵⁰ Sobre o assunto, consultar o banco de dados de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil (FBB). Disponível em: <http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial>.

O fato é que a Agricultura Familiar é um setor estratégico para o país, mesmo porque, quer queira ou não o Brasil ainda é um país subdesenvolvido, com grandes extensões de terras agricultáveis, quer seja para as *commodities* agrícolas ou para a produção em escala familiar. Enquanto Analista de Desenvolvimento Agrário da Fundação Itesp, e desenvolvendo atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para comunidades remanescentes de quilombos e também para os assentados da Reforma Agrária entre os anos de 2001 até 2012, pude acompanhar de perto o estímulo que se criou, no seio desses assentamentos, com vistas a acessarem esses recursos e os incentivos governamentais.

O interesse de encaminhar a concepção de gestão implementada pela Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) como pesquisa acadêmica, depositada sob o tema de Tecnologias Sociais, neste programa de Pós-Graduação, surge pela percepção e constatação que essa organização socioprodutiva já se alinhava ao encontro dessa conjuntura socioeconômica. Poder-se-ia indagar, então, que era simplesmente, organizar e elaborar um bom plano de trabalho e submetê-lo à apreciação das esferas governamentais e tudo se resolveria, mas o cotidiano do rural estabelece suas facetas. Parafraseando Arthur Schopenhauer⁵¹, observei que a tarefa não era tanto ver o que ninguém tinha visto ainda, mas pensar o que ninguém tinha pensado sobre algo que todos veem, principalmente sobre os fatos que se estabelecem no campo empírico. Então, anunciar a emergência da Tecnologia Social em Gestão desenvolvida com apropriação social pela COOAAT foi o grande desafio, diante das exigências por uma nova ATER, que compatibilizasse interesses comuns, de um lado, o agricultor familiar com o anseio de captar ganhos reais advindos da comercialização da sua produção, e do outro, o Estado com a necessidade de implementar sua política pública inclusiva de benefícios agropecuários. Pôde-se, contudo, constatar, através da aproximação de uma cooperativa de assentados da Reforma Agrária com a ATER prestada por um órgão do Estado, a reconstituição institucional, no modo de agir, de forma que ações distintas complementaram-se em objetivos comuns.

A COOAAT é uma das mais antigas cooperativas agropecuárias, no âmbito da Reforma Agrária do Brasil, constituída, em 1996, por pessoas assentadas em terras oficializadas como improdutivas, sendo elevadas à categoria de Agricultores Familiares pela Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 12, inciso VII. Sua constituição remonta à história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado, no ano de 1984,

⁵¹ Sobre o autor, consultar, Schopenhauer, Arthur. A Arte de Escrever. São Paulo: Editora L&PM, 2009. Disponível em: http://www.academia.edu/7767309/SCHOPENHAUER_Arthur_A_arte_de_escrever. Acesso em: 20 dez. 2013

sendo esse o Movimento que atua, ordena e incentiva pessoas para a concentração em massa, diante de reivindicações de direto à soberania nacional, voltadas à produção de alimentos. O MST é herdeiro de uma longa tradição de luta pela terra, no Brasil, nasce sob o estímulo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para corrigir a desigualdade na divisão da propriedade de terra no país. Observaram-se, nesta pesquisa, os três grandes objetivos desse Movimento Social, além da conquista da Terra, a Reforma Agrária e a Transformação Social. Acreditam que a terra não se possui, é um bem comum que se trabalha racionalmente e com respeito para poder viver e, o que é mais importante, para poder viver bem. Então, a Terra é um bem de uso, não um bem de trocas. A Reforma Agrária, porque querem modificar a estrutura da propriedade da terra para garantir que a produção da agropecuária assegure a eliminação da fome e o desenvolvimento socioeconômico dos trabalhadores. Dessa forma, apoiam a produção familiar e ainda, de modelo cooperativista com preços compensadores, crédito e seguro agrícola, que promovam o desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade, nos princípios da sustentabilidade. Fomentam a formação de organizações socioprodutivas da Reforma Agrária, identificadas nesta pesquisa como cooperativas agropecuárias, e especificamente tiveram papel fundamental na constituição da COOAAT. A Transformação Social, porque são conscientes de que a sua luta é uma luta de classes, que através dessa pretendem construir uma sociedade sem exploradores igual, na economia, na política e na cultura, nas quais o trabalho tenha supremacia sobre o capital e haja uma justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.

Daí, então, ao analisar a pertinência e relevância quanto à verdadeira contribuição que esta pesquisa pudesse repercutir nos bancos acadêmicos, propus-me a inserir o objeto de estudo a várias problematizações, no ímpeto de validá-lo cientificamente. Cabe esclarecer que há uma forte tendência imediatista, para se definir Tecnologia Social (TS) como uma série de situações, como, por exemplo, o aprimoramento de artesanatos (nos seus desenhos e formatos), a comercialização de artefatos rústicos, as implantações de infraestruturas de obrigatoriedade do Estado, como instalações de cisternas e novas formas de geração de energia elétrica (fontes renováveis), os consorciamentos entre habitação e Sistemas Agroflorestais (SAFs), enfim, tudo que possa ser materializado e mensurável, estatisticamente. Não que essas iniciativas não sejam frutos da necessidade de sobrevivência ou subsistência de grupos de pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, sabemos que o limite circunstancial vivido por essas impulsiona-as ao movimento para a sobrevivência. Então, qual é o lugar desta pesquisa propriamente dita - Tecnologia Social em Gestão?

O *locus* da observação está, no movimento, em que as atribuições de instituições se complementam entre si, nas relações institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp, ou seja, esta pesquisa é eminentemente empírica, assim, constatou-se o local no qual o fenômeno em estudo ocorre. A partir de então, pude observar que vários pensadores corroboram para o fato da existência da Tecnologia Social, tanto de forma material, quanto de forma imaterial. A pesquisa estabelece sintonia com os apontamentos de Renato Dagnino (UNICAMP) e Ricardo Neder (UnB) principalmente, e consolida-se com os trabalhos de Raquel Folmer Corrêa (UFRGS) sobre as tipificações de TS. A TS tratada pela pesquisa estabeleceu-se, no campo imaterial, por se tratar de gestão de processo, com isso, permitiu um amplo precedente para as discussões das especificidades encontradas, nas pesquisas qualitativas, principalmente por agregar e levar em consideração a subjetividade, no levantamento, no tratamento e na análise de dados.

Nesse contexto, verificou-se que o respectivo tema relacionou saberes populares com o conhecimento científico ao identificar e demonstrar o fenômeno de ocorrência da pesquisa, na fala dos sujeitos, sobretudo, na fala conversacional, rural e espontânea do cotidiano dos cooperados da COOAAT, somada à análise documental, e integrando-as ao ambiente acadêmico, promoveu-se o diálogo dessas comunicações com as produções científicas dos autores referenciados nesta pesquisa. Dessa forma, identificou-se o fenômeno estudado, nessas duas modalidades de conhecimento. Ganhos como esses também são observados pelos resultados socioeconômicos alcançados, a partir desse novo paradigma de gestão adotado pela COOAAT, o que ocasionaram reflexos qualitativos junto aos seus cooperados. Esses fatos foram identificados a partir da aplicação da História Oral, na análise de dados documentais, que comprovaram os avanços nas celebrações de contratos para o fornecimento de produtos agropecuários, produzidos pela COOAAT, junto aos mercados institucionais, principalmente. Os valores desses contratos foram crescentes e repercutiram nos montantes de R\$ 130.000,00, R\$ 175.000,00 e R\$ 600.000,00, nos anos de 2011, 2012 e 2013, respectivamente. Trata-se de um pequeno recorte do impacto socioeconômico observado quando da nova postura de gestão adotada pela COOAAT nesse espaço temporal.

Refletir em replicar esse modelo de gestão como Tecnologia Social para outras realidades vivenciadas por cooperativas que mantêm semelhanças e afinidades, no mesmo campo de atuação, é ousar para a concretização de algo inovador. Estaremos adotando o conceito de *uma unidade da Tecnologia Social*, difundida pela Fundação Banco do Brasil (FBB), identificado para seleção e classificação de ações que se enquadram no viés dessas tecnologias. Nesse banco de dados, podem ser consultados inúmeros *cases* que retratam

perfeitamente tal condição. O ganho se apresenta na confecção de manuais e informativos, técnicos e acadêmicos, instrutivos e esclarecedores para um público específico, a fomentar o ouvir e o observar por quais circunstâncias enveredar, para se implantar a Tecnologia Social em Gestão, moldados diante da realidade territorial local.

Nesse ensejo, esclareço que esta pesquisa foi protagonista e antepôs a trilhar de forma inédita os caminhos tomados pelas políticas públicas da Agricultura Familiar, dado ao fato da Chamada Pública (SAF/ATER nº 06/2012), da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), lançada em setembro de 2012, praticamente no final do período de execução desta pesquisa. Essa chamada pública tem como objetivo exatamente a “*seleção de entidades executoras de serviços de assistência técnica e extensão rural para qualificação da gestão de empreendimentos coletivos da Agricultura Familiar*, com montante de R\$ 37, 7 Milhões (nível nacional) desses R\$ 3,7 Milhões para o lote que contemplam os Estados de São Paulo-SP e de Minas Gerais-MG. Inclusive por circunstâncias do destino, a COOAAT é beneficiada por essa assistência técnica, existe uma empresa contratada executando o objeto dessa chamada neste ano.

Diante dessas iniciativas de políticas públicas, que visualizam a necessidade de formação, capacitação e fortalecimento de atividades de gestão dessas organizações, a COOAAT não só estava preparada, como também já atuava no mercado. Talvez, se as relações institucionais da COOAAT com a Fundação Itesp, no ano de 2010, não tivessem sido consolidadas, hoje a cooperativa estaria assistindo ao desfecho de mais uma ação governamental, no anseio de alcançar esse benefício de direito, mas com muito atraso. Um atraso previsível em virtude da situação política brasileira, meramente burocrática, pois demandaria de tempo e de recursos financeiros em relação às exigências de documentações institucionais para a celebração de contratos governamentais, não haveria tempo hábil, interrompendo, assim, a preparação do momento para outros afazeres.

*Carpe diem*⁵²! Colha o dia, Agricultores Familiares! Não há tempo a se perder, transcendam esse momento. A época do plantio passa e, no final, o fruto não estará na mesa.

Com base na experiência apresentada, nesta dissertação e nas referências utilizadas, encaminha-se abaixo uma sugestão das linhas a serem seguidas para que sejam

⁵² *Carpe diem!* O termo foi escrito pelo poeta latino Horácio (65 a.C.-8 a.C.), no Livro "I de "Odes", e é popularmente traduzido para colha o dia ou aproveite o momento. É também utilizado como uma expressão para solicitar que se evite gastar o tempo com coisas inúteis. A expressão "*carpe diem*" aparece em destaque no filme, "A Sociedade dos Poetas Mortos", a lembrar às personagens - estudantes - que a vida é muito breve e deve ser vivida quotidianamente. Ver: <http://www.significados.com.br/carpe-diem/> e <http://youtu.be/Uw2QsGLZXVs>.

desenvolvidas práticas de Tecnologias Sociais em Gestão, em cooperativas de produção agropecuária, objetivando ganho institucional, político e socioeconômico.

- Elaborar pesquisa e estudos para o monitoramento dos impactos positivos e negativos da relação da gestão das cooperativas de produção agropecuária ao meio ambiente, aos cooperados e à população local e sua cultura;
- Conscientizar todos os atores envolvidos, prestadores de assistência técnica, instituições públicas e privadas, universidades, fornecedores, clientes, lideranças comunitárias, movimentos sociais, entre outros, sobre a importância do papel de cada um, no processo de participação dos negócios das cooperativas de produção agropecuária, e na garantia da continuidade da atividade rural;
- Profissionalizar as práticas de gestão nas cooperativas de produção agropecuárias;
- Ter o modelo de gestão sustentado por todos os sistemas e instrumentos administrativos da cooperativa;
- Deixar os cooperados direcionarem as mudanças provocadas pelo modelo de gestão adotado pela cooperativa, sendo esse entendido como modelo de Tecnologia Social;
- Efetivar o envolvimento e o patrocínio da alta administração da cooperativa;
- Focar no desenvolvimento de novos negócios da cooperativa;
- Gerar emprego e renda tanto para a população rural quanto para a do seu entorno.

Diante desse contexto geral de fatos elucidados, observaram-se as proposituras de (BLACKBURN, 1999), quanto ao debate sobre as conjunturas de relações entre o Estado e a Sociedade Civil. O autor esclarece que ainda é necessário, para tanto, obter como referência toda a problematização dessas relações, o duplo sentido da participação social, o entendimento de Sociedade Civil como um espaço heterogêneo e de luta e a necessidade de ampliação dos espaços públicos democráticos, sem eximir a responsabilidade estatal perante a questão social. Como também, não perdermos de vista as referências históricas das conquistas sociais advindas da Sociedade Civil, através dos movimentos sociais e da solidariedade de um coletivo produtivo e que ainda podem produzir ressonâncias, como possibilidade de luta, no processo de emancipação social.

Nesse lastro, em que se faz caminho ao caminhar, permanece a iniciativa de disponibilizar material para estudos futuros, apontar novas rotas para pesquisa de Mestrado e de Doutorado e, sobretudo, incentivar a reflexão crítica das questões aqui apresentadas.

APÊNDICES

APÊNDICE A - O Registro e a Guarda dos Termos de Consentimento

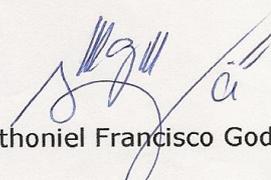
Ilmo. Sr. Prof^o. Dr. Coordenador do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI.

Carlos Alberto Máximo Pimenta.

Itajubá, 26 de fevereiro de 2013.

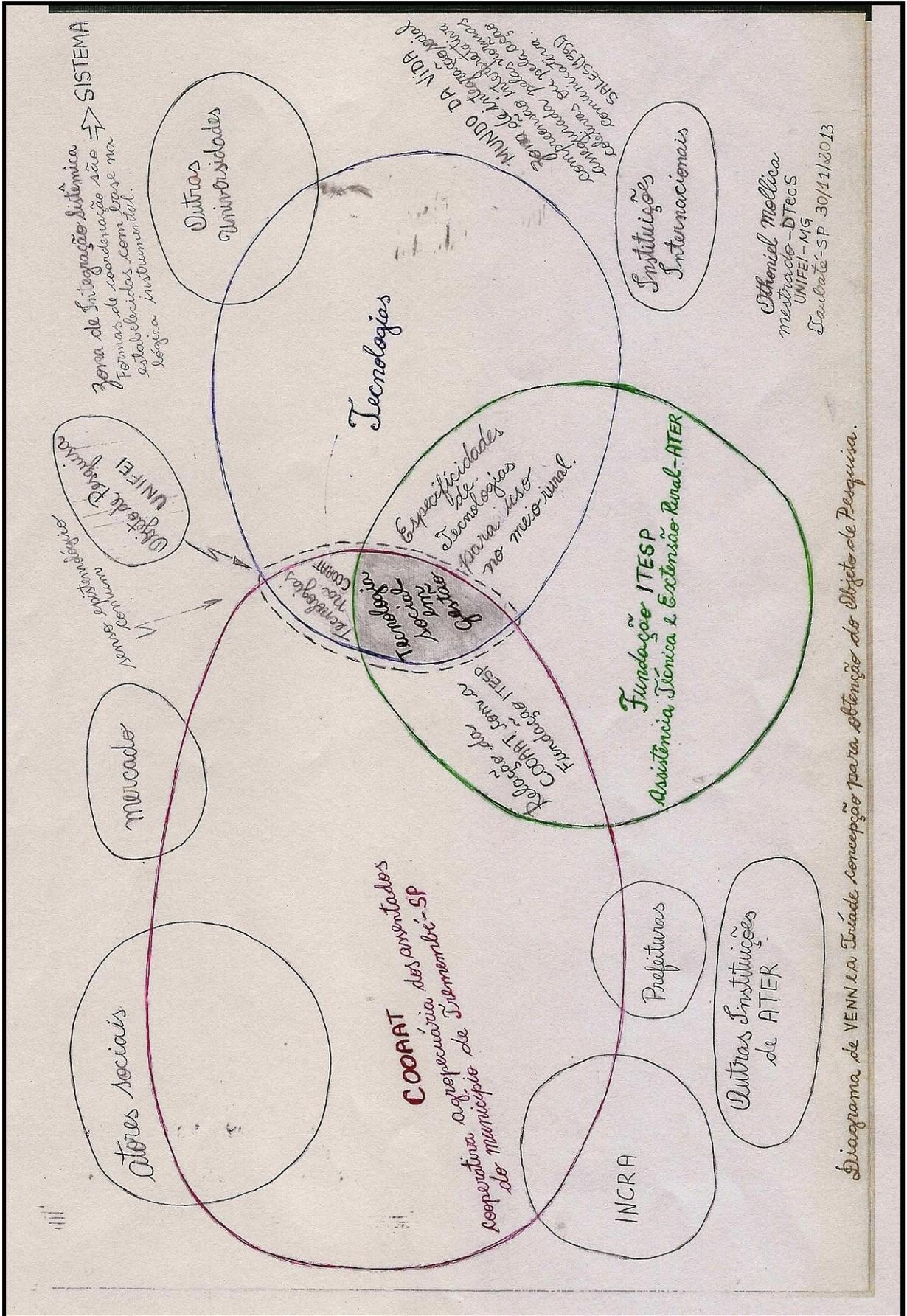
Othoniel Francisco Godoy Mollica, brasileiro, união estável, portador do RG nº 18.847.079-7, inscrito no CPF/MF nº 110.930.828-01, residente e domiciliado na Av. Dom Duarte Leopoldo e Silva, 202, no bairro Vila São José, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, CEP 12070-590, aluno, regularmente matriculado no mestrado sob o nº. 25.939, neste Programa desta egrégia Universidade vem, por meio deste, REQUERER de Vossa Senhoria o Registro e a Guarda dos TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL, ESCRITO) e TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE (USO GERAL DE IMAGEM, SOM DA VOZ E/OU NOME) na secretaria deste Programa de Pós Graduação. Trata-se dos tramites legais exigidos pela Pesquisa intitulada "*Práticas de Tecnologia Social nas Relações entre a Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP): Introdução de Processo de Gestão Participativa*" de autoria desse mestrando. Segue, em anexo, os documentos assinados pelos entrevistados, Sr. Luiz Batista Bustos - Presidente da COOAAT; Sr(ta). Silmara dos Santos Amaro de Souza - Agricultora e Secretária da COOAAT e Eng. Agrônomo Benedito Antônio Gomes - Fundação ITESP.

Termos em que,
PEDE DEFERIMENTO.

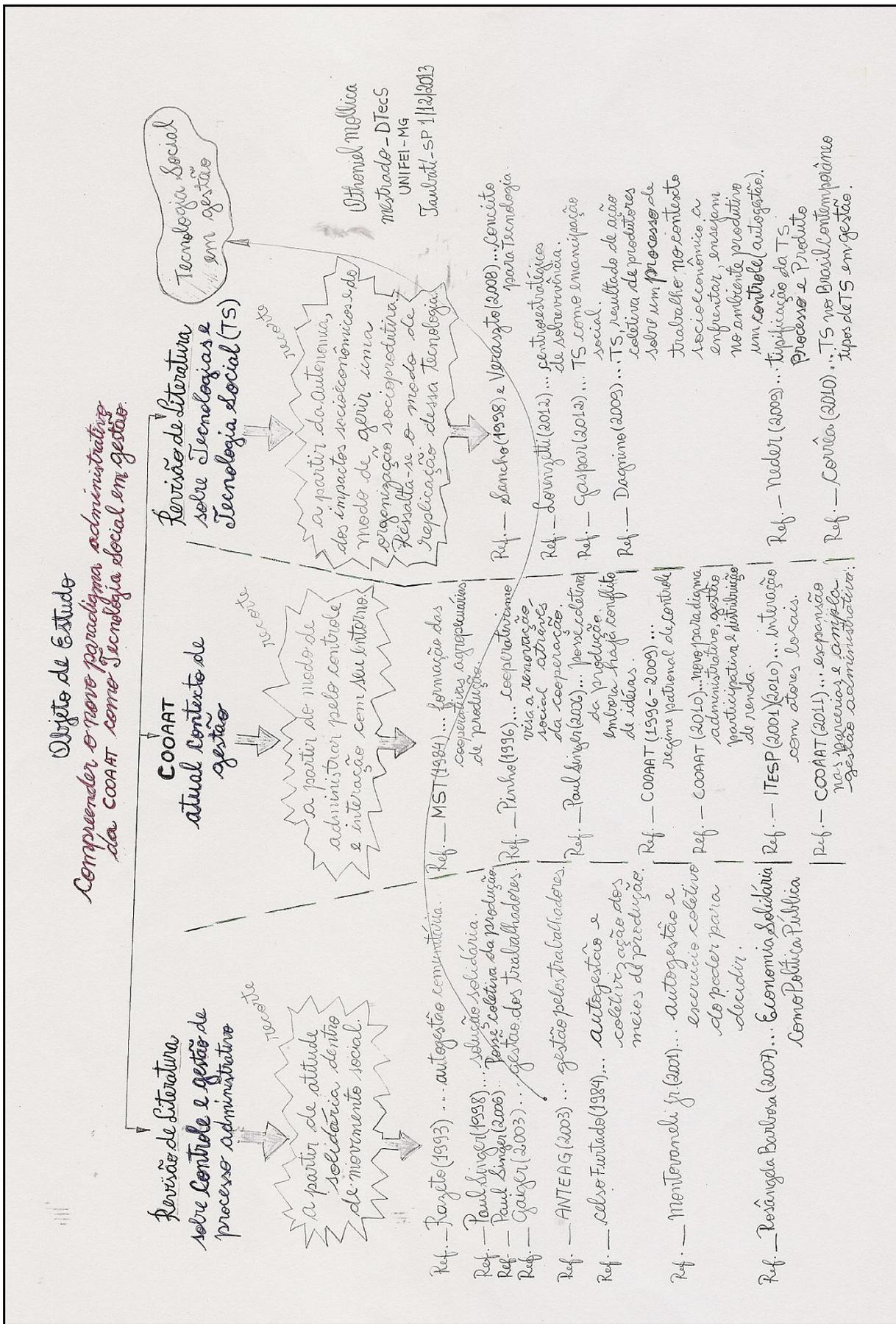

Othoniel Francisco Godoy Mollica

Recebido em 28/02/13
Auto

APÊNDICE B - O Mapa Mental da localização da Tecnologia Social em Gestão



APÊNDICE C - O Mapa Mental da Análise do Objeto de Estudo



APÊNDICE F - O Termo de Consentimento de Luiz Batista Bustos

CARTA DE CESSÃO

Estância Turística de Tremembé-SP, 31 de janeiro de 2013.

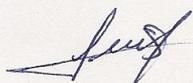
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTS
UNIFEI – Itajubá-MG
(35) 3629-1123

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL, ESCRITO¹

1. Pelo presente documento, eu **Luiz Batista Bustos**, Brasileiro, Casado, Agricultor, portador do RG nº 25.927.745 SSP/SP e inscrito no CPF/MF 211.955.879-53, NIT 12358959334, residente e domiciliado à Av. General Gabriel da Fonseca, nº 200, Lote 39 do Assentamento Horto Tremembé, CEP 12.120-000 Estância Turística de Tremembé-SP, cedo e transfiro neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo a Othoniel Francisco Godoy Mollica, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, portador do RG nº 18.847.079-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF 110.930828-01, aluno, regularmente matriculado no mestrado da UNIFEI-Itajubá-MG sob o nº. 25.939, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – DTS, residente e domiciliado à Av. Dom Duarte Leopoldo e Silva, nº. 202, Vila São José, CEP 12.070-590 Taubaté-SP, email: othonielmollica@gmail.com, a totalidade de meus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral/escrito prestado no dia 31 de janeiro de 2013, na Estância Turística de Tremembé-SP perante o pesquisador.

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o Depoente, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome ou o pseudônimo citado por ocasião de qualquer utilização.

¹ As informações que constam nesse termo de cessão estão de acordo com o manual indicado pelo Comitê de Ética da UFSM para elaboração desse documento: BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética e Pesquisa. Manual operacional para comitês de ética em pesquisa. 4ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.



3. Deixo plenamente autorizado a utilização do referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso para terceiros, ficando vinculado o controle à UNIFEI - Itajubá-MG que tem a guarda do mesmo.

4. Declaro ter total confiabilidade no investigador, disponibilizando-me a participar dessa investigação, permitindo que sejam utilizados meus relatos (parciais ou totais) nos resultados da pesquisa, por tempo indeterminado. Para isso desejo que seja utilizado o seguinte nome/pseudônimo Luiz Batista Bustos.

5. Asseguro ter sido esclarecido sobre os procedimentos e desenvolvimento da pesquisa *“PRÁTICAS DE TECNOLOGIA SOCIAL NAS RELAÇÕES ENTRE A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP (COOAAT) E A FUNDAÇÃO ITESP - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: INTRODUÇÃO DE PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVA”*, de autoria de Othoniel Francisco Godoy Mollica sob orientação do Prof. Dr. Adilson da Silva Mello, tendo compreendido todos os passos da investigação descritos a seguir:

Trazendo como questão de pesquisa: As relações técnico-administrativa da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP no processo administrativo da COOAAT contribuíram para transformação da cooperativa, como essas relações resultaram em Tecnologia Social? Em que aspectos a Tecnologia Social promove transformação socioeconômica na rotina da COOAAT e qual sua importância na vida dos cooperados? **Para problematizar esta questão trago como objetivo geral:** Mostrar como as relações institucionais entre a COOAAT e a Fundação ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, constituíram-se em Tecnologia Social, a observar a transformação socioeconômica ocorrida para os cooperados. **Objetivos específicos:** Diagnosticar na relação de atividades da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP com a COOAAT o processo constituinte de Tecnologia Social; Inventariar documentalmente, as formas de gerir dos negócios praticados pela COOAAT, para que se possa identificar nesse processo administrativo a manifestação da Tecnologia Social; Identificar através de entrevistas, a constituição histórica dessa nova visão de gestão de cooperativa; Compreender de que forma a gestão participativa se manifesta na dinâmica da



COOAAT, como se interagem a produção, o controle e a comercialização dos produtos agrícolas e Demonstrar como a aplicação dessa Tecnologia Social, contribui para transformações na maneira de agir da COOAAT, e seu conseqüente desenvolvimento socioprodutivo. **Metodologia:** Mediante os objetivos e do ponto de vista da metodologia, os procedimentos analíticos empregados nesta pesquisa são vivenciados por meio da pesquisa qualitativa. Muito utilizada pelas ciências humanas e sociais atualmente, principalmente por dar ao pesquisador a oportunidade da interpretação dos relatos das experiências vivenciadas pelo ser humano. Ela “[...] localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (DENZIN, 2006; LINCOLN, 2006)². O método adotado para investigação é a História Oral. Os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles, portanto descritiva. O trabalho com a História Oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exige o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas, conforme (ALBERTI, 2007)³ “as entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro”. A pesquisa adota como amostragem a composição da Unidade Qualitativa⁴, o roteiro de entrevista será aplicado para a unidade qualitativa, grupo de pessoas selecionadas pelo pesquisador a participarem da entrevista.

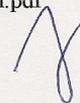
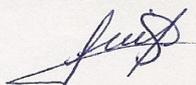
6. Afirmando que tenho total conhecimento sobre a Pesquisa, da qual meus relatos fazem parte, declaro estar ciente de que posso recusar-me a responder qualquer questionamento com o qual não me sinto confortável em responder, bem como posso recusar-me a continuar participando da mesma, retirando meu consentimento em qualquer momento do desenvolvimento da investigação.

7. Responsabilizo-me a buscar esclarecimentos sobre o desenvolvimento da investigação com o pesquisador, a qualquer momento, para explicações quanto a eventuais dúvidas existentes.

² DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens. 2 ed. Porto Alegre. Editora Armed, 2006.

³ ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>.

⁴ Concepção de composição de Grupo de Pessoas e Entrevistas Temáticas. Verena Alberti. Manual de História Oral. CPDOC. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>

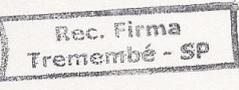


8. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo o presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

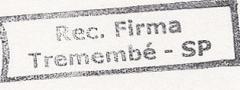
Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinamos o presente documento (com itens de um a oito) em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Estância Turística de Tremembé-SP, 31 de janeiro de 2013.

Eu, **Luiz Batista Bustos**, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar dessa pesquisa.

 **Luiz Batista Bustos** 

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido desse voluntário para a participação nesta pesquisa.

 **Othoniel Francisco Godoy Mollica** 

Labellonato de Notas de Tremembé - SP

Tel: 3672-4214

Reconheço a (s) firma (as) de

Luiz Batista Bustos e
Othoniel Francisco Godoy Mollica
de acordo com a ficha cartório arquivada
neste Cartório. Dou fé pública
Tremembé, 25 FEV, 2013

Ato válido c/o Selo Oficial



APÊNDICE G - A Transcrição da Entrevista de Luiz Batista Bustos

A pedido do Sr. Luiz Batista Bustos, essa entrevista foi realizada, no dia 01 de fevereiro de 2013, sexta-feira às 18h15m.

Othoniel Francisco Godoy Mollica (O.M.): Entrevista com o senhor Luiz Batista Bustos, presidente da COOAAT. Estou em sua residência, em seu sítio e esta entrevista é realizada, no contexto da pesquisa, Práticas de Tecnologia Social, nas Relações entre a Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé COOAAT e a Fundação Instituto de Terra do Estado de São Paulo: Introdução de Processo de Gestão Participativa. Boa tarde senhor Luiz.

Luiz Batista Bustos (L.B.): Boa tarde.

O.M.: Senhor Luiz, o senhor é natural de onde?

L.B.: Sou natural da cidade de Carlópolis, estado do Paraná.

O.M.: Como o senhor se autoidentifica?

L.B.: Como agricultor da Agricultura Familiar.

O.M.: Qual o nível de escola do senhor?

L.B.: Eu estudei até a 6ª série.

O.M.: Como o senhor vivia antes de conhecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST?

L.B.: Trabalhando por conta própria, na agricultura, e a vida toda, na verdade, foi relacionada à agricultura.

O.M.: O senhor esteve acampado em barracas de lona antes de adquirir lote, é preciso agir assim para conquistar a terra?

L.B.: Foi acampando 4 anos em baixo de lona a única forma de conseguir um lote, na Reforma Agrária, através do acampamento.

O.M.: O MST organiza as pessoas para a ocupação da terra?

L.B.: Sim, o MST que organiza o movimento e a única forma de conseguir um lote, na Reforma Agrária, é através da organização do MST.

O.M.: Sua família é composta por quantas pessoas, elas vivem aqui com o senhor, no sítio?

L.B.: Vivem, no sítio, tenho duas filhas casadas, tenho um filho solteiro, netos, genros, que vivem aqui, no sítio são 13 pessoas. Eu tenho outra filha casada e ela e meu genro vivem em outro lote.

O.M.: Eles fazem parte da composição familiar e também trabalham, na terra, aqui com o senhor?

L.B.: Também, aqui neste lote nós moramos em 13 pessoas, entre adultos e crianças e tem mais 4 pessoas que é a filha, dois netos e genro no outro lote.

O.M.: Sim, todos fazem parte do MST?

L.B.: Não, não é parte. No momento da ocupação vêm todos juntos através da organização, mas a partir de que há o assentamento as pessoas começam a tomar uma produção diferente, outras ideias, então não é todos juntos, é uma parte, digamos, hoje menos da metade participa ativamente. Mas todos reconhecem que se não fosse através do MST, jamais teríamos chegados à Reforma Agrária e teria conquistado o lote.

O.M.: Mais pessoas da região do senhor vieram para cá?

L.B.: Sim, a região que eu estava morando antigamente, a região de Campinas... daquela região de Campinas tem muita gente, não só, na cidade, de várias regiões que estão aqui, mais ou menos 12, 13 cidades da região de Campinas. É esse o povo que está, nesse assentamento, e também tem aqui em torno de 10% de famílias do município de Tremembé.

O.M.: Qual é o nome desse assentamento senhor Luiz?

L.B.: Aqui é chamado Assentamento Conquista.

O.M.: Essa terra é de origem de qual instituição, órgão, empresa...?

L.B.: Essa terra pertencia a Petrobrás, ela foi desapropriada, na década da ditadura militar. A Petrobrás estava pretendendo fazer uma exploração de xisto, não deu certo e foi quando nós descobrimos, no ano de 1994, exatamente, no dia 19 de fevereiro de 1994, que nós viemos em 6 famílias em um acampamento da cidade de Iperó, chamado Fazenda Ipanema que pertencia ao IBAMA e quase 100 famílias que vieram de outro acampamento, para esse acampamento aqui que pertencia a Petrobrás.

L.B.: Retornando para a questão da experiência do senhor. O senhor tem experiência como agricultor? O que produz e como o senhor realiza o controle da produção?

O.M.: Acho que experiência como agricultor, não de estudo, mas da prática que vem de família, com o meu pai tive muita convivência trabalhando, na terra, uma experiência razoável, que a gente sobrevive, disso aí e estamos assim.

O.M.: O que o senhor planta?

L.B.: Eu já tive plantação de hortaliça, hoje eu não planto mais hortaliça, tenho estufas com legumes e citrus, um tanto de frutas, estou passando tudo para a fruticultura.

O.M.: E o senhor encontra mercado? A comercialização como ela se dá, nessa questão do escoamento da produção?

L.B.: O mercado não é muito fácil. Tem uma parte da produção a gente vende para o governo, são os melhores preços, a outra parte a gente vende através do atravessador mesmo, que entregam para o CEASA de São José dos Campos, para o Mercado Municipal de Taubaté – SP, o MERCATAU, e mando também mercadoria para São Paulo, para o CEAGESP.

O.M.: Além da função de agricultor familiar o senhor é presidente da COOAAT, o que é a Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP? Qual é a rotina de trabalho que essa cooperativa exige do senhor?

L.B.: É uma rotina meio constante, porque além de eu ter que cuidar da minha produção, eu tenho que acompanhar as reuniões, eu tenho que correr atrás dos papéis da contabilidade, do contador, correr atrás das instituições para tentar negociar com os órgãos governamentais, municípios, prefeituras para ver se a gente vende os produtos dos cooperados, de todos que fazem parte da cooperativa. É uma rotina constante, praticamente de negociações para conseguir tocar.

O.M.: Existe então uma tensão constante, na questão mais administrativa, documentos e além de buscar comércio, comercialização, é isso?

L.B.: A questão administrativa toma um bom tempo da gente para buscar mercado, porque o governo só compra parte da produção, a maior parte, nós temos que vender para o mercado de fora. Então exige uma boa caminhada para conseguir toda essa negociação.

O.M.: Com relação ao governo, existem programas de incentivo tanto municipal, estadual ou federal, com objetivo de geração de renda, no campo, ou para o crescimento da cooperativa?

L.B.: Existe do governo federal um meio que iniciou com o programa de compras, é o melhor preço, só que ele é muito restrito, é o valor mínimo, é muito pouco a cota que o governo compra. Determinada cota de R\$ 4.800,00 hoje por família e isso é pouco, para muitos produtores é muito pouco, isso do governo federal. Tem também agora iniciando um programa do governo estadual, está em fase de experiência ainda, é o PPAIS⁵³, está comprando pouquíssimo por enquanto, fase experimental e tem o governo municipal a gente tem participado pela lei escolar, eles não cumprem com a lei do governo, que seria comprar 30%, eles compram em torno de 5%. Vamos aos poucos tentar que eles cheguem lá, que comprem os 30%.

⁵³ Nota do Pesquisador. O Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) é uma ação do Governo do Estado de São Paulo que visa estimular a produção e garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar, foi criado por esse governo pelo meio da Lei 14.591, de 14 de outubro de 2011. O Programa faz com que o Estado se torne o principal comprador dos produtos da agricultura familiar, permitindo a melhora da qualidade de vida dos que trabalham no campo. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/parceria.aspx>. Acesso em: 25 fev. 2012.

O.M.: O senhor diz que eles não preenchem os 30%, por capacidade de pagamento ou porque ainda tem que avançar nessa negociação?

L.B.: É, tem que avançar na negociação e também não tem muito interesse da parte dos municípios em estar comprando da agricultora familiar, porque eles preferem as empresas privadas que trazem um produto pronto, beneficiado. A facilidade para eles é outra, a empresa privada traz do mercado e nós somos produtores, nem todo dia nós temos o mesmo produto e na hora certa que eles querem, então eles acabam deixando de lado os familiares comprando o mínimo possível. Acabam não cumprindo a lei do governo que é 30%.

O.M.: A COOAAT é composta por quantos cooperados?

L.B.: Hoje nós contamos com 42 famílias de cooperados.

O.M.: Como são inscritos esses cooperados?

L.B.: São sócios da cooperativa e fazem parte com direitos iguais, cada um é identificado através da sua Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, que é emitida pelo órgão principal que é o INCRA, o assentamento aqui pertence ao INCRA, do governo federal. Através dessa DAP cada um tem a sua cota, e até a participação dele através dos seus projetos, e discussão da venda do produto.

O.M.: Então existem algumas reuniões, assembléias que é de praxe do cooperativismo para que essas informações sejam divulgadas?

L.B.: Sim, existem reuniões, no mínimo uma reunião por mês, a gente faz entre a diretoria, também temos a assembléia anual de prestação de contas e a cada dois anos a renovação da diretoria, a gente faz uma assembléia geral também, faz a chamada e tudo para renovação da diretoria a cada dois anos.

O.M.: A cooperativa é visitada por autoridades políticas do governo ou por empresas privadas?

L.B.: Por autoridades políticas sim, empresas privadas não, praticamente não temos negócios com empresa privada. Empresas privadas... é vender no CEASA, do jeito que é direto o contato lá, é negócio no momento.

O.M.: Autoridades políticas especificamente quem?

L.B.: Ah, são vereadores, prefeitos, deputados que a gente tem contato e pedimos apoio para muitas negociações através desses parlamentares, são essas as pessoas que temos contato.

O.M.: É uma forma de captação de recursos para esses projetos, a visita dessas autoridades aqui no assentamento na COOAAT?

L.B.: É, estamos vendo uma forma de captar recursos para implantar a patrulha rural no município, que é para atender a Agricultura Familiar de todo os municípios do Estado de São Paulo-SP, sendo que esse assentamento possui o maior número de assentados de agricultores familiares de Tremembé-SP, e o município é pequeno, mas existem outros pequenos agricultores no município, também. Então a patrulha rural é para atender a todos e para mim a forma é através desses parlamentares, trazerem recursos, maquinários para que possa melhorar essa patrulha rural, para dar um atendimento melhor para todos.

O.M.: Patrulha rural significa o que? E vai beneficiar os cooperados? A COOAAT?

L.B.: É, vai beneficiar todo o assentamento e que além desse assentamento, beneficiará o agricultor rural fora desse assentamento também, dos que não fazem parte da cooperativa. Vai permitir a todos os agricultores familiares de Tremembé-SP, até com as outras áreas do município. A patrulha significa o trator, arado, grade, plantadeiras, semeadeiras, máquinas para cultivar, vários implementos, essa é a patrulha rural.

O.M.: As ações da cooperativa envolvem articulações e reuniões com instituições do governo, com instituições de ensino, com ONGs, o que eles buscam com essa relação, diretamente com a COOAAT?

L.B.: Tem tido reuniões com instituições de ensino, com faculdades, colégios e visitas também de estudantes que passam para ver como funciona a Agricultura Familiar, vem fazer pesquisa, no assentamento, para ver como está indo também a produção, e na medida do possível acabam colaborando e ajudando, e a gente acaba promovendo alguns projetos, através da colaboração dessas pessoas, com parcerias e muita troca de experiências.

O.M.: Os cooperados hoje são de qual faixa etária? Mais jovens, mais velhos, crianças? Qual é o perfil dos membros da COOAAT?

L.B.: Na verdade é a idade média, tanto tem bastante jovem, como tem bastante gente já na idade avançada, só nesse assentamento, já estamos completando 19 anos, desde o acampamento.

O.M.: É uma longa história?

L.B.: É uma longa história! Já estamos desde 1992. De acampamento até hoje, no assentamento.

O.M.: E então surge a COOAAT, no histórico do assentamento, para viabilizar a comercialização dos produtos, é isso?

L.B.: Sim, a cooperativa é até uma forma do governo agir, praticamente é a única forma de acessar os projetos governamentais, ter um CNPJ, ter um documento, uma inscrição estadual e federal, para que possa ser uma empresa realmente dos agricultores.

O.M.: Senhor Luiz, o que é produzido pela COOAAT dentro do assentamento de pequenos e grandes produtores?

L.B.: O básico aqui é o legume, verdura, que é o principal e também a fruticultura, está aumentando bem o plantio de frutas, no assentamento. Na fruticultura, a maior parte é citrus, tem goiaba, abacate, ameixinhas, é o que o pessoal planta, e legume em geral, tudo, berinjela, jiló, repolho, folhagem, tudo na parte de hortaliças, é isso aí que se produz, é o básico.

O.M.: Existem produtores que possuem uma produção maior do que outros?

L.B.: Sim, as propriedades são do mesmo porte, até porque é um assentamento da Reforma Agrária, tudo é padronizado. Mas existem pessoas aqui que são um pouco mais experientes e acabam produzindo mais. Tem pessoas que produzem mais, tem pessoas que produzem menos, mas a propriedade é do mesmo tamanho, no assentamento, por volta de 10 hectares por família.

O.M.: A produção dos cooperados é direcionada para a COOAAT, existe controle? Como a cooperativa faz essa administração?

L.B.: Sim, o que é entregue para a cooperativa, tem uma secretária que faz todo o controle através de notas, da entrada da mercadoria e depois a gente emite a nota fiscal eletrônica, que é feita pela cooperativa, do recebimento, das distribuições e depois efetua o pagamento através de cheque, então é feito o pagamento de acordo com a entrega da mercadoria, que os cooperados entregaram na cooperativa.

O.M.: Os cooperados participam desse controle da administração?

L.B.: Sim, participam, não só a diretoria como todos. A questão é ampla quando do discurso sobre produção e vendas de produtos, independente de não fazer parte da diretoria, todos tem direito a participação e dar ideias de como é feita a venda.

O.M.: O senhor falou dos programas do governo, o senhor poderia citar alguns?

L.B.: Sim, do governo federal é o PAA que é o Programa de Aquisição de Alimentos, o governo federal “paga” (compram a produção de alimentos, via processo licitatório), e através da CONAB eles adquirem a nossa produção, nós emitimos a nota fiscal, o governo “pega” (recebe e armazena os alimentos) sendo distribuídos por instituições, tipo o SESC, que é uma dessas organizações que distribuem essas mercadorias, para as entidades assistenciais que necessitam. Tem várias entidades já inscritas, no governo, e elas são as receptoras do produto que o governo federal paga.

O.M.: O que é entregue? O senhor tem uma relação de alimentos e quantidades? Só um exemplo.

L.B.: Estamos preparando uma relação mais detalhada, o ano passado nós entregamos 105 mil reais de mercadoria, entregue para a prefeitura de Tremembé-SP. Através do Fundo Social, eles que organizam a distribuição. Esse ano agora, o governo, ou seja, a CONAB, mudou para o SESC, então é o SESC que organiza a inscrição, sendo que o valor do projeto do PAA é 164 mil reais para nossa cooperativa, e também além desse PAA, existe uma compra direta que a prefeitura faz junto com a aquisição de alimentos para a merenda escolar. Ainda é muito pouco, pretendemos negociar com as prefeituras de São José dos Campos-SP e Taubaté-SP, para ver se conseguimos aumentar as vendas.

O.M.: O senhor esteve na Espanha, pôde observar a diferença de políticas públicas de agricultura desse país, em comparação às políticas agrárias do Brasil?

L.B.: Sim, pelo que eu vi lá as políticas públicas para a agricultura são mais precisas, porque lá existe muito mais controle da produção, lá é controlada até a própria água para irrigação, lá o governo até dá certo incentivo. Se tiver um produto direto, você vai ter muito produto no mercado, controle de preço mínimo. É um controle, bem diferente daqui, é uma política para agricultura muito melhor do que aqui. Apesar de que o governo já vem melhorando, tomando algumas providências no Brasil, esperando que dentro de determinado tempo melhore ainda, por enquanto é muito pouco, o incentivo aqui no Brasil. Lá o combustível é mais barato para o agricultor, enfim, quando se fala de agricultor lá – porque agricultor é coisa rara – a maioria mora no nível da cidade. O que é diferente do Brasil, porque aqui tem muito agricultor no campo. Mesmo assim o incentivo lá é muito maior do que aqui.

O.M.: Incentivos para a Agricultura Familiar no Brasil, linhas de créditos, elas são subsidiadas ou financiadas?

L.B.: São financiamentos, o subsidiado é só o primeiro, assim que sai o assentamento, o produtor pega um crédito subsidiado, com certa carência, mas depois disso, do primeiro crédito, já vai mudando a linha de crédito. É a única forma que tem com juros baratos, a Agricultura Familiar tem os juros menores que a agricultura do agronegócio, mas ela não é subsidia mais, a negociação é direto no banco.

O.M.: O senhor é agricultor familiar. O que é ser um agricultor familiar morando dentro de um assentamento?

L.B.: Agricultor familiar é uma luta constante devido à falta de recurso, a gente já conviveu com o assentamento bem... Já devido à situação financeira bem difícil. Não é fácil, a captação de recursos são limitadas, também o incentivo do governo, é muita burocracia, muito demorado. Os órgãos governamentais são incríveis, eles dão um mínimo de atenção mesmo, você é praticamente abandonado, é muito difícil você ser agricultor familiar. A carência de recurso falta de atenção, falta de assistência técnica, é difícil, é difícil. É uma luta constante.

O.M.: Ser agricultor no país, pode-se dizer que é um desafio?

L.B.: Sim, é um desafio de sobrevivência, principalmente para o agricultor familiar, não sei no agronegócio como eles se acham, mas o agricultor familiar é um desafio até porque não temos garantia, que não tem garantia não tem o dinheiro no banco. O banco hoje... Uma época o governo dava a palavra e tínhamos certa garantia e até o mínimo que o governo garantia hoje não tem mais. Hoje é o assentado e o gerente do banco, tem garantia leva o dinheiro, não tem garantia não pega nada. Resultado, praticamente não tem mais recursos para o assentado da Reforma Agrária, porque nós não temos bens para por de garantia para receber recursos do banco.

O.M.: O fato dos agricultores, dos assentados constituírem cooperativas ameniza e acaba avançando, no tempo, nas questões de produção e de venda? Há um fator diferenciado?

L.B.: Sim, através da organização a gente tenta juntar um pouco de força, para juntar um volume maior de mercadoria para vender, conseguir preços melhores e ver algumas coisas, uns benefícios a mais, conseguir através dos governamentais, através da organização e não individualmente, para cada um, isso é difícil, através da organização a gente pode até conseguir alguma coisa para os companheiros assentados.

O.M.: Senhor Luiz, o Brasil é o celeiro do mundo?

L.B.: Sem dúvidas, eu já ouvia falarem isso ao longo de vários anos, inclusive esse ano recebi uma informação que nós vamos ser o maior produtor de soja do mundo com 80 milhões de toneladas de soja e o milho também estamos quase nos equiparando com os Estados Unidos, então isso influencia em tudo, no setor de fruticultura, carne, alimentos em geral, o Brasil eu acho que já é o celeiro do mundo.

O.M.: Senhor Luiz, muito obrigado pela entrevista.

L.B.: Por nada.

APÊNDICE H - O 1º Termo de Consentimento de Benedito Antonio Gomes

CARTA DE CESSÃO

Taubaté-SP, 6 de fevereiro de 2013.

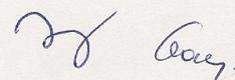
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTS
UNIFEI – Itajubá-MG
(35) 3629-1123

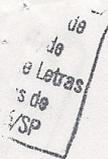
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL, ESCRITO¹

1. Pelo presente documento, eu **Benedito Antônio Gomes**, brasileiro, Casado, Funcionário Público Estadual da Fundação ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, portador do RG nº 6.454.427-8 SSP-SP e inscrito no CPF/MF 451.073.199-04, residente e domiciliada à Rua Manoel Flores, 76, Bairro Campo Alegre, CEP 12412-020 Pindamonhangaba-SP; telefone (12) 3629-2444, e-mail: benedito@itesp.sp.gov.br, cedo e transfiro neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo a Othoniel Francisco Godoy Mollica, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, portador do RG nº 18.847.079-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF 110.930828-01, aluno, regularmente matriculado no mestrado da UNIFEI-Itajubá-MG sob o nº. 25.939, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – DTS, residente e domiciliado à Av. Dom Duarte Leopoldo e Silva, nº. 202, Vila São José, CEP 12.070-590 Taubaté-SP, email: othonielmollica@gmail.com, a totalidade de meus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral/escrito prestado no dia 6 de fevereiro de 2013, no Escritório Regional da Fundação ITESP em Taubaté-SP perante o pesquisador.

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o Depoente, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome ou o pseudônimo citado por ocasião de qualquer utilização.

¹ As informações que constam nesse termo de cessão estão de acordo com o manual indicado pelo Comitê de Ética da UFSM para elaboração desse documento: BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética e Pesquisa. Manual operacional para comitês de ética em pesquisa. 4ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.



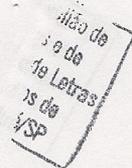


3. Deixo plenamente autorizado a utilização do referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso para terceiros, ficando vinculado o controle à UNIFEI - Itajubá-MG que tem a guarda do mesmo.

4. Declaro ter total confiabilidade no investigador, disponibilizando-me a participar dessa investigação, permitindo que sejam utilizados meus relatos (parciais ou totais) nos resultados da pesquisa, por tempo indeterminado. Para isso desejo que seja utilizado o seguinte nome/pseudônimo Benedito Antônio Gomes.

5. Asseguro ter sido esclarecido sobre os procedimentos e desenvolvimento da pesquisa *“PRÁTICAS DE TECNOLOGIA SOCIAL NAS RELAÇÕES ENTRE A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP (COOAAT) E A FUNDAÇÃO ITESP - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: INTRODUÇÃO DE PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVA”*, de autoria de Othoniel Francisco Godoy Mollica sob orientação do Prof. Dr. Adilson da Silva Mello, tendo compreendido todos os passos da investigação descritos a seguir:

Trazendo como questão de pesquisa: As relações técnico-administrativa da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP no processo administrativo da COOAAT contribuíram para transformação da cooperativa, como essas relações resultaram em Tecnologia Social? Em que aspectos a Tecnologia Social promove transformação socioeconômica na rotina da COOAAT e qual sua importância na vida dos cooperados? **Para problematizar esta questão trago como objetivo geral:** Mostrar como as relações institucionais entre a COOAAT e a Fundação ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, constituíram-se em Tecnologia Social, a observar a transformação socioeconômica ocorrida para os cooperados. **Objetivos específicos:** Diagnosticar na relação de atividades da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP com a COOAAT o processo constituinte de Tecnologia Social; Inventariar documentalmente, as formas de gerir dos negócios praticados pela COOAAT, para que se possa identificar nesse processo administrativo a manifestação da Tecnologia Social; Identificar através de entrevistas, a constituição histórica dessa nova visão de gestão de cooperativa; Compreender de que forma a gestão participativa se manifesta na dinâmica da



COOAAT, como se interagem a produção, o controle e a comercialização dos produtos agrícolas e Demonstrar como a aplicação dessa Tecnologia Social, contribui para transformações na maneira de agir da COOAAT, e seu conseqüente desenvolvimento socioprodutivo. **Metodologia:** Mediante os objetivos e do ponto de vista da metodologia, os procedimentos analíticos empregados nesta pesquisa são vivenciados por meio da pesquisa qualitativa. Muito utilizada pelas ciências humanas e sociais atualmente, principalmente por dar ao pesquisador a oportunidade da interpretação dos relatos das experiências vivenciadas pelo ser humano. Ela “[...] localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (DENZIN, 2006; LINCOLN, 2006)². O método adotado para investigação é a História Oral. Os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles, portanto descritiva. O trabalho com a História Oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exige o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas, conforme (ALBERTI, 2007)³ “as entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro”. A pesquisa adota como amostragem a composição da Unidade Qualitativa⁴, o roteiro de entrevista será aplicado para a unidade qualitativa, grupo de pessoas selecionadas pelo pesquisador a participarem da entrevista.

6. Afirmando que tenho total conhecimento sobre a Pesquisa, na qual meus relatos farão parte, declaro estar ciente de que posso recusar-me a responder quaisquer questionamentos com os quais não me sinto confortável em responder, bem como posso recusar-me a continuar participando da mesma, retirando meu consentimento em qualquer momento do desenvolvimento da investigação.

7. Responsabilizo-me a buscar esclarecimentos sobre o desenvolvimento da investigação com o pesquisador, a qualquer momento, para explicações quanto a eventuais dúvidas existentes.

² DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens. 2 ed. Porto Alegre. Editora Armed, 2006.

³ ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>.

⁴ Concepção de composição de Grupo de Pessoas e Entrevistas Temáticas. Verena Alberti. Manual de História Oral. CPDOC. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>

8. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo o presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

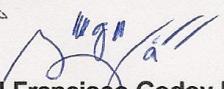
Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinamos o presente documento (com itens de um a oito) em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

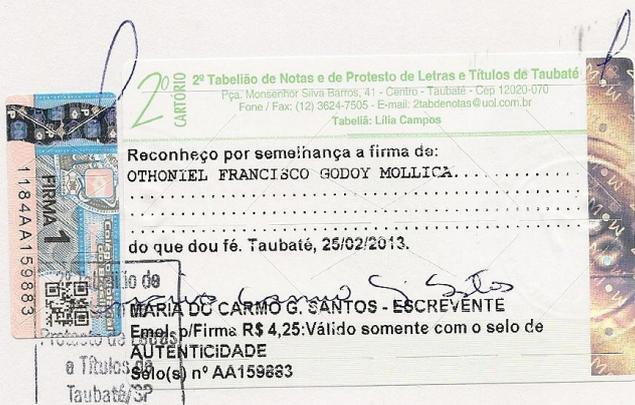
Taubaté-SP, 6 de fevereiro de 2013.

Eu, **Benedito Antônio Gomes**, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresse minha concordância de espontânea vontade em participar dessa pesquisa.


Benedito Antônio Gomes

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido desse voluntário para a participação nesta pesquisa.


Othoniel Francisco Godoy Mollica



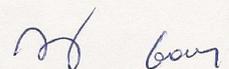
APÊNDICE I - A Autorização do Uso da Imagem de Benedito A. Gomes

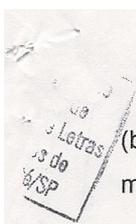
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GERAL DE IMAGEM, SOM DA VOZ E/OU NOME¹

Pelo presente documento, eu **Benedito Antônio Gomes**, brasileiro, Casado, Funcionário Público Estadual da Fundação ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, portador do RG nº 6.454.427-8 SSP-SP e inscrito no CPF/MF 451.073.199-04, residente e domiciliada à Rua Manoel Flores, 76, Bairro Campo Alegre, CEP 12412-020 Pindamonhangaba-SP; telefone(12) 3629-2444, e-mail: benedito@itesp.sp.gov.br, doravante denominado simplesmente de “Autorizante”, na melhor forma do direito, de maneira livre, espontânea, sem qualquer vício de consentimento ou de vontade. AUTORIZO Othoniel Francisco Godoy Mollica, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, portador do RG nº 18.847.079-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF 110.930828-01, aluno, regularmente matriculado no mestrado da UNIFEI-Itajubá-MG sob o nº. 25.939, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – DTS, residente e domiciliado à Av. Dom Duarte Leopoldo e Silva, nº. 202, Vila São José, CEP 12.070-590 Taubaté-SP, email: othonielmollica@gmail.com ou a quem ele representar, doravante denominado simplesmente de “Autorizado”, a fazer uso da minha imagem, som da voz e/ou nome, captada em 6 de fevereiro de 2013, mediante a observação das seguintes condições:

1. A utilização da imagem, som da voz e/ou nome do Autorizante será permitida para fins institucionais, jornalísticos, históricos, acadêmicos, educacionais, informativos, sociais, de maneira gratuita, não onerosa, por prazo indeterminado, em caráter definitivo, inequívoco, irrestrito, irretroatável e de abrangência global, incluindo internet e redes sociais.
2. A autorização ora concedida se estenderá à UNIFEI-Itajuba-MG em razão de suas atividades acadêmicas.
3. O Autorizado poderá praticar os seguintes atos relacionados com a imagem, som da voz e/ou nome do Autorizante: (a) Captar por intermédio de qualquer mecanismo ou meio tecnológico disponível para tanto;

¹ As informações que constam nesse termo de autorização estão de acordo com o Manual Prático de Propriedade Intelectual e Direitos da Personalidade da Fundação Bunge, para elaboração desse documento. Fonte: www.fundacaobunge.org.br





(b) Editar, reeditar, tratar, modificar, alterar, recortar, compilar, agrupar ou de qualquer modo complementar o conteúdo captado;

(c) Transferir, migrar, deslocar, alterar ou de qualquer forma mudar o formato ou extensão do suporte ao qual o conteúdo tenha sido capturado, seja de físico para digital, digital para físico ou de digital para digital (mudança de tipo de arquivo digital);

(d) Transmitir o suporte que contenha conteúdo autorizado através de qualquer meio, seja eletrônico, digital, magnético, fibra ótica, ou qualquer outro que venha a ser inventado;

(e) Armazenar, agrupar ou de qualquer forma organizar o suporte em que esteja inserido o conteúdo autorizado, seja em banco de dados, servidores internos, externos, de maneira íntegra ou fracionada;

(f) Veicular ou distribuir em mídia impressa ou digital, em formato físico ou pela internet, podendo o conteúdo autorizado ser disponibilizado em redes sociais, sites de compartilhamento de imagens, vídeos ou de arquivo de som, seja através de aplicativos, arquivos executáveis, editáveis ou não, ringtones, ícones e/ou wallpapers (papel de parede do computador, tablet e celular), e-Books (livros em formato eletrônico) ou Áudio-Books, seja por intermédio de computadores pessoais, celulares, smartphones, tablets, laptops ou qualquer outro dispositivo que possam reproduzir, armazenar, compartilhar, editar ou receber tal conteúdo;

(g) Utilizar, reproduzir, publicar ou veicular o conteúdo autorizado, mesmo que em anúncios impressos ou digitais, em mídias ou veículos de comunicação de massa, desde que esta divulgação esteja relacionada diretamente com a disseminação de conhecimento, estímulo à cultura, ou ainda na realização de promoções e eventos que de alguma forma possam passar a mensagem ao público geral sobre o uso do conteúdo autorizado para fins sociais, educacionais, acadêmicos, históricos ou institucionais;

Handwritten signature and initials.

(h) Transferir, alienar, doar a titularidade do conteúdo autorizado a qualquer momento, para qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, para fins sociais, educacionais, acadêmicos, históricos ou institucionais;

4. Declara o Autorizado que estão ressalvados os direitos do Autorizante sobre a integridade da sua honra, boa fama ou a respeitabilidade, sendo vedada a utilização da imagem, som da voz e/ou nome deste para fins comerciais ou publicitários.

5. Fica expressamente convencionado que apenas será feita a menção ao nome do autor da obra em que contiver o conteúdo aqui autorizado quando a sua publicação assim o permitir, ou no formato de metadados do arquivo quando aplicável ao suporte eletrônico, ressalvando-se os casos em que as dimensões disponíveis, o espaço, ou as tecnologias envolvidas não permitirem a direta associação.

6. O Autorizante declara que exime o Autorizado de qualquer responsabilidade pelo uso indevido de sua imagem, som da voz e/ou nome por terceiros.

7. Autorizante e Autorizado elegem o foro da Comarca de Taubaté, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado possa ser, para dirimir quaisquer questões oriundas do que dispõe o presente termo.

Assinam o presente Termo de Autorização de Uso Geral de Imagem, Som da Voz e/ou Nome (com itens de um a sete) em 03 (três) vias de igual teor.

Estância Turística de Tremembé, 6 de fevereiro de 2013



Benedito Antonio Gomes
Benedito Antônio Gomes
AUTORIZANTE

20

Othoniel Francisco Godby Mollica
Othoniel Francisco Godby Mollica
AUTORIZADO

Registro Civil 1º sub distrito
Reconheço por semelhança (doc s/vr econ) a firma de
BENEDITO ANTONIO GOMES
que confere c/o padrão req. nesta serventia. Dou fé.
Taubaté, 25-02-2013. Em testid da verdade
Vr R\$ 4,25. *Camila Fernanda Primo*
*** Válido somente com o selo ***



CARTÓRIO 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Taubaté
 Pça. Monsenhor Silva Barros, 41 - Centro - Taubaté - Cep 12020-070
 Fone / Fax: (12) 3624-7505 - E-mail: 2tabdenotas@uol.com.br
 Tabelião: Lilia Campos

Reconheço por semelhança a firma de:
 OTHONIEL FRANCISCO GODOY MOLLIÇA.....

 do que dou fé. Taubaté, 25/02/2013.

Maria do Carmo G. Santos
MARIA DO CARMO G. SANTOS - ESCRIVENTE
 Emol. p/Firma R\$ 4,25. Válido somente com o selo de
AUTENTICIDADE
 Selo nº AA159879



25 de Fevereiro de 2013
 Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Taubaté/SP

[Faint, illegible text and markings]

APÊNDICE J - A Transcrição da Filmagem de Benedito Antonio Gomes

Taubaté-SP, 06 de fevereiro de 2013.

Entrevistado: Benedito Antonio Gomes.

Modalidade: Políticas Públicas, Cooperativismo e ATER.

Temas a serem observados:

- Arquivos Pessoais;
- Formação Educacional;
- Visão da Sociedade;
- Movimentos Sociais;
- Pensamento Político;
- Políticas Públicas;
- Governo Estadual;
- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);
- Articulação Política;
- Gestão Participativa;
- Reforma Agrária;
- Produção Agropecuária e Comercialização;
- Cooperativas de Assentados;
- Geração de Renda no Campo;
- Economia Solidária.

Desenvolvimento da Entrevista:

As perguntas foram elaboradas a partir desses temas de forma flexível, com o objetivo de interagir o entrevistado com o entrevistador, em relação à percepção de subjetividades tanto no processo desta pesquisa, quanto no transcorrer da filmagem.

PERGUNTAS

- (a) - Senhor Benedito, o senhor é natural de onde? Como o senhor se autoidentifica?
- (b) - Qual o nível escolar do senhor?
- (c) - Qual é o seu cargo na Fundação Itesp – “Instituto de Terras do Estado de São Paulo”? Quanto tempo em atividade como Funcionário Público?
- (d) - Qual era sua atividade antes de ser Funcionário Público?
- (e) - O senhor foi Diretor de uma grande Cooperativa no Sul do País, de que maneira essa experiência fortalece o desenvolvimento de atividades para cooperativas de agricultores familiares?
- (f) - Como a questão da Reforma Agrária é tratada pelo Estado de São Paulo?
- (g) - Por que a Fundação Itesp é vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania desse Estado? - Qual é a relação da Fundação Itesp com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST?
- (h) - Como a Fundação Itesp tem trabalhado a questão do cooperativismo?
- (i) - Qual a origem do Assentamento Horto Tremembé?- Por que os assentados constituíram a COOAAT?
- j) - O senhor desenvolve ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), como isso se efetiva na prática? Como a COOAAT é beneficiada por essa ATER?
- (k) - Existem programas e incentivos dos Governos Municipal, Estadual e Federal para geração de renda, no campo, que fortalecem as atividades de Cooperativas?
- (l) - O que é produzido pela COOAAT? Existem pequenos e grandes produtores? Existem instrumentos para acompanhamento da produção e da comercialização dos produtos agropecuários, dessa Cooperativa? Existe controle?
- (m) - A Região Metropolitana do Vale do Paraíba (RMVP) é composta por cerca de 3 milhões de pessoas distribuídas em 39 municípios, isso significa oportunidades de comercialização para cooperativas de agricultores familiares? Como a COOAAT se posiciona para atuar nessa Região Metropolitana?
- (n) - As ações de ATER da Fundação Itesp envolvem articulações e reuniões com instituições governamentais, empresas privadas, instituições socioprodutivas (cooperativas), instituições de ensino e organizações não governamentais? Que assuntos são tratados?
- (o) - Como o senhor caracteriza a Economia Solidária no contexto agrário?
- (p) - Senhor Benedito, o Brasil é o Celeiro do Mundo? Ou essa pergunta é muito pretensiosa?

Othoniel Francisco Godoy Mollica (O.M.): Dia 6 de fevereiro de 2013, quarta-feira. São 14 horas e 40 minutos. Sou Othoniel Mollica, mestrando da Universidade Federal de Itajubá. Estou no escritório da Fundação Itesp, Instituto de Terras do Estado de São Paulo, em Taubaté. Vou entrevistar o Sr. Benedito Antonio Gomes, Engenheiro Agrônomo da Fundação Itesp, funcionário público. Esta entrevista é realizada no contexto do tema Práticas de Tecnologia Social, nas relações Institucionais da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé, COOAT, com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo: introdução de processos de gestão participativa. Para esclarecimentos, eu emprego a História Oral Híbrida, em que as entrevistas dialogam com outros documentos escritos. Na verdade, é uma história oral temática, segundo Verena Alberti e José Carlos Meihy. E, para falarmos sobre a temática, nós vamos abordar aqui uns temas, com o engenheiro Benedito Antonio Gomes, falar um pouco sobre arquivos pessoais, formação educacional, visão da sociedade, pensamento político, políticas públicas, Governo do Estado, Assistência Técnica em Extensão Rural, ATER, articulação política, gestão participativa, Reforma Agrária, produção agrícola, cooperativas de assentados, geração de renda, Economia Solidária, dentre outros temas que forem surgindo, não é, Senhor Benedito? Senhor Benedito, boa tarde. Primeiramente, obrigado pela disponibilidade da entrevista. Queria perguntar o seguinte, para a gente iniciar nossa entrevista. O senhor é natural de onde?

Benedito Antonio Gomes (B.G.): Boa tarde. Sou natural de Pindamonhangaba. Nasci em 13 de junho de 1952. Tenho 60 anos.

O.M.: Qual o nível escolar do senhor?

B.G.: Sou Engenheiro Agrônomo e fiz uma especialização em administração de empresas.

O.M.: Sua função na Fundação Itesp, Instituto de Terras do Estado de São Paulo? Qual é o seu cargo? Há quanto tempo você atua, nesse cargo?

B.G.: Estou há quinze anos na... vai fazer agora, em março, mês que vem; quinze anos na Fundação... Era Instituto de Terras, né? Hoje, Fundação Instituto de Terras. Então, meu cargo, hoje, é analista. Eu sou supervisor da equipe, do grupo, aqui, de Taubaté, mas meu cargo é Analista de Desenvolvimento Agrário.

O.M.: Atua na região...?

B.G.: No assentamento... A nossa atuação aqui são em duas frentes. Na diretoria que eu trabalho, de política de desenvolvimento, de assentamento e de comunidade remanescente de quilombo, nós temos, aqui em Tremembé, dois assentamentos, dos quais um nós atendemos, o mais antigo. E outro, de São José dos Campos-SP, são assentamentos federais, e nós, como órgão estadual, nós temos algumas... Temos convênios que estão a ser feitos. Isso, mais recentemente. Anteriormente, nós assumíamos todo o trabalho. Mais recentemente, o INCRA, que é o órgão federal, tem domínio da área, ele contrata assistência técnica. Aqui, na área, foi contratada assistência técnica de uma outra empresa. Nós fazemos um trabalho dentro...

O.M.: Você presta assistência técnica em extensão rural para o estado, embora existam outras empresas que também façam o mesmo trabalho?

B.G.: Isso.

O.M.: Você disse do assentamento antigo. Qual o nome desse assentamento em Tremembé?

B.G.: Assentamento... Oficialmente, é Horto Tremembé. Nós acrescentamos Conquista, porque era o desejo dos assentados. Assentamento Conquista. Mas Assentamento Conquista já existe um no estado, antes desse. Já existe um, com esse que existe. Aqui, nós, oficialmente, é Horto Tremembé.

O.M.: Bem, qual era a sua atividade, antes de ser funcionário público?

B.G.: Bom... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Uma trajetória em uma grande cooperativa do Sul?

B.G.: Bom, tive uma experiência em uma cooperativa agropecuária em, Santa Catarina, em 79, comecei a trabalhar, fiquei oito anos. Essa cooperativa estava recuperando, e, nesse momento, eu fui o primeiro técnico, primeiro engenheiro agrônomo. Tinha um técnico agrícola. E eu saí, deixei três técnicos, três agrônomos – comigo, quatro –, dois veterinários. Foi um crescimento grande.

O.M.: Em que ano foi isso?

B.G.: Foi... Eu trabalhei de 79 a 86.

O.M.: Para estender a pergunta, de que maneira essa experiência fortalece o desenvolvimento de suas atividades para cooperativas de agricultores familiares?

B.G.: Bom, lá, tive a certeza de que o agricultor, pequeno agricultor, principalmente da... Ter, receber tecnologia e comercializar bem, ele, isoladamente, tinha uma dificuldade muito grande. Então, na cooperativa, lá, eu pude ver, assistir isso, presenciar isso, testemunhar. Claro, tem uma participação grande. Na região Sul, as cooperativas têm, assim... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Existe uma tradição?

B.G.: É, uma tradição, e o pessoal aposta na cooperativa mesmo, participa. Então, me chamaram atenção duas coisas. Eu já fui... Fui daqui, da região... Fui de São Paulo, pra lá, e eu vi essa... Aqui, você tem as cooperativas, uma assembleia meio chocha, né? Lá, você faz uma assembleia, tinha mais gente do que cooperado. Ia bastante, muita participação. E eles... Bem, a experiência é que você vê resultado. O fato de uma cooperativa estar funcionando bem, dispondo de assistência técnica, facilita as políticas públicas, de acesso a crédito. Eu fiz, iniciei o processo de crédito rural, financiamento de crédito rural para os cooperados. Nós criamos esse departamento lá. Na época, eu estava... eu participei. E...

O.M.: Quantos cooperados?

B.G.: Essa cooperativa estava em recuperação. Ela já existia, e passou por uma fase difícil. Quando eu cheguei, já estava em plena recuperação. Eu saí de lá, ela estava aproximadamente com três mil cooperados, com filiais. Tinha filiais no estado do Paraná e, claro, sua base, sua sede, era, mas atendia também parte do Paraná, região mais pobre do Paraná, vamos dizer.

O.M.: Contextualizando a Agricultura Familiar, a questão da Fundação Itesp na nossa região, como a questão da Reforma Agrária é tratada pelo estado de São Paulo?

B.G.: Bom, (riso) o que eu... Comparando com os outros estados, pelo que eu sei, você tem muitos estados, têm Instituto de Terras, mas só fazem, só cuidam da questão fundiária. São Paulo tem o privilégio de ter o Instituto de Terras, acho que o maior do Brasil, em termos de estrutura, de profissionais. Então, ele cuida também do desenvolvimento dos assentamentos. Ele cuida da Reforma Agrária, não só a regularização fundiária, nós fazemos também. Então,

eu acho que é um ganho. É um esforço que o estado de São Paulo tem feito para evitar conflitos de terra. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: E a Fundação Itesp, ela atende o estado todo, tem esse escritório aqui, em Taubaté?

B.G.: Tem os escritórios regionais, no estado, seis regionais. E nós estamos aqui na Regional Sudeste, escritório Taubaté, assentamento... Os assentamentos, são dois em Tremembé, um em Taubaté, um em São José, e, agora, mais recentemente, o de... seria em... mais um em Taubaté. E nós atendemos também a comunidade de remanescentes de quilombola em Ubatuba. Nós temos um escritório em Ubatuba.

O.M.: Atende também quilombos?

B.G.: É, mas juntando a questão de como é que o estado lida, ele até criou uma estrutura interessante para cuidar da questão. Só que, quando você observa que ele já... O Instituto, a Fundação Instituto de Terras já foi uma Secretaria Especial de Assuntos Fundiários... Teve um status de Secretaria, tal que, antes disso, ele estava vinculado à Secretaria, era um Departamento, vinculado à Secretaria da Agricultura.

O.M.: É. Complementando, eu ia fazer exatamente esse questionamento, porque é vinculado à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania.

B.G.: Então, é. Quando era Agricultura, estava lá o Departamento, cuidando de... Tinha pouca demanda. O governo de São Paulo já tinha feito experiências anteriores, já no passado, com assentamentos, mas com, vamos dizer, com colonização, que é uma área disponível, seleciona as famílias e coloca e assenta as famílias. Mas a coisa... proporção era bem pequena. A necessidade de criar essa estrutura foi quando o conflito surgiu no Pontal do Paranapanema, e, aí, começou... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Que ano foi isso?

B.G.: Isso foi de... 95, 96... Noventa e quatro, 95, não é? Que a coisa já estava vindo do Rio Grande do Sul. Criação do MST, dos movimentos sociais, começou a... A questão da Reforma Agrária começou a ter destaque. Aqui em São Paulo, dado a esse conflito no Pontal, criou-se, chegou-se até a uma Secretaria Especial de Assuntos Fundiários. O secretário foi o], aqui de Taubaté. Então, mas durou pouco. Mudança de governo, ficou um período, até, sem uma

definição para onde é que vai, onde é que fica, o que faz com esse órgão. Bom, acabou que o José Gomes, patrono do... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: José Gomes da Silva?

B.G.: José Gomes da Silva. Ele, por ter passado... Engenheiro agrônomo, paulista, foi presidente do INCRA e Secretário da Agricultura de São Paulo, sugeriu, e criou-se o Instituto de Terras. Mas ficou Instituto de Terras sem, assim, uma formatação, vamos dizer. Nós passamos a... Ele passou a funcionar em convênio com a Fundunesp⁵⁴. Foi quando eu cheguei no ITESP, em 98 e, depois de cinco anos, criou-se a Fundação... Optou-se por criar uma fundação pública, que é a Fundação Itesp hoje. É o ITESP atual. Mas, dados esses altos e baixos, vamos dizer, ele foi Secretaria de Estado, porque o conflito pela terra exigia uma ação... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Exigia a presença do Estado?

B.G.: É. O Franco Montoro vai, ajuda, a coisa começou... O Estado se empenhou. E hoje, como é que ele trata? Hoje? Bom, você sai de um orçamento de... que deveria estar, um orçamento que deveria estar em oitenta, ele está... Esteve muito tempo... É cinquenta, né? Então, já dá para você entender como trata. Porque... Como é que...? Mas é só o dinheiro...? Sim, você paga a folha de pagamento dos funcionários, mas precisa investir no assentamento, na infraestrutura.....Observação do entrevistador: “cinquenta milhões de reais”.

O.M.: A sede da Fundação Itesp é em São Paulo?

B.G.: São Paulo. O escritório. As famílias distribuídas no estado, nós temos os assentamentos estaduais, são a maioria. Hoje, em torno de umas dez mil famílias assentadas, e você tem umas quatro mil de assentamento em áreas federais. No estado, mas a cargo do INCRA.

O.M.: Então, aproveitando esse questionamento de distribuição federal e estadual, como a Fundação Itesp se relaciona com o movimento social...? Na verdade, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, MST?

B.G.: Então, eu vejo que é assim. É um relacionamento de amor e ódio, viu?

⁵⁴ Nota do Pesquisador. O convênio entre a Fundunesp e o ITESP, consultar o livro Fundunesp 25 anos, páginas 50-51. Disponível em: http://www.fundunesp.unesp.br/download/livro_Fundunesp.pdf. Acesso em 06 fev. 2013.

O.M.: Se o senhor pudesse falar relacionamento. (riso)

B.G.: É, porque o Movimento sem Terra vem para cima da Fundação Instituto de Terra buscar soluções. Ele tem demanda. Querem assentar família, querem infraestrutura. E, claro, vem pra cima do Estado, cobrar do Estado. A iniciativa privada não se envolve com essas coisas.

O.M.: Não se envolve com questões agrárias?

B.G.: Se envolve quando o assentamento já está bastante desenvolvido. Aí, você acha parceiro do setor privado. Você acha parceiro, dentro do próprio governo, até, acha. E o principal parceiro seria o governo federal, claro, né? Questões da Reforma Agrária... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Inclusive, o Movimento faz uma pressão...?

B.G.: Em cima do Estado. E, aí, esse Estado, tem hora que é a Fundação Instituto de Terras. Vem pra cima. Então, se você atende à demanda, faz um esforço para atender, como o ITESP... É um caso de amor e ódio porque, dentro da Fundação Itesp, eu conheço muito funcionário que vê o movimento social com bons olhos. Não vou dizer que seja um militante, mas eu já vi alguns que vestem até a camisa de militante. E outros que são avessos a esse processo, embora trabalhem dentro de uma Fundação. Você sente isso, né? Vou falar um pouco. Você receber, como eu vi, o José Rainha e outros representantes de outros movimentos dentro do ITESP, na sede, que eu trabalhei lá, você via essas... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Reivindicações?

B.G.: Representantes sendo bem recebidos, conversando. Tem diálogo.

O.M.: Tem diálogo?

B.G.: Tem diálogo com essas... Eles sempre vêm buscar, vêm cobrar. Tá, é do Estado. Agora, nem sempre também o Estado consegue atender. Às vezes, por questões até políticas, e outras por falta de recurso. Mas, há diálogo, tem conversa. Não é só aquela guerra: você é inimigo, eu não entro... Não! Por isso que eu falo, é amor e ódio. Muitas coisas faz, o movimento... o assentado agradece, reconhece o trabalho do ITESP, e, em outras ocasiões, ele acha que não faz, faz pouco, podia fazer mais.

O.M.: Quando atende o Movimento, os assentados...? Existe, aí, uma infraestrutura, um recurso do Estado inicial, para que essas famílias sejam instaladas? Como é?

B.G.: É, então. No estado de São Paulo, como falei pra você, o Instituto de Terras tem um orçamento, embora podia ser, pelo menos, o dobro do que é hoje, ele tem pouco recurso para infraestrutura em assentamento. Então, o que ele faz? Ele arrecada a área, faz estudo da área, parcela os lotes conforme a região, o que se vai produzir, para que ele possa ter uma renda mínima. Não adianta dar um pedacinho de terra fraca, ruim para o sujeito, que ele não vai... “Ah, não, mas você faz uma estufa, aí, com alta tecnologia, você vai ter renda”. Não é assim que funciona. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Pelos estudos que a gente tem feito, as terras são improdutivas, né?

B.G.: É, normalmente... A terra para desapropriação, para Reforma Agrária, ela tem que ser improdutiva; ou o proprietário pode vender para o Instituto de Terras; pro INCRA, desculpe. As terras estaduais são aproveitamento de terra pública ou terra devoluta. Então, você arrecada essa área, e você vai fazer o parcelamento e você vai fazer a infraestrutura: água, luz... Claro, você pode buscar junto com o governo federal essa parceria... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: De recursos iniciais?

B.G.: De recursos para fazer infraestrutura. É, para fazer infraestrutura. Mas, normalmente, o assentado... A gente costuma dizer que o governo não dá terra boa para assentamento. Não é que não dá, ele vê do que ele dispõe. Na desapropriação, uma terra boa, fértil, custa caro. Ela está ocupada por cana, por laranja, por café, né? Mas, aí, você pegar uma terra que precisa ser recuperada, contra erosão, essa terra precisa de calcário! Quer dizer, o assentado, por melhor que ele tenha conhecimento de técnica, ele passa dificuldade. Mas, é para o Estado arrecadar a área e fazer infraestrutura. Inclusive, de conservação, de correção de solo, enfim, o que nós chamamos de infraestrutura: água, luz, estrada. Só que, aí, tudo isso é demanda de recurso. Isso é feito junto. Nos assentamentos estaduais, com ajuda do governo federal também. Todos os assentados, depois de reconhecido, registrado pelo governo federal – quem contabiliza é o governo federal. O assentamento é estadual, mas o assentado é que nós chamamos. Ele recebe, lá, uma numeração, é reconhecido pelo INCRA. Aí, o INCRA disponibiliza recurso para aplicação...

O.M.: Então, o registro inicial...?

B.G.: Para crédito, PRONAF, crédito rural. Vêm os recursos, tem recurso, aí, estadual e federal. O assentamento estadual tem essa prerrogativa de, se é estadual, receber recurso do Estado e da União. Se ele é federal, aí ele só está recebendo o federal. O Estado, nós não estamos... Desde 2005, o ITESP não coloca mais recurso próprio dele nos assentamentos... em infraestrutura nos assentamentos federais.

O.M.: Falando em assentamento, qual a origem do assentamento Horto Tremembé?

B.G.: A origem dele é a fazenda... O Horto Tremembé é uma área de 1.200 hectares, que a Petrobrás, o governo federal desapropriou... Em torno de umas sessenta famílias, pequena propriedade. Foi desapropriada por interesse público, em mil, novecentos e cinquenta e... Tem a minha idade, né? Cinquenta e dois... para a criação da Petrobrás. Criou para extração de xisto e rocha betuminosa. Era um projeto de extração de xisto. Petrobrás, passou a ser da Petrobrás. Desapropriou por interesse em insumo... Depois...

O.M.: Em Tremembé, não é?

B.G.: Isso, em Tremembé. Aí, acharam condições melhores em São Mateus do Sul, no Paraná. A rocha... O custo para a extração desse petróleo de rocha betuminosa, que é uma tecnologia russa, lá, saía mais em conta. Então, parou o projeto aqui, e levou para lá, e essa área ficou toda reflorestada com eucalipto, sem uso, mas da Petrobrás. Resultado: em 93, um pessoal remanescente, lá, da região de Sorocaba, Porto Feliz, que tinha sido ocupada também, uma área federal, estava numa sobra de pessoal. Aí, estava em negociação essa área, a Petrobrás ofereceu para o INCRA, para o INCRA comprar. O INCRA achou que tinha algum litígio, recuou. Aí, a Petrobrás insistiu para que desapropriasse por interesse público. Compraram. Foi um critério de compra, mas você pode desapropriar, certo? A compra, também é feito um acordo, preço pago. Mas desapropriou. Em 94... Quer dizer, quando essa área, quando entrou em negociação, o movimento social que estava, as famílias que estavam sobrando, não ia conseguir assentar todo o mundo na região de Sorocaba... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Eles vieram para cá?

B.G.: Eles souberam, ocuparam a área. Ocuparam, então, em 93, ficaram ali no meio dos eucaliptos. Aí, aquela coisa da Igreja, de alguns políticos... Aí, o pessoal da região reagiu, né, a Prefeitura: pô, né? Pessoal se estranha, e tal, enfim. Mas, em 95, o INCRA se entendeu com a Petrobrás, e ia desapropriar por interesse social. E fez o laudo, a fazenda deu improdutivo. Não podia ser de outra forma, né? Mesmo tendo os eucaliptos no terceiro corte, fraco. Tem que dar improdutivo. Deu improdutivo. Deu improdutivo; então, vai para desapropriação. Depositou o recurso, e, em 95, novembro de 95, a ação foi ajuizada e... Quer dizer, ajuizou a ação, deu a posse para o INCRA. A Petrobrás contesta até hoje – já vai para dezenove, né, dezoito, dezenove anos –, ela contesta o valor da área, e também uma área de 45 hectares que ficou remanescente. Ficou isolada. A Petrobrás tem razão no que se refere à...

O.M.: Incorporação dessa área?

B.G.: À incorporação da área. Você desapropriou 99%, vai deixar? Não, a lei dá razão para a Petrobrás. O INCRA teria que absorver e está para ser incorporada essa área. Mais cinco famílias. Não sei se você tem conhecimento desse fato. Mas a Petrobrás contesta preço até hoje. Está em litígio. Manda avaliar, e, aí, avalia e tal. Bom, até hoje, não foi definido. A Petrobrás... O INCRA tem a posse, mas não tem o domínio. Também essa área não reverte mais para a Petrobrás. Não tem como! A legislação deu a posse, tá. Agora, a discussão é preço, aí, né? Hoje, está em torno de dez milhões, depositado há mais de... quinze anos, mais de dezesseis anos, tá. A Petrobrás, para ela, também, não, não... Mas não acerta, não conseguiu. Até agora não conseguiu a solução final. Quer dizer, faz o acordo, paga – já está praticamente pago, incorpora a área remanescente, fecha a questão. Aí, o assentado poderia pleitear o que a lei prevê, que seria o título, né, para o assentamento. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: A lei prevê título para assentamento?

B.G.: Título. Os lotes seriam intitulados em nome daqueles beneficiários, mediante pagamento, como diz a lei. Vinte anos, e dezessete para pagar...

O.M.: Existe algum exemplo desses... no estado de São Paulo?

B.G.: Existe claro. Não, no estado de São Paulo, não. Existe no Rio Grande do Sul, vários estados. Só que não é... Você pega o assentamento de cem famílias, ele já tem a infraestrutura. Eles falam que você tem que fazer infraestrutura mínima. Normalmente, dez anos, depois de dez anos. Você fez a infraestrutura mínima, você pode passar para a família, conforme prevê a

lei. Passar mediante pagamento. Então, ela recebe uma escritura, tem as cláusulas de que só vai poder transferir depois de dez anos de recebido o título. Até pode vender. Ele paga por isso, o valor de desapropriação corrigido. Então, não é de graça.

O.M.: Mas essa área fica tutelada, enquanto está...?

B.G.: Essa área, enquanto... Não! Recebeu o título, ele não é mais assentado. Passa a ser proprietário, já tem vários disso no Brasil. Só que, você tem cem famílias aqui no assentamento, não significa que as cem vão receber. Só vai receber o título... A infraestrutura está pronta, mas só vão receber o título aqueles que o INCRA... Isso é só legislação com o governo federal. Os assentamentos estaduais não têm. Só para aquele lote que já saiu da subsistência, que tem recurso. O cara que deu certo. “Então, vou premiar você. Tó o título”. Aquele que está ainda meio fraco vai ter que fazer um esforço para poder receber o título. Tem vários assentamentos que... Não em São Paulo. No Rio Grande do Sul tem, você vê no site do INCRA...

O.M.: Por que os assentados constituíram a COOAAT? E a COOAAT solicita assistência técnica e extensão rural do ITESP?

B.G.: Sim, a COOAAT, ela foi criada pelo MST, pelo representante do MST, aqui, no assentamento, em 97, se não me engano. Mas, antes dela, teve a COOAFAC⁵⁵, que foi criada para... A área era eucalipto, cortar o eucalipto. Criaram a cooperativa; o INCRA sugeriu, era o COOAFAC, cortar o eucalipto, vender o eucalipto e usar o dinheiro para fazer a destoca, a limpeza da área. Parte da infraestrutura, cuidar da limpeza. Ela existe também, mas isso... Foi criada com esse objetivo, a COOAFAC. Aí, uma parte do pessoal, aliás, 23, que eram mais voltados para o MST, resolveram criar uma cooperativa, a COOAAT. Eles criaram a cooperativa. Agora, eles criaram um instrumento interessante. O governo federal pegava a linha de crédito com recursos do Tesouro Nacional, e fazia assim: o PROCERA. Você tem o PROCERA Teto1, 7.500 reais – já reais, na época – para cada assentado investir no seu lote. E eu te dou mais 7.500, no Teto 2, para você... para a sua cooperativa.

O.M.: Essas informações, esses incentivos do Estado, o programa, o PROCERA caracterizam uma assistência técnica em extensão rural que você desenvolveu nesse processo, e vem desenvolvendo?

⁵⁵ Nota do Pesquisador. A Cooperativa Agropecuária da Fazenda Conquista de Tremembé-SP (COOAFAC).

B.G.: É, os programas... Os programas... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Isso é caracterizado como assistência técnica?

B.G.: Assistência técnica tem que levar o programa. Tem programa de crédito, PRONAF. Sem essa ferramenta, muitos ficam dependendo do recurso para investir em tecnologia no lote. Os programas, tanto os federais... Os programas voltados para agricultura... Inclusive, tecnologias novas, a assistência técnica tem que trazer. Se eu não sou especialista naquilo, e trago aquele especialista em horticultura, para... É o nosso papel, papel da extensão.

O.M.: A Fundação Itesp, no seu trabalho, faz esse intercâmbio técnico?

B.G.: Isso faz parte, com as universidades, com outros órgãos como SEBRAE e... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Para o assentamento, a COOAAT, outras instituições são permanentes?

B.G.: É, a extensão rural, como a gente sempre conversava, que o assistente técnico, quem presta ATER, ele, na verdade, tem que ser um agente transformador.

O.M.: Um agente transformador?

B.G.: Um agente transformador, é. Bom, transformar sempre com a pedagogia, sempre com educação, envolvendo aí. Mas, você falar um agente transformador, um facilitador de negócio, é um meio um padre também, né? Porque tem um pouco de... É claro que você tem apoio da... Você tem a equipe de assistência. Você tem que ter um agente social, você tem que ter outros profissionais, que... Agropecuária, às vezes, um veterinário...

O.M.: Uma equipe?

B.G.: É, uma equipe. Para fazer extensão rural, da demanda, das características da região, mas, basicamente, você... O seu cliente tem que procurar parceiro. Eu não posso dispensar a ajuda de uma universidade que tem um curso de agronomia. Não dá para ser isso. Tem que ter essa aproximação, você buscar... Quer dizer, não é aquela história: “Esse pobre é meu, não deixo ninguém...” Não, entra e deve vir a universidade. Vem UNICAMP, vem USP, e nós estamos trazendo até para conhecer a realidade. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Sim!

B.G.: Até para conhecer a realidade dos assentados, a história deles, tal. Mas, concluindo, o assentamento foi homologado em 95, novembro de 95. Aí, oficialmente. Tomou o nome de Horto Tremembé; 96 famílias em lotes, e ficaram, aí... Quando eu cheguei aqui, já estava com oito para nove anos de existência. Eu dizia o seguinte. Na verdade, eles ficaram cinco anos em cima de toco. Toco de eucalipto. Abrimos um hectare, e o cara com dificuldade. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Ao se instalar, não imediatamente já estava produzindo?

B.G.: Não. Aí, vamos fazer infraestrutura, aquela luta por eletrificação, fura poço, problema de água, de escola, de saúde. Embora um assentamento próximo da área urbana, rurbano... Teve essa facilidade de assistência médica, assistência à educação, mas a produção mesmo ficou presa na infraestrutura. Se não destocar, o que é que faz? Como é que...? Então, eu vi que eles ficaram, estavam aqui há oito anos, mas, na verdade, começaram a tomar velocidade apenas há uns dois anos. Tinha há oito, mas dois anos que estava começando. Quando eu cheguei, já estava começando a se destacar os projetos, que era gado, que era fruta, que era horta.

O.M.: Essa relação da COOAAT com o governo, ampliando aqui a questão. Existem programas de incentivos tanto do governo municipal, estadual e federal para a geração de renda e o fortalecimento de cooperativas? E como a COOAAT se inscreve nesses programas? Há subsídio do Estado...?

B.G.: Não, ela foi criada em cima de um subsídio forte: 7.500. Pega 23...

O.M.: Vinte e três cooperados?

B.G.: É, nós entendermos aí. Pega 23 dividido por 7.500, dá duzentos..., trezentos e pouco. Faz um projeto. Eu quero um caminhão. Compraram um caminhão seminovo, compraram um trator, implementos e 23 estufas, uma para cada um. E a empresa deu mais duas de brinde para fazer.

O.M.: Para a COOAAT?

B.G.: É. Esse foi o projeto que o ITESP, na época, não fui eu, foi outro colega, escreveu para ela. “Olha, então, está aqui. Nós temos 23...” Embora não se entendesse muito bem, mas eles tinham alguma afinidade. “Nós somos do movimento”. Não era aquele interesse, mas: “Nós temos afinidade, estamos desenvolvendo a produção, queremos a cooperativa...” Não, meio que: “O dinheiro está aí, vamos pegar”. Isso foi no estado inteiro, no Brasil inteiro. Pegou o recurso, criaram a cooperativa. Aí, não tinha regulamento. COOAAT, estou falando da COOAAT.

O.M.: COAAT, estou entendendo.

B.G.: Pegou o dinheiro. Aquele patrimônio, depois de três anos de carência, no quarto ano ia pagar. Foi quando eu estava chegando aqui. Mudaram a diretoria, não estavam se entendendo. Aí, eu sugeri o seguinte: “Não desfaça do patrimônio!” A diretoria nova. “Não vai ter mais essa chance de pegar o dinheiro desse, a custo barato”.

O.M.: Isso, em que época?

B.G.: Isso, já em 2000, 2001. Você vê, pegaram em 98, 99...

O.M.: Ah, sei.

B.G.: Dois mil, 2001, acabou a carência. Em 2002, tinha que pagar a primeira prestação, e o governo veio... Nessa época, já assumiu o governo Lula. Governo, não... O Fernando Henrique renegociou essa dívida do PROCERA. “Eu vou dar dez anos para pagar”, para esticar. Pega essa dívida e divide em dez anos, jurinho, pá. Aí... Mas ele saiu. No final do mandato dele, emplacou o Lula. E o Lula veio, melhorou mais. Falou: “Não, quem quiser liquidar, eu dou 90% de desconto. Paga só 10%”. Foi aonde a cooperativa decidiu ir lá e vender o caminhão, e pagar os 300 mil reais.

O.M.: Da dívida?

B.G.: “Não paga!” Eu sugeri várias vezes. Era o Sinval, e era o Cidinho que estavam... Falei: “Gente, não vai ter mais essa chance. Deu dez anos, vocês renovam, renegociam por dez anos. Como é que com um caminhão, com esse equipamento. Mas ela não estava funcionando. O caminhão já estava parado há algum tempo, o maquinário estava tudo novo, mas estava... Porque não tinha regulamento. Não teve meio, já estava...[sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Não estava fazendo... Equipamento, manutenção?

B.G.: É, a resposta que eu ouvi foi: “Não tem mais clima pra tocar à frente. Então, é melhor liquidar. Vende, e ainda sobra”. Quer dizer, sobraram as estufas, o trator... E acabou, né? Então, você tem uma cooperativa, COOAAT, no mínimo com 300 mil de capital, não é? Podendo fazer um esforço de pagar isso. Pagar só 10%, pagar só 30 mil. Foram lá e liquidaram com 30 mil. Você poderia ter uma cooperativa dela, hoje, dando, um belo de um capital.

O.M.: Sim.

B.G.: Bom, aí, diretoria não se entende, não entende, tá. Em uma outra fase do governo federal, de: “Olha, se organiza!” Porque acabou, também, essa mamata de dar dinheiro. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Estou contando o tempo, aí. Em 2001?

B.G.: Não, já em 2003.

O.M.: Aí, já tem um outro panorama político?

B.G.: Mudou o governo, passou o governo Lula administrar essa questão, e, aí, o governo federal começou a sinalizar o seguinte, olha: “Se organiza! Se organiza em cooperativa, que eu não vou mais dar crédito individual, certo? Quero ajudar as instituições”. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Ele estimulou a formação de instituições?

B.G.: Estimulou, mas não abriu linha de crédito. O que eu ouvi essa semana é um negócio interessante. Ontem, eu vi na Rede Nacional, canal federal de televisão, rede nacional, um representante do MST em Arapongas, PR, inaugurando lá um laticínio. Cooperativa de assentados regional! Qual é a ideia aí? Está no foco cooperativa. Aqui, ainda, nós temos três cooperativas no assentamento, pequenas, e outra, lá, querendo vir, mas não se destaca porque é uma cooperativa pobre, não tem dinheiro para pagar o contador. Você não consegue fazer um convênio para... O governo já podia dar o convênio. Nós, técnicos, fazemos trabalho de graça. Sempre fez, todo o tempo, ajudando, sem receber nada. Mas, se não é esse órgão, como é que faz? O cara tem que parar a atividade dele pra assumir a administração? Ele acha interessante a cooperativa, a política do governo está incentivando os programas de comercialização via cooperativa. A cooperativa, individualmente, deixar de fora. E eu acho

que está correto fazer via... fortalecer essas organizações. Só que não tem mais aquela facilidade do capital para você pegar e fazer uma infraestrutura para cooperativa.

O.M.: O governo ficou mais profissional?

B.G.: São cooperativas pobres, e o que ouvi recentemente? O agricultor está produzindo, e ele sabe que, para ele ter uma renda melhor, ele precisa agregar valor. E como é que nós vamos participar de uma agroindústria? Que jeito? arrumar, levantar capital? Falei: “Gente, uma agroindústria, nós vamos fazer via cooperativa, na forma cooperativista”. E foi inaugurada agora, recentemente, e o que eu ouvi do representante do MST, na fala dele, é o seguinte: “Qual que é o próximo passo? Vamos reforçar a CONAB, para que compre”. A compra. Preservar esse mercado do pequeno produtor é um excelente negócio. Agora, eu vou dar minha opinião. Eu acho que, entre você subsidiar, como fazem os outros países, eu acho melhor você dar um preço justo, um preço, né?

O.M.: Estou entendendo.

B.G.: Que o intermediário. O intermediário também vive. Se você dá um preço justo para ele, que, o governo tem que comprar mesmo, não é? Gastar, ali. Se eu compro a merenda, se eu compro, se eu compro do vendedor direto e dou um preço para ele justo, você não precisa subsidiar. Porque você vai dar um ganho para ele, ele vai decidir, ele vai avançar, ele vai fortalecer a cooperativa dele, a organização dele. Agora, tudo isso é voltado para a organização.

O.M.: Falando em, não subsídios do Estado, está falando de alguns programas. Esse PPAIS, da merenda. Como a COOAAT se relaciona com esses programas, com o ITESP, e o que ela produz?

B.G.: Ela está aplicando. Hoje ela vende para a prefeitura de Tremembé. Para mim, não importa vender dez mil ou vender cem. O mecanismo é o mesmo. Está trabalhando. A ideia é vender, chegar no máximo. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Amadurecer o projeto?

B.G.: Comprar cento e vinte mil, a prefeitura, por ano, a ideia é vender 120 mil. A merenda, ainda... Na merenda de Tremembé, seria 120 mil. Compraram trinta. A ideia é comprar noventa, agora, trinta para cada cooperativa. Chega lá. Entre vender trinta e vender cem, é a

mesma coisa. O mecanismo é o mesmo. A entrega, as notas, a documentação, a organização, no caso. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Num primeiro momento, administrativo, burocrático, depois a produção?

B.G.: Então, esses programas governamentais, esse mercado institucional está estimulando. “Estou reservando, vocês se organizem bem”. Então, a COOAT está beliscando isso. Ela está fazendo o PNAE. Nós queremos que outras cooperativas, Taubaté, compra muito, abram espaço. Não abriram ainda, mas nós estamos em cima para ganhar esse mercado, para participar desse mercado da merenda. E a COOAAT, já no PAA, que é o Ação Simultânea, ela já vem atuando há dois anos. É a salvação dela, na verdade. Envolvendo cem mil. Então, tira taxa de serviço, mais uma contribuiçãozinha, senão, não sobrevive.

O.M.: Sr. Benedito, a região metropolitana do Vale do Paraíba é composta por cerca de três milhões de pessoas. Fiz um estudo prévio. Distribuídas em 39 municípios. Isso significa oportunidade de comercialização para cooperativas de agricultores familiares? E estendo a pergunta. A COOAAT se posiciona para atuar nesse mercado, nessa região? Porque são 39 prefeituras, você diz de programas voltados para merenda. Recentemente... Tem esse histórico nosso, da região metropolitana...?

B.G.: A COOAAT, a direção da COOAAT – não só COOAAT –, dessas cooperativas que surgiram ou que ressurgiram só no assentamento de Tremembé são três. Três, por racha interno. Mas elas ainda não estão focadas, não acordaram para esse mercado que tem... Não acordaram. Às vezes, você desperta: “Olha, vai ter isso, tem esse mercado, tem esses caminhos. Só que, como eles não têm recursos, e não têm mais aquela moleza do Teto 2 que o governo deu, você cria cooperativa e... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Sim!

B.G.: É. O que eu acho que o governo poderia fazer, acho que o ITESP poderia fazer, dentro do orçamento dele: “Olhar, para infraestrutura, dentro do meu orçamento, mingüado, eu tenho cinco milhões”. Se ele conseguisse 10% desses cinco, 500 mil, é com programa de cooperativa. Para quê, isso? Olha, se pode fazer... A metodologia de trabalhar com ATER, que o ITESP orienta, preconiza, é que você forme grupos por afinidade. Gente, melhor trabalhar com grupo... grupo da fruta, com eles falando, usando a mesma tecnologia. Você ganha tempo, rende, há troca, interação.

O.M.: As formações regionais?

B.G.: Aí, você põe um pecuarista junto com um cara de fruta, fica meio... Mas, se você conseguir o grupo de... leite, separar esses... Então, quando você faz isso, separa esse grupo por afinidade, começa, você começa a trazer esse grupo para conversar, para discutir numa assembleia, é diferente. Todo o mundo. Mas, você está trazendo, você, na verdade, se você consegue orientar, convencer de que uma estrutura tipo cooperativa seria muito propícia para desenvolver, “Pô, nós queremos uma máquina para despolpar fruta”. Na cooperativa, você pode fazer. “Nós queremos um tanque comunitário para leite”. O grupo de leite, a cooperativa pode fazer. Concluindo, o que eu estava falando do Paraná, recentemente, aquela, a visão, lá, fiquei até surpreso, é que vários assentamentos, vários assentamentos entenderam que... Nós estamos na contramão, aqui. Um assentamento com três cooperativas. Eles têm vinte assentamentos e entenderam que uma cooperativa, para eles, onde ela sai daqui, pode ter uma filial lá naquele assentamento, vai buscar o leite, então, eles conseguiram viabilizar uma bela de uma cooperativa, com volume! Com volume. E agora...

O.M.: Administração e controle...?

B.G.: Isso que eles estão querendo. Já acordaram, que: “Nós vamos pegar as cooperativas singulares. Se for várias cooperativas, nós vamos formar uma central, para fazer uma indústria”. Não é cada cooperativazinha que tira dez mil litros de leite, já quer fazer pasteurização. Fica inviável. Agora, se você pegar dez cooperativas pequenininhas, com dez mil litros, cem mil. Aí, fazer uma pasteurização, né? E criar uma logística para distribuir. No Paraná já tem várias no setor, de outros setores, de cereal, tal, que foram criadas há muitos anos. São grandes empresas. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Você acredita que essa constituição regional, região metropolitana, vai estimular para que eles se entendam nesse processo de construir, de repente, uma central ou uma única cooperativa?

B.G.: É. O que o administrador, nessa região... Muitos administradores, vou falar mais diretamente: o prefeito, o secretário. Ele... Numa região industrial como a nossa, de serviço, não há essa preocupação com alimentação. De onde vem? O alface vem o cinturão verde, vem lá; depois, vem do sul de Minas, vem de todo lugar. Nós, aqui do Vale do Paraíba-SP, estamos aqui dentro, dentro, aqui, onde estão as redes de supermercado, mas eles estão

trazendo de fora. Você falar assim: “Bom, mas o prefeito poderia se preocupar com a segurança alimentar local.” ‘Vou comprar do pequeno produtor daqui, para estimular, para não deixar morrer’. Aí, eu vou dar um exemplo. A prefeitura de Mauá não tem área rural. Ela vem buscar aqui, nos programas. Como ela não tem produtor, ela vem aqui buscar, para comprar.

O.M.: Quanto é uma licitação dessas? Da prefeitura.

B.G.: Depende da população dela. Dentro dos programas, depende da população. Quanto maior a população, maior...

O.M.: Em média?

B.G.: Então, uma prefeitura dessas teria que comprar... Se for merenda, teria que comprar, tipo, oitocentos, novecentos mil reais. Agora, quantos têm no ABC que não têm produtor. Eles não têm.

O.M.: Região industrializada?

B.G.: É só... Não tem área rural. Nós temos, ainda, no Vale, mesmo metropolitano, ainda temos área rural. Mas não tem essa preocupação. O mercado é grande, a população está aí, mas o produtor não chega. “Essa alface é daqui, né? Oh, que beleza”. Ele não tem essa consciência. “Ah, pode vir de qualquer lugar. Para mim, não importa de onde vem”.

O.M.: Com divulgação marketing, é a vez de agregar valor à imagem do produto local?

B.G.: Se as prefeituras, vamos falar assim, locais, começarem a olhar que, “Olha”, como segurança alimentar. “Eu compro tudo de fora. E se travar lá? Não tenho”. Eu vou trocar o automóvel pela... Está bom, serviço. Mas acho que eles deviam, e vão, agora vão acordar, incentivar o pouco de agricultura que tenha, mas ao conservar isso.

O.M.: O volume de contrato para a prefeitura de Taubaté, por exemplo?

B.G.: Era novecentos mil. Só no PNAE, só na merenda.

O.M.: Só um programa, esse? Quando fala PNAE, o que é PNAE?

B.G.: Não, não, PNAE é da merenda escolar. Tem que comprar no mínimo 30%. No mínimo, esse mínimo de 30% chega a quase um milhão. São José dos Campos, um milhão e meio; Jacareí, um milhão e cem.[sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Então, existe mercado para o cooperativismo...?

B.G.: O volume é muito maior do que tem. Agora, o quê que...? Eu falo que a COOAAT, a COOAFAC e a COOMATRE, ambas em Tremembé-SP, e a cooperativa de São José dos Campos, do assentamento de lá, a COOPENE⁵⁶. Essas cooperativas, a carência, para mim, no ITESP, primeiro: como Tecnologia Social, para o cara pensar em agregar alguma coisa, desenvolver tecnologia, aprimorar assistência técnica, enfim, agilizar as coisas, fazer a coisa funcionar, existe a semente, a ferramenta, que já existia há muito tempo. Só que, hoje, é preciso estudar mais profundamente, para você ver onde que pega. Bom, mas a cooperativa tem tudo... Tem mercado, tem produtor, por que não anda? É preciso ter conversa e é preciso ter administrador com uma certa capacidade, né? Capacitação.

O.M.: A Fundação Itesp tem discutido tecnologia alternativa com a COOAAT, outras formas? Você comentou, agora, capacitação e cursos...? Se relaciona com outras instituições? No começo, você colocou a universidade, instituições privadas. Essa questão da tecnologia alternativa, ou capacitação para mercado. A COOAAT tem participado disso?

B.G.: Ela... Hoje, a COOAAT tem, dispõe de assistência técnica da CATI. Se ela quiser, no município tem. Ela dispõe da assistência do ITESP, no nosso caso; e ela dispõe da assistência do IBS⁵⁷. Quer dizer, em relacionamento, ou pessoal de aproximar com a universidade, de outros órgãos, tem. Eu vou falar pelo ITESP. Nós sempre trabalhamos assim: vamos facilitar a coisa para ela. “Você quer um projeto produtivo, eu faço para você”. Ah, está carente de

⁵⁶ Nota do Pesquisador. A Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT), a Cooperativa Agropecuária da Fazenda Conquista de Tremembé-SP (COOAFAC), a Cooperativa Mista de Agricultores de Tremembé-SP e Região (COOMATRE) e a Cooperativa Nova Esperança (COOPENE), todas essas, localizadas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba-SP (RMVP).

⁵⁷ Nota do Pesquisador. O Instituto BioSistêmico (IBS) é uma organização fundada, em 2006, por profissionais das Ciências Agrárias, com sede administrativa em Piracicaba-SP. No escopo de atendimento, estão as organizações de produtores, as comunidades rurais, as cooperativas, e outras do gênero. Disponível em: <http://www.biosistemico.com.br/eventos/ibs-cumpre-agenda-em-oficina-do-programa-mais-gestao-do-md/> Acesso em: 06 fev. 2013. A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) é vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo-SP. Os serviços e produtos da CATI estão disponíveis aos agricultores e aos pecuaristas nas Casas da Agricultura, localizadas, nos municípios do Estado de São Paulo-SP, através das quais os engenheiros agrônomos, os engenheiros agrícolas, os zootecnistas e os médicos veterinários prestam informações e orientam o produtor rural na condução de seus negócios agrícolas. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/periodoeleitoral2014/produtos-servicos.php>. Acesso em: 06 fev. 2013.

capacitação, nós estamos enxergando isso, nós queremos. Hoje, estamos trabalhando em uma capacitação para os diretores.

O.M.: Isso é um diálogo constante com a COOAAT?

B.G.: Isso é. O diálogo, olha: “Vocês têm que ter uma base física. Não adianta você ficar entregando a sua mercadoria – recebendo, entregando – ali no fundo do quintal, meio isolado. Os cooperados entenderam uma base, um escritório.

O.M.: Base física?

B.G.: É difícil. Isso é constantemente, essa negociação. Agora, você esbarra muito na questão financeira. Uma cooperativa que nem a COOAAT, que é, ainda... Você tem trinta, quarenta produtores, mas, na verdade, dez, quinze que produzem bem. Os outros, mais ou menos. Aí, ele quer um crédito, quer isso, quer aquilo. Ela não tem para fornecer. Ela não tem ainda prestação de serviço porque não tem...

O.M.: Está se posicionando perante novos programas?

B.G.: Ela está buscando. Quer o maquinário para prestar serviço. Porque, aí, tem uma taxa de serviço, até para capitalizar e atender o cooperado. Ela quer prestar serviço na comercialização: receber, beneficiar ou agregar alguma coisa e vender. Está bom. Isso seria o papel principal dessas cooperativas de agricultores, na área agropecuária. Agora, ela tem... A grande deficiência: o recurso financeiro. Faz um contrato, nesse mercado com o governo, não tem arado, cem mil reais. Tira 15% de serviço, quer dizer, já estou mostrando para você que você vai ter quinze mil por ano. Aí, você paga o contador; aí, você tem despesas com água, luz, uma viagem, uma coisa da diretoria, sobra o quê para você...? [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Esse é um programa. Por isso eu coloquei da região metropolitana, no sentido de expandir para mais programas.

B.G.: Aí, você teria que ir... Então, é o que você falou: “O que você imagina?” Eu imagino o que eu ouvi ontem. Que a ideia não é você criar um monte de cooperativa para concorrer dentro do assentamento. Aqui, se você tivesse uma cooperativa, tem trinta produzindo – são noventa, mas trinta com uma boa produção –, esse trinta faturam quanto? Trinta mil por ano,

entre doação, entre MERCATAU?⁵⁸ Faturaria mais do que isso. Então, você teria trinta vezes trinta, novecentos, você teria um milhão.

O.M.: Um milhão de reais?

B.G.: Se cobrar serviço, prestação de serviço e integralização 10%, sete de serviço e três de integralização, para capital, formar capital corporativo, você teria, de um milhão, teria cem mil. Cem mil! E pagarei um gerente para administrar. Eu gastei, com água, luz eu gastei setenta mil. Você teria trinta sobrando, “Vou comprar aquela motinha, vou reformar aquilo ali, comprar umas caixas”. Ainda tem alguma coisa para. Hoje, você tem cem. Você tem dez, quinze mil, cobra quinze, cobra mais caro, quinze mil. Aquele lá usa um contador, aquele lá usa outro contador. Agora, o contador estão levando para lá, que é o mesmo contador.

O.M.: Fazer uma transferência de contabilidade por uma questão de operação mais próximo da sede, reduzindo custos?

B.G.: É, então. Tudo... Três cooperativas, três contadores. Se fosse uma... Eu fiquei satisfeito de ouvir, estou passando para você, ontem, que a ideia do movimento, MST, no Paraná, e no Brasil é você pegar e criar uma cooperativa, uma boa infraestrutura para poder ir buscar a mercadoria, lá naquele assentamento. Trago o leite de lá daquele assentamento, benefício aqui, porque, aí, tem um volume! O assentamento fica com três cooperativas pequeninhas... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Hoje, é uma realidade que tem que ser redimensionada?

B.G.: É. Agora, dentro do assentamento, nós conversamos na possibilidade de chegar nesse ponto, de fazer eles entenderem que: “Olha, se a gente tivesse...” “Eu quero ser o presidente”. “Eu também quero”, “Eu também quero”. Então... “Mas, se fosse...” “Não, mas...” Mas a gente faz trabalho debaixo do pano. Conversa com um aqui: “Gente, olha, vocês podiam, aqui, juntar”, com os que produzem, até para estimular os outros.

O.M.: A questão da Economia Solidária no contexto agrário tem sido discutida pelo ITESP? Se tiver alguma questão que é mais pontual, você vê no dia a dia?

⁵⁸ Nota do Pesquisador. O Mercado Municipal de Taubaté (MERCATAU) existe desde 1997 e recebe de 1.200 a 2.000 pessoas nos dias de feira -- o comércio de produtos é realizado às segundas e às quintas-feiras. Produtores de municípios da região e do Sul de Minas Gerais-MG vendem frutas, legumes, verduras e flores.

B.G.: Tem. Assim, tem. A gente ouve falar, mas ela ainda está mais voltada para aquela política de quando eu entrei no ITESP: agronegócio. Quando você fala de agronegócio, dá um Agronegócio é pensar na soja, cana, grandes...

O.M.: Grandes commodities?

B.G.: É. A economia... O grupo nosso que cuida disso, e que tem um setor de cooperativismo, hoje, a ideia é que mude esse nome de grupo de agronegócio para grupo de qualquer coisa, assim, Economia Solidária, até para... Gente, não é sonhar que você vai fazer uma bela de uma empresa no assentamento, nada, é difícil. Mas, se a gente começar a praticar essa Economia Solidária, e você consegue juntar um grupo, e eles reduzem o custo, e até buscar aquele comprador que tenha consciência: “Não, eu vou valorizar um pouquinho esse produto, para que ele possa ser... justo”. Não preciso ganhar tanto. Preço justo. Agora, você imaginar que um supermercado ou o atravessador vai pensar: “Ah, eu vou fazer essa economia, esse preço justo? Aqui pra você”. Mais fácil você criar uma consciência dentro da sua, criar uma empresa de uma cooperativa, falo cooperativa, defendo o cooperativismo. Acho que a solução é essa. Acho que o ITESP gasta muito fazendo uma ponte, uma obra no assentamento, e não põe quinhentos mil para incentivar.

O.M.: Estimular e fortalecer?

B.G.: Estimular o cooperativismo, por quê? Se uma cooperativa dessas... Porque eu sempre digo, sempre trabalhei em cooperativa no Sul. Trabalhei com convênio. Parte do meu salário era pago com convênio, com o Instituto Nacional de Cooperativismo, que existia. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Sim!

B.G.: É, era o único que autorizava o funcionamento de uma cooperativa. Cooperativa agropecuária. Então... Mas ele dava... Quer dizer, nós retrocedemos porque, no passado, você tinha linha de crédito, você tinha o BCC, Banco de Crédito Cooperativo. E tinha um banco cooperativo. Você tinha o Instituto Nacional de Cooperativismo que ajudava com assessoria, até a nossa cooperativa estava meio mal, mandava auditoria sempre, para ver. Você tinha o que é principal: “Você está começando a sua cooperativa, eu te dou um recurso financeiro para você contratar um...”

O.M.: Isso, em que época?

B.G.: Eu vivi isso em 79, mas já estava acabando. Setenta e nove, 80. Tem muito tempo que eu trabalho em cooperativa. Hoje, não tem nada, não tem nada! Se você falar assim: “Olha, eu vou pegar... Tem uma cooperativa aqui... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Não tem nada porque o foco é a política...?

B.G.: Ele precisa... É. Eu vou dar um galpão para ele. Galpão, eles gostam de oferecer. Eu dou um galpão pré-moldado. Aí, você diz: “Já é alguma coisa”, né? Você tem um terreno: “Olha, você faz um galpãozinho, ali e, daí, você vai andando com ele”. Aí, você fala: “Não, eu vou dar o meu técnico para acompanhar”. É só para acompanhar. Eu acho que o ganho seria imenso, com várias... A linha de trabalho: “Olha, vou incentivar a produção e renda”, e, ali, você poderia, com isso, fazer um trabalho social também, cuidar das questões sociais.

O.M.: Mas as questões, os programas estão retomando essas...? PPAIS é programa...?

B.G.: Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social.

O.M.: Ah, aqui, Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social.

B.G.: É engraçado. Existia, bem. As cooperativas fortaleceram, têm potência, grandes cooperativas no Paraná, invejável, Rio Grande do Sul. Coisa de... multinacional. Atuantes [sobreposição da voz do **O.M.**] Agora, essa criação de pequenas cooperativas, como o exemplo que nós temos aqui, pequenas cooperativas que, se ela pudesse olhar para aquela, juntar com aquela uma, aquela uma, aquela, “Vamos fazer uma central” ou “Vamos juntar nossas forças?” E fazer.

O.M.: Fusões?

B.G.: É. Aqui, eu trabalho, é o seguinte. Não tenho vergonha nenhuma de dizer. “Olha, não é melhor você incorporar...? A COOAAT incorporar essa, incorporar aquela? Ficar uma, trazer...?” Mas eu também faço esse trabalho com o assentado. Aquele assentado que está indo bem. Está indo bem, produzindo, mas a cooperativa dele está precisando cobrar quinze; Às vezes, fala em vinte, patinando. Não vai. “Poxa, cara, se você juntar o que aquele outro, produz... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Somando os esforços?

B.G.: O cara vai entender: “Poxa, seria uma boa”. Você tem assentados que você fala: “Precisa tirar mil reais do bolso para capitalizar, acertar e comprar uma máquina”. Ele tem. Agora, tem uma boa parte que não, também. Aí, você fica carregando aqueles muito fraquinhos nas costas.

O.M.: Sr. Benedito, o Brasil é o celeiro do mundo ou essa pergunta é muito pretensiosa? (riso)

B.G.: Não, não é. Para mim, o celeiro do mundo são os Estados Unidos. Mas nós temos, nós avançamos muito e estamos avançando. Vamos avançar bastante. Muitas produtividades... Em termos de produtividade, muitas demais, que um celeiro. Mas eu, como agrônomo, você fala, para mim, é interessante. Nós temos a EMBRAPA⁵⁹, desenvolveu muito. Na época que eu me formei, a EMBRAPA foi criada. Trinta e três anos, foi criada. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: A participação da Agricultura Familiar no Brasil é forte, não é?

B.G.: É forte. Forte, diversificada, principalmente na região Sul. Tem algumas coisas se destacando no Nordeste também. Mas, de celeiro do mundo, não é uma preocupação. Acho que nós vamos longe, temos espaço para isso. Mas eu preferia... Já falei para você que, nesse tipo de celeiro, pode ficar para quem quiser, mas, se nós quiséssemos vender ideias, investir na educação nossa, nós tínhamos um ganho muito melhor. Você, com educação boa, de boa qualidade, você faz agricultura. Eu entendo assim. Eu entendo assim, você faz uma agricultura boa. Agora, você quer... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: O produtor rural também, não é?

B.G.: Você tem uma, vamos supor, educação fraca, e a gente, quando você puxa, tira da área urbana para a área rural; a área rural com problema de eletrificação ainda, com problema de comunicação, internet; aí, a educação, o ensino mais fraco, ele é mais fraco e... Aí, você vai fazer extensão com o cara que não sabe nem ler. Vou te dar um exemplo. Sujeito bom, celeiro

⁵⁹ Nota do Pesquisador. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), desde a sua criação, em 26 de abril de 1973, assumiu um desafio: desenvolver, em conjunto com os seus parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no nosso País. Disponível em: <https://www.embrapa.br/quem-somos>. Acesso em: 07 fev. 2013.

do mundo, celeiro podia ser um paiolzinho, né? Paiol, para guardar. Menor, mas ter reserva porque celeiro, paiol, precisa ter guardado. Nós temos milho para passar uma safra, se puder. É bom você pensar nisso, né? Buscar essa ideia de celeiro, mas eu preferia um título de melhor agrônomo. Nós termos uma educação, melhor... Não vamos “se encher”, não. Vamos ter um paiolzinho, fazer uma escola bacana. Eu acho que...

O.M.: Você disse uma vez Tião Rocha...?

B.G.: Tião Rocha. Esse é educador.

O.M.: Com relação ao aspecto pessoal, como é composto seu núcleo familiar, sua família? Tem filhos?

B.G.: Tem eu, minha esposa, minha filha é formada em História em Ouro Preto. Agora, está fazendo mestrado, começa agora, na Universidade Federal de Minas, em Belo Horizonte, restauração, dentro dessa área de História. Prédios antigos, fazer...

O.M.: Restauração?

B.G.: Restauração.

O.M.: Patrimônio?

B.G.: Está fazendo mestrado. E o meu filho estuda agronomia. Vai para o quarto ano, aqui em Taubaté-SP... Universidade de Taubaté-SP (UNITAU). E minha mulher é professora, formada em Biologia. Fez especialização na área de biologia também. É professora em escola particular e em escola municipal.

O.M.: E, nessa sua extensa trajetória de trabalho no meio rural, fazendo uma rápida retrospectiva: esperanças, decepções, sucessos, retrocessos, avanços, como foi essa caminhada, Benedito? Houve desenvolvimento de qualidade quanto à produção agropecuária? As políticas públicas incentivaram qualidade de vida para o homem do campo, nessa trajetória?

B.G.: Sim. Eu acho que houve avanço, que eu me lembro, do tempo de moleque, que para ter um tratorzinho era uma loucura. Hoje, é uma facilidade. Estou dando como exemplo. Agora, já teve preocupações. Teve um momento que eu fui para Santa Catarina, cooperativa, uma

agricultura intensiva, bacana, ótima, maquinário. Sabe, soja, trigo, cevada. Era o ano inteiro. Você olhava, aquilo estava a terra bem preparada, dava uma chuva, aquilo... O rio Iguazu, rio Paraná, ficava vermelho. Eu olhava para aquilo, porque a gente que é daqui do Vale do Paraíba-SP, falava assim: “Isso não tem futuro”. Eu pensava assim, como técnico: “Isso não tem futuro”. Está indo embora a terra. E, lá tem, isso acontece ainda, como tem regiões no Nordeste, Rio Grande do Sul virando deserto. Então, para você fazer uma agricultura... Antigamente, fazia um roçado, era o mesmo... Mas era impacto menor, né? Mas, quando eu vi isso, falei: “Não tem futuro”. Logo em seguida, mostraram que tem. Plantio direto na palha, hoje, que é, no Brasil, inteiro, isso é um exemplo para o mundo. Não foi criado aqui, nós trouxemos a tecnologia. Mas, é uma maravilha. Você não usa o arado, você planta, fica a palha. Lógico, vai ter que passar um herbicida em alguns casos, a terra fica... A minhoca está ali, que eles falam. Você não vê mais a água... Quando você prepara o solo, aquela chuva, aquela enxurrada. Então, eu assisti o pior da coisa, ver isso aí. Mas eu falei: “Não tem solução”.

O.M.: Quantos anos o senhor tem de extensão?

B.G.: Trinta e três. Então, mas, quando eu vi isso aí, aquela agricultura de Primeiro Mundo, divisa com o Paraná, aquela coisa e tal, fui vendo no Paraná o plantio direto na palha, levamos para lá. Eu participei disso. Primeiro encontro de plantio direto na palha, eu estava junto. Então, nós levamos nosso agricultor para aprender essa técnica. Você planta hoje é uma realidade, um avanço. A terra vai conservando cada vez mais intensiva. Isso foi um momento, que eu falei, me deu, assim, uma decepção. Falei: “Não tem como ir”. Outro, foi quando eu vim para a região de Mogi. Aí, você vai trabalhar com os produtos hortifrutí, legumes, folhosas, que você colhe ali, leva para o cara ir comer. É só lavar aquilo lá, higienizar e comer. Aí, você vê o cara passando veneno, o produtor passando veneno sem muito critério. Hoje, um pouquinho, melhorou um pouquinho, né? Eu passo o veneno. “Olha, tem que esperar uma semana”. Amanhã, eu colho, mando para lá, o cara come, que se lasque. Bom, eu vi isso... “O senhor quer, doutor?” “Não, obrigado”. “Não, leva”. E aí, como é que você fica com uma coisa...?

O.M.: É um desafio para as grandes populações, não é?

B.G.: É, mas, como obrigação, você tem que fazer o cara cumprir a carência, usar o produto correto. Sim, essa é a ideia, mas não é assim que funciona a prática. Ainda... Melhorou um

pouco, mas ainda continua assim. Mas você esteve lá, você ai entender. Você tem o pé de tomate, vai dando as pencas. Então, amadurece aquela primeira; aquela outra está mais ou menos, aquela... A berinjela é assim, virou, já vi várias com maturação desuniforme, que fala. Madurar... O cacho da banana começa a madurar, colheu tudo aquilo ou mais, não. Ele vai dando... Então, aquele está na hora de colher, mas aquele novinho a broca vai furar ele. Eu tenho que passar o veneno. Eu tenho que passar o veneno, só que, aí, você não respeita... Como é que fica a carência?

O.M.: O tempo, né?

B.G.: Certo? Aí, você passou o veneno hoje na planta inteira, colheu o tomate amanhã, você não esperou a semana. Quer dizer, o cara vai para lá. Daí, vem a história toda, tem muitas doenças neurológicas, câncer, tal, será que é da alimentação? Tá, isso só pesquisando para ver isso. Então, ali eu estava em uma outra sinuca. Falei: “Não tem jeito”. Mas, se você não passar o veneno, não vai produzir, o cara também não come. É como eu vi há trinta e... quase quarenta anos, na universidade. Aula de entomologia⁶⁰. Você brigava com os caras. Tinha uns colegas meio hippie, na época, pá, assistindo as aulas e o professor que ensinava, doutor catedrático, dando aula, explicando: “DDT⁶¹...” Na época, era DDT, pa, pa, aplica assim para matar isso, isso e aquilo. E os caras fazendo: “Não, mas...” Naquela época, quarenta anos. O cara, “Tá bom, manusear o produto”. O cara com uma boa cabeça. E não. Pô, e ficava aquele debate na aula. Foi uma semana, ele: “Vamos parar com isso aí, com essa conversa. Se você não usar o produto, o veneno, você não colhe. A população morre de fome”. “Se você usar o veneno, a população vai morrer lentamente”. Ouvi isso, e é uma realidade. Agora, você vai abolir o veneno? Falei: “Como é que vai abolir?” Não tem como amenizar esses produtos, parte, tal? Hoje, tem a solução. Nós trouxemos para cá, no assentamento, a agricultura orgânica, a agricultura natural, a agricultura biológica, sei lá o quê...

O.M.: Produto orgânico?

⁶⁰ Nota do Pesquisador. Entomologia - é a ciência que estuda os insetos sob todos os seus aspectos e relações com o homem, as plantas e os animais. A entomologia é proveniente da união de dois radicais gregos entomon = inseto e logos = estudo. Disponível em: http://www.floresta.ufpr.br/alias/lpf/public_html/ind_entomologia.html. Acesso em: 07 fev. 2013.

⁶¹ Nota do Pesquisador. O diclorodifeniltricloroetano (DDT) é o mais conhecido dentre os inseticidas empregado na agricultura. O ser humano pode ser contaminado por exposição direta (inalação) ou por alimentos contaminados com DDT e outros pesticidas organoclorados. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422002000600017. Acesso em: 07 fev. 2013.

B.G.: Ela reduz esse impacto. Então, mas vai dar praga, vai dar doença. Mas, se você plantar na época certa, a variedade adequada... Não precisa ser aquele tomate lindo. Tem outros mais resistentes, mais... Você, se abolir o fertilizante, se corrigir bem o solo, se diversificar, as pragas não vai atacar aquela monocultura, assim, diretamente. Então, o que eu quero dizer? O plantio direto salvou as nossas terras, vejo, nessa agricultura grande, cereal. É uma realidade. E essa agricultura orgânica, natural, eu vivi aqui, eu vi, e não fui formado nessa... Nós não temos formação ainda. Agora, onde eu estudei, lá no Rio, que está se fazendo... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Mas houve, já, um trabalho..?

B.G.: Houve, sim. Hoje, eu sei que tem uma solução. Tem uma solução! Então, dessa trajetória, bom, eu vi coisas que não tem saída. Tem! Certo? Então, a conclusão que eu chego hoje é que uma geração foi, implantou aquela Revolução Verde, mas outra, a minha geração implantou e conseguiu mostrar ainda, ainda estou na ativa, conseguiu mostrar nesse tempo, nessa trajetória: eu vi uma desgraça, mas eu vi também uma... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Uma solução no caminho.

B.G.: Solução. Desgraça, assim, a tecnologia que tem é essa, hoje. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Interesse de políticas públicas, voltadas para agricultura, houve altos e baixos, ou houve uma constância?

B.G.: Não, houve momentos que foi, o governo quis incentivar. Então, criou empresa de pesquisa, pôs dinheiro, mandou nego pra fora, fazer mestrado, doutorado. Houve uma fase boa. E, depois, fase boa, até 1980, 85, por aí. E, depois, foram... Vai deixando. Quer dizer, há pouco tempo, estávamos no fundo do poço. Agora, serviço de extensão rural, pá, as cooperativas sem incentivo... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Dá uma retomada desses programas?

B.G.: Bom, aí, você fala: qual é o ingrediente, aí? É político? Eu acho que sim, uma boa parte. Muda o governo, outro entra, é saudável. Quem entra... Bom, universidade, precisa ampliar as

vagas, precisa ampliar bolsa, precisa fazer isso. Estou falando na educação, né? Na agricultura, poxa, mas a pesquisa vai ficar pesquisando só a EMBRAPA, só com agronegócio? E a Agricultura Familiar? Mudaram o foco. Então, tem ganho. Tem Agricultura Familiar agora. Você falar agora, agricultura do agronegócio vai bem? Vai muito bem, obrigado. Se eu fosse plantador de soja agora... Eu já plantei soja. Hoje, o plantador de soja está lá no Mato Grosso. Pegou a terra lá, baba, porque você compra uma fazenda por... Dez mil reais compra uma fazenda. O cara que tem formado... É claro, ele tem que se lascar lá, né? Desmatou. Então, não vamos condenar, sessenta reais o saco de soja, o cara está muito bem, obrigado. Ele pode capitalizar e, amanhã, perde uma safra, ele vai chorar para o governo, "Socorro". Mas que tem muitos caras capitalizados nesse agronegócio, da cana, café, tem. Agora, eu acredito e aposto na Agricultura Familiar. Se o governo quisesse voltar o foco dele, a atenção dele, é fortalecer. Criou a linha de crédito, fortalecer o crédito, a ideia é fortalecer a Agricultura Familiar, dando... Como eu falei para você, vai subsidiar? Pode subsidiar, tem dinheiro? Acho que muitas outras coisas, saúde, educação, precisa de maior atenção.

O.M.: Maior atenção?

B.G.: Mas você pode subsidiar um pouquinho, mas você pode dar um preço justo? Reserva o mercado. Dá um preço justo para aquilo, acho que já estamos no caminho certo.

O.M.: Senhor Benedito, para dar um fechamento aqui. Planos de atividade no meio rural, tanto como funcionário público, quanto na iniciativa privada, que é sua trajetória profissional... Sua merecida aposentadoria está perto, felizmente. E, aí, então, ficarão lembranças, emoções? Você tem ideia do que fará quando se aposentar?

B.G.: Conto os dias, tá? Eu sou agricultor também. Comprei um pedaço de terra e não tive a... Agora, eu tive a felicidade de receber um pedacinho do meu pai, de herança, mas o que eu tenho é tudo comprado, foi comprado. Mas a minha ideia é de ser agricultor, trabalhar para mim, lá no sítio. Agora, aposentado é melhor ainda, porque você tem... você arrisca, mas... Mas eu tenho plano de, no meio do ano de 2015, daqui a dois anos e meio, parar. Não porque eu tenha tempo, vou ter o mínimo necessário. Tipo, assim, 35 anos você precisa para se aposentar. Vou chegar lá. [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Você vai ter esse tempo?

B.G.: Não pretendo ficar. Você aposenta, você fica...

O.M.: Alguns funcionários avançam, né? Mantêm mais tempo no Estado

B.G.: Nós temos gente que entra na compulsória.

O.M.: Compulsória, setenta anos.

B.G.: Então, o Matiello... Estão rezando para que vá para 75 anos, para ele ficar mais cinco anos. Tem vários. Eu não tenho esse plano. Eu vou fazer agronomia de outra forma, para mim, consultor.

O.M.: Gostaria de deixar um comentário, Benedito? Eu agradeço a sua disponibilidade em dar a entrevista. Vai compor a pesquisa de mestrado. Foi um prazer estar aqui, trocando experiência.

B.G.: É, foi interessante para mim ver um engenheiro elétricista envolvido com questões sociais, mais envolvido com questões sociais do que elétricas, né?

O.M.: Ah, luz para todos.

B.G.: Luz para todos, ainda tem alguns problemas que não foram resolvidos, porque agora vai voltar minha luz. Essas coisas. Mas eu, para mim, foi até uma surpresa ver um profissional da área de exatas, trabalhando com essa questão social. Eu sempre achei que é interessante. Porque você pega aquele cara sonhador, muito gasozão, pegar as questões sociais. Lógico, ele vai ter que enfiar lá dentro de uma favela para conhecer a vida do cara, dentro do assentamento, para poder conhecer e ajudar... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Conviver com a realidade local?

B.G.: Então, mas, aí... Por isso que eu acredito, assim, no serviço de extensão rural, você ter um agrônomo, um veterinário, um técnico agrícola, um agente social, um geógrafo, gente... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Multidisciplinar?

B.G.: É interessante, mas eu continuo achando também que foi uma surpresa saber que você vai fazer esse curso na área de...

O.M.: Ciências Sociais aplicadas em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

B.G.: Tecnologia Social, né? Que a gente vê bastante o termo, mas, atualmente, está sendo usado: Tecnologia Social. Que é você juntar um elemento da área de exatas, um engenheiro, o cara que tem uma visão, envolvido com questões sociais. Você pode inventar a energia elétrica hidráulica. Mas, se você não levar a luz para o cara, [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Sim!

B.G.: O cara, o pessoal que consegue ter essa visão e levar: “Olha, eu vou pegar e vou fazer esse caboclo melhorar de vida”.

O.M.: A agronomia tem muito, né?

B.G.: A agronomia é... [sobreposição da voz do **O.M.**]

O.M.: Engenharia também tem.

B.G.: Tem exatas, mas é biológica, e a questão sociológica não tem como... A não ser que você vá ser um pesquisador dentro de uma estação experimental. Se vai fazer extensão rural, a extensão rural é a coisa que eu acho, assim, que é um desafio maior, mesmo. Você trabalhar em comunidade... Bom, minha surpresa, a gente se conhece, está por aí, é ver o que você deu espaço. É interessante.

O.M.: É, estamos avançando na pesquisa, no mestrado, e estamos caminhando na trajetória profissional, né?

B.G.: Eu torço para que o governo federal tenha ampliado a prioridade nos cursos de graduação, universitária e, claro, vai precisar, precisa de estímulo docente. Vai ter que chamar quem quer encarar essa batalha. E, depois, vida de professor também não é tão...

O.M.: É, vida de professor dá uma boa discussão. É uma outra...

B.G.: É, eu tive essa experiência pequena, uma pequena experiência. Mas, hoje, eu falei que pesquisa, para mim, na minha vida não vai, não dá. Não é o meu perfil. Meu negócio é mais administração da produção. Mas também o ensino, a pesquisa, o ensino, mas você gosta de ajudar, tal, extensão também vai um pouquinho, assim. Para mim, acho que deu o tamanho do que eu queria, do que eu faço, o que eu procurei, eu encontrei. Eu fui para a pesquisa, mas não deu. Eu sou um cara... Acho que, para quem gosta, “Eu quero ir para a área acadêmica”. Mas precisa...

O.M.: Senhor Benedito, muito obrigado, novamente pela...

B.G.: Estamos às ordens. Foi uma satisfação.

FIM DA FILMAGEM

APÊNDICE K - O 2º Termo de Consentimento de Benedito Antonio Gomes**CARTA DE CESSÃO**

Taubaté-SP, 15 de fevereiro de 2013.

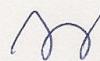
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTS
UNIFEI – Itajubá-MG
(35) 3629-1123

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO
CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL, ESCRITO¹**

1. Pelo presente documento, eu **Benedito Antônio Gomes**, brasileiro, Casado, Funcionário Público Estadual da Fundação ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, portador do RG nº 6.454.427-8 SSP-SP e inscrito no CPF/MF 451.073.199-04, residente e domiciliada à Rua Manoel Flores, 76, Bairro Campo Alegre, CEP 12412-020 Pindamonhangaba-SP; telefone (12) 3629-2444, e-mail: benedito@itesp.sp.gov.br, cedo e transfiro neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo a Othoniel Francisco Godoy Mollica, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, portador do RG nº 18.847.079-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF 110.930828-01, aluno, regularmente matriculado no mestrado da UNIFEI-Itajubá-MG sob o nº. 25.939, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – DTS, residente e domiciliado à Av. Dom Duarte Leopoldo e Silva, nº. 202, Vila São José, CEP 12.070-590 Taubaté-SP, email: othonielmollica@gmail.com, a totalidade de meus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral/escrito prestado no dia 15 de fevereiro de 2013, no Escritório Regional da Fundação ITESP em Taubaté-SP perante o pesquisador.

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o Depoente, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome ou o pseudônimo citado por ocasião de qualquer utilização.

¹ As informações que constam nesse termo de cessão estão de acordo com o manual indicado pelo Comitê de Ética da UFSM para elaboração desse documento: BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética e Pesquisa. Manual operacional para comitês de ética em pesquisa. 4ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.



3. Deixo plenamente autorizado a utilização do referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso para terceiros, ficando vinculado o controle à UNIFEI - Itajubá-MG que tem a guarda do mesmo.

4. Declaro ter total confiabilidade no investigador, disponibilizando-me a participar dessa investigação, permitindo que sejam utilizados meus relatôs (parciais ou totais) nos resultados da pesquisa, por tempo indeterminado. Para isso desejo que seja utilizado o seguinte nome/pseudônimo Benedito Antônio Gomes.

5. Asseguro ter sido esclarecido sobre os procedimentos e desenvolvimento da pesquisa *"PRÁTICAS DE TECNOLOGIA SOCIAL NAS RELAÇÕES ENTRE A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP (COOAAT) E A FUNDAÇÃO ITESP - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: INTRODUÇÃO DE PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVA"*, de autoria de Othoniel Francisco Godoy Mollica sob orientação do Prof. Dr. Adilson da Silva Mello, tendo compreendido todos os passos da investigação descritos a seguir:

Trazendo como questão de pesquisa: As relações técnico-administrativa da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP no processo administrativo da COOAAT contribuíram para transformação da cooperativa, como essas relações resultaram em Tecnologia Social? Em que aspectos a Tecnologia Social promove transformação socioeconômica na rotina da COOAAT e qual sua importância na vida dos cooperados? **Para problematizar esta questão trago como objetivo geral:** Mostrar como as relações institucionais entre a COOAAT e a Fundação ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, constituíram-se em Tecnologia Social, a observar a transformação socioeconômica ocorrida para os cooperados. **Objetivos específicos:** Diagnosticar na relação de atividades da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP com a COOAAT o processo constituinte de Tecnologia Social; Inventariar documentalmente, as formas de gerir dos negócios praticados pela COOAAT, para que se possa identificar nesse processo administrativo a manifestação da Tecnologia Social; Identificar através de entrevistas, a constituição histórica dessa nova visão de gestão de cooperativa; Compreender de que forma a gestão participativa se manifesta na dinâmica da



Tab. 30 de
de 2013
de 2013
de 2013

COOAAT, como se interagem a produção, o controle e a comercialização dos produtos agrícolas e Demonstrar como a aplicação dessa Tecnologia Social, contribui para transformações na maneira de agir da COOAAT, e seu conseqüente desenvolvimento socioprodutivo. **Metodologia:** Mediante os objetivos e do ponto de vista da metodologia, os procedimentos analíticos empregados nesta pesquisa são vivenciados por meio da pesquisa qualitativa. Muito utilizada pelas ciências humanas e sociais atualmente, principalmente por dar ao pesquisador a oportunidade da interpretação dos relatos das experiências vivenciadas pelo ser humano. Ela “[...] localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (DENZIN, 2006; LINCOLN, 2006)². O método adotado para investigação é a História Oral. Os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles, portanto descritiva. O trabalho com a História Oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exige o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas, conforme (ALBERTI, 2007)³ “as entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro”. A pesquisa adota como amostragem a composição da Unidade Qualitativa⁴, o roteiro de entrevista será aplicado para a unidade qualitativa, grupo de pessoas selecionadas pelo pesquisador a participarem da entrevista.

6. Afirmando que tenho total conhecimento sobre a Pesquisa, na qual meus relatos farão parte, declaro estar ciente de que posso recusar-me a responder quaisquer questionamentos com os quais não me sinto confortável em responder, bem como posso recusar-me a continuar participando da mesma, retirando meu consentimento em qualquer momento do desenvolvimento da investigação.

7. Responsabilizo-me a buscar esclarecimentos sobre o desenvolvimento da investigação com o pesquisador, a qualquer momento, para explicações quanto a eventuais dúvidas existentes.

² DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens. 2 ed. Porto Alegre. Editora Armed, 2006.

³ ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>.

⁴ Concepção de composição de Grupo de Pessoas e Entrevistas Temáticas. Verena Alberti. Manual de História Oral. CPDOC. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>

Ass. Com.

8. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo o presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

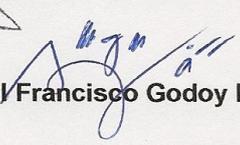
Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinamos o presente documento (com itens de um a oito) em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Taubaté-SP, 15 de fevereiro de 2013.

Eu, **Benedito Antônio Gomes**, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar dessa pesquisa.


Benedito Antônio Gomes

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido desse voluntário para a participação nesta pesquisa.


Othoniel Francisco Godoy Mollica

2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Taubaté
Pça. Monsenhor Silva Barros, 41 - Centro - Taubaté - Cap. 12020-070
Fone / Fax: (12) 3634-7305 - E-mail: 2tabdeNotas@uol.com.br
Tabelião: Lilia Campos

Reconheço por semelhança a firma de:
OTHONIEL FRANCISCO GODOY MOLICA.....
do que dou fé. Taubaté, 25/02/2013.

Relação de
MÁRIA DO CARMO G. SANTOS - ESCRIVENTE
Emol. p/Firma R\$ 4,25: Válido somente com o selo de
AUTENTICIDADE
Selo(s) nº AA159882
Taubaté-SP

1184AA159882

8. Anteriormente, a parte interessada, BENEDITO ANTONIO GOMES, em nome próprio, realizou o registro de uma escritura pública de reconhecimento de firma, datada de 25-02-2013, em Taubaté, SP, sob o nº 1182AA182178, no Registro Civil 1º Subdistrito de Taubaté, SP, em nome de BENEDITO ANTONIO GOMES, que confere c/o padrão reg. nesta serventia. Dou fé. Taubaté, 25-02-2013. Em test. da verdade. Vlr R\$ 4,25. Camila Fernanda Primo

Em nome de BENEDITO ANTONIO GOMES, em nome próprio, realizou o registro de uma escritura pública de reconhecimento de firma, datada de 25-02-2013, em Taubaté, SP, sob o nº 1182AA182178, no Registro Civil 1º Subdistrito de Taubaté, SP, em nome de BENEDITO ANTONIO GOMES, que confere c/o padrão reg. nesta serventia. Dou fé. Taubaté, 25-02-2013. Em test. da verdade. Vlr R\$ 4,25. Camila Fernanda Primo

Reconheço por semelhança (doc s/vr econ) a firma de BENEDITO ANTONIO GOMES que confere c/o padrão reg. nesta serventia. Dou fé. Taubaté, 25-02-2013. Em test. da verdade. Vlr R\$ 4,25. Camila Fernanda Primo



Registro Civil 1º sub distrito
 Reconheço por semelhança (doc s/vr econ) a firma de
 BENEDITO ANTONIO GOMES
 que confere c/o padrão reg. nesta serventia. Dou fé. TAUBATÉ
 Taubaté, 25-02-2013 Em test. da verdade
 Vlr R\$ 4,25 Camila Fernanda Primo
 *** Válido somente com o selo ***



APÊNDICE L - A Transcrição da Entrevista de Benedito Antonio Gomes

Taubaté-SP, 15 de fevereiro de 2013.

Entrevistado: Benedito Antonio Gomes.

Modalidade: Mercados Institucionais; Cadastro de Cooperativas nos sistemas de comercialização do governo de São Paulo; Programas governamentais de incentivo à produção agropecuária; Relações institucionais entre a Fundação Itesp e as Cooperativas instaladas no Vale do Paraíba-SP.

Temas a serem observados:

- Políticas Públicas de incentivo à produção agropecuária;
- Programas governamentais para geração de renda, no campo;
- Mercados Institucionais;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS);
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB);
- Participação das Cooperativas nos programas de Governo;
- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) junto às Cooperativas;
- Articulação Política das Cooperativas do Vale do Paraíba-SP;
- Produção Agropecuária e Comercialização;
- Participação das Cooperativas nas agendas de Governo;
- Modelo administrativo adotados pelas Cooperativas;

Desenvolvimento da Entrevista:

As perguntas foram elaboradas a partir desses temas de forma flexível, com o objetivo de interagir o entrevistado com o entrevistador, em relação à percepção de subjetividades tanto no processo desta pesquisa, quanto no transcorrer da entrevista.

PERGUNTAS

- (a) - Qual é o seu cargo, na Fundação Itesp - Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”? Quanto tempo em atividade como Funcionário Público?
- (b) - Qual é o público atendido pela Fundação Itesp?
- (c) - O senhor desenvolve a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)? Como a COOAAT é beneficiada por essa ATER?
- (d) - Existem programas e incentivos dos Governos Municipal, Estadual e Federal para geração de renda, no campo e para o fortalecimento de cooperativas? Pode citar alguns programas voltados às cooperativas de agricultores familiares?
- (e) - Como funciona o PNAE, o PAA e o PPAIS?
- (f) - Qual o volume de recursos financeiros destinados a esses programas? Como é feito o pagamento?
- (g) - Como a COOAAT se inscreve nesses programas?
- (h) - O que é produzido pela COOAAT? Existem instrumentos para acompanhamento da produção e da comercialização dos produtos agropecuários dessa Cooperativa? Controle?
- (i) - De que maneira a COOAAT se relaciona com as atividades de ATER da Fundação Itesp? Participativa?
- (j) - Qual é o nível de interação da Fundação Itesp, na rotina administrativa, da COOAAT?
- (k) - Nas relações de atividades da COOAAT com a Fundação Itesp, desenvolvem-se articulações técnicas e políticas, para o relacionamento em rede de instituições, isso feito, em prol do fortalecimento dessa cooperativa?

Othoniel Francisco Godoy Mollica (O.M.): Dia 15 de fevereiro de 2013, são 15 horas e 40 minutos. Vou entrevistar o engenheiro agrônomo Benedito Antonio Gomes da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Estou no escritório regional da Fundação Itesp em Taubaté. Esta pesquisa é um desmembramento da filmagem do vídeo que fora feito com o próprio engenheiro agrônomo Benedito Antonio Gomes, no dia 6 de fevereiro de 2013. Nessa filmagem foram apresentados alguns temas que serão detalhados nesta nova entrevista. Temas que serão abordados, observados: políticas públicas de incentivo à produção agropecuária, programas governamentais para geração de renda no campo, mercados institucionais, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), participação das cooperativas nos programas do Governo, assistência técnica, assistência rural até junto às cooperativas, articulação política das cooperativas do Vale do Paraíba-SP, produção agropecuária e comercialização, participação das cooperativas nas agendas do governo, modelo administrativo adotado pelas cooperativas. Essa pesquisa está no contexto, observação, essa entrevista está no contexto desta pesquisa, práticas e tecnologias sociais nas relações da Cooperativa Agropecuária dos Assentados No Município de Tremembé-SP (COOAAT) com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Fundação Itesp). Introdução de processo participativo, pois bem. Boa tarde seu Benedito.

Bendito Antonio Gomes (B.G.): Boa tarde.

O.M.: Qual é o seu cargo na Fundação Itesp, Instituto de Terras do Estado de São Paulo, e quanto tempo em atividade como funcionário público?

B.G.: Meu cargo é analista de desenvolvimento agrário, a formação de engenheiro agrônomo e estou agora em março vai fazer 15 anos.

O.M.: Qual é o público atendido pela Fundação Itesp?

B.G.: No caso da... no meu caso, analista de desenvolvimento agrário, nós trabalhamos na diretoria adjunta de política de desenvolvimento, que é exatamente o que nós fazemos. Serviço de assistência técnica, extensão rural visando o desenvolvimento das famílias assentadas e quilombolas. E a outra diretoria atende o outro público, que é regularização fundiária.

O.M.: Famílias assentadas na região do Vale do Paraíba? Precisamente em que cidades?

B.G.: Então, a nossa coordenadoria, do Vale do Paraíba-SP, tem escritório, a sede aqui em Taubaté-SP, nós já temos alguns assentamentos em Tremembé-SP, no município de Tremembé-SP, e atendemos um assentamento em São José dos Campos-SP, o Nova Esperança 1. Mas existe outros assentamentos que nós não atendemos, são assentamentos, todos são federais, mas atualmente nós estamos atendendo dois assentamentos: um de Tremembé-SP e um de São José-SP. Mas o, Tremembé-SP tem mais um outro assentamento, Taubaté-SP tem assentamento, Biritiba Mirim-SP aqui na região do Vale tem mais um assentamento e tem um outro sendo criado entre Taubaté-SP ... Taubaté-SP divisa com Pindamonhangaba-SP, tá em formação. Esses são atendidos pelo IBS, uma prestadora de serviço que atendeu a chamada pública do INCRA para prestação de serviço.

O.M.: Então existe além do trabalho do Estado de São Paulo, com relação à assistência técnica e inspeção rural uma outra empresa que também executa um trabalho semelhante?

B.G.: É, mais recentemente, nos últimos 3 anos, o Governo Federal para os assentamentos federais; porque em São Paulo nós temos a Fundação Instituto de Terras que tem os assentamentos estaduais, são terras do estado, as famílias são assentadas e reconhecida pelo Governo Federal, mas o Itesp assume o compromisso de prestar assistência também de assentamentos federais, uma boa parte deles. Mas recentemente, o INCRA, que é o que cuida dos assentamentos federais, ele não tem corpo técnico pra prestar, então ele resolveu fazer a contratação em rede nacional, contratar assistência técnica mediante chamada pública.

O.M.: Existe programas de incentivo do governo municipal, estadual e federal para a geração de renda no campo e para o fortalecimento de cooperativas? Pode citar alguns?

B.G.: Única especificamente para cooperativa... é... assim para desenvolvimento de cooperativa, vai da iniciativa dos órgãos. O Instituto de Cooperativismo e Associativismo, o (ICA) da Secretaria da Agricultura, é um órgão que cuida de orientar as cooperativas, capacitar. Ele existe há muitos anos, mas ele foi renovado atualmente, mas ele vem ajudando mais na capacitação, agora, você consegue fazer alguma coisa com o SEBRAE, alguma coisa e...mas assim, todos eles estão voltados para a capacitação. Pra dizer assim olha, nós temos uma instituição que ela dá um apoio operacional, ela consegue fazer um convênio como já

teve no passado, pra que a cooperativa contrate um gerente, ajuda financeira pra contratar, cooperativa no início da sua formação que não tem um caixa ainda suficiente. Isso já existiu, hoje não tem mais. Você falar não eu consigo buscar um apoio, um aporte, levantar um recurso financeiro pra contratar um gerente porque a minha receita ainda não é suficiente né pra pagar um gerente. Então acaba você terceirizando o serviço. É o que a cooperativa faz, contrata um contador, mas contrata o serviço de um contador aí contrata lá um filho de assentado, de cooperado pra fazer os primeiros trabalhos. Emissão de nota, controles, enfim, mas eu não vejo no momento, embora seria interessante o Governo ter uma, um órgão que pudesse dar um suporte financeiro pra administração da cooperativa. Tem linhas de crédito voltadas para a produção, para indústria, para o financiamento da produção, de infraestrutura de cooperativa, isso tem, são linhas de crédito.

O.M.: Mas assim, programas do Governo voltados para a Agricultura Familiar, que incentive a produção especificamente?

B.G.: Não, tem hoje basicamente nas linhas de crédito que é o PRONAF, Programa Nacional de Apoio para a Agricultura Familiar, linha de crédito, financiamento, via Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, mas principalmente Banco do Brasil, linha de crédito, ele fornece esse aporte de recursos mediante financiamento, linhas de crédito pra Agricultura Familiar. Você tem um outro é... mecanismo, vamos dizer assim, de apoiar o desenvolvimento dessas cooperativas, que são as reservas de mercado, mercados institucionais, voltado pra comercialização, o mais antigo deles é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que popularmente eles chamam da merenda, vender pra merenda escolar, você tem aí o (PAA), Programa de Aquisição de Alimentos que é de desenvolvimento social, ele compra pra atender aquelas famílias carentes tal, quem administra isso hoje é a CONAB, o programa tá tomando corpo sabe, tá desenvolvendo, tá tendo uma participação grande e tem ajudado muito as cooperativas, principalmente as pequenas cooperativas.

O.M.: Quando você fala em merenda escolar existe uma lei de obrigatoriedade que as Prefeituras tem que cumprir?

B.G.: É, então, no caso específico do PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, ele exige ter a legislação própria, ele tá ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Ministério da Educação, é um pouco estranho mas né... é recurso do Governo Federal pra alimentação

escolar. O que o Governo Federal faz? Ele, a legislação exige que no mínimo 30% do que ele repassa pra alimentação escolar, no mínimo 30% desse valor seja adquirido da Agricultura Familiar. Então isso hoje significa R\$ 20 mil por ano e o agricultor tem que comprovar que é um agricultor familiar, ou seja tem que ter a DAP, Declaração de Admissão ao PRONAF. Então ele tendo isso comprova. Agora, essa comercialização, ela exige que você esteja vinculado a uma associação, a uma cooperativa né, o ideal é que fosse uma cooperativa. Então daí um incentivo de se criar uma cooperativa.

O.M.: A COOAAT está inscrita nestes programas?

B.G.: Tá! A COOAAT está habilitada, ela já participa do PNAE, da merenda de Tremembé-SP. É pequena, pequena... a compra pequena, mas está participando e está procurando, Taubaté-SP, Pinda-SP, vem buscando esse mercado. A grande dificuldade aí Mollica é, primeiro você tem a produção, mas as escolas você vai negociar acompanhando, dando apoio a diretoria da cooperativa, você vai até se desloca pra ver porque que não compra, o que vocês querem comprar, o que vocês tem pra vender. Nessa negociação o que a gente tem encontrado é o seguinte: bom, a estrutura da administração escolar do município, a gestão desse programa que tá vinculado que normalmente é a secretaria municipal de educação, é aquela coisa, nós estamos preocupados com a pedagogia, alimentação é importante tudo, mas, tá o que ele quer dizer? Ora, eu tenho 150 escolas eu quero que você, vou fazer a chamada pública, eu quero que você entregue nas 150, aí não é fácil, aí fica difícil...

O.M.: É questão de logística pra poder dar conta da demanda?

B.G.: Exato, então ela prefere, compra-se mais caro né, é o que eu tenho assistido, faz a chamada pública, vem lá uma empresa, compra, já tem embutido no preço essa distribuição, o assentado, a cooperativa do assentado, você teria que atender essa logística, fica difícil. O que nós temos encontrado, sugerido, é que ela compre no mínimo os 30% e procure adaptar o cardápio àquilo que a gente tem na região, o produto, não precisa alterar totalmente o cardápio, mas adequar com o que você tem, e também facilite a entrega, por exemplo são 100 escolas, não dá pra centralizar em 5, 6? Porque fica difícil você atender a essa logística, teria que ter vários veículos distribuindo isso aí. E você também tem uma coisa, você vê o preço, se você trabalha com o preço referência da CONAB, então aquele preço é como, é pra ser entregue num local, se for distribuir isso pra vários locais... basicamente tá faltando ainda

avançar nessa discussão com os gestores do programa no município. Tá muito assim... acomodado, sabe? Claro que o Governo Federal pode acochar né, dar uma apertada, exigir, é lei. Mas tá avançando, tá avançando.

O.M.: Na sua opinião, isso está como incentivo por parte do Governo pra fortalecer a Agricultura Familiar e fortalecimento também dessas cooperativas?

B.G.: Olha, eu tenho certeza do seguinte: tem ajudado e vai ajudar muito as cooperativas, o agricultor familiar. Como eu falei, a orientação é que ele esteja vinculado ou associado a uma cooperativa, porque você trabalharia com valores, dá pra você imaginar, uma cooperativa de Tremembé-SP tem que comprar no mínimo R\$ 120 mil, coisinha pequena, uns 30%, você pega uma de Pindamonhangaba-SP aqui do nosso lado ela já teria que comprar R\$ 900 mil, que é uns 30% no mínimo, aí você pula pra São José dos Campos-SP vai pra 2, 3 milhões, aí Jacareí-SP, Taubaté-SP, ah 1 milhão e 300, então se você for dividir esse valor... quero comprar 2 milhões, São José dos Campos-SP, eu preciso ter 100 DAP, porque 20 mil pra cada produtor por ano, eu não tenho 100 aqui em Tremembé-SP, tem que pedir pro pessoal lá de outros assentamentos da região, mas, o mercado tá reservado, se a gente pudesse atender os 20 mil individualmente seria um pulo, agora a grande sacada do Governo que eu vejo é: você reservou esse mercado, tá incentivando, você tem um produto fresco, de melhor qualidade, eu tenho certeza disso, você é um agricultor que tem um ganho né, um preço de referência, não tem aqueles altos e baixos que é mercado local, o intermediário trabalha, você tem uma hora o preço lá em cima, outra hora lá em baixo tal, você tem um preço estável, alguns produtos bom, outros não tão bom, mas como eu disse é estável beleza. Outra coisa é importante aí, é que você estimula ele a se organizar em cooperativa, a cooperativa por sua vez vai prestar serviço, vai poder cobrar e se capitalizar, e se organizar. E o volume de recursos aqui na região, nas Prefeituras do ABC que não tem produtor, eles não tem produtor.

O.M.: Aí já é industrializada.

B.G.: É industrializada. Não tem área rural no ABC né, tem pouco produtor familiar, então eles teriam que buscar, outros vem buscar aqui no assentamento, Mauá-SP, Suzano-SP, Santo André-SP, eles tem interesse e vão ter que correr atrás.

O.M.: Qual a distância em km?

B.G.: Tá na faixa de 150 km.

O.M.: Seu Benedito, estamos falando da COOAAT, das Prefeituras e do Itesp, como que essas instituições se relacionam para efetivar o contrato desses programas, Cooperativa, Prefeitura, e como que a Fundação Itesp se posiciona nessa relação?

B.G.: Tá. Pros programas institucionais, o PNAE que é o merenda, ele é via chamada pública, faz a chamada pública, a cooperativa apresenta seus documentos tudo em dia, estatuto, cópia do estatuto, CNPJ, certidão negativa da Receita Federal do Brasil, enfim, e apresenta a DAP Jurídica, tudo bem. Ela entra na chamada pública dos produtos que ela tem interesse, lá a quantidade, o preço definido. Já no PAA, já, você tem que fazer um projeto, normalmente isso ocorre no mês de março, abril, pra você começar entregar no segundo semestre. Então aí você já tem que vincular as DAPs, quem são as pessoas, nome, CPF, produto tal, programação de entrega, eles tem um valor hoje de R\$ 4.800,00 por produtor, por ano, e esse você tem que elaborar o projeto, enviar pra, transmitir esse projeto pra CONAB...

O.M.: O projeto é executado por você?

B.G.: Esse projeto nós fazemos também, no caso da COOAAT, específico da COOAAT, ela tem um técnico que tem feito isso pra ela, mas nós fazemos também, ele faz aqui pra um assentado, tem um certo conhecimento, mas o programa é disponível ,via web e você vai preenchendo, dá um pouquinho de trabalho mas não é nada... Pra quem já tem o primeiro, o segundo, vai alterando, então a COOAAT contrata, paga uma pessoa pra fazer, dar uma ajuda pro assentado mas nós é que fizemos, e o Itesp faz pra muitos delas. Para muitas cooperativas no Estado o Itesp tem feito.

O.M.: Então a primeira questão legal é a DAP jurídica para estabelecer esse contrato com a Prefeitura?

B.G.: É, no caso do PNAE, da merenda, exige, ela exige a DAP jurídica que é exigida para todos os programas. A DAP jurídica é quando você tem uma cooperativa, uma empresa, CNPJ, pra você provar que ela é uma cooperativa de agricultor familiar então ela tem que ter a DAP jurídica, mas a base de tudo é que cada produtor tem que ter a sua DAP. E cada produtor tem um limite pra operar, no PNAE é 20 mil por ano, no PAA é 4.800 no PPAIS que é um programa estadual, com os presídios, iniciou com os presídios.

O.M.: Esse PPAIS é um programa recente?

B.G.: É um programa recente, do Governo do Estado. Começou a funcionar agora no final de 2012, foi a primeira chamada, nós participamos. Mas ele é diferente, porque ele é individual. Você tem que ter uma declaração, uma DECOMP, uma Declaração de Conformidade, é uma DAP estadual, vamos dizer assim né, tem que ter CNPJ particular de produtor, talão de nota, pra poder participar.

O.M.: E essas relações de informações, de programas... o Itesp tem feito divulgações? Buscam essas informações, buscam mercado? E eles, especificamente a COOAAT?

B.G.: Então, o PNAE como é mais antigo, o Governo Federal fez propaganda, tem feito propaganda, e nós, a extensão rural entende que é um bom programa que se encaixa, que atende bem a Agricultura Familiar então cabe a nós extensionista divulgar o programa, fazer... trazer quem conhece o programa, participar de encontros, regionais, locais, tudo pra ir aperfeiçoando o programa. Ele já teve bem, a gente acha que complementa o serviço até, o mercado, você tá trabalhando com a produção que se encontra no mercado, e o que é importante que eu tava falando aí acabei esquecendo é que a grande sacada dessa reserva de mercado de Agricultura Familiar é o seguinte: entre você dar subsídio “Olha eu pago pra você morar aí no campo, cuidar da produção de água, cuidar do meio ambiente e plantar você planta um pouco aí eu aguento você” como diz que é feito em outros países né, não se chega a subsidiar. Aqui, com esses programas o que acontece: o Governo garantindo um preço, garantindo um mercado e um preço justo, é o que o agricultor quer, ele prefere isso, não precisa me dar subsídio, se me garantir o mercado tendo um preço justo ele vai andar, ele vai desenvolver e isso está acontecendo.

O.M.: Você vê um avanço então nas políticas públicas de incentivo, essa inserção desses programas pra que haja esse desenvolvimento? Uma política diferenciada dos subsídios?

B.G.: Eu entendo que entre você dar subsídio, dar desconto forte no crédito, subsidiar fortemente o crédito, você dar outros incentivos, pagar políticas ambientais interessantes, tem várias políticas interessantes aí, mas tudo isso quando você apresenta pro produtor lá ele compra o produto, eu tenho como Governo reservar o mercado pra você no caso da merenda, tem que comprar mesmo, no caso das compras do Estado, presídio, hospitais e tal, você tem

que comprar no mercado, é o Governo Federal que compra, é o Governo Federal, Estadual, Municipal, então nada mais justo do que você ofertar parte desse mercado, pelo menos parte, 30% hoje no mínimo, nós podemos chegar amanhã e vai de cada Governo, se a merenda quiser comprar 100% pode comprar. Mas o que eu acho interessante nisso é que quando o Governo abre esse espaço e o preço é justo, preço referência, faz-se uma média do preço comercializado na região, então é interessante para o bom produtor, o produtor estimula a produzir e ele ganha. O produtor ganhou tá bom.

O.M.: A coisa avança na questão econômica?

B.G.: É, na questão econômica.

O.M.: O que é produzido pela COOAAT existe instrumentos para acompanhamento da produção, da comercialização?

B.G.: A COOAAT basicamente produz hortifruti, nas frutas você tem aí a parte cítrica, tangerina, limão, laranja... é, você tem, goiaba, você tem banana, você tem acerola, você tem um pouco de atemóia, lichia, então você tem a fruta e a parte de horticultura, de horta que é legumes e verduras, nessa diversidade. Você tem alguns sócios que trabalham com gado de leite, mas são poucos, aí a cooperativa tem que tomar um certo cuidado porque ela precisa montar uma estrutura pra atender esse pessoal, aí se ela tiver dois, três sócios que produz leite, às vezes 100 litros de leite vai montar um tanque de produção pra prestar serviço, que hoje tem que ser assim, fica um investimento muito caro pra atender esse sócio, mas tem sócios com essa atividade, mas basicamente hortifruti. Ah e o controle de produção esta em fase de melhoria, embora você fala mas tem 30 produtor, produzindo mesmo você tem aí metade, então se você pensar em 15, 20, você consegue em uma entrevista, uma reunião né, “Fulano, ah você tem, o que tem?” Agora, as frutas como é uma cultura permanente você tem um controle melhor, facilita, hoje a gente pode afirmar certamente vai produzir em torno de 15 mil caixas de tangerina ponkan, é de 15 pra 20.

O.M.: É, colhe quando?

B.G.: Então, as frutas, a parte de cítrico você começa colher em abril e vai até agosto, aí você tem no final do ano, banana praticamente o ano inteiro...

O.M.: Esse dado que você disse de quantidade de caixas, é pra essa safra?

B.G.: Pra essa safra. O assentamento, não to falando só da COOAAT aí né, só da COOAAT você poderia dizer assim, não ela vai trabalhar com o sócio dela deve trabalhar com 6 mil, 7 mil caixa né, é quase a metade disso aí.

O.M.: E, essa, o acompanhamento, existe um secretário, um cooperado que tem mais aproximação desse detalhamento de acompanhamento da produção ou a Fundação Itesp e você também tem esse dado continuamente? Como é essa relação?

B.G.: É, essa, o controle, o controle da produção nós ajudamos a cooperativa porque seria o início de um planejamento né, claro que quando você passa a operar um ano, dois, três, você vai tendo aqueles dados acumulados né, histórico, então tantas caixas disso, fulano plantou mais tanto, está aumentando, então você vai checando. Mas o assentado que chegou pra se associar, o novo, você já vai fazer a ficha dele saber o que ele planta, o que ele tá plantando, qual a sua atividade, mas o grande... assim, uma grande preocupação de quem trabalha principalmente com hortaliças, legumes, verduras, é que são tudo produto altamente perecível, você falar assim “olha, vamos ter tantas caixas de alface”, precisa São Pedro ajudar né, embora se irrigue mas pode dar um granizo, é um pouco complicado. Mas ela tem que saber o que se produz, uma média do que se produz, até pra poder planejar vendas isso aí né, pra assumir programas.

O.M.: A questão desses incentivos de mercados institucionais e programas tá impulsionando a COOAAT a buscar capacitação, informações, aprimoramento?

B.G.: Tá. Não tem como hoje essas cooperativas são pequenas, tem um caixa pequeno, então você hoje aluga um contador, contrata lá um serviço e é aquela choradeira pro cara deixar com um salário mínimo, por meio salário tal, enfim, elas não têm empregado fixas ainda, porque se teria, aí teve empregado, registrar, uma empresa. Elas, à medida que vão desenvolvendo tem que ir pensando nisso, eu vou pensar num gerente, hoje esse trabalho tá sendo feito pela diretoria, num revezamento, faz um revezamento, centraliza no presidente, uma hora tem que assinar o cheque tem que ter dois pra assinar, pra fazer as coisas de banco, tem que ter contador e tal, mas hoje é feito pelo presidente e pelos diretores.

O.M.: De que maneira a COOAAT se relaciona com as atividades da Fundação Itesp? Existem outros assuntos que são discutidos além da agricultura? Questões sociais, por exemplo...

B.G.: Como nosso trabalho prevê produção, mas não tem como se deixar de fora as questões sociais né, a educação, saúde, lazer, segurança, pra dentro da comunidade, então, a princípio teria que atender isso até pra desenvolver, orientar questões de cidadania, participação no conselho municipal disso ou daquilo, pra poder acessar essas políticas públicas, então o trabalho social é forte.

O.M.: E o Itesp tem participado?

B.G.: Tem participado, dentro do possível tem sido feito. Embora se pegar do Estado de São Paulo, o Itesp todo atendendo 10 mil famílias, você perguntar quanto agentes sociais tem, vamos supor que tem 10, então tem 1 pra mil famílias né, é pouco...

O.M.: Há uma carência aí de estruturação do Estado então?

B.G.: É, ai você vai falar extensão rural mais recentemente posso falar que eu tenho 34, quase 35 anos de formado em agronomia, trabalhando, andando, não é só de extensão rural, mas o que eu vejo hoje é o seguinte “pô, você vai desenvolver, vamos agregar né, valor, uma agroindústria, vamos beneficiar um produto”, o importante é que tenha uma empresa, uma cooperativa, “ótimo, então já achei uma forma, pega a cooperativa ela vai beneficiar”. Tá, mas essas ideias pra você trabalhar esses projetos aí você vai cair no que hoje tá na moda, a Tecnologia Social. E aí? Aí o Itesp abre um espaço, a CATI abre um espaço, assim na minha visão esse relacionamento dessas pequenas cooperativas, desses agricultores organizando cooperativas, isso é um grande passo, grandes cooperativas de hoje começaram assim no Paraná, começaram dessa forma, um grupo pequeno vai crescendo, vai se juntando e daqui a pouco tá na agroindústria e daqui a pouco tem uma máquina e daqui a pouco vai e chega lá, tá exportando e é assim mesmo, como uma microempresa, médio empresa, porque a empresa vai crescer, agora o que eu tenho assistido é assim, a tecnologia, o Governo avançou na legislação, avançou nesses programas né, nas suas política pública voltada pra crédito, mercado, tá, e eu faço uma avaliação positiva, vem avançando para os programas de crédito, programas de mercado, só tá faltando uma coisa: cadê um extensionista pra fazer esse elo,

ligar sabe? O técnico pra ligar o produtor que tá isolado, vou dar um exemplo aqui, São Paulo-SP e aqui a nossa região, quantas cooperativas, a CATI serviço, a secretaria de agricultura do estado que atende grande parte da população, nós em Tremembé-SP também, por acaso, no Vale do Paraíba-SP você tem aí dois mil agricultores, mas cadê, eles tem uma cooperativa, uma associação, um serviço de extensão que é a CATI tá patinando, não tem jeito, não tem recurso tal. O Itesp também passa por isso, mas o nosso público é mais concentrado em assentamento então acho que tem avançado um pouquinho mais.

O.M.: Senhor Benedito, qual o nível de interação da Fundação Itesp na rotina da COOAAT?

B.G.: Então Mollica, nós, primeiro que tem que ter uma postura de respeito do técnico, com a diretoria, com o assentado, com o cooperado né, uma relação de confiança, senão começa a ficar difícil, respeito e confiança. Tá bom. Hoje eles dependem bastante da nossa orientação, do nosso apoio logístico “me leva pra uma reunião, agenda, pede, estamos lá...”, tá, porque eles tem, eles ainda não tem uma estrutura administrativa adequada.

O.M.: Mas eles nesse momento dessa relação, eles tão buscando um direito por questão do Estado? O Estado, é uma prerrogativa do Estado ofertar essa assistência técnica?

B.G.: Faz parte do nosso plano operacional, plano operativo do escritório de Taubaté-SP, o apoio irrestrito a essas organizações, nós acreditamos que o caminho é esse, fortalecer essa estrutura e não temos uma só, temos mais de uma, mas é apoiar. Agora, lógico, nesse dia-a-dia se você pegar uma diretoria, um exemplo, e quiser terceirizar tudo não dá, eles tem uma autonomia e a gente respeita essa autonomia, se o diretor dizer você pode vir aqui pra gente conversar, isso é comum, vamos trocar uma ideia, participa de uma reunião, de decisão e tal, e a gente sempre mantém a postura de que “olha, tudo que você tiver fazendo registra e sempre que for possível leva a público”, leva pros demais, é público, não adianta querer tomar decisões sem o respaldo dos demais que fica difícil. Eles tem buscado isso, tanto é que nós vamos ter a primeira, eu falo isso de quase 10 anos aqui no nosso assentamento, nós vamos ter o primeiro balanço da cooperativa que vai acontecer agora em fevereiro, vai ter o primeiro balanço, a prestação de contas.

O.M.: Que é feito pela COOAAT?

B.G.: Pela COOAAT, o edital tá em andamento e tal. Mas nós vamos fazer uma prestação simples, mas é aquela história, entretanto a nossa dificuldade é essa e tal, é o momento, é numa assembléia em que vai ser discutido com o cooperado e mostrar a situação e discutir claro, nós vamos pro passo seguinte, é o que, prestar serviço. Mas a gente relaciona muito bem com eles, claro que sempre deixando eles tomarem a iniciativa. Eu não vou querer “olha, faz assim, assim que é melhor...” Sempre que possível você busca um parceiro pra enriquecer esse trabalho, vai aproximando de parceiros né, dá algumas opiniões quando é solicitada...

O.M.: A COOAAT exercita a questão dessa administração voltada para buscar parceiros, relacionamento em redes, e quando há outra dificuldade ela busca outros órgãos também?

B.G.: Sim, eles tem, eles cobram com parceiro deles, universo deles, parceiro mesmo, o Itesp, tá aqui do lado né, vou no Itesp. Outros no INCRA, que eu falo que é a mãe, mãezona, o INCRA. Então vai no INCRA, o programa, busca apoio. Aí você vai procurando, a Prefeitura...

O.M.: E essa dinâmica se dá constantemente?

B.G.: Constantemente. Conversando com vereador, com prefeito, isso aí é rotina, buscando parceiro. Mas você tem a UNITAU aqui né, uma universidade, autarquia municipal, tem tudo de agronomia, e aí também nós, faz parte do nosso trabalho como extensão, buscar parceiros. Então, a USP vem, a UNICAMP vem, UNITAU, aparece vários.

O.M.: UNIFEI.

B.G.: UNIFEI, então vem, trás, e com isso você leva até eles né, leva até a cooperativa.

O.M.: Você disse da prestação de contas que está por acontecer na chamada aí pública e...

B.G.: É edital, mediante edital né, uma convocação de assembléia, faz parte né, todo ano a empresa tem que apresentar o balanço dela.

O.M.: E vai constar essa avaliação dos programas, possivelmente?

B.G.: Então... eu não vi a ata ainda da homologação da assembléia, a ata, os assuntos, mas provavelmente são assuntos relacionados ao dia-a-dia da cooperativa, saída de cooperado, entrada de cooperado, aumento de capital, mudança de endereço enfim, não vai ter eleição porque a gestão ainda tá em andamento, essas coisas de rotina mas enquanto negócio mesmo é você mostrar pro cooperado, “olha nós, nosso balanço financeiro, nós tivemos prejuízo de tanto o que nós vamos fazer com isso? Olha, nós conseguimos comprar tantas caixas de embalagem né, conseguimos comprar um computador e estamos adquirindo, estamos nos preparando né” e discutir também uma proposta de trabalho “olha, nós estamos pensando em apresentar um projeto pra aquisição de máquinas...”

O.M.: Benedito, dentro da questão de organizações socioprodutivas, eu estabeleço cooperativas. Como você vê a ação das cooperativas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar no campo?

B.G.: Então... em algumas regiões eu tenho conhecimento, na região Sul, que as cooperativas hoje dentro desses programas, eles estão andando mais rápido do que nós aqui, na região Centro-Oeste, vejo também uma ação assim mais dinâmica no Nordeste, algumas regiões, onde tem artesanato, esses programas estão ganhando força, estão ganhando importância, tá caminhando pra consolidação, e as cooperativas ajudando muito, buscando parceiros, Fundação Banco do Brasil apoiando, Petrobrás enfim, claro que o Governo tem uma contribuição grande aí, iniciativa privada também atuando. A nossa aqui também tá ganhando fôlego, mas tá mais lento porque a impressão que a gente tem é que a tradição cooperativa, eu aprendi em cooperativa o seguinte: cooperativa é educação, não é individualismo, o cara pensar mais...

O.M.: O princípio da solidariedade

B.G.: É..., aí se você tiver um presidente, uma diretoria que pensa assim ele vai fazer um esforço pra enquadrar o seu sócio diante daquilo. Aí caminha mais fácil.

O.M.: Benedito, eu agradeço pela entrevista. Vai fazer parte da minha dissertação, a relação que a COOAT busca com os parceiros, e vamos explorar isso aí como Tecnologia Social. Obrigado. Gostaria de deixar alguma mensagem?

B.G.: Eu desejo que você tenha sucesso, na sua empreitada, na sua carreira e que você possa, o fato de ter trabalhado no Itesp, de conhecer os assentados, a COOAAT, ter participado dessa luta deles, que você possa ajudá-los, trazer alguma coisa de retorno pra eles futuramente, uma ajuda, uma orientação, porque você tem que ter alguém pensando.

O.M.: É, agora, a relação sua da extensão e a pesquisa também buscando aí alternativas de geração de renda, informações, projetos, captação de recursos. Então existe muitas informações e possibilidades de avanço pra essa questão de melhora da questão socioprodutiva e econômica das famílias. Obrigado!

B.G.: Eu que agradeço, estou às ordens.

APÊNDICE M - O Termo de Consentimento de Silmara dos S. A. de Souza**CARTA DE CESSÃO**

Estância Turística de Tremembé-SP, 16 de fevereiro de 2013.

Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTS
UNIFEI – Itajubá-MG
(35) 3629-1123

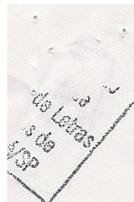
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO
CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL, ESCRITO¹**

1. Pelo presente documento, eu **Silmara dos Santos Amaro de Souza**, Brasileira, Divorciada, Agricultora, portadora do RG nº 46.696.057-8 SSP-SP e inscrita no CPF/MF 375.450.378-20, residente e domiciliada à Av. General Gabriel da Fonseca, nº 2.125, Lote 06 do Assentamento Horto Tremembé, CEP 12.120-000 Estância Turística de Tremembé-SP, telefone (12) 9751-6627, e-mail: silmara_souza001@hotmail.com, cedo e transfiro neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo a **Othoniel Francisco Godoy Mollica**, Brasileiro, Casado, Engenheiro Eletricista, portador do RG nº 18.847.079-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF 110.930828-01, aluno, regularmente matriculado no mestrado da UNIFEI-Itajubá-MG sob o nº. 25.939, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – DTS, residente e domiciliado à Av. Dom Duarte Leopoldo e Silva, nº. 202, Vila São José, CEP 12.070-590 Taubaté-SP, telefone (12) 9745-2707, email: othonielmollica@gmail.com, a totalidade de meus direitos patrimoniais de autora sobre o depoimento oral/escrito prestado no dia 16 de fevereiro de 2013, na Estância Turística de Tremembé-SP perante o pesquisador.

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, a Depoente, proprietária originária do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome ou o pseudônimo citado por ocasião de qualquer utilização.

¹ As informações que constam nesse termo de cessão estão de acordo com o manual indicado pelo Comitê de Ética da UFSM para elaboração desse documento: BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética e Pesquisa. Manual operacional para comitês de ética em pesquisa. 4ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.



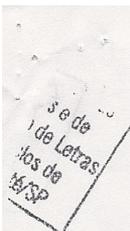


3. Autorizo plenamente a utilização do referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso para terceiros, ficando vinculado o controle à UNIFEI - Itajubá-MG que tem a guarda do mesmo.

4. Declaro ter total confiabilidade no investigador, disponibilizando-me a participar dessa investigação, permitindo que sejam utilizados meus relatos (parciais ou totais) nos resultados da pesquisa, por tempo indeterminado. Para isso desejo que seja utilizado o seguinte nome/pseudônimo Silmara dos Santos Amaro de Souza.

5. Asseguro ter sido esclarecida sobre os procedimentos e desenvolvimento da pesquisa *"PRÁTICAS DE TECNOLOGIA SOCIAL NAS RELAÇÕES ENTRE A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP (COOAAT) E A FUNDAÇÃO ITESP - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: INTRODUÇÃO DE PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVA"*, de autoria de Othoniel Francisco Godoy Mollica sob orientação do Prof. Dr. Adilson da Silva Mello, tendo compreendido todos os passos da investigação descritos a seguir:

Trazendo como questão de pesquisa: As relações técnico-administrativa da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP no processo administrativo da COOAAT contribuíram para transformação da cooperativa, como essas relações resultaram em Tecnologia Social? Em que aspectos a Tecnologia Social promove transformação socioeconômica na rotina da COOAAT e qual sua importância na vida dos cooperados? **Para problematizar esta questão trago como objetivo geral:** Mostrar como as relações institucionais entre a COOAAT e a Fundação ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, constituíram-se em Tecnologia Social, a observar a transformação socioeconômica ocorrida para os cooperados. **Objetivos específicos:** Diagnosticar na relação de atividades da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP com a COOAAT o processo constituinte de Tecnologia Social; Inventariar documentalmente, as formas de gerir dos negócios praticados pela COOAAT, para que se possa identificar nesse processo administrativo a manifestação da Tecnologia Social; Identificar através de entrevistas, a constituição histórica dessa nova visão de gestão de cooperativa; Compreender de que forma a gestão participativa se manifesta na dinâmica da



COOAAT, como se interagem a produção, o controle e a comercialização dos produtos agrícolas e Demonstrar como a aplicação dessa Tecnologia Social, contribui para transformações na maneira de agir da COOAAT, e seu consequente desenvolvimento socioprodutivo. **Metodologia:** Mediante os objetivos e do ponto de vista da metodologia, os procedimentos analíticos empregados nesta pesquisa são vivenciados por meio da pesquisa qualitativa. Muito utilizada pelas ciências humanas e sociais atualmente, principalmente por dar ao pesquisador a oportunidade da interpretação dos relatos das experiências vivenciadas pelo ser humano. Ela “[...] localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (DENZIN, 2006; LINCOLN, 2006)². O método adotado para investigação é a História Oral. Os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles, portanto descritiva. O trabalho com a História Oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exige o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas, conforme (ALBERTI, 2007)³ “as entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro”. A pesquisa adota como amostragem a composição da Unidade Qualitativa⁴, o roteiro de entrevista será aplicado para a unidade qualitativa, grupo de pessoas selecionadas pelo pesquisador a participarem da entrevista.

6. Afirmo que tenho total conhecimento sobre a Pesquisa, na qual meus relatos farão parte, declaro estar ciente de que posso recusar-me a responder quaisquer questionamentos com os quais não me sinto confortável em responder, bem como posso recusar-me a continuar participando da mesma, retirando meu consentimento em qualquer momento do desenvolvimento da investigação.

7. Responsabilizo-me a buscar esclarecimentos sobre o desenvolvimento da investigação com o pesquisador, a qualquer momento, para explicações quanto a eventuais dúvidas existentes.

² DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens. 2 ed. Porto Alegre. Editora Armed, 2006.

³ ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>.

⁴ Concepção de composição de Grupo de Pessoas e Entrevistas Temáticas. Verena Alberti. Manual de História Oral. CPDOC. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>

de
o Letras
is de
16/SP

8. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo o presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

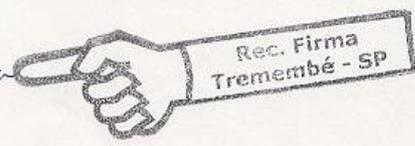
Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinamos o presente documento (com itens de um a oito) em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Estância Turística de Tremembé-SP, 16 de fevereiro de 2013.

Eu, **Silmara dos Santos Amaro de Souza**, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informada, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetida, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar dessa pesquisa.

Silmara dos Santos Amaro de Souza

Silmara dos Santos Amaro de Souza



Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido dessa voluntária para a participação nesta pesquisa.

20
Othoniel Francisco Godoy Mollica

Othoniel Francisco Godoy Mollica

Cartório de Notas de Tremembé - SP
Tel: 3672-4214
Reconheço a (s) firma (as)
Silmara dos Santos Amaro de Souza
de acordo com a ficha padrão arquivada
neste Cartório em 25 de fevereiro de 2013
Tremembé, 25, FEV, 2013

Ato válido c/o Selo Oficial

CARTÓRIO 2º Tabelião de Notas e de Protocolo de Letras e Títulos de Taubaté
Pra. Mercedes Silva Ramos, 31 - Centro - Taubaté - Cep 12020-070
Fone / Fax: (12) 3624-7905 - E-mail: 2tab@notas6.com.br
Tabelião: Lúcia Campos

Reconheço por semelhança a firma de:
OTHONIEL FRANCISCO GODOY MOLLIÇA.....
do que dou fé. Taubaté, 25/02/2013.

20
Maria do Carmo G. Santos
MÁRIA DO CARMO G. SANTOS - ESCRIVENTE
Firma R\$ 4,25. Válido somente com o selo de
AUTENTICIDADE
Selo(s) nº AA159878

1344A159878
FIRMA 1
25/02/2013
Taubaté

1344A159878
FIRMA 1
25/02/2013
Tremembé
Julio Cesar Santos
Proposto Designado - Tremembé - SP

APÊNDICE N - A Transcrição da Entrevista de Silmara dos S. A. de Souza

Estância Turística de Tremembé-SP, 16 de fevereiro de 2013.

Entrevistada: Silmara dos Santos Amaro de Souza
Modalidade: Controle da Produção e da Comercialização; Prestação de contas pelas vendas dos produtos agrícolas; Controle do fluxo de documentos e dos recibos de vendas; Relações Institucionais com o mercado e Divulgação das atividades da COOAAT.

Temas a serem observados:

- Arquivos Pessoais;
- Formação Educacional;
- Visão da Sociedade;
- Movimentos Sociais;
- Pensamento Político;
- Produção Agropecuária e Comercialização;
- Controle da Produção;
- Controle das vendas dos produtos agrícolas;
- Anotações contábeis;
- Reuniões com a Diretoria;
- Rotinas de Secretaria;
- Gestão Participativa;
- Cooperativas de Assentados;
- Geração de Renda, no Campo;

Desenvolvimento da Entrevista:

As perguntas foram elaboradas a partir desses temas de forma flexível, com o objetivo de interagir o entrevistado com o entrevistador, em relação à percepção de subjetividades tanto no processo desta pesquisa, quanto no transcorrer da entrevista.

PERGUNTAS

- (a) - Silmara você é natural de onde? Qual o seu nível escolar?
- (b) - Sua família é composta por quantas pessoas? Elas moram aqui no sítio?
- (c) - Silmara, sendo seu pai Vice-Presidente da COOAAT, vocês discutem assuntos da Cooperativa?
- (d) - Como você vê o trabalho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST?
- (e) - Como a sociedade local observa o assentamento? Quais as relações sociais com os assentados? A COOAAT tem participado das discussões políticas do município?
- (f) - Como se constituiu sua participação para o apoio administrativo à COOAAT?
- (g) - Quais os produtos agrícolas produzidos pela COOAAT?
- (h) - Nesta safra, qual foi o produto de maior destaque, de maior produção?
- (i) - Quantos Cooperados produzem? Como eles entregam a produção para a COOAAT?
- (j) - Silmara, como se verifica, a organização da entrada e da saída dos produtos agrícolas, qual a relação dos cooperados com a COOAAT, nesse sentido? Os cooperados concentram os produtos em algum lugar ou a COOAAT busca esses produtos, nos sítios dos cooperados?
- (k) - Que instrumentos são utilizados para registrar a entrada desses produtos agrícolas, na contabilidade, da COOAAT?
- (l) - A COOAAT, no momento participa de algum programa de governo, para a comercialização de seus produtos?
- (m) - Existem programas de governo que incentivam a comercialização de produtos agropecuários?
- (n) - A Fundação Itesp tem prestada assistência técnica para elaboração de projetos agropecuários? Incentiva e implanta programas para a geração de renda?
- (o) - De que maneira os cooperados acompanham a entrega dos seus próprios produtos, os que são depositados, na gestão da cooperativa?
- (p) - Silmara, como os cooperados se relacionam com a Diretoria executiva da COOAAT, no sentido de acompanhar, os valores de seus produtos e principalmente, como recebem por suas vendas?
- (q) - Qual é a sua disponibilidade de apoio administrativo para a COOAAT? Quanto tempo você dispõe para administrar esse fluxo de informações?
- (r) - Além desse apoio administrativo, digamos assim, frente ao controle da produção agrícola, você desenvolve outras atividades para a COOAAT?
- (s) - Como é feita a comercialização dos produtos da COOAAT para o público externo?

- (t) - De que maneira a COOAAT se relaciona com seus cooperados, no sentido de prestar contas, pelas vendas efetuadas?
- (u) - Qual é a relação formal entre a COOAAT e seus Cooperados para pagamento dos produtos entregues, por eles, à cooperativa? De que forma a COOAAT faz o pagamento para seus Cooperados? Como se estabelece o acompanhamento, existe controle nessa relação financeira?
- (v) - Existe prestação de contas por parte da COOAAT, para com os cooperados? Por quais instrumentos eles se relacionam?
- (w) - Você tem participado de reuniões com a Diretoria Executiva da COOAAT?
- (x) - Como fica a guarda de todas as informações contábeis, digamos assim, de suas atividades de apoio administrativo? Você é remunerada?
- (y) - Silmara, como a COOAAT se interage com os Cooperados e com você, no sentido do diálogo e na oportunidade de receber sugestões, para aprimoramento do processo administrativo da produção e da comercialização? Qual a filosofia administrativa adotada pela COOAAT, nesse sentido?
- (z) - Você tem pretensão de avançar, nos estudos, para aprimorar conceitos e formas de administrar? Sente vocação para a Administração de Empresa?

Othoniel Francisco Godoy Mollica (O.M.): Hoje, 16 de fevereiro de 2013, estou, no sítio da Silmara. Vou entrevistá-la para a pesquisa práticas de Tecnologia Social nas relações da COOAAT com a Fundação Itesp: Processo de Gestão Participativa. Vamos tratar de temas a serem observados, sendo eles, Arquivos pessoais, formação educacional, visão da sociedade, movimentos sociais, pensamento político, produção agropecuária e comercialização, controle da produção, controle da venda da produção, anotações contábeis, reuniões com a diretoria, rotinas de secretaria, gestão participativa, cooperativas rentáveis e geração de renda. Silmara, boa tarde. Tudo bem?

Silmara dos Santos Amaro de Souza (S.S.): Boa tarde. Tudo bem.

O.M.: Silmara, você é natural de onde?

S.S.: De Americana.

O.M.: De Americana?

S.S.: Isso.

O.M.: E há quanto tempo você está no assentamento?

S.S.: Nós viemos para cá em 2002.

O.M.: Qual o seu nível escolar?

S.S.: Tenho ensino médio técnico completo.

O.M.: E sua familiar é composta por quantas pessoas?

S.S.: Nós somos em cinco. Eu, meu, pai, minha mãe e dois irmãos. Mas somente eu, meu pai e minha mãe estamos aqui, atualmente.

O.M.: Qual o nome do assentamento? Assentamento Horto Tremembé!

S.S.: Isso.

O.M.: Seu pai é vice-presidente da COOAAT. Vocês discutem sobre assuntos da cooperativa?

S.S.: Sim. Sempre.

O.M.: Como que você vê o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra?

S.S.: É um trabalho digno como todos os outros.

O.M.: E como foi a relação com a sociedade local?

S.S.: Eu acredito que a sociedade tem um pouco de preconceito por não conhecer direito. Então, há um preconceito.

O.M.: Você foi indicada pelo presidente da COOAAT, senhor Luiz Batista Bustos, principalmente porque você faz um acompanhamento da produção. Como é a sua participação com a COOAAT?

S.S.: No começo, o seu Luiz me convidou. Eu fiquei meio com medo de, assim, tomar tanta responsabilidade, então eu aceitei só para ver como era. E daí então, fui ficando. Estou até hoje.

O.M.: Hoje você avançou, na administração de controle, da produção...?

S.S.: Sim.

O.M.: Silmara, quais são os produtos agrícolas produzidos pela COOAAT?

S.S.: Tem vários produtos. Tenho a planilha aqui. Em janeiro, por exemplo, olha. Em janeiro, nós entregamos goiaba vermelha, couve-flor, quiabo, berinjela, alface crespa, rúcula, alface lisa, abobrinha brasileira, entregamos brócolis, almeirão, cebolinha, chicória, milho verde, chicória, jiló, vagem, maracujá, limão Taiti, salsa.

O.M.: Silmara, com relação a essas planilhas de produtos, nesta safra, qual o produto mais se destacou?

S.S.: No mês de janeiro, você pode ver que o destaque foi a goiaba. Nós entregamos 2.260 quilos de goiaba.

O.M.: Essa relação de controle é de janeiro de 2013?

S.S.: Isso.

O.M.: Duas toneladas de goiaba?

S.S.: Isso mesmo.

O.M.: De que maneira é feito o controle de entrada desses produtos agrícolas na contabilidade?

S.S.: Bom, anotamos tudo o que foi produzido individualmente, numa contabilidade específica, e passamos isso para o programa Mesa Brasil. O programa nos informa a quantidade de produtos que eles necessitam.

O.M.: O Programa Mesa Brasil está vinculado a qual instituição?

S.S.: SESC.

O.M.: E como que fica a guarda dessas informações que você tem na planilha? E as atividades que você administra desses cooperados com relação à produção agrícola

S.S.: A gente passa as informações para o Excel, no computador, do Excel nós também gravamos na USB e passamos também todas essas informações para a diretoria.

O.M.: Bem, avançando. Qual é a sua disponibilidade de trabalho para a COOAAT. Quanto tempo você dispõe para administrar esses fluxos de informações?

S.S.: Geralmente eu trabalho, de dois a três dias por semana e eu disponho de três ou quatro horas, no dia, em que eu trabalho.

O.M.: Dois dias na semana?

S.S.: Isso.

O.M.: E esses dois dias você faz o preenchimento dessas planilhas e faz os contatos com os cooperados?

S.S.: Isso.

O.M.: Além dessa atividade de apoio administrativo, no controle da produção, você desenvolve outras atividades na COOAAT?

S.S.: Não. No momento não.

O.M.: De que maneira os cooperados acompanham a entrega de seus produtos à COOAAT?

S.S.: Bom, eu entrego notas para eles, recibinhos e essas notas têm tudo o que eles precisam saber. A data, a mercadoria, a quantidade em quilos e depois eles acompanham essas informações por esses recibos e também pela tabela de preços.

O.M.: Com são essas planilhas?

S.S.: São duas planilhas que a gente faz. Uma a gente tem a visão geral do mês, onde vai todos os produtos, todas as quantidades, todas as datas, enfim. E nós também temos uma planilha que é individual. Ela mostra dados que cada produtor entregou. A data e a quantidade certa que cada produtor fez.

O.M.: Um exemplo de planilha coletiva, assim, um exemplo de quantidade e preço, é possível?

S.S.: Temos aqui, por exemplo, a couve-flor. Couve-flor nós entregamos 288 quilos em janeiro de 2013. Isso de todos os produtores juntos e deu um valor de R\$ 475,00, no mês de janeiro, só de couve-flor.

O.M.: Quando você efetuou o item couve-flor, 288 quilos, isso quer dizer que vários cooperados contribuíram e formou essa quantidade final. É isso?

S.S.: Exato.

O.M.: Bom, somando todos esses produtos que você citou anteriormente, com os seus respectivos valores, qual foi a estimativa de entrega de produto?

S.S.: No mês de janeiro, nós tivemos 6.548 quilos de alimento entregues e isso deu um valor total de R\$ 10.871,00.

O.M.: Silmara, com relação á planilha individual, no mês de janeiro, você pode dar um exemplo de um cooperado? Vamos denominar cooperado 1.

S.S.: Sim, posso.

O.M.: Como que ficaria esse cooperado 1?

S.S.: Então, por exemplo, o cooperado 1. Ele contribuiu com almeirão, couve, cebolinha, chicória, rúcula, limão Taiti e salsa.

O.M.: Qual foi o volume entregue, em quantidade, no mês?

S.S.: Almeirão ele entregou 72 quilos. De couve, esse cooperado entregou 62 quilos. Cebolinha entregou 48 quilos, chicória entregou 60 quilos, rúcula, o cooperado entregou 40 quilos, limão Taiti, 60 quilos, salsa, 06 Quilos. Então, no total, esse cooperado entregou, no mês de janeiro, 352 quilos de alimento.

O.M.: Na tabela, logicamente cada produto tem um preço específico, mas, no montante, equivalente a quanto? Que rendeu para esse cooperado?

S.S.: Para esse cooperado rendeu um total de R\$ 632,40, no final do mês.

O.M.: Muito bem, então...

O.M.: Existe programa do governo que incentiva a comercialização de produtos agropecuários? Nesse caso, você está especificando um. Qual é mesmo?

S.S.: Existem vários. O que nós trabalhamos, no momento, é com a merenda escolar e com o Mesa Brasil.

O.M.: Você está se referindo às planilhas individuais. Então o seu contato com os cooperados, como se estabelece?

S.S.: Eu ligo para eles e consigo a quantidade de mercadoria. Daí eu ligo para o SESC também, para saber a quantidade de mercadoria que a gente tem e o programa Mesa Brasil determina, se vai conseguir pegar toda a mercadoria ou a quantidade que eles vão conseguir pegar. Aí eles passam a quantidade para mim e depois eu passo isso (retorno) para os produtores.

O.M.: Existe um fluxo de informações entre os cooperados e você, e você administra essas informações, que são a quantidade de produtos, e aí você estabelece o contato com o Mesa Brasil?

S.S.: Isso. Exato.

O.M.: O (Programa) Mesa Brasil tem um dia específico para receber esses alimentos?

S.S.: Não. Não. A gente sempre faz ligações em determinado dia e horário, mas isso é sempre determinado um dia antes ou dois dias antes.

O.M.: Então, para cada semana temos dias variáveis para entrega?

S.S.: Isso. Pode ser dias diferentes. Às vezes cai na segunda, cai na terça. Não existe uma regra fixa não.

O.M.: O (Programa) Mesa Brasil recebe essas informações?

S.S.: Recebe. Assim que a gente fecha o mês, a gente passa todas as informações para eles.

O.M.: Então, o contato da cooperativa, do seu trabalho é constante com esse programa?

S.S.: Sim. É. Todos os dias praticamente, no telefone, conversando com a cooperativa, conversando também com o programa Mesa Brasil...

O.M.: Pois bem, vou perguntar sobre a assistência técnica de outros órgãos com relação à COOAAT. Especificamente, a Fundação Itesp. Ela tem prestado assistência técnica através de projetos?

S.S.: Tem. O Itesp tem prestado assistência através de projetos, de informações, mas todo o controle é feito pela Diretoria da COOAAT, mesmo.

O.M.: Como é feita a venda dos produtos da COOAAT para o público externo?

S.S.: Nós estipulamos um dia, um horário e um local específico e todos os produtores reúnem as mercadorias nesse local. Então, o interessado, no caso a Mesa Brasil (o Programa Mesa Brasil) vem ao local receber essa mercadoria.

O.M.: De que maneira a COOAAT se relaciona com os cooperados, no sentido de prestação de contas, das vendas efetuadas?

S.S.: Através das planilhas mesmo. Através dos recibos.

O.M.: E com relação aos valores a receber? Você citou que tem uma planilha individual e cada qual vai ter um valor a receber. Como é feito esse pagamento?

S.S.: Assim que o pagamento entre na conta da COOAAT. Então, nós fazemos a conta do que cada produtor tem para receber e também combinamos com os produtores dia e horário. No sítio, geralmente, do presidente e lá o produtor vai receber o cheque do que ele entregou. Das mercadorias que ele entregou.

O.M.: Entendo. Como que se controla, o acompanhamento, dessa relação financeira, então?

S.S.: A COOAAT faz assembleias para prestação de contas e nessa assembleia existem todo o acompanhamento de relação financeira. Todas as dúvidas esclarecidas.

O.M.: Silmara, como a COOAAT interage com os cooperados e com você, especificamente, no sentido do diálogo, da oportunidade de receber sugestões para melhoria desse processo administrativo?

S.S.: Algumas sugestões que saem dos cooperados, como eles têm mais contato comigo do que com o presidente, geralmente eles passam para mim eu acabo levando essas sugestões para o presidente.

O.M.: Como você se sente desenvolvendo essa atividade de apoio administrativo?

S.S.: É bom saber que estamos ajudando. Aumenta a autoestima.

O.M.: Você tem intenção de avançar, nos estudos, para aprimorar novas forma de administrar?

S.S.: Eu acredito que, neste momento, não estou preparada, mas pode ser que no futuro eu estude alguma coisa de administração sim.

O.M.: Você sonha com o que?

S.S.: Sonho em ficar bem, estabilizada financeiramente e para isso tenho que estudar bastante.

O.M.: Tem algum objetivo de vida?

S.S.: Meu objetivo é me estabilizar mesmo.

O.M.: Silmara, você quer deixar alguma mensagem?

S.S.: Para todo mundo que quer ter uma vida melhor, corra atrás de informação, bastante conhecimento, porque é a chave de tudo.

O.M.: Silmara, obrigado pela entrevista.

S.S.: De nada.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO MACHADO. "**Proverbios y cantares**". **Poesías completas**. 14. ed., Madrid: Espasa-Calpe, 1983. Disponível em: <http://antoniocicero.blogspot.com.br/2010/08/antonio-machado-poema-xxx-de-proverbios.html>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2007. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2012.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALCÂNTARA, F. H. C. **Economia Solidária: o dilema da institucionalização**. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.
- ANTEAG [Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária]. **Autogestão: Construindo uma Nova Cultura nas Relações de Trabalho**. 2. ed. São Paulo: ANTEAG, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- ARROYO, Miguel G. Trabalho - "Educação e Teoria Pedagógica". In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 138-165, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- BALTAR, Ronaldo. **Roteiro para Elaboração do Projeto de Pesquisa**. Texto de orientação para o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, PR: UEL, 2000. Disponível em: http://www.academia.edu/1744505/Roteiro_para_elaboracao_de_projetos_de_pesquisa. Acesso em: 12 jul. 2012.
- BARBOSA, R. N. de C. **A Economia Solidária Como Política Pública: Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BISQUERA, R. **Métodos de investigación educativa, guía práctica**. Barcelona: Ceac, 1989.
- BLACKBURN, Robin O Capitalismo cinzento e o problema do Estado. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (org). **Pós - neoliberalismo II Que estado para que democracia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. **El oficio de sociólogo: presupuestos epistemológicos**. México: Siglo Veintiuno, 1987.
- _____. **A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BRASIL. **A Nova República**. Portal Brasil 2009. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/brasil-republica>. Aceso em: 30 abr. 2014.
- BRUNO, Regina; CARVALHO, Abdias Vilar de. **Entrevista com José Gomes da Silva, em setembro de 1994**. Estudos Sociedade Agricultura, p. 36-48, 6 de julho 1996.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUSTOS, Luiz Batista. **Entrevista I**. [01 fev. 2013]. Entrevistador: Othoniel Francisco Godoy Mollica. Tremembé, SP: COOAAT, 2013. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação.

CAMPOS, V. F. **Controle da Qualidade Total**. 8. ed. Rio de Janeiro: Block, 1999.

CARDOSO, Eulália E. **Trabalho coletivo nos assentamentos de Reforma Agrária**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. São Paulo, vol. 4, n. 3, p.140-153, set./dez., 1994.

CARVALHO, Vilma de. **Sobre construtos epistemológicos nas ciências - uma contribuição para a enfermagem**. Rev Latino-am Enfermagem. jul./ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n4/v11n4a03>. Acesso em: 20 dez. 2013.

CATTANI, Antônio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306p.

CONCRAB. **Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999)**. Caderno de Cooperação Agrícola, n. 8. São Paulo: Concrab/MST, 1999.

CORRÊA, Raquel Folmer. **Tecnologia e Sociedade: análise de tecnologias sociais no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. (Dissertação de Mestrado). Prof^ª. Dra. Maíra Baumgarten Corrêa (Orientadora). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/29579>. Acesso em: 12 jul. 2012.

DAGNINO, Renato Peixoto. *et al.* Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (Comp.). **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2000.

_____. *et al.* **Gestão Estratégica da Inovação: metodologia para análise e implementação**. Taubaté: Cabral Editora, 2002.

_____. BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: LASSANCE Jr., A. *et al.* **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

_____. (Org.) **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

_____. **Tecnologia Social: base conceitual**. Revist@ do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina. Ciência & Tecnologia Social - A construção crítica da tecnologia pelos atores sociais. v.1, n.1. 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/cts/article/view/3840>. Acesso em: 12 jul. 2012.

DAL RI, N. M. **Organizações de Trabalho Associado: uma nova Tecnologia Social?** In: VILARTA, R. *et al* Qualidade de vida e novas tecnologias. Campinas, SP: Ipes editorial, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Arned, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1987.

DOMINGO NETO, Manuel. A “Reforma Agrária” de FHC. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2002. Disponível em: <http://www.social.org.br/relatorio2002/relatorio007.htm>. Acesso em: 21 out. 2012.

- DOMINGO NETO, Manuel. O Novo Mundo Rural. In: Martins, Mônica Dias. **O banco e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.
- EPPLER, M. J. A comparison between concept maps, mind maps, conceptual diagrams, and visual metaphors as complementary tools dos knowledge construction and sharing. **Information Visualization**, v. 5, p. 202-210, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST. Formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina. **Usos & Abusos da Historia Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FONSECA, Rodrigo; SERAFIM, Milena. A Tecnologia Social e seus arranjos institucionais. In: DAGNINO, R. (Org). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, p.138-139, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** . 36. ed. São Paulo: Paz e terra, 1996. (Coleção Leitura).
- FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GAIGER, L. I. Os caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, p.267-286, 2000.
- _____. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. Cadernos do CRH (UFBA). Bahia: UFBA. Salvador, v. 39, n. 39, p. 181-211, 2003.
- GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Pesquisa educacional: quantidade qualidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- GASPAR, Vitor Tavares. **Estudos sobre Tecnologia Social e Educação Ambiental Crítica: Possíveis caminhos para construção de outra sociedade**. Limeira, SP: UNICAMP, 2012. (Dissertação de Mestrado). Profº. Dr. Sandro Tonso (Orientador). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000852371>. Acesso em: 22 out. 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GOMES, Benedito Antonio. **Filmagem I**. [06 fev. 2013]. Entrevistador: Othoniel Francisco Godoy Mollica. Taubaté, SP: Fundação Itesp, 2013. 1 DVD (70 min), Full Screen, color. A filmagem na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice J desta dissertação. Uma cópia dessa edição encontra-se na Biblioteca Mauá (BIM), UNIFEI-MG.
- GOMES, Benedito Antonio. **Entrevista I**. [15 fev. 2013]. Entrevistador: Othoniel Francisco Godoy Mollica. Taubaté, SP: Fundação Itesp, 2013. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice L desta dissertação.
- GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa Qualitativa e Subjetiva: Os processos de construção da informação**. São Paulo: Thomson, 2005.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2005.
- INCRA. **Relação de Projetos da Reforma Agrária**. 2012. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em 10 de abril de 2012.

- ITESP. **A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/comunidades.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- JURAN, J. M. **Planejando para a Qualidade**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1995.
- KLAES, Luiz Salgado. **Cooperativismo e ensino a distancia**. Florianópolis: UFSC, 2005. (Tese de Doutorado). Prof^o. Dr. José Francisco Salm (Orientador). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103034/213746.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 ago. 2012.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LAVILLE, Jean-Louis; Roustang, Guy (1999). L' enjeu d'un partenariat entre État et société civile. *In*: LECHAT, Noëlle Marie Paule. **Economia social, Economia Solidária, terceiro setor: do que se trata?** Civitas - Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre, v.2, n.1, 2002.
- LAURINDO, F. J. B.; ROTONDARO, R. G. **Gestão integrada de processos e da tecnologia da informação**. São Paulo: Atlas, 2006.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, no dia 20 de março de 2002. Campinas, SP: UNICAMP, 2002. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/ecosolv1.pdf#page=4>. Acesso em: 23 jul. 2012.
- LISBOA, T. K.; GONÇALVES, R. C. **Ensaio: Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida**. Revista Katálysis. Florianópolis: UFSC, v. 10, n. esp. p. 83-92, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0910spe.pdf>. Acesso em: 27 maio 2012.
- LORENZETTI, Jorge *et al.* **Tecnologia, inovação tecnológica e saúde: uma reflexão necessária**. Florianópolis, v. 21, n. 2, jun., 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000200023&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2013.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa - um instigante desafio**. São Paulo: Editora Veras, 1999.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em: 27 maio 2012.
- MARTINS, Joel; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes/Educ, 1989.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/blog/docentes/leonilde-servolo-de-medeiros/>. Acesso em: 25 maio 2012.
- MEIHY, José Carlos Sebe B; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo. Editora Contexto, 2011.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1993.

MOTA, Simone Fraga. **A Constituição Subjetiva da Qualidade de Vida do Trabalhador**. Goiás: Universidade Católica de Goiás (UCG), 2004. (Dissertação de Mestrado). Orientador. Prof. Dr. Fernando Luiz González Rey. Disponível em: http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=184. Acesso em: 15 out. 2012.

MOTTA, Paulo Roberto. *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente*. Rio de Janeiro: Record, cap. 4 e 6, 1991.

MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra]. “MST: Lutas e Conquistas”. 2. ed. **Secretaria Nacional do MST**. São Paulo, jan. 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>. Acesso em: 23 maio 2012.

NEDER, Ricardo T. **Três grupos de significantes da tecnologia (social): implicações para o interacionismo**. Brasília: Colóquio de tecnologias na educação sobre formação de professores. Etapa III: Tecnologias sociais, formação de professores e compartilhamento de saberes. Programa Cátedra da Unesco. Brasília: Faculdade de Educação Universidade de Brasília, (UNB), 13 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/artigos-sobre-tics-na-educacao/tres-grupos-de-significantes-da-tecnologia-social-implicacoes-para-o-interacionismo>. Acesso em: 12 jul. 2012.

NIEMEYER, Ana Maria de. **Desenhos e mapas na orientação espacial: pesquisa e ensino de antropologia**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, n.12, jan. 1994. (Textos Didáticos).

Normas para Apresentação de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS). **Norma (PPG DTecS)**. UNIFEI-MG, 2014 Disponível em: <https://www.unifei.edu.br/normas-elaboracao-dissertacao-dtecs>. Acesso em: 30 abr. 2014.

OLIVERIA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das Cooperativas: uma abordagem prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ONTORIA, A.; GÓMEZ, J.P.R.; LUQUE, A. **Aprender con mapas mentales: uma estratégia para pensar y estudiar**. Madrid: Narcea, 2003.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista, suas modificações e sua utilidade**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1966.

PITAGUARI, Sinival Osório; CÂMARA, Márcia R. G. da. As Motivações e Desafios para a Consolidação da Economia Solidária. *In: BORINELLI, Benilson; SANTOS, Luis Miguel Luzio do; PITAGUARI, Sinival Osório (Orgs.). **Economia Solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional***. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina (UEL), p. 25-50, 2010.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. *In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular***. São Paulo: Cortez, p. 34-58, 1993.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999

ROCHA, Roberto. **A Gestão Descentralizada e Participativa das Políticas Públicas no Brasil**. Revista Pós Ciências Sociais. São Luis: UFMA, v. 1, n. 11, 2009. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/790>. Acesso em: 21 ago. 2012.

RUA, Maria das Graças. **A UDR e a representação de interesses dos proprietários rurais: a nova elite agrária no processo de transição política no Brasil.** *In: Ciências Sociais Hoje* (Anuário da Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS). São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 24.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice. O Social e o Político na pós-modernidade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Por que é tão difícil construir uma teoria crítica?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Portugal: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n.54, jun. 1999. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/77_Porque%20e%20tao%20difícil%20construir%20teoria%20critica_RCCS54.pdf. Acesso em: 23 maio 2012.

SAMPAIO, Carlos Alberto. C.; LÉON, I. C. de; DALLABRIDA, I. S.; PELLIN, V. **Arranjos Socioprodutivos de Base Comunitária: Arranjos Produtivos Locais pensados como arranjos institucionais.** O caso da Mondragón corporação cooperativa. *Organização e Sociedade (O&S)*, v.15, n. 46, p.77-98, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10968/7894>. Acesso em: 21 ago. 2012.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa.** São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

SEEMANN, Jörn. **Mapas e Percepção Ambiental: do Mental ao Material e vice-versa.** Rio Claro, SP, v. 3, n. 1, p. 200-223, set. 2003.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante. Repensando o socialismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Economia Solidária.** Entrevista a Paulo de Salles Oliveira, professor do Departamento de Psicologia Social da USP, e autor de *Cultura Solidária em Cooperativa*. Projetos coletivos de mudança de vida (São Paulo, Edusp/Fapesp, 2006), no dia 23 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2012.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura.** 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SOUZA, Silmara dos Santos Amaro de. **Entrevista I.** [16 fev. 2013]. Entrevistador: Othoniel Francisco Godoy Mollica. Tremembé, SP: COOAAT, 2013. 1 arquivo .mp3 (50 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice N desta dissertação.

STÉDILE, J. P. (org). **A Questão Agrária no Brasil: Programa de Reforma Agrária 1946 - 2003.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

THERBORN, Goran. As teorias do Estado e seus desafios no fim do século. *In*: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo II Que estado para que democracia**. 2. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

TONY BUZAN. **Mapas Mentais e sua elaboração**: um sistema definitivo de pensamento que transformará sua vida. São Paulo: Cultrix, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

VERANO, L. **Economia Solidária, uma alternativa ao neo-liberalismo**. Santa Maria: Cesma Edições, 2001.

WILLIS, C. L.; MIERTSCHIN, S. L. Mind maps as active learning tools. **Journal of Computing Sciences in Colleges**, v. 21, p. 266-272, apr. 2006.

ANEXOS

ANEXO A - A Autorização para a aplicação desta Pesquisa Acadêmica

Ilmo. Sr. Profº. Dr. Coordenador do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI.

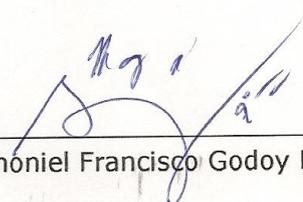
Carlos Alberto Máximo Pimenta.

Itajubá, 28 de agosto de 2012.

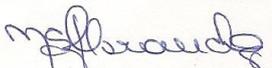
Othoniel Francisco Godoy Mollica, brasileiro, união estável, RG 18.847.079-7, CPF 110.930.828-01, residente e domiciliado na Av. Dom Duarte Leopoldo e Silva, 202, no bairro Vila São José, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, CEP 12070-590, aluno, regularmente matriculado no mestrado sob o nº. 25.939, neste Programa desta egrégia Universidade vem, por meio deste, DECLARAR que a pesquisa, intitulada de COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP - COOAT: GESTÃO PARTICIPATIVA COMO TECNOLOGIA SOCIAL, é autorizada pelo Presidente dessa instituição (COOAT).

Segue, em anexo, o documento, cópia de autorização.

Termos em que,
Pede Deferimento.



Othoniel Francisco Godoy Mollica

Recebi em 11/09/12


COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP COOAAAT.
CNPJ.: 01.858.215/0001-00
Cx Postal 23 - 12120-000 - Tremembé-SP
cooaat@gmail.com
Contato: (12) 9153-2984 / (12) 9173-9465 / (12) 3025-2467

Oficio_COOAAT / 014_2012

Tremembé, 01 de junho de 2012.

Ilustríssimo Senhor

A Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP declara para os devidos fins que o aluno Othoniel Francisco Godoy Mollica, portador do RG.: 18.847.079-7, do Mestrado Área Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da UNIFEI-MG, está autorizado a realizar sua pesquisa de Mestrado nessa Cooperativa.

É de conhecimento que o Mestrado será realizado a partir do ano de 2012 e com previsão para encerramento no ano de 2014, será dado todo apoio para a conclusão desse trabalho acadêmico.

Desde já reiteramos sinceros votos de considerações.

Atenciosamente



Luiz Batista Bustos
RG nº 25.927.745 SSP/SP
Presidente da COOAAAT
cooaat@gmail.com

Ilmo. Sr. Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS)
UNIFEI-MG

ANEXO B - O Registro e a Guarda do Vídeo Documentário

Ilmo. Sr. Prof^o. Dr. Coordenador do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI.

Carlos Alberto Máximo Pimenta.

Itajubá, 26 de fevereiro de 2013.

Othoniel Francisco Godoy Mollica, brasileiro, união estável, portador do RG nº 18.847.079-7, inscrito no CPF/MF nº 110.930.828-01, residente e domiciliado na Av. Dom Duarte Leopoldo e Silva, 202, no bairro Vila São José, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, CEP 12070-590, aluno, regularmente matriculado no mestrado sob o nº. 25.939, neste Programa desta egrégia Universidade vem, por meio deste, REQUERER de Vossa Senhoria o Registro e a Guarda da entrevista do Eng^o Agrônomo Benedito Antônio Gomes, Analista de Desenvolvimento Agrário da Fundação ITESP, na secretaria deste Programa de Pós Graduação. Trata-se dos tramites legais exigidos pela Pesquisa intitulada "*Práticas de Tecnologia Social nas Relações entre a Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAAT) e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP): Introdução de Processo de Gestão Participativa*" de autoria desse mestrando. Segue, em anexo, 1 (uma) unidade de Vídeo (CD) da respectiva entrevista.

Termos em que,
PEDE DEFERIMENTO.


Othoniel Francisco Godoy Mollica

Recebido em 28/02/13
Auto

ANEXO C - A repercussão desta pesquisa no ambiente científico

Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3197077601372597>

SUBMISSÃO DE ARTIGOS COMPLETOS A PERIÓDICOS INDEXADOS

REVISTA UFLA - B1 - Organizações Rurais & Agroindustriais. ISSN: 2238-6890

1. MOLLICA, Othoniel. F. G.; MELLO, A. S.; SILVA JUNIOR, O. C.; PIMENTA, Carlos. A. M. **A dinâmica das relações institucionais entre o Estado e as Cooperativas Agropecuárias do MST como proposta de desenvolvimento local: Constituição de Tecnologia Social em Gestão.**

Situação: Em avaliação, aguardando aprovação.

Iniciado: 01-11-2013

Última alteração: 20-06-2014

TRABALHOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS DE CONGRESSOS

1. MOLLICA, Othoniel. F. G.; MELLO, A. S.; SILVA JUNIOR, O. C. **Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé SP (COOAAT): Gestão participativa como Tecnologia Social.** In: I CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES - CONINTER, 2012, Niterói, 2012, Niterói-RJ.
2. MOLLICA, Othoniel. F. G.; MELLO, A. S.; SILVA JUNIOR, O. **Gestão Participativa da Cooperativa Agropecuária dos Assentados de Município de Tremembé/SP (COOAAT): práticas de Tecnologia Social em cooperativas populares.** In: III SIMPÓSIO DE DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE - SIDTECS, 2012, ITAJUBÁ/MG, 2012, Itajubá-MG.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FEIRAS

1. XX Congresso de Pesquisa - Propriedade Intelectual - UNIFEI-MG. **A dinâmica das relações institucionais entre o Estado e as Cooperativas Agropecuárias do MST como proposta de desenvolvimento local: Constituição de Tecnologia Social em Gestão.** 2013. (Congresso).
2. II ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE - UNIFEI-MG. **Tecnologias Sociais em Cooperativas Agropecuárias.** 2013. (Congresso).
3. I ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE - UNIFEI-MG. **Práticas de Tecnologia Social nas Relações entre a Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP (COOAAT) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-ITESP: Introdução de Processo de Gestão Participativa.** 2013. (Encontro).
4. I Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades - CONINTER - UFF-RJ. **Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP- COOAAT: Gestão Participativa como Tecnologia Social.** 2012. (Congresso).

ANEXO D - A repercussão desta pesquisa no ambiente social

Este Programa de Pós-Graduação em “Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade” (DTecS) contribuiu para que o pesquisador obtivesse pontuação pelo Título de Mestre, diante da ata de aprovação da defesa da dissertação, em 6 de maio de 2014, pelo fato de ser aprovado no concurso público do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para o cargo de Analista em Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União (DOU) seção 1, nº 126, p.51, em 4 de julho de 2014 - ISSN 1677-7042. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Gabinete do Ministro, Portaria Nº 677, de 3 de Julho de 2014.

Este mestrado propõe intercâmbios e trocas de experiências para a realização de estudos que contribuam à compreensão dos problemas característicos de diferentes regiões em processo de desenvolvimento, com a finalidade de subsidiar políticas socioculturais e econômicas, públicas ou privadas, integrando-os em função das contingências da atual realidade mundial.

Esta pesquisa apresenta discussões sobre os Mercados Institucionais e a Economia Solidária



Figura 9: A participação da COOAAT no programa Mesa Brasil
Fonte: Sede social da COOAAT. **Foto:** Othoniel Mollica, 2012.

Esta pesquisa está envolvida nas relações institucionais entre a Sociedade Civil e a Academia.



Figura 10 - A participação da COOAAT e da Fundação Itesp na Universidade
Fonte: III Simpósio de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTECS) UNIFEI-MG, 2012
Foto: Otávio C. da Silva Junior, 2012.